

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais
Linha de Pesquisa: Instituições e História das Ideias
DOUGLAS RAPHAEL MACHADO GOBATO

***AS DIUINAE INSTITUTIONES DE LACTÂNCIO E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE UM IMPÉRIO CRISTÃO (SÉCULOS III-IV)***

Maringá

2016

DOUGLAS RAPHAEL MACHADO GOBATO

***AS DIUINAE INSTITUTIONES DE LACTÂNCIO E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE UM IMPÉRIO CRISTÃO (SÉCULOS III-IV)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Lopes Biazotto Venturini

Maringá

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G574d Gobato, Douglas Raphael Machado
As *Diuinae Institutiones* de Lactância e a construção da identidade de um Império Cristão (séculos III-IV) / Douglas Raphael Machado Gobato. -- Maringá, 2016.
182 f.: Il.; color.; maps.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lopes Bizotto Venturini.

Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de PósGraduação em História.

1. Império Romano. 2. Política Imperial. 3. Instituições Divinas. 4. Lactantius, Lucius Caecilius Firmianus - 250 d.C I - 325 d. C. I. Venturini, Renata Lopes Bizotto, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

937.06 21.ed.

Cicilia Conceição de Maria
CRB9- 1066
CC-003170

DOUGLAS RAPHAEL MACHADO GOBATO

**AS DIUINAE INSTITUTIONES DE LACTÂNCIO E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE UM IMPÉRIO CRISTÃO (SÉCULOS III-IV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Estadual de Maringá, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em 29/03/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Renata Lopes Biazotto Venturini – Orientadora
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof.^a Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Dedico este trabalho ao Prof. Dr. José Carlos Gimenez da Universidade Estadual de Maringá, o qual, no ano de 2010, ofereceu-me a primeira oportunidade de ingressar na pesquisa acadêmica. Sem sua colaboração, este trabalho não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Renata Lopes Biazotto Venturini, que, desde os últimos anos da graduação, tem acreditado em meu trabalho, dando-me liberdade para aprender com minhas experiências e gentilmente consertando meus passos ao longo do caminho. Ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, da Universidade Federal do Espírito Santo e à Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira, da Universidade Estadual de Maringá, por me darem a honra de tê-los na banca de avaliadores, enriquecendo minha pesquisa com suas valiosas contribuições. Em especial, à Prof. Dr.^a Silvina Rosa, por ter aceitado encarregar-se da revisão ortográfica deste texto, a despeito do curto prazo de que dispúnhamos.

Fora do meio acadêmico, sou grato à minha mãe, Sr.^a Elza Alves Machado, cuja abnegação e amor incondicional me dão forças para continuar perseguindo os meus sonhos. Ao meu primo Gabriel Machado Pires e às minhas tias Edna Machado Santos e Enidina Alves Machado, pelo auxílio na aquisição de algumas obras fora do Brasil.

“Não se deve aceitar nenhuma religião que não venha acompanhada de saber, nem se deve aprovar qualquer saber que não venha acompanhado de religião. ”

(Lactantius, Diuinae Institutiones I.I.XXV)

RESUMO

No contexto da crise que se manifestava desde finais do século II, Lactâncio compôs suas *Diuinae Institutiones* contestando as acusações levantadas contra seguidores de Cristo pelo Estado romano. Empregando sua experiência no campo da retórica, direcionou sua apologia aos segmentos cultivados da sociedade, buscando dissuadi-los dos preceitos difundidos pela cultura helenística e levá-los à aceitação da doutrina cristã. Como um cidadão romano, ele não se opunha às instituições políticas do Império, por outro lado, compartilhava da tradição apocalíptica que via nas adversidades daquele momento os sinais de que o fim dos tempos se acercava. Refutando as crenças do politeísmo e os ensinamentos da filosofia, propôs a conversão de Roma ao cristianismo como a única esperança de postergar o juízo divino. Nesse sentido, analisamos o processo de construção de uma nova identidade imperial, concebido pelo autor norte-africano em seu principal trabalho.

Palavras-chave: Lactâncio. Instituições Divinas. Crise do Império Romano. Política Imperial. Cristianismo. Perseguições. Retórica. Escatologia.

ABSTRACT

In the context of the crisis that manifested itself since the end of the second century, Lactantius composed his *Divinae Institutiones* contesting the charges leveled against the followers of Christ by the Roman State. Using your experience in the field of rhetoric, directs his apology to cultured segments of society, seeking to dissuade them of the precepts disseminated by Hellenistic culture and bring them to acceptance of Christianity. Being a roman citizen, he was not opposed political institutions of the Empire, on the other hand, shared the apocalyptic tradition that saw at the adversity that moment the signs of the end times approached. Refuting polytheistic beliefs and the teachings of philosophy, he proposes the conversion of Rome to Christianity as the only hope to delay the divine judgment. In this sense, we analyze the process of building a new imperial identity, debated by north african author in his main work.

Key words: Lactantius. Divine Institutes. Crisis of Roman Empire. Imperial Policy. Christianity. Rhetoric. Scatology.

LISTA DE ABREVIATURAS

AP De ave Phoenice

DI Diuinae Institutiones

EP Epitome

ID De ira Dei

MP De mortibus persecutorum

OD De officio Dei

VI De viris illustribus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IDEIAS DE CRISE NA ANTIGUIDADE E O CONTEXTO POLÍTICO DO IMPÉRIO ROMANO NOS SÉCULOS III E IV	17
2.1 Crise e decadência no final da República e Principado (séculos II a. C. a II d. C.) ...	20
2.2 A crise do Império para os contemporâneos do século III	25
2.3 O pensamento escatológico cristão.....	30
2.4 A crise imperial de Marco Aurélio a Constantino.....	35
2.4.1 A dinastia dos Severos e a anarquia militar no século III	36
2.4.2 O governo de Diocleciano e a ascensão de Constantino	41
2.4.3 Cristianismo e Império	47
3 VIDA E OBRA DE LACTÂNCIO	57
3.1 O autor.....	57
3.2 Os escritos.....	64
3.2.1 Primeiros escritos e cartas	65
3.2.2 Escritos cristãos	66
3.2.3 Escritos controversamente atribuídos a Lactâncio	72
3.3 As <i>Diuinae Institutiones</i>	74
3.3.1 Novos direcionamentos e o legado de Lactâncio	80
4 RETÓRICA, IDENTIDADE E POLÍTICA NAS <i>DIUINAE INSTITUTIONES</i> DE LACTÂNCIO.....	82
4.1 Lactâncio e o uso da retórica.....	84
4.1.1 O emprego de citações	91
4.1.2 <i>Excursus</i> e silogismos.....	97
4.2 A reação de Lactâncio contra o pensamento helenístico e a construção de uma nova identidade imperial.....	102
4.2.1 <i>Contra as falsas doutrinas: Lactâncio e o politeísmo</i>	105
4.2.2 <i>Contra a falsa sabedoria: Lactâncio e a filosofia</i>	110
4.2.3 <i>Contra a falsa piedade: Lactâncio e a moralidade helenística</i>	114
4.3 Escatologia e partidarismo político: o livro VII das <i>Diuinae Institutiones</i>.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	132

Fontes Impressas	132
Bibliografia.....	134
ANEXO A – ÍNDICE DE NOMES	141
ANEXO B – CRONOLOGIA DOS ESCRITOS DE LACTÂNCIO	177
ANEXO C – ÍNDICE DE EDIÇÕES DAS <i>DIUINAE INSTITUTIONES</i>	178
ANEXO D – MAPA DAS PROVÍNCIAS IMPERIAIS.....	182

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1999, após quase três décadas de pesquisas, o professor emérito de Línguas Clássicas, Frank J. Bryce, divulgou uma compilação que compreendia edições, traduções, comentários, levantamentos bibliográficos e trabalhos acadêmicos a respeito de Lactânio, retórico cristão que viveu entre os séculos III e IV. Oito anos mais tarde, por ocasião da XV Conferência Quadrienal Internacional de Estudos Patrísticos de Oxford, realizada em agosto de 2007, esse catedrático norte americano lançou uma revisão de seu levantamento, contendo algumas correções e cerca de cem novas referências¹. Apesar de possíveis omissões, ressalva feita pelo próprio autor, essa compilação é a mais completa de que temos notícia até o presente momento. Por essa razão, iremos nos valer de seus resultados para dimensionar a atividade literária de editores e tradutores das *Divinae Institutiones*, principal obra do autor romano, composta entre 305 e 310.

As edições modernas dos escritos de Lactânio acompanharam o desenvolvimento da tipografia ocidental desde a segunda metade do século XV. Poucas décadas após o aperfeiçoamento da impressão em tipos móveis por Johannes Guttemberg (1400-1468), a nova tecnologia já era conhecida em diversas partes da Europa, havendo centenas de impressores espalhados por cerca de duzentas cidades. As tiragens desses primeiros livros podiam alcançar mil exemplares (NIEMEYER, 2010).

Dois aprendizes do tipógrafo alemão, Arnold Pannartz e o monge Konrad Sweynheim, introduziram a imprensa na Península Itálica. No início da década de 1460, ambos se dirigiram para o mosteiro beneditino de Santa Escolástica em Subiáco, região italiana do Lácio. Lá ocorreram as primeiras impressões. Apesar da facilidade trazida pela técnica recém-desenvolvida, apresentavam-se desafios, especialmente quando se tratava de inserir diferentes caracteres em uma mesma página. Por essa razão, buscando aprimorar o novo método, os dois tipógrafos escolheram textos de autores latinos, como Cícero (106-43 d. C.) e Lactânio, os quais continham citações gregas.

A primeira impressão dos trabalhos de Lactânio foi feita na abadia de Subiáco em 30 outubro de 1465. De acordo com Proctor (1900), ao contrário do texto *De Oratore* de Cícero, impresso cerca de um mês antes, no qual as passagens gregas foram transliteradas para o alfabeto latino, os editores, ao imprimir as *DI* do retor, optaram por deixar lacunas no lugar dessas passagens para que depois fossem preenchidas à mão. À medida que avançavam, no

¹ O levantamento bibliográfico realizado por Jackson Bryce está disponível no endereço eletrônico do Carleton College em: <http://apps.carleton.edu/curricular/clas/faculty/bryce/lactantiusbiblio/>. Acesso em 07 mar. 2015.

entanto, os tipógrafos passaram a reproduzir pequenos trechos com caracteres gregos, alcançando tamanho êxito que, ao final da edição, uma citação chegou a ter vinte linhas (PROCTOR, 1900). Na vanguarda das obras produzidas pela tipografia europeia, a edição opuscular das *DI* impressa por Pannartz e Sweynheim com a tecnologia de tipos móveis na Itália foi considerada a primeira de um livro datado, servindo de parâmetro para o aperfeiçoamento da técnica que empregava caracteres gregos em textos latinos.

No outono de 1467, os dois tipógrafos se dirigiram a Roma, onde imprimiriam vinte e três obras nos três anos seguintes. Entre os livros reproduzidos na capital, o compêndio *in domo Petri de Maximo*, de 1468, incluía quatro textos de Lactânncio: *De ira Dei*, *De opificio Dei*, *DI* e o poema *De aue Phoenice*. Desses, os três primeiros fizeram parte da edição de Subiáco. Ainda nessa cidade, Pannartz e Sweynheim aperfeiçoaram a técnica que haviam utilizado na abadia beneditina, empregando um novo modelo de fonte para o alfabeto grego, reduzindo assim o corpo do texto a ser copiado.

Durante as três últimas décadas do século XV, foram produzidas quatorze novas edições das obras de Lactânncio, das quais pelo menos cinco incluíam o *Epitome* e também os quatro textos da edição de 1468. À exceção de uma publicação de 1476 produzida na Alemanha e de outra de 1500 tipografada em Paris, todas as outras edições dos escritos do retórico cristão foram produzidas na Itália, seja na capital seja em Veneza.

Nos dois séculos seguintes, houve um aumento no número de publicações. De acordo com os dados levantados por Bryce, outras cento e duas edições dos trabalhos do autor romano foram realizadas até 1698. Considerando a dimensão geográfica, notamos que a maior parte delas ultrapassou os Apeninos. Os números apresentados pelo professor estadunidense indicam que, entre o começo do século XVI e o final do século XVII, somente dezessete edições e reedições foram produzidas em território italiano, contra oitenta e cinco produzidas em outras partes da Europa.

Quanto às reproduções vernáculas, particularmente no que se refere às *DI*, a primeira de que temos notícia é a edição francesa de René Fame, impressa inicialmente em Paris no ano de 1542². Até o século XVIII, identificamos pelo menos outras duas traduções do principal trabalho do retórico: a de Jean Baptiste Drouet de Mauperius³ e a transposição para o alemão de C. J. Hergt, tipografada na cidade de Quedlinburg em 1787. No período seguinte, William

² FAME, René (Tr.). *Les Divines Institutions de Lactance Firmian: contre les gentils e idolatres*. Paris, 1542.

³ DROUET DE MAUPERTUY, Jean-Baptiste (Tr.). *Les Institutions Divines de Lactance: livre premier de la fausse religion*. Avignon, 1710.

Fletcher traduziu para o inglês os escritos de Lactânncio⁴ e E. Sánchez Salor apresentou a primeira edição em espanhol das *DF*⁵. Até o momento, não há quaisquer publicações em língua portuguesa das obras do autor cristão.

Em nossa pesquisa, utilizamos a tradução de Salor, publicada em 1990, não obstante, o autor espanhol tenha deixado de incluir duas dedicatórias de Lactânncio ao imperador Constantino (285-337)⁶. Ele acompanhou a concepção de S. Brandt⁷, que acreditava que esses trechos teriam sido interpolados posteriormente (SALMONTE, 1991). Já para Digeser (1994 e 1999), com quem concordamos, os excertos foram escritos pelo retórico entre 310 e 313, em uma segunda reprodução de suas *DI*. Nesse sentido, recorrendo ao trabalho de Fletcher, publicado no final do século XIX, suprimos a lacuna da edição castelhana.

Além das edições e traduções, a literatura acadêmica a respeito do principal trabalho do retórico latino é vastíssima. Restringimo-nos a elencar alguns estudos produzidos a partir da segunda metade do século XX, excetuando o trabalho de René Pichon⁸, publicado em 1901, cuja discussão sobre as fontes e o pensamento político de Lactânncio serviu de referência para pesquisas subsequentes⁹. Entre as décadas de 1950 e 1970, Stephen Casey produziu duas pesquisas acadêmicas tomando como base os escritos de Lactânncio¹⁰; John Anthony McGuckin o fez em sua tese de doutoramento¹¹. Mais recentemente, a partir da década de 1990, Elizabeth DePalma Digeser vem se dedicando, entre outros temas, a estudar a influência política exercida pelas *DI* no contexto da legitimação do cristianismo pelo Estado Romano. No ano 2000, publicou o livro *The making of a Christian Empire: Lactantius and Rome*, no qual discute essa questão.

No Brasil, a produção acadêmica a respeito de Lactânncio ainda é muito tímida. Até o presente momento, contamos apenas com algumas dissertações de mestrado, dentre as quais

⁴ FLETCHER, W. D. D. (Tr.). *Lactantius: Complete Works*, vol. I-II. In: DONALDSON, J. L. L. D.; ROBERTS, A. D. D. (Ed.). Ante-Nicene Christian Library. Edinburgh: T. & T. Clark, 1871, vol. XXI-XXII.

⁵ LACTANCIO. *Instituciones Divinas*. E. S. Salor (Tr.). Madrid: Gredos, 1990, vol. I-II.

⁶ *Div. Inst.* 1.13-16 e 7.26.11-17. Sobre outras passagens omitidas por Salor, vid. DIGESER, 1999, p. 75-98 e SALMONTE, 1991, p. 365-366.

⁷ BRANDT, S. (Tr.). *L. Caeli Firmiani Lactantii opera omnia. Pars I: Divinae Institutiones et Epitome Divinarum Institutionum*. Viena: Bibliopola Academiae Litterarum Caesareae Vindobonensis, 1890.

⁸ PICHON, R. *Lactance: étude sur le mouvement philosophique et religieux sous le règne de Constantin*. Paris: Librairie Hachette et C., 1901.

⁹ A exemplo de: BRYCE, F. J. *The library of Lactantius*. 1974. 434 f. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, Harvard University. Cambridge. 1974.

¹⁰ CASEY, S. C. *The Divine Institutes of Lactantius: a christian reaction to classical thought*. 1965. 192 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, McGill University. Montreal. 1965; CASEY, S. C. *The christian magisterium of Lactantius*. 1972. 260 f. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, McGill University. Montreal. 1972.

¹¹ MCGUCKIN, J. A. *Researches into the Divinae Institutiones of Lactantius*. 1980. 539 f. Tese (Doctor in Philosophy) – Faculty of Divinity, University of Durham. Durham. 1980.

destacamos a de Paulo Roberto Tigges Júnior¹² e de Diogo Pereira da Silva¹³, além de um pequeno número de artigos publicados em revistas especializadas nos últimos anos. Uma vez que o interesse pelo autor romano e suas *DI* é bastante recente entre nós, buscamos despertar o interesse de outros pesquisadores para essa temática, ao mesmo tempo em que apresentamos mais uma contribuição para a difusão dos estudos clássicos em nosso país.

Passando para as questões de caráter teórico-metodológico que orientam nossa pesquisa, recordamos o discurso apresentado por Paul Veyne em sua aula inaugural no Collège de France, após ter sido designado para a cadeira de História Romana em 1975. Na ocasião, ele lembrava que existe um abismo entre nosso tempo e o dos romanos: “Nada mais longe de nós que essa antiga civilização; é exótica, digo, está extinta, e os objetos trazidos por nossas escavações são tão surpreendentes quanto os aerólitos” (VEYNE, 1983, p. 9). Por essa razão, destacava o historiador francês, é imprescindível a utilização de uma constante, isto é, um arcabouço conceitual que transponha o abismo e explique as diferenças. Sobre essa questão, Mendes (2009) lembra que, nas décadas de 1980 e 1990, como resposta a uma série de incertezas no campo da historiografia, a dimensão política passou a ser revista em relação aos demais domínios da história. Em razão de sua complexidade e abrangência nos outros campos da vida social, esse aspecto passou a ser entendido como uma construção abstrata e sem fronteiras, ainda que passível de ser analisado de forma concreta.

De modo geral, as novas tendências da história cultural passaram a despertar os especialistas para as questões identitárias, sendo o aspecto político entendido como mais uma forma de expressão da coletividade. Inserimos nosso objeto de estudo no campo dessa História Política ‘reabilitada’, para que pudéssemos analisar as instituições políticas do Império Romano segundo o conceito de identidade religiosa.

Tal qual os demais povos da Antiguidade, a civilização romana se desenvolveu a partir da adoração aos seus deuses. Esse conjunto de crenças, que, nos primeiros séculos, conferia autoridade ao *pater familias* e à piedade doméstica, converteu-se na religião da *polis*, servindo de justificativa para os costumes e práticas de seus cidadãos. Mesmo com a incorporação da filosofia e com as críticas à existência do panteão greco-romano, a religião dos antepassados continuou sendo praticada. Era um elemento importante para o estabelecimento de uma

¹² TIGGES JR., P. R. História, memória e identidade no século IV d. C.: Lactância e a ação da Providência na construção de uma ordem política cristã. 2007. 112 f. Dissertação (Mestre em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2007.

¹³ SILVA, D. P. da. Os mecanismos de legitimação política de Constantino I (306-325). 2010. 183 f. Dissertação (Mestre em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

identidade comum a todos os habitantes de Roma. Por meio da adoração aos deuses, admitiam-se o pertencimento e a obediência às instituições do Estado.

Em razão do caráter exclusivista do cristianismo, que exigia adoração a um único Deus, os cristãos sempre se recusaram a tomar parte nos costumes religiosos dos romanos. No contexto da crise do Império, quando os indivíduos procuravam explicações para o momento de instabilidade, essa intransigência levou às perseguições gerais a partir de meados do século III. Mais do que uma divergência doutrinária, as ações do Estado contra os seguidores de Cristo foram a expressão de um conflito identitário. O abandono por parte de uma parcela da população dos costumes que sempre representaram a pedra angular da sociedade foi visto como uma ameaça.

Como um cidadão de Roma e adepto do cristianismo, Lactânio experimentou esse confronto de identidades. Presenciou seus correligionários sendo perseguidos pelos representantes das instituições que acreditava ser responsáveis pelo asseveramento da justiça. Por essa razão, escrevendo aos segmentos educados da sociedade, propôs-se a construir uma nova identidade imperial, harmonizando os dogmas do cristianismo com a política do Estado imperial. O objetivo era levar os leitores ao conhecimento da verdade, que, na concepção do retórico, já havia sido parcialmente alcançada pelos filósofos, ainda que imersa em uma série de equívocos decorrentes de seu desconhecimento da Divina Providência.

Ao redigir as *DI*, Lactânio reconheceu a necessidade de empregar um método apropriado. Ao contrário dos demais apologistas, que priorizavam o uso de textos e conceitos próprios do cristianismo, ele tomou a literatura clássica para persuadir sua audiência. Valendo-se de seu conhecimento dos autores da Antiguidade, dedicou-se a contradizer o politeísmo, a filosofia e a moralidade helênica, de modo a afirmar a doutrina cristã como a verdadeira religião, detentora da sabedoria divina e a única capaz de orientar os indivíduos no caminho da justiça.

De acordo com o entendimento de Lactânio, os eventos associados à crise eram indícios de que a parousia de Cristo e o juízo final se aproximavam. Somente a conversão de Roma ao cristianismo seria capaz de postergar o desfecho da história. Ao preconizar essa assertiva, ele concebeu uma inversão de valores, cunhando um modelo identitário capaz de garantir a sobrevivência do Império. Aalisamos, nas *DI*, a argumentação desenvolvida pelo autor latino, no sentido de desautorizar os fundamentos do Estado politeísta em favor dos dogmas cristãos, apresentados então como um novo arcabouço de ideias legitimadoras das instituições políticas romanas. Consideramos essa discussão à luz das perseguições aos adeptos do cristianismo e da emergência de governantes simpáticos a essa religião, aspectos imprescindíveis para nossa

compreensão do teor das afirmações apresentadas pelo retórico cristão. Seguindo esses direcionamentos, organizamos nosso trabalho da seguinte forma.

No primeiro capítulo, apresentamos a crise imperial a partir da visão historicamente construída pelos homens da Antiguidade, os quais encaravam os períodos de adversidade com base na ideia de decadência, tanto no sentido material quanto no moral. Ao mesmo tempo, analisamos o período entre finais do século II d. C. e o início do século IV d. C., por meio de uma revisão bibliográfica que privilegia os aspectos políticos da crise.

O capítulo seguinte é dedicado à reconstrução dos eventos relacionados à vida do retórico cristão nos séculos III e IV, tomando como base as informações contidas em suas obras e em outras fontes do período. Ao mesmo tempo, fazemos uma discussão em torno do autor e de seus escritos, particularmente *Instituições Divinas*.

No capítulo três, apresentamos o trabalho de Lactâncio como um esforço para reconstruir a identidade imperial por meio do questionamento dos fundamentos do pensamento helenístico e da justificação dos princípios cristãos. Mostramos que, dando continuidade à tradição apocalíptica dos primeiros séculos, o retórico justifica a manutenção das instituições políticas imperiais por meio da conversão de Roma ao cristianismo.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IDEIAS DE CRISE NA ANTIGUIDADE E O CONTEXTO POLÍTICO DO IMPÉRIO ROMANO NOS SÉCULOS III E IV

Os três últimos séculos do Império Romano no Ocidente são frequentemente associados à ideia de ‘decadência’. Boa parte dos historiadores modernos, nos quais nos incluímos, consideram o final do governo de Marco Aurélio (121-180) como o momento em que as contradições no seio da sociedade imperial se tornaram mais evidentes. Esse seria início de um período de crise generalizada, a despeito dos esforços bem-sucedidos de alguns imperadores para conter a desagregação de seu Estado. Para os contemporâneos de finais do século II, esse foi o início de um longo período de dificuldades dentro e fora dos limites de Roma. Nesse sentido, afirma o historiador francês Róger Rémondon

Durante os reinados de Marco Aurélio e Cômodo, foi quebrado o conjunto de fatores que havia estabilizado harmonicamente a paz em Roma [...] então, quando aparecem as múltiplas formas de uma possível crise interna – política, econômica, religiosa e moral – e de uma crise externa – vastos movimentos agitam as massas bárbaras na Europa. (1967, p. 3)¹⁴

Ao nos referimos à decadência, precisamos tomar alguns cuidados em razão da carga valorativa que a ideia carrega. Trata-se de um dos conceitos mais confusos aplicados ao domínio da História, visto que parece não ter entre os gregos e latinos vocábulo equivalente, ainda que se concorde em lhes atribuir a ideia que representa. Segundo Le Goff (1990), há indícios de que o termo fora utilizado pela primeira vez na Idade Média sob a forma latinizada *decadentia*, mesmo que em condições pouco esclarecidas. Mais tarde, entre os séculos XV e XVI, os historiadores renascentistas recuperaram a concepção de decadência para explicar a contraposição entre a grandeza romana e os séculos obscuros do medievo (UBIÑA, 1982). Nesse contexto, o humanista italiano Flávio Biondo cunhou o conceito de *inclinatio* (‘declínio’) com base no termo *inclinare*, de Cícero. De forma análoga, um de seus contemporâneos, Leonardo Bruni, desenvolveu a noção de *vacillatio* para se referir ao retrocesso da cultura clássica no final da Antiguidade. Para ambos os autores, a crise de Roma não pôs fim apenas ao Império que se desenvolveu a partir da Península Apenina, mas representou o ocaso da civilização ocidental. Além disso, a ideia de *vacillatio* foi empregada na construção das identidades nacionais europeias em razão de sua identificação com os povos germânicos. Para

¹⁴ “Durante los reinados de Marco Aurelio y Cómodo se quiebra el conjunto de equilibios que hasta entonces había estabilizado armónicamente la paz romana [...] Es entonces cuando aparecem las múltiples formas de una posible crisis interior – crisis política, económica, religiosa y moral – y de una crisis externa – vastos movimientos que agitam en Europa las masas bárbaras.”

Bruni, a crise do Império Romano seria uma crise italiana (MAZZARINO, 1991). Na historiografia contemporânea, o conceito de decadência tem sofrido algumas críticas, inicialmente por sua subjetividade. Tentativas foram feitas para limitar seu uso, restringindo-o a certos campos de investigação. Em nosso trabalho, restringiremos a noção de *decadentia* à concepção que davam os romanos a determinados períodos de sua história, julgando-os negativamente em comparação com épocas predecessoras.

Para tratar das transformações ocorridas nos diversos âmbitos da sociedade imperial, preferimos a concepção de crise, tal como é entendida por Ubiña: “[...] o termo crise vem a definir uma situação histórica concreta em que alguns elementos sociais e econômicos – e inclusive ideológicos e políticos – chocam-se entre si, tornando-se contraditórios e ocasionalmente antagônicos” (1982, p. 14)¹⁵. Assim, consideraremos o período entre finais do século II e a primeira metade do século IV como o do surgimento de diferentes tendências no campo das idéias e no campo político, as quais, à medida que se chocavam com o modelo institucional estabelecido, causavam tensões e conseqüentemente novos direcionamentos sociais.

Inquietações diante de períodos de instabilidade, segundo Jacob Burckardt (1983 apud ALFÖLDY, 1974), foram comuns entre os antigos. Os primeiros registros de que dispomos remetem à região da baixa Mesopotâmia em torno de 2500 a 3000 a. C., quando, a partir do embate entre as tendências centralizadoras da cidade de Uma e a resistência das demais cidades-estados sumérias, desenvolveu-se entre os indivíduos um sentimento de ansiedade coletiva diante das tendências desagregadoras do modelo autônomo de organização social estabelecido. Urukagina, governador de Lagash, atribuía a crise à avidez dos segmentos sociais dirigentes. Por isso, a fim de promover o retorno à estabilidade, ordenou que todos os que tivessem posses em seus domínios, dentre os quais a própria casta sacerdotal, abrissem mão de seu cabedal e o devolvessem ao deus Ningirsu (MAZZARINO, 1991).

Nesse conflito entre o velho e o novo que ultrapassava o impasse entre dois projetos de organização política, a crise foi explicada de um ponto de vista moral: o afastamento das tradições que foram instituídas naquela comunidade por parte de alguns indivíduos passou a ser visto com temeridade. Na cosmovisão dos homens da antiguidade, o sofrimento não ocorria de forma ocasional, a crise assumia uma perspectiva cósmica, frequentemente associada a épocas de desarranjo climático ou de propagação de doenças. Segundo Mircea Eliade

¹⁵ “[...] el término crisis viene a definir una situación histórica concreta en que unos elementos sociales y económicos – e incluso ideológicos y políticos – chocan entre sí, resultan contradictorios y, ocasionalmente, antagónicos.”

[...] essas situações não dependem do *acaso*, mas de certas influências mágicas ou demoníacas, contra as quais o sacerdote ou o feiticeiro nada podem. Por isso, quando surge uma catástrofe cósmica [...] os interessados recorrem ao Ser Supremo, mais ou menos esquecido durante o resto do tempo, e invocam-no, oferecendo sacrifícios. (1984, p. 110, grifo do autor)

Somente a partir do momento em que fossem identificadas as causas do infortúnio é que medidas poderiam ser tomadas para resolver o problema, frequentemente por meio de libações que acalmassem as forças invisíveis aborrecidas. Desde seus primórdios, os homens desenvolveram uma relação de desobediência e punição, negociação e apaziguamento para com seus deuses. O próprio cristianismo, a despeito de sua concepção de submissão incondicional aos desígnios divinos, incorporaria essa tendência¹⁶. A maneira como os antigos entenderam o sofrimento esteve na base de suas explicações para os momentos de crise e orientou suas ações para identificar e expurgar os elementos conturbadores. Durante a crise do Império Romano, ainda que a maioria de suas causas concretas já tivessem sido diagnosticadas, muitos contemporâneos preferiram as justificativas baseadas em suas crenças e atribuíam suas dificuldades à degeneração dos costumes.

O modelo de conduta e organização social dos homens da Antiguidade foi estabelecido com base nas normas de uma religião exclusivista, circunscrita ao âmbito familiar e ao dos antepassados. Divinizados, estes mantinham uma relação de dependência em relação aos vivos, assegurando sua proteção em troca da observância de uma série de ritos. Segundo Fustel de Coulanges:

Havia troca perpétua de bons serviços entre os vivos e os mortos de cada família. O antepassado recebia dos seus descendentes a série de refeições fúnebres, únicos prazeres usufruídos na segunda vida. O descendente alcançava do seu antepassado o auxílio e toda a força de que necessitava. (1998, p. 30)

Essa religião doméstica, que instituiu o direito das primeiras *gentes* fixando os graus de parentesco, a autoridade patriarcal e o direito sucessório, foi a mesma que fundou o regime municipal, justificando suas magistraturas e exercendo um papel determinante sobre todos os aspectos da vida na *polis*. Mesmo após o surgimento da filosofia e dos impérios, que sobrepuseram um modelo político centralizador à autonomia das antigas cidades, os preceitos do politeísmo continuaram a fazer parte da religião dos Estados. Uma das razões dessa permanência entre os romanos era seu apego à ancestralidade, o que lhes dava identidade e os

¹⁶ Trataremos desse tema ao abordarmos a crise de Roma segundo os contemporâneos do século III (p. 25).

distinguiu das demais nações. Durante os períodos de crise, a exemplo da que assolou o Império a partir de finais do século II, os latinos não hesitavam em buscar um retorno ao *mos maiorum*, que era o conjunto de normas que regia os padrões de conduta dos cidadãos de Roma e firmava as bases morais do comportamento social dos indivíduos, tomando como base as tradições religiosas do passado (HÖLKESKAMP, 2010).

2.1 Crise e decadência no final da República e Principado (séculos II a. C. a II d. C.)

O desenvolvimento das ideias de decadência entre os romanos esteve associado às transformações decorrentes de sua expansão militar durante o período republicano. A vitória contra os cartagineses na segunda Guerra Púnica (218-202 a. C.)¹⁷ e a expansão para o Oriente em finais do século III a. C. marcaram o início de uma nova era, sujeita a uma multiplicidade de fatores até então desconhecidos e ao desencadeamento de novos conflitos sociais (ALFÖLDY, 1989).

Como resultado do processo de conquista, Roma tornou-se uma potência no Mediterrâneo. Seus territórios, incorporados ao Estado sob a forma de províncias, abrangiam regiões onde a produção agrícola era bem desenvolvida, facilitando a importação de gêneros e tornando certas culturas supérfluas em território peninsular. Os homens da República passaram a contar com fontes quase inesgotáveis de matérias-primas e uma massa de mão-de-obra escrava adquirida nas guerras. Nos locais de comércio, onde seus produtos eram comercializados sem concorrência, havia oportunidades para o investimento, a atividade empresarial e as transações financeiras. Por outro lado, como destaca Alföldy (1989), essas novas possibilidades alargaram a diversidade social. O estatuto social do indivíduo passou a derivar de uma combinação de diferentes fatores, como nascimento, formação política, posse de terras e acúmulo de dinheiro, privilégios reservados a uma parcela reduzida da população. Nos dois últimos séculos a. C., a crescente diferenciação entre os romanos acabou por se generalizar, dando origem a uma série de conflitos que acabariam levando à desagregação do regime republicano. Longe de esgotarmos esse assunto, importa apontar que, durante as transformações ocorridas nesse período, não foram poucos aqueles que interpretaram os acontecimentos a partir de uma perspectiva decadentista.

Inicialmente, a crise da República foi identificada como resultado do declínio da agricultura e da recorrência de fenômenos ligados à natureza. Na Península Itálica, as ideias de

¹⁷ Vid. Anexo A, p. 141.

decadência em consequência do esgotamento do solo surgiram com os etruscos, que explicaram o fim de sua civilização ao final de oito séculos pela ruína da agricultura. Assim atestavam seus livros Vegóticos:

Quando se atribuiu a terra da Etrúria, Júpiter quis que os campos e terrenos fossem delimitados por marcos de fronteira. No entanto, devido à avidez do oitavo século, prestes a começar e último, os homens, com aflita culpa, violarão aquelas pedras, tocando-as e removendo-as. Porém quem as tocar e ampliar o próprio terreno e diminuir o do outro será punido pelos deuses [...] tempestades e turbilhões arruinarão a terra; seus produtos serão atingidos por chuva e granizo, esgotados pela canícula, destruídos pela ferrugem [...] saibam que isso ocorrerá caso tais delitos venham a ser cometidos. (MAZZARINO, 1991, p. 16-18)

Essa concepção decadentista da sociedade foi incorporada pelos romanos da República. Um de seus expoentes foi Lucrécio (94-55 a. C.). Na imaginação dos contemporâneos, as adversidades eram uma consequência do distanciamento das práticas do *mos maiorum*. Independentemente do alcance dessas ideias, havia aqueles que não compartilhavam delas. Durante o século II a. C., Políbio (200-118 a. C.) explicou a crise por fatores ‘internos’ e ‘externos’. Em sua obra *Histórias* (Ἱστορίαι), ele identificava como causas internas os contrastes entre diferentes segmentos sociais da República. Ao mesmo tempo, analisando os acontecimentos com certo distanciamento, apontava a ‘barbarização’ do Estado como uma das razões de sua decadência (UBIÑA, 1992). Apesar de seu envolvimento com o círculo dos Cipiões, família ilustre de patrícios que desde o século IV a. C. esteve envolvida na vida política da República, ele não tinha Roma por sua pátria. Por essa razão, ao contrário dos autores latinos, que, em geral, consideravam a crise de uma perspectiva ética, o historiador grego considerava os excessos de parte da sociedade em um panorama político-social.

Quando um Estado resiste a grandes perigos e alcança a supremacia e incontestável soberania, é evidente que sob a influência da prosperidade há muito estabelecida, a vida se tornará mais extravagante e os cidadãos mais ferozes em sua disputa pelas magistraturas e demais distinções. Uma vez que esses conflitos continuem a aumentar, o início da decadência se deverá ao amor pelas honrarias e a desgraça ocasionada pela obscuridade, assim como pela extravagância e soberba. A população será responsável por essa transformação quando, por um lado, pensar que pode se queixar dos que acumulam riquezas e, por outro, for inflada pela bajulação daqueles que aspiram os cargos públicos. Impelidos à revolta e seduzidos pela paixão em suas assembléias, esses homens deixarão de consentir em obedecer e até mesmo de se manter nos limites do direito estabelecido, passando a exigir parte do poder para si próprios. Quando isso acontecer, o Estado será chamado pelos mais belos de todos os sons, liberdade e democracia, embora tenha mudado sua natureza para a pior de todas as coisas, o domínio da massa. (POLYBIUS, *Hist.* 6.57.1-9)¹⁸

¹⁸ “When a state has weathered many great perils and subsequently attains to supremacy and uncontested sovereignty, it is evident that under the influence of long established prosperity, life will become more extravagant and the citizens more fierce in their rivalry regarding office and other objects than they ought to be. As these

Influenciado pela filosofia de Platão (430-347 a. C.) e de Aristóteles (384-322 a. C.), os quais enxergavam na democracia popular o mais vil modelo de governança, Políbio considerava que o enfrentamento entre diferentes segmentos da sociedade seria a principal razão da ruína das instituições republicanas. Entre os romanos, no século I a. C., Lucrécio fazia eco à tradição etrusca, que atribuía a crise ao esgotamento do solo.

E já agora está o tempo sem forças, já a terra cansada mal cria os animais pequenos, ela que criou todas as espécies, e produziu, gerando-os, os corpos enormes dos animais bravios [...] Além de tudo, foi ela quem primeiro, espontaneamente, criou para os mortais as luzentes searas e os vinhedos pingues, foi ela quem produziu os frutos saborosos e os abundantes pastos: e tudo isto cresce mal, apesar dos nossos trabalhos, em que esgotamos os bois e as forças dos lavradores. Gastamos o ferro, e o campo mal recompensa, tanto é avaro dos frutos, tão grande é o esforço que ele exige. Já, abanando a cabeça, suspira mais freqüentemente o lavrador de idade, ao ver que foi em vão todo o seu grande trabalho; e, ao comparar os tempos presentes com os tempos passados, louva muitas vezes a sorte de seu pai. (*De rer.* 2.1150-1167)

Ao mesmo tempo, esse escritor de finais da República não se limitou a explicar a crise por causas naturais, afirmando, como assegura Mazzarino, que: “[...] os fatos humanos sempre procuram uma medida humana: o conceito de decadência não pode reduzir-se apenas ao esgotamento do solo” (1991, p. 19). Lucrécio também falou do amor pelas riquezas e honrarias dos romanos de seu tempo, o que os levava a transgredir os limites do direito, impelindo-os a quaisquer sacrifícios para alcançar o poder. No mesmo período, Cícero e Salústio (86-34 a. C.) enfatizaram o aspecto moral da crise. Para o filósofo estoico, o conceito de decadência assume um duplo sentido, sendo associado à decadência dos costumes entre os romanos e à ausência de grandes homens no governo

[...] muito antes de nosso tempo, a força dos costumes ancestrais moldou nossos grandes homens e os mais eminentes cidadãos, que em troca atribuíram um novo valor aos veneráveis costumes de nossa ancestralidade. Em nossa época, pelo contrário, os homens herdaram a República como uma imagem pronta de séculos atrás, já evanescente pelo lapso dos anos – estes, não somente têm negligenciado a renovar as cores da pintura original, como até mesmo não têm cuidado para preservar sua forma geral e proeminentes contornos. Ai de mim! O que resta agora desses costumes antigos, sobre os quais o poeta baseou nosso Estado? Eles são agora tão antiquados,

defects go on increasing, the beginning of the change for the worse will be due to love of office and the disgrace entailed by obscurity, as well as to extravagance and pure-proud display; and for this change the populace will be responsible when on the one hand they think they have a grievance against certain people who have shown themselves grasping, and when, on the other hand, they are puffed up by the flattery of others who aspire to office. For now, stirred to fury and swayed by passion in all their counsels, they will no longer consent to obey or even to be equals of ruling cast, but will demand the lion's share for themselves. When this happens, the state will change its name to the finest sounding of all, freedom and democracy, but will change its nature to the worse thing of all, mob-rule.”

tão obsoletos, que não apenas não são cultivados como sequer são mencionados. Quanto aos homens, o que hei de dizer? Os bons costumes nunca teriam perecido se não fosse pela escassez de homens dignos e patrióticos, que deveriam preservá-los. Eis nosso grande defeito, estamos sendo chamados a prestar contas, como em crimes capitais, e a implorar a absolvição. Graças aos nossos vícios, a despeito de nossas desgraças, estamos mantendo nossa gloriosa *natio* apenas no nome, quando há muito a perdemos na realidade. (*De Rep.* 5.1.1)¹⁹

Da mesma forma, Salústio destacou a vileza das classes dirigentes, cujos interesses pelas riquezas e magistraturas levaram ao desaparecimento da *virtus* e à degeneração dos costumes entre os romanos (MAZZARINO, 1991). Para o poeta latino, as instituições republicanas tornaram-se incapazes de conter o afastamento das práticas religiosas que outrora garantiram a estabilidade de Roma. Na opinião de Alföldy,

[...] Salústio avaliou bem a importância da decadência das antigas normas de comportamento, pois essa decadência equivaleu à dissolução do sistema de referências da sociedade romana. Mas suas preocupações demonstravam também que a República era incapaz de substituir o *mos maiorum* por um novo sistema ideológico e ético [...] (1989, p. 108)

Diante dos conflitos entre *optimates* e *populares*, os quais marcaram os últimos anos da República, muitos romanos já não viam como aquele modelo de organização da sociedade poderia garantir o retorno à estabilidade. O futuro só seria assegurado pela reforma do Estado. Até mesmo Cícero, destacado republicano, habituara-se à ideia da substituição da oligarquia por um poder concentrado nas mãos de um único homem. “Era a saída obrigatória para os conflitos dos últimos tempos da República” (ALFÖLDY, 1989, p. 109). Cada vez mais, os diversos segmentos sociais se agrupavam em torno de cidadãos com interesses políticos bem definidos. Após as reformas no exército promovidas por Mário (157-86 a. C.), esses homens finalmente alcançaram os poderes que precisavam para a centralização definitiva do poder.

Com o advento da Monarquia, as reformas de Otávio Augusto (63 a. C.-14 d. C.) trouxeram certa estabilidade em comparação aos conflitos sociais que marcaram o final da República. No período de mais de um século e meio compreendido entre os governos de

¹⁹ “[...] before our own time, the customs of our ancestors produced our ancient customs and institutions of their forefathers. But though the republic, when it came to us, was like a beautiful painting, whose colors, however, were already fading with age, our own time not only has neglected to freshen it by renewing the original colors, but has not even taken the trouble to preserve its configuration and, so to speak, its general outlines. For what is now left of the ‘ancient customs’ on which he said ‘the commonwealth of Rome’ was ‘founded firm’? They have been, as we see, so completely buried in oblivion that they are not only no longer practiced, but are already unknown. And what shall I say of the men? For the loss of our customs is due to our lack of men, and for this great evil we must not only give an account, but must even defend ourselves in every way possible, as if we were accused of capital crime. For it is through our own faults, not by any accident, that we retain only the form of commonwealth, but have long since lost its substance.”

Augusto e Antonino Pio (86-161), o Império atingiu sua máxima extensão geográfica, entrando em uma era de relativa tranquilidade dentro e fora de suas fronteiras, não obstante as instituições imperiais terem instaurado um regime baseado na *auctoritas* do príncipe. À medida que representantes da ordem equestre (*ordo equester*) ligados ao exército ascendiam aos postos de comando do Império, muitos aristocratas de origem senatorial, como Sêneca, o velho (55 a. C.-37 d. C.), lamentavam os novos direcionamentos políticos. Para esses indivíduos, o Principado tornara-se um sinal de velhice e retrocesso na história de Roma

A primeira infância de Roma se deu sobre as ordens de Rômulo, seu fundador e como que nutridor; depois transcorreu a adolescência sob os demais reis; quando começava a ficar adulta, não tolerou a servidão; e, abandonado o jugo, preferiu obedecer às leis antes que aos reis. Essa adolescência encerrou-se por ocasião do término da guerra púnica; então reforçou-se o poderio de Roma e teve início sua juventude. De fato, destruída Cartago, que durante longo tempo lhe dificultara o caminho do império, Roma estendeu seu poder sobre todo o mundo, por terra e por mar; até que [...] empregou mal suas forças e acabou por esgotar-se. Esta foi sua primeira velhice; quando dilacerada pelas guerras civis e atingida por uma crise interna [...] envelheceu assim, como se não tivesse forças para se sustentar a não ser recorrendo ao apoio dos monarcas. (SÊNECA apud MAZZARINO, 1991, p. 34-35)

Sêneca fez eco das ideias de decadência da sociedade que permearam a imaginação dos homens na transição da República para o Principado. De acordo com Mazzarino (1991), durante os dois primeiros séculos do novo sistema político, para se referir à decadência dos costumes, da cultura e das artes, os círculos dirigentes passaram a empregar o conceito ciceroniano de *inclinare* ('declínio'), originalmente aplicado ao Estado. Essas mudanças sentidas pelos contemporâneos eram uma consequência da expansão dos romanos no Alto Império. Roma já não era o centro da cidade antiga, na concepção de Fustel de Coulanges. A partir de Trajano (53-117), com a extensão do direito de cidadania para além dos limites apeninos, imperadores passaram a vir das províncias. A 'rebelião das massas', antecipada por Políbio antes da crise da República, tornou-se um problema generalizado. O Império teve de lidar com a insatisfação de camponeses espalhados pelas diversas províncias incorporadas ao seu território. Não havia mais como justificar os problemas pela oposição entre segmentos sociais; a partir de então, seria preciso considerar os conflitos entre os diversos povos que compartilhavam as mesmas instituições romanas (MAZZARINO, 1991). A partir de finais do século II, essas contradições, cada vez mais arraigadas na sociedade imperial, somavam-se à movimentação dos bárbaros nas fronteiras, compondo, assim, o quadro de dificuldades que caracterizaria a maior parte do século seguinte. Nem mesmo as reformas promovidas por Diocleciano (245-316) e Constantino, as quais representaram um interstício no contexto de crise, seriam capazes de afastar o clima de

ansiedade e pessimismo que faria parte das explicações dos contemporâneos para as crescentes dificuldades do Império.

2.2 A crise do Império para os contemporâneos do século III

A crise de Roma despertou o interesse dos indivíduos, que, para explicar os acontecimentos, elegeram os fatores que, segundo eles, seriam os responsáveis pelo momento de instabilidade. Os testemunhos que chegaram até nós foram produzidos por historiadores, retóricos, apologistas e filósofos, tanto cristãos quanto não cristãos, vindos de diversas partes do Império. Cabe notar, contudo, que a maioria desses textos foram escritos por adeptos do cristianismo, a despeito de eles representarem uma minoria da população. Alföldy explica:

Os cristãos, no entanto, não foram apenas fortemente afetados pelos eventos daquele período (antes de tudo pelas perseguições, causada em particular pela crise do Império), mas também estavam interessados nos acontecimentos contemporâneos que pareciam apoiar sua crença no mais alto grau [...] (1974, p. 91)²⁰

Apesar de suas expectativas escatológicas, as explicações dadas pelos cristãos não diferiam substancialmente daquelas dadas pelos autores pagãos. Segundo Ubiña (1982), de modo geral, as interpretações concretas para a crise prevaleceram sobre as querelas no campo das ideias. Ainda assim, a partir da segunda metade do século III, os embates entre os seguidores de Cristo e seus opositores acabaram por intensificar as ações persecutórias contra os primeiros.

Durante a dinastia dos Severos (193-235), a população do Império tinha a sensação de uma crise generalizada. Efetivamente, logo após a deposição de Cômodo (161-192), os imperadores passaram a investir em uma política propagandística, na qual, reconhecendo-se o momento de dificuldade, propunham-se programas de restauração e se prometia o advento de uma nova era. De acordo com Alföldy,

[...] os imperadores (ou pelo menos alguns deles) na medida em que viram claramente a difícil situação do Império decorrente das profundas mudanças em sua estrutura, empregaram esforços para sua necessária estabilização. A urgente necessidade financeira do Estado foi abertamente confessada por Severo Alexandre em seu edital sobre o *aurum coronarium* no qual enfatizou seus esforços contra a crise financeira. Ao mesmo tempo, ele foi o primeiro imperador a ser celebrado em documentos epigráficos claramente como *restitutor orbis* [...] (1974, p. 92, grifo do autor)²¹

²⁰ “Christians, however, were not only heavily afflicted by the events of that age (first of all by the persecutions, caused in particular by the crisis of the Empire), but also they were interested in contemporary events which seemed to support their belief in the highest degree [...]”

²¹ “[...] the emperors (or at least some of them) saw clearly the difficult new situation of the Empire, arising from profound changes in its structure which made efforts for stabilization necessary. The pressing financial need of the

As fontes daquele período revelam as impressões que se tinha da crise. Ubiña (1982) salienta que Ulpiano (?-228) e Filóstrato (170-249) referiam-se à escassez de mão de obra e à degeneração física dos romanos. Tais impressões davam continuidade ao sentimento expresso por Dião Cássio (155-229), que, diante da morte de Marco Aurélio, afirmava que o Império passara de uma era de ouro para uma de ferro e ferrugem, marcada pela crise política e pelas transformações nas estruturas de poder.

Apesar das dificuldades que caracterizaram a passagem do segundo para o terceiro séculos, alguns autores romanos, entre eles Dião Cássio e Filóstrato, acreditavam na recuperação do Estado. A esperança era compartilhada por alguns adeptos do cristianismo. Segundo Alföldy (1974), contribuía para isso o fato de que, desde meados do século II, muitos dos seguidores de Cristo já não acreditavam no eminente retorno do Messias. Tertuliano (160-240), um dos principais representantes do pensamento cristão nessa época, confiava que Roma tinha poder interno para se recuperar da instabilidade. Na mesma direção, Hipólito (170-236) previa o fim do Império para o ano 500. Sua previsão era baseada no Livro de Daniel, que vinculava o desaparecimento de Roma ao aparecimento de dez povos beligerantes que dividiriam o Império entre si. “Os dedos dos pés (da estátua no sonho de Nabucodonosor) pretendem mostrar às democracias vindouras que se separarão umas das outras como dez dedos da estátua, nos quais o ferro será misturado com a argila” (MAZZARINO, 1991, p. 43). Segundo essa cosmovisão escatológica, o fim era inevitável, ainda que pudesse ser postergado.

[...] Naturalmente, a queda de Roma deve vir um dia e o presente momento seria já uma época em que *concutitur imperium*; mas a força de Roma ainda poderia atrasar a *clausula saeculi*, e assim o *mora finis* seria uma chance real, em particular porque os cristãos estavam orando a Deus para o bem-estar do Império e pela *Romana diuturnitas*. ” (ALFÖLDY, 1974, p. 93, grifos do autor)²²

Em meados do século III, por conta das invasões bárbaras nas fronteiras, da multiplicação das dificuldades econômicas decorrentes do aumento no preço das mercadorias, acrescidas de adversidades naturais, com períodos de seca e inundações, uma atmosfera de pessimismo instalou-se entre vários grupos da sociedade romana. Um manuscrito datado do tempo de Filipe, o árabe (204-249), assinalado por Alföldy (1974 e 1989), compara o Império

state, was openly confessed by Severus Alexander in his edict on the *aurum coronarium*, and the emperor emphasized his efforts against the financial crisis. At the same time, he was the first emperor to be celebrated in epigraphical documents clearly as *restitutor orbis* [...]” Termos gregos foram suprimidos.

²² “[...] naturally the fall of Rome must come one day, and the present time was already an age in which *concutitur imperium*; but the strength of Rome could still delay the *clausula saeculi*, and thus the *mora finis* was a real chance, in particular because Christians were praying to God for the welfare of the Empire and for *Romana diuturnitas*. ”

decadente a um corpo em decomposição e a um navio sem rumo condenado a naufragar. No mesmo período, talvez sobre o governo de Décio (201-251), Herodiano (170-240) fazia uma análise dos acontecimentos. A despeito de sua falta de exatidão em relação aos fatos, o historiador latino foi o que melhor privilegiou a forma como os grupos sociais menos favorecidos do Império encararam a crise (ALFÖLDY, 1974 e UBIÑA, 1982). O autor romano, que era membro da aristocracia senatorial, falou de uma série de catástrofes naturais, interrompidas por breves momentos de tranquilidade. Assim como Dião Cássio, ele considerava a morte de Marco Aurélio como o início dos infortúnios de Roma.

De qualquer modo, se alguém passasse em revista todo o período que se estende desde Augusto, quando o regime romano se tornou um poder pessoal, não encontrará nos cerca de duzentos anos que vão até a época de Marco Aurélio nem contínua sucessão no poder imperial, nem tais mudanças de sorte como guerras civis e exteriores, nem agitações da população das províncias e cidades conquistadas, tanto em nosso território como nos muitos grupos bárbaros, nem terremotos e epidemias, nem, finalmente, vidas de tiranos e imperadores, que antes eram raras ou das quais sequer há lembrança. (HERODIANUS, *His. Rom.* 1.1.4)²³

Diante dos eventos que presenciava, Herodiano não parecia otimista quanto ao retorno a tempos como os que antecederam o governo de Marco Aurélio. Para ele, somente pela força das armas os imperadores poderiam manter a unidade do Império e defendê-lo da ação dos bárbaros nas fronteiras. As derrotas de Décio diante dos godos, as quais acabaram levando à sua morte em 251, despertaram em outro contemporâneo a sensação de que o colapso de Roma se aproximava. Cipriano (210-258), bispo de Cartago, ressaltou o caráter moral da crise, responsabilizando as práticas pagãs dos romanos pelas guerras que assolavam o Império. Ele retomava o argumento de Lucrécio sobre o envelhecimento do mundo:

[...] o mundo tem envelhecido e não sustenta o mesmo vigor e a força que possuía anteriormente. Mesmo que nós cristãos tivéssemos silenciado e se não tivéssemos apresentado as evidências das Sagradas Escrituras, o próprio mundo estaria anunciando seu ocaso pela decadência do Estado. No inverno, não há abundância de chuvas para nutrir as sementes nem no verão o sol tem tanto calor para madurar as colheitas. Na primavera, os campos de milho não são tão formosos, tampouco é o outono fecundo em seus arvoredos verdejantes. As camadas de mármore são escavadas em menor quantidade das estripadas e cansadas montanhas; as quantidades diminuídas de ouro e prata sugerem o esgotamento dos metais e os veios pobres estreitam dia a dia. Há falta de lavradores nos campos, de marinheiros no mar, de soldados nas campanhas, de honestidade no mercado, de justiça no tribunal, de

²³ “En todo caso si alguien pasara revista a todo el período que arranca de Augusto, desde que el régimen romano se transformó en poder personal, no encontraría en los cerca de doscientos años que van hasta los tiempos de Marco ni tan continuos relevos en el poder imperial, ni tales cambios de suerte en guerras civiles y exteriores, ni conmociones en los pueblos de las provincias y conquistas de ciudades, tanto en nuestro territorio como en muchos países bárbaros, ni movimientos sísmicos y pestes ni, finalmente, vidas de tiranos y emperadores tan increíbles, que antes eran raras o ni siquiera se recordaban.”

concordia nas amizades, de pericia nas artes e de disciplina nos costumes [...] Assim, o sol envia seus raios mais fracos e com menos calor; em seu declínio, a lua diminui seu esplendor; as árvores, que antes tinham sido verdes e férteis, seus ramos agora secam, tornando-se pouco a pouco disformes em uma velhice estéril; a fonte, que uma vez jorrou livremente de suas veias transbordantes, com a idade avançada esmorece, escorrendo escassamente. Esta é a sentença dada ao mundo, esta é a lei de Deus; que tudo o que teve um princípio deve perecer, as coisas que têm crescido devem tornar-se velhas, os fortes tornar-se fracos, os grandes pequenos chegando a um fim. (CYPRIANUS, *Ad Dem.* 3)²⁴

Ao contrário do cartaginês, Orígenes (185-253) apresentava-se otimista em relação ao futuro do Império. A exemplo do que havia feito Melito de Sardes (?-180), o teólogo de Alexandria acreditava que Roma e o cristianismo deveriam se desenvolver lado a lado; afinal, Cristo havia nascido sob o domínio de Augusto (UBIÑA, 1982). Essa concepção conciliatória foi retomada mais tarde por Lactânio, para quem a única maneira de postergar o juízo final seria a conversão do Império ao cristianismo.

No decurso do século III, notamos que a ação dos bárbaros começou a ser destacada como uma das causas da crise. Ubiña (1982) lembra-nos de que outros autores, como Políbio, Dião Cássio e Tertuliano, já haviam atentado para essa questão, sem lhe atribuir, contudo, a devida importância. Mesmo Herodiano e Cipriano, que prestaram mais atenção às fronteiras romanas, não apontaram os bárbaros como protagonistas do drama do Império. Foi Comodiano (século III) o primeiro a colocar as invasões em primeiro plano. Assim como Herodiano, o escritor cristão presenciou as invasões dos godos, que, no governo de Décio, saquearam a Península Balcânica e, nos anos seguintes ao de sua morte, adentraram a Ásia Menor chegando à cidade de Éfeso. Durante o governo de Valeriano (200-260), Comodiano também foi testemunha dos fracassos das campanhas militares contra os persas conduzidas por esse Imperador. Por essas razões, em seu *Carmen apologeticum*, à medida que demonstrava sua

²⁴ “[...] the world has now grown old, and does not abide in that strength in which it formerly stood; nor has it that vigour and force which it formerly possessed. This, even were we silent, and if we alleged no proofs from the sacred Scriptures and from the divine declarations, the world itself is now announcing, and, bearing witness to its decline by the testimony of its failing estate. In the winter there is not such an abundance of showers for nourishing the seeds; in the summer the sun has not so much heat for cherishing the harvest; nor in the spring season are the corn-fields so joyous; nor are the autumnal seasons so fruitful in their leafy products. The layers of marble are dug out in less quantity from the disembowelled and wearied mountains; the diminished quantities of gold and silver suggest the early exhaustion of the metals, and the impoverished veins are straitened and decreased day by day; the husbandman is failing in the fields, the sailor at sea, the soldier in the camp, innocence in the market, justice in the tribunal, concord in friendships, skilfulness in the arts, discipline in morals [...] Thus, the sun at his setting darts his rays with a less bright and fiery splendour; thus, in her declining course, the moon wanes with exhausted horns; and the tree, which before had been green and fertile, as its branches dry up, becomes by and by misshapen in a barren old age; and the fountain which once gushed forth liberally from its overflowing veins, as old age causes it to fail, scarcely trickles with a sparing moisture. This is the sentence passed on the world, this is God’s law; that everything that has had a beginning should perish, and things that have grown should become old, and that strong things should become weak, and great things become small, and that, when they have become weakened and diminished, they should come to an end.”

indignação contra as perseguições, o autor via os ataques estrangeiros com certo contentamento, uma vez que, em sua interpretação escatológica dos acontecimentos, eles figuravam entre os eventos finais da história humana (MAZZARINO, 1991). Sobre isso, escreve Alföldy:

[...] Comodiano estava convencido de que a aniquilação do Império, começando com invasões bárbaras, com revoltas militares e com perseguições à Igreja (uma visão claramente influenciada pelos eventos contemporâneos), era de se esperar em um futuro próximo, talvez no sétimo ano do reinado de Valeriano e Galiano. (1974, p. 95)²⁵

Na mesma direção, Déxipo (210-280) enfatizaria as contendas contra os bárbaros. De suas obras que chegaram até nós, consta um relato da guerra de Roma contra os godos durante os reinados de Décio e Aureliano (214-275). Nessa narrativa, de acordo com Ubiña (1982), o historiador grego contrapunha a ‘razão’ de Roma à ‘violência’ dos bárbaros. Outro observador desse momento, Dionísio de Alexandria (?-265), ressaltou o problema demográfico como a causa da crise. Em uma epístola endereçada ao bispo egípcio Hierarco (séculos III e IV), conservada por Eusébio de Cesaréia (270-339), ele afirmou:

E logo o povo se admira e está incerto de onde provêm as contínuas pestes e as graves enfermidades, de onde as corrupções de toda espécie e a variada e reiterada mortandade dos homens, e por que a grande cidade não sustenta já em si mesma aquela tão grande multidão de homens que antes alimentava, começando pelas crianças de peito até os anciãos de extrema velhice, passando pelo grande número de 'velhos prematuros', como eram chamados. Ao contrário, os quarentões e mesmo os setentões eram tão numerosos então e agora seu número não chega a se completar ainda que estejam inscritos e assinalados para a ração pública de víveres desde os quatorze até os oitenta anos; os que aparentam ser os mais jovens parecem contemporâneos dos mais velhos de então. Dessa maneira, ainda que vendo constantemente diminuída e consumida a família humana sobre a terra, não tremem, apesar de se aproximar cada vez mais sua completa destruição. (EUSEBIUS, *His. Ecl.* 7.21.9-10)

Na visão do bispo alexandrino, a diminuição do gênero humano, somada às guerras, revoltas e pragas durante o governo de Valeriano, anunciava o final dos tempos. Em contrapartida, após alguns anos da administração de Galiano (218-268), que decretou, entre outras medidas, o fim das perseguições, o presbítero de Alexandria mudou sua visão diante da crise, passando a partilhar das esperanças de Tertuliano e Hipólito. As vitórias sobre os bárbaros no final do governo de Galiano restauraram o otimismo das épocas de Júlio César (100-44 a. C.) e de Otávio Augusto. De acordo com Peter Brown (1972), nos dez anos entre 258 e 268, os romanos venceram na região dos Balcãs e no norte da Itália. Cláudio, o gótico (213-270),

²⁵ “[...] Commodianus was convinced that the annihilation of the Empire, beginning with barbarian invasions, with military revolts and with persecutions of the Church (a vision clearly influenced by contemporary events), was to be expected in the near future, perhaps in the seventh year of the reign of Valerian and Gallienus.”

pacificou a fronteira do Danúbio em 269; Aureliano avançou sobre os povos germanos através das províncias do Oriente e Galério (260-311) conseguiu uma vitória sobre os persas em 296. Diante desses êxitos, até mesmo a propaganda oficial do Estado tomou um novo direcionamento. Ao invés de reconhecer a crise e prometer diligências, os imperadores passaram a enfatizar como Roma foi capaz de prevalecer sobre seus adversários graças às ações de seus governantes (ALFÖLDY, 1974).

Esse momento de restauração trouxe otimismo para alguns cristãos. Arnóbio (?-330), apesar de vivenciar a perseguição de Diocleciano no início do século IV, estava convencido de que as mudanças de seu tempo e os ‘males’ do Império eram evidências de novos direcionamentos na história. Ao contrário de Comodiano e Cipriano, o norte-africano não apontava quaisquer consequências em direção a um futuro imediato. Seu discípulo, Lactâncio (250-324), fez uma crítica às perseguições aos cristãos e recuperou a ideia de envelhecimento do mundo proposta por Cipriano. Contudo, para ele, o fim dos tempos não chegaria antes de 200 anos, podendo ainda ser adiado caso o Império se convertesse ao cristianismo.

Em uma avaliação da percepção que os contemporâneos tiveram da crise do século III, notamos que boa parte dos problemas assinalados não eram novos, todavia, foram encarados de forma decisiva quanto à sobrevivência do Império. A maneira como esses indivíduos enxergaram o momento de adversidade serviu às explicações dos observadores dos séculos seguintes. A despeito da oposição entre a percepção escatológica dos cristãos e a ideia de degeneração dos costumes dos autores pagãos, os principais sintomas da crise foram observados por ambos os lados. Como afirma Alföldy: “Salvo grupos minoritários, os cristãos lamentaram a decadência do Império tanto quanto os pagãos e sentiram que assim como eles também foram afetados pela crise [...] Não somente os pagãos, mas os cristãos também rogaram pelo Império [...]” (1974, p. 110)²⁶

2.3 O pensamento escatológico cristão

Assim como os demais habitantes do Império, os cristãos estiveram conscientes do processo de desagregação do Estado romano. Contudo, a crise foi vista por eles como parte de um drama cósmico: os eventos que antecederiam a segunda vinda de Cristo e o juízo final seriam marcados por um período de adversidades. Essa interpretação escatológica da história,

²⁶ “Apart from minor groups, Christians lamented the decay of the Empire just as pagans did and felt that they were affected by the crisis, as the pagans did as well [...] and not only pagans, but also Christians prayed for the Empire [...]”

no entanto, não os impediu de apontar como causa da crise fatores concretos: invasões bárbaras nas fronteiras, queda na produção de gêneros, falta de mão de obra no campo, aumento da tributação e lutas pelo poder no escol governamental.

De acordo com Le Goff (1990), o conceito de escatologia está relacionado a um corpo de crenças relativas ao fim dos tempos, da humanidade ou do universo. O termo se desenvolveu a partir do vocábulo *tá escháta*, cunhado pelos gregos e cuja tradução literal quer dizer ‘as últimas coisas’, tendo sido mais tarde introduzido na teologia cristã e no estudo das religiões. Seu significado foi ampliado por historiadores e etnólogos, os quais passaram a empregá-lo para explicar o conjunto de crenças desenvolvidas no seio de uma dada sociedade. Essa ampliação permitiu que o conceito passasse a ser utilizado tanto no sentido coletivo quanto no individual. Em nosso caso, iremos nos valer dele para designar um conjunto de ideias deterministas características de uma sociedade, as quais são usadas para justificar certos acontecimentos relacionados a um período de crise.

Em nossa compreensão do pensamento escatológico cristão partimos de alguns esclarecimentos sobre como essas ideias se desenvolveram no seio do antigo judaísmo. Suas raízes relacionam-se às promessas de Deus aos profetas do Antigo Testamento, os quais previram uma recompensa para um futuro próximo, uma “terra que mana leite e mel” para os descendentes de Abraão (séculos XX-XIX a. C.)²⁷. Nessa concepção, o futuro Messias era visto como um rebento da linhagem de Davi (séculos XI-X a. C.), portanto, como um ser que tinha sangue real, um libertador ungido por Deus²⁸.

Após o cativeiro babilônico (século VI a. C.) e a diáspora pelo mundo antigo, o pensamento escatológico judaico passou por algumas transformações.

Há uma dupla espiritualização da escatologia. Primeiro, no plano do Messias, que já não é evocado como um chefe de ascendência real, mas um servidor de *Yahvéh* [...] no plano do Reino futuro, já não é uma pura promessa material, cheia de riquezas, mas uma nova criação, selada por uma aliança [...] (LE GOFF, 1990, p. 341, grifo nosso)

Na cosmovisão dos primeiros hebreus, a crença na ressurreição dos mortos era interpretada mais como um sinal da justiça divina do que como uma esperança de salvação propriamente dita. Em face da dominação estrangeira e da dispersão geográfica, entretanto, os anseios da comunidade judaica voltaram-se para a possibilidade de redenção após a morte. O

²⁷ Gn. 15 e Êx. 3:8, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

²⁸ Gn. 3:15-15 e 22:18; Dt. 18:15; 2Sm. 7:12-13; Is. 9:6-7 e Dn. 9:25, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

texto redigido pelo profeta Daniel (séculos VII-VI a. C.) durante seu exílio na Babilônia faria eco a essas novas orientações e seu conteúdo seria tomado pelos cristãos como um conjunto de profecias indicando o final dos tempos.

O Livro de Daniel marca o início do período intertestamentário, quando foram produzidos vários textos apócrifos e pseudoepígrafos, alguns dos quais incorporados aos escritos judaicos (SIMON e BENOIT, 1972). Na literatura apocalíptica do período helenístico, havia ainda outra classe de escritos: os Livros Sibílinos, que já eram conhecidos de Heráclito no século V a. C. Para os gregos, as sibilas eram mulheres que, sob transe extáticos, proferiam palavras proféticas de caráter misterioso e enigmático. Durante o período helenístico, vários escritos dessas sibilas foram conhecidos, especialmente os atribuídos à de Eritréia, na Ásia Menor, e à de Cumas, na Itália (COLLINS, 1998). Em sua apologia, Lactâncio menciona dez sibilas, dentre as quais a de Eritréia e a de Cumas²⁹. Ao longo de seu texto, ele se vale desses testemunhos para legitimar as profecias em torno do nascimento de Cristo e dos eventos finais que antecederiam sua segunda vinda à Terra.

Os testemunhos oraculares eram familiares a diversos povos na Antiguidade e foram adaptados pelos judeus para justificar suas expectativas messiânicas. Esses textos expressavam a crença de que a ordem estabelecida por Deus na criação seria restaurada na Terra. Os últimos dias, porém, seriam marcados pelo acúmulo de calamidades. Nesse momento, os judeus da diáspora poderiam regressar a uma Palestina liberada do jugo estrangeiro, inaugurando um tempo de felicidade e justiça como o que existira na criação do mundo. Esses elementos do pensamento judaico foram adaptados pelos cristãos, que criaram sua própria percepção escatológica da história.

De uma perspectiva contextual, a invasão babilônica marcou o início da dominação estrangeira na Palestina. Apesar disso, vitorioso sobre os caldeus em 539 a. C., Ciro I (?-530 a. C.) permitiu que os judeus exilados voltassem à terra natal. Sob o mando dos persas aquêmidas, eles reedificaram o templo destruído por Nabucodonosor II (634-562 a. C.) em 586 a. C., estabelecendo novamente, ao menos em tese, sua dominação sobre as terras de seus antepassados.

No século II a. C., como resultado da divisão do Império Macedônico após a morte de Alexandre, o grande (356-325 a. C.), o domínio da Judeia passou ao controle dos governantes da Síria. Durante o governo de Antíoco Epifanio (215-163 a. C.), tentou-se uma política de helenização das regiões sob sua influência. Essa medida teve um duplo efeito sobre os judeus.

²⁹ *Div. Inst.* 1.6.6-14.

Em primeiro lugar, suas práticas religiosas centralizaram-se cada vez mais na observância da lei, com o objetivo de preservá-las das influências exercidas por outras crenças que se propagavam durante o período. Em segundo, a imposição da cultura helênica alimentou segmentos revoltosos da sociedade.

Utilizando como justificativa a beligerância entre as seitas do judaísmo, Epifânio autorizou uma intervenção armada na Palestina, a qual culminou com o saque do templo, a suspensão dos sacrifícios e de outros ritos tradicionais, como a circuncisão, a instalação de um templo dedicado à adoração de Zeus e a perseguição aos que se recusassem a abrir mão de sua fé. Essas medidas radicais despertaram uma reação armada que ficou conhecida como a Revolta dos Macabeus, um movimento de caráter nacionalista que começou em 167 a. C. na cidade de Modín, onde um sacerdote de nome Matatías liderou uma massa de populares armados contra a dominação estrangeira na Palestina. Após sua morte, seu filho Judas, chamado ‘macabeu’, assumiu a liderança dos revoltosos, imprimindo uma vitória sobre os monarcas de Antióquia. Ele inaugurou uma linhagem de reis e sacerdotes que permitiu uma virtual independência da Judéia em relação aos seus dominadores helênicos por quase um século. (SIMON e BENOIT, 1972)

No último século antes de Cristo, como consequência de suas conquistas no Oriente, os romanos adentraram a Ásia Menor. Diante das frequentes dissensões entre os soberanos selêucidas, Roma não teve maiores dificuldades para exercer seu domínio sobre a Síria. Nesse contexto, a Palestina foi incorporada como uma província do Estado em ascensão. Sob o domínio dos latinos, o ministério de Cristo marcou o ponto de separação entre a concepção escatológica judaica e a do nascente cristianismo. Segundo Le Goff:

Jesus é o Filho do Homem enviado por Deus, o próprio Deus. A sua missão vai, no entanto, cumprir-se na provação e na dor, não na glória. Não se apresenta como ‘filho de David’ (para quê, pois que é filho de Deus) e foge à multidão que o quer aclamar rei [*João*, 6, 15]. Com a sua morte, devia iniciar-se o Dia do Senhor e a queda do Judaísmo [*João*, 2, 19), o drama escatológico de alcance cósmico (ou antes, semicósmico), com o obscurantismo e queda dos astros [*Marcos*, 13, 24]; depois da condenação de Jesus à morte, as trevas cobriram a terra no momento da crucificação. (1990, p. 343-344, grifo do autor)

O historiador francês explica que à época de Jesus, a escatologia judaica estava dividida entre uma perspectiva histórica de um Messias libertador e uma transcendental de libertação no plano espiritual. Isso explica a dificuldade de parte dos judeus para aceitar Jesus como o salvador anunciado pelos profetas. Os cristãos, por seu turno, não os isentavam da

responsabilidade por atentar contra o filho de Deus, considerando-os não merecedores das promessas feitas aos seus antepassados, cujo legado reivindicavam a partir de então.

Ao contrário dos judeus, que não reconheceram em Cristo o Messias do Antigo Testamento, os cristãos defendiam que com Jesus a escatologia entrara na história e começara a se realizar (LE GOFF, 1990). Nesse sentido, afirmavam uma nova concepção temporal. Mais do que estabelecer um tempo linear e unidirecional, o cristianismo firmou um tempo histórico, ainda que histórico sagrado. Passou a entender a ação do homem no mundo para além de sua época, extrapolando o presente e interpretando os acontecimentos como parte de um drama cósmico, no qual o sujeito atuava diretamente.

O homem, o cristão, extrapolou seu presente reconhecendo a existência de um passado que não lhe era de todo estranho e indiferente, pois, embora não o tendo vivenciado, participava agora do seu mesmo tempo, estendido ao presente. E este mesmo passado, devia ser lhe tão sensível, a ponto de saber e pesar que imprimiu sua marca no presente e em cada um que o vivencia, sendo a mais douradura e visível a marca do pecado, o mesmo que justificará o futuro, marcado pelo juízo final, pela segunda vinda de Cristo, e o abolir da história. (AMARAL, 2010, p. 161)

Com o passar do tempo, as expectativas dos cristãos em torno da parousia foram arrefecendo, ainda que alguns grupos de fiéis continuassem convencidos do eminente retorno do Messias. De acordo com Simon e Benoit (1972), o montanismo, cujo nascimento deve ser fixado entre 160 e 170 na Frígia, foi um movimento que se produziu no interior das primeiras comunidades como um esforço para revalidar as crenças escatológicas dos cristãos primitivos. Tratava-se de uma doutrina de reavivamento, que diferentemente da gnóstica ou da marcionista, não pretendia anunciar um novo conjunto de ideias e sim resgatar certos elementos mais ou menos esquecidos da fé tradicional. Difundindo-se rapidamente, sobretudo no Oriente, os montanistas alcançaram sua máxima expansão no final do segundo século, embora tenham subsistido até o último quartel do século IV. Ainda quanto ao Leste, Alföldy (1974) destaca que imediatamente após a morte do Cômmodo, alguns círculos na Ásia Menor, Síria e Palestina foram responsáveis por uma nova onda de expectativas escatológicas. Para um crescente número de crentes, entretanto, a intransigência em relação às questões intramundanas cedeu espaço a uma postura de aproximação para com os assuntos do Estado. Desde a primeira metade do século II, as previsões dos eventos finais a partir da investigação das Escrituras estiveram a cargo dos eruditos, cujos prognósticos serviam para desacreditar reavivamentos apocalípticos entre os fiéis (HINOJO, 2009). No contexto da crise imperial, tal qual outros contemporâneos, os cristãos dedicaram-se a encontrar elementos concretos para explicar o momento de instabilidade, ainda que o aspecto transcendental jamais tenha sido abandonado.

2.4 A crise imperial de Marco Aurélio a Constantino

A crise que levou ao colapso as instituições imperiais no Ocidente não se deu de forma homogênea: cada segmento social experimentou o período de adversidade de maneira distinta. Da mesma forma, o conjunto de medidas tomadas pelo Estado com o objetivo de reverter o quadro que se instaurava surtiu efeitos diversos em cada localidade e, em muitos casos, não correspondeu às expectativas de seus idealizadores. Um exemplo foi a reforma fiscal de Diocleciano, levada a cabo de forma desigual em cada região (MENDES e SILVA, 2006). Até mesmo os editos gerais de perseguição dependeram em grande medida da iniciativa de governantes locais, de modo que, em alguns lugares, os cristãos foram menos ameaçados por seus opositores. Ainda assim, a despeito de seus regionalismos, a crise que se perpetuou a partir de finais do século II afetou cada domínio da vida dos habitantes do Império, resultando em profundas alterações na estrutura da sociedade.

Diante dos momentos de instabilidade, as políticas imperiais sempre atuaram no sentido de promover a centralização do poder, aumentar a interferência do Estado nas províncias, instituir regras gerais de tributação, garantir a homogeneidade na aplicação da justiça e, em termos religiosos, estabelecer o culto ao Imperador junto com as demais adorações. O Estado romano, por outro lado, contava com uma infinidade de povos, culturas, crenças e expectativas quanto à dominação em seu interior, vivendo o que Santo Mazzarino (1991) chamou de ‘drama das nações’ ao se referir às consequências da formação dos impérios, que não puderam evitar a existência de contradições em seu interior.

O Império Romano, que, perigosamente, se estendera até tão longe do Mediterrâneo no ano 200, conservava-se unido devido à ilusão de que era ainda muito pequeno [...] esta espantosa uniformidade era mantida por homens que sentiam obscuramente que a cultura clássica se destinava a excluir as alternativas do seu próprio mundo (BROWN, 1972, p. 14).

Nesse sentido, a crise pôs “[...] a nu o contraste entre o coração do velho império mediterrâneo e o mundo mais primitivo e frágil das fronteiras” (BROWN, 1972, p. 24). Foi um momento de crescentes dificuldades dentro e fora dos limites de Roma, as quais gradativamente solaparam a capacidade das instituições imperiais de prevalecer sobre as tendências opositoras que ameaçavam sua existência. Dentre elas, destacamos as invasões de povos bárbaros nas fronteiras, as dificuldades ocasionadas na produção e na comercialização de mercadorias e a instabilidade na transmissão do poder entre os imperadores. Mendes e Silva (2006) acreditam

que a dissolução do Estado esteve condicionada à inépcia do governo imperial para gerir os conflitos sociais que se apresentaram durante a crise, em razão de fatores de ordem política, econômica e religiosa. O período compreendido entre o final do século II e a segunda metade do século V, todavia, não deve ser entendido como de ruptura. O Império Romano, tal como sobreviveu no Oriente, continuaria sendo chamado *Res publica* e considerado pelos bárbaros como o maior Estado civilizado do mundo.

Em nosso trabalho, privilegiaremos o aspecto político da crise imperial, destacando as ações dos imperadores diante dos momentos de insegurança, os conflitos em torno da transmissão do poder e as transformações na relação entre Estado e religião em decorrência do advento do cristianismo. Por outro lado, não apartamos a política dos conflitos sociais, das transformações econômicas e das alterações no campo das ideias. Nossa intenção é contribuir para a compreensão de um fenômeno complexo que exige diferentes abordagens.

2.4.1 A dinastia dos Severos e a anarquia militar no século III

Em 177, com a finalidade de garantir a sucessão ao trono, Marco Aurélio associou-se a seu filho, com quem dividiu o poder. Após sua morte, o governo de Cômodo foi marcado pelo despotismo e pela crise política, que, no entendimento de alguns contemporâneos como Dião Cássio e Herodiano, marcou o início da decadência do Império. O assassinato de Cômodo pelo prefeito do Pretório desencadeou um período de conflitos sucessórios e de guerra civil.

No ano seguinte à conspiração que vitimou o imperador, Pertinax (126-193), que era prefeito de Roma, assumiu a púrpura com o apoio de seus pares do Senado. Entre suas medidas de contenção dos gastos públicos, Pertinax recusou-se a distribuir alguns donativos aos membros do Pretório. Essa ação lhe custou a vida em uma invasão da Guarda ao Palácio. Na sequência, três imperadores foram simultaneamente nomeados por suas tropas. Septímio Severo (145-211) na Panônia, Pescênio Níger (140-194) na Síria e Clódio Albino (150-197) na Bretanha. Adiantando-se a seus adversários, Severo reuniu dezesseis legiões e entrou em Roma, proclamando-se o vingador de Pertinax. Sem poder se sustentar contra dois adversários, ele fez uma aliança com Albino, proclamando-o César, o primeiro em sua linha sucessória. Após a vitória sobre Níger, contudo, Severo proclamou seus dois filhos como herdeiros, causando a indignação de Clódio Albino, que foi ao seu encontro, mas acabou sendo vencido na Batalha de Lugdunum em 197 (GONÇALVES, 2006).

Com a dinastia Severa, iniciou-se o período conhecido como Monarquia militar (RÉMONDON, 1967)³⁰, na qual o exército passou a ter um papel cada vez mais decisivo na manutenção do poder pelos imperadores. Nessa direção, Septímio Severo reestruturou a Guarda Pretoriana e promoveu uma ampliação do contingente militar com a criação de outras três legiões. Com essas medidas, além de se assegurar no trono, Severo procurava conter os avanços bárbaros nas fronteiras, os quais, desde o governo de Marco Aurélio, ameaçavam a estabilidade do Império.

O processo que ficou conhecido como ‘invasões bárbaras’, precisamos dizer, extrapola os limites do estereótipo romano em relação aos que viviam além de seus domínios. De acordo com Brown, “[...] não existia de facto nenhum abismo social ou ambiental entre os ‘bárbaros’ e as fronteiras romanas de Inglaterra, do Reno ou Danúbio” (1990, p. 30). Antes do estacionamento de grandes contingentes militares nas fronteiras durante os séculos I e II, boa parte das terras imediatamente próximas aos limites do Império eram habitadas por povos que partilhavam dos mesmos princípios constitutivos dos súditos das regiões fronteiriças. “Também eles eram camponeses. Também eles lutavam para obter seu alimento da terra pesada e traiçoeira, a ‘mãe dos homens’” (BROWN, 1999, p. 28).

A partir de finais do século II, os grupos bárbaros instalados nas fronteiras, entre eles os marcomanos, os sármatas, os lombardos e os alamanos, cujo nome significa a reunião de diversas nações, começaram a se organizar em coalisões. Entre as razões desse processo de aglutinamento, segundo Rémondon (1999), estão as modificações nas condições econômicas dessas populações, a hegemonia imposta por grupos mais antigos ou a chegada de novos povos que acabaram introduzindo um tipo de organização social mais complexa. Além disso, o deslocamento dos povos germânicos orientais provocou a compressão daquelas populações anteriormente estabelecidas nos arredores do Império, levando-as a ultrapassar seus limites.

Submetidos a diversas pressões, sofrendo-as antes dos outros povos por conta de sua localização geográfica, e não tendo para sua movimentação mais do que o limitado rincão Reno-Danubiano, os povos estabelecidos à margem esquerda da parte média e superior do Danúbio são os primeiros a invadir (RÉMONDON, 1999, p. 7)³¹

Desde Marco Aurélio, diante dos avanços nas regiões fronteiriças, a conservação do Império passou a depender cada vez mais dos soldados. Em um clima de insegurança e temeridade, os militares acabavam sendo beneficiados por aqueles governantes que buscavam

³⁰ Sobre o conceito de monarquia militar, vid. GONÇALVES, 2006, p. 180-183.

³¹ “Sométidos a estas múltiples pressiones, sufriendolas antes que otros a causa de su posición geográfica, no teniendo para sus movimientos más que el espacio limitado del rincón reno-danubiano, los pueblos establecidos de la ribiera izquierda del Danubio medio y superior son los peimeros en dar el assalto. ”

apoio político em suas fileiras. Por essa razão, Septímio Severo aumentou os soldos, legalizou juridicamente o matrimônio para os soldados, transformou a carreira militar em um ofício hereditário, além de permitir que os oficiais adentrassem a ordem dos cavaleiros, ascendendo a cargos públicos, especialmente nas províncias (RÉMONDON, 1999). Ao lado dessas medidas, foram reforçadas e construídas novas defesas nos limites do Império, de modo a facilitar o acesso das tropas às zonas de conflito (GONÇALVES, 2006).

De modo geral, os Severos atuaram na centralização do poder e na manutenção da unidade imperial, o que só foi possível com o apoio do exército e graças a uma política de concessões e benefícios. O resultado foi o enfraquecimento da aristocracia senatorial, cujas diligências, antes reservadas aos seus membros, passaram a se limitar a alguns cargos civis na capital: o consulado, o governo de algumas províncias sem exército e outros cargos menores. Em seguida, restringiram-se as funções dos senadores na administração civil. Ainda assim, os membros da aristocracia continuaram influenciando a política imperial, por conta de sua riqueza, mas não do modo como fizeram durante a República (ALFÖLDY, 1989). Em contrapartida, diante do aumento da burocracia estatal, que buscava padronizar as tarefas fiscais, jurídicas e administrativas, a ordem dos cavaleiros (*ordo equester*) passou a representar a pedra angular na direção do Império. Os próprios imperadores passaram a ter essa origem.

O século III foi a grande época para a ordem dos cavaleiros, dado que a maior parte dos oficiais, bem como dos funcionários imperiais, pertencia a *ordo equester*, os cavaleiros constituíam a camada superior politicamente mais activa, além de serem os pilares do Estado [...] este acentuado aumento do poder dos cavaleiros devia-se tanto às qualidades e ambições dos elementos desta ordem como aos interesses do próprio Império. Muitos cavaleiros possuíam uma boa formação, além de serem com frequência oficiais experimentados com uma longa carreira profissional [...] (ALFÖLDY, 1989, p. 181).

Apesar das medidas tomadas pelos governantes, as primeiras décadas do século III foram marcadas pelo acirramento das dificuldades relacionadas à crise. No campo econômico, muitos camponeses evadiram-se da zona rural, estimulados pela urbanização que começou a surtir efeito a partir do governo de Marco Aurélio. Esse processo migratório trouxe consequências para a sociedade. Rémondon (1999) fala de epidemias de peste e do empobrecimento dos aldeões em razão do insuficiente cultivo das terras. Ao sentir os efeitos da redução da mão de obra, os proprietários foram obrigados a aumentar os salários e a recorrer a outras formas de trabalho, como os arrendamentos a longo prazo. Aliado ao processo de urbanização, o acréscimo nos gastos municipais desestimulava os cidadãos mais ricos de manter o regime de doações para a manutenção das cidades. “Os *honores* urbanos, antigamente tão

cobiçados, tornaram-se assim, de uma maneira geral, cargos obrigatórios – se bem que continuassem a oferecer atractivos para muitos, principalmente para aqueles que pretendia ascender socialmente” (ALFÖDY, 1989, p. 185).

A *ordo decurionum*, composta por uma elite de cidadãos que faziam parte do conselho e ocupavam as magistraturas de cada cidade, sofreu um pesado golpe com a crise econômica. Embora a maioria dos decuriões possuísse terras no entorno das cidades (*villae*), sua renda provinha principalmente do comércio; além de terem de arcar com os custos de manutenção dos centros urbanos, ao contrário da aristocracia senatorial e dos principais grupos dos cavaleiros, eles não gozavam de privilégios fiscais.

Os incômodos (*vexationes*) por que os decuriões passavam devido à fixação burocrática de seus deveres e, sobretudo, os encargos financeiros propriamente ditos, enfraqueceram sobremaneira essa camada social outrora forte e imponente, e houve cidades em que sua ruína foi total” (ALFÖLDY, 1989, p. 185, grifo do autor).

Na tentativa de conter os desarranjos na economia, o Estado recorreu ao aumento dos impostos, à redução de privilégios, à elevação de taxas e à prática inflacionária, cujo aumento no volume de moeda circulante gerou a desvalorização do dinheiro e a adição no preço das mercadorias. Diante de tais dificuldades, dando continuidade à política intervencionista dos Antoninos, os Severos intensificaram a fiscalização nas províncias. O aumento dos impostos exigiu que os cidadãos fossem classificados em categorias: idade, fortuna, distinção social e ocupação. A uniformização da administração passou a determinar que todas as regiões se organizassem pelos mesmos princípios, partilhando das mesmas instituições. Nesse processo, muitas comarcas foram municipalizadas e diversas regiões da África e do Oriente foram transformadas em colônias (RÉMONDON, 1999). Todas essas medidas visavam tornar a máquina estatal mais eficiente. Tal tendência se tornaria ainda mais expressiva na segunda metade do século.

O último imperador da dinastia iniciada em finais do século II foi Severo Alexandre (208-235). Em seu governo, como destaca Gonçalves (2006), além do apoio do exército, ele buscou se aproximar do Senado. No campo econômico, a inflação continuava a diminuir o poder de compra dos indivíduos, inclusive dos soldados, que passaram a se rebelar no Egito e na Síria. Em 231, Alexandre deixou Roma e se dirigiu à Antióquia a fim de conter a invasão dos persas no Oriente. Após a campanha, que teve lugar no ano seguinte, a Mesopotâmia foi recuperada, fazendo com que o imperador retornasse à capital, onde comemorou o triunfo sobre as ordas vindas de Leste em 233. Pouco tempo depois, os ataques de bárbaros na Germânia

exigiram novamente sua presença. Na ocasião, buscando evitar um confronto, Alexandre tentou comprar a paz, o que foi visto pelos soldados como um sinal de fraqueza. Ao final, ele foi assassinado em 235 por um soldado de origem trácia chamado Maximino Trácio (173-238), que, em seguida vestiu-se da púrpura, dando origem a um período de turbulência nas sucessões imperiais. (PARKER e WARMINGTON, 1976)

Com a morte de Severo Alexandre, instaurou-se a Anarquia militar (235-284), um período marcado pela ascensão de imperadores soldados que, com a mesma facilidade que chegavam ao trono, eram depostos. Assim se refere Gonçalves ao fato (2006, p. 187): “Muitos desses imperadores eram apenas conhecidos de suas próprias legiões. Quase nenhum esteve em Roma durante seus governos e não tiveram tempo de solicitar que sua ascensão ao comando imperial fosse ratificada pelos senadores”. Os revezes desse momento comprometeram a segurança do Estado diante da crise. Na ala ocidental, os godos, vândalos e burgúndios intensificaram os ataques contra as regiões fronteiriças. No Oriente, o Império Persa avançou sobre os domínios de Roma. Géza Alföldy considera catastróficas as relações externas do Império nesse momento.

A derrota infligida pelos Godos ao imperador Décio (249-251), a captura de Valeriano pelos Persas nove anos mais tarde, as incursões dos bárbaros na Germânia, na Gália, na Hispânia, nas regiões do Danúbio, nos Balcãs, na Ásia Menor, na Capadócia e na Síria no reinado de Galiano e, ainda, o avanço dos Germanos até a Itália no tempo de Aureliano, marcaram o período mais desfavorável das ininterruptas guerras defensivas de Roma. (1989, p. 173-174)

No plano interno, a aristocracia senatorial permaneceu excluída dos postos militares, sendo o Imperador o senhor (*dominus*) do Império. As invasões nas fronteiras, por outro lado, comprometeram os transportes, assolando regiões, interrompendo passagens. O resultado foi a carestia de alimentos em várias cidades (RÉMONDON, 1999). A crescente necessidade de recursos para o exército, a desvalorização do dinheiro e o aumento no preço das mercadorias somavam-se à dificuldade de pagar os salários, uma consequência da baixa produtividade. Os grandes proprietários estocavam suas produções e as vendiam por preços abusivos. Grande parte dos pequenos agricultores desistiu de suas terras, que há muito tinham deixado de ser lucrativas, e se colocavam a serviço dos grandes terratenentes.

Politicamente, o Império caminhava para a descentralização administrativa. No primeiro ano de seu governo, Filipe, o árabe, nomeou seu irmão como *rector orientis*, enviando-o para socorrer a Dácia. Em 253, Valeriano encarregou seu filho Galiano da defesa do Ocidente, enquanto permanecia nas províncias orientais. O mesmo fez o imperador Caro (230-283), que

legou a seu filho Carino (?-285) a tarefa de manter o Ocidente enquanto se dirigia para o Oriente para combater os persas. Aos poucos, os governantes constataram que, diante de um número crescente de invasões nas fronteiras, o modelo centralizador buscado pelos Severos não era o mais apropriado.

Entre 260 e 274, como resultado desse processo de repartição administrativa, o Império dividiu-se em três regiões virtualmente independentes. Sob os títulos de cônsules, pontífices e tribunos da plebe, Póstumo (?-269), Mário (?-269), Victorino (?-270) e Tétrico (Século III) ocuparam o poder na região da Gália. No Leste, Odenato (?-266) governou entre 260 a 266 com as atribuições que recebera de Galiano. Após sua morte, sua esposa Zonóbia (240-274) assumiu o poder e expandiu as possessões do Reino de Palmira, anexando a Síria, o Egito e a maior parte da Ásia Menor, até finalmente ser derrotada por Aureliano em 274. Na região central, que compreendia a África setentrional, a Península Itálica, Balcânica e as províncias danubianas, prevalecia o poder dos imperadores de Roma. Esse quadro político-administrativo, antecipava o modelo de governança que seria estabelecido alguns anos mais tarde por Diocleciano.

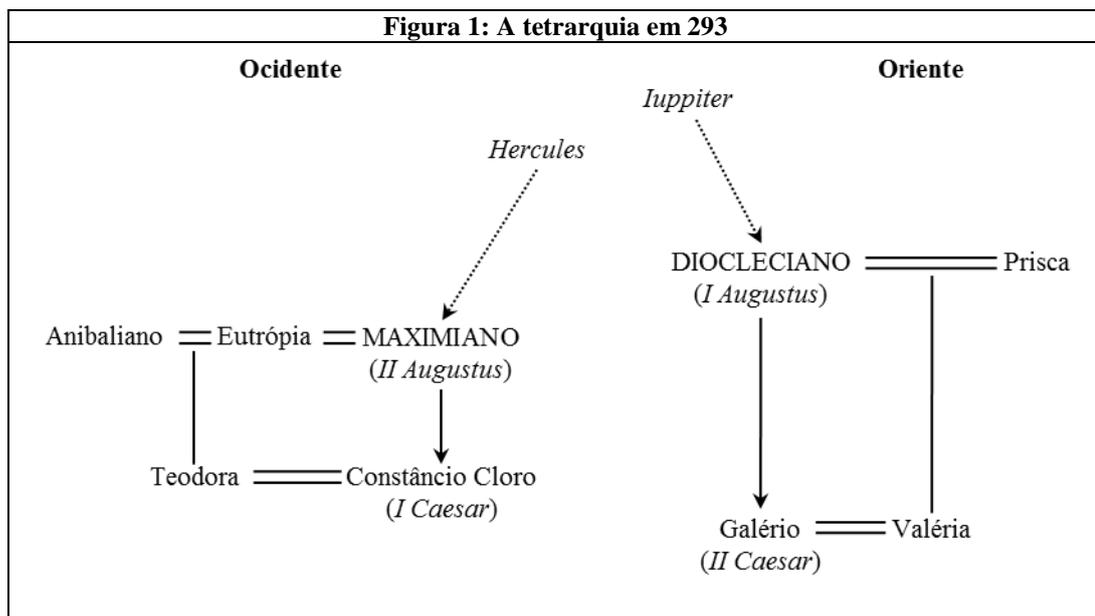
2.4.2 O governo de Diocleciano e a ascensão de Constantino

Nas três últimas décadas do século III, após as campanhas de Cláudio, o gótico, Aureliano e Probo (232-282), a ofensiva bárbara nas fronteiras retrocedeu. Os acontecimentos ocorridos entre o fim do governo dos Severos e a ascensão de Diocleciano foram considerados as causas da crise. (GONÇALVES, 2006). Após a carreira militar, *Gaius Aurelius Valerius Diocletianus* assumiu o poder em 20 de novembro de 284, apoiado por seus soldados. Apesar do estabelecimento de um novo sistema de governança, de acordo com Finley (1990), o novo Imperador não introduziu grandes inovações, limitou-se a aceitar a sociedade e os valores romanos tal qual se encontravam em sua época, tirando o maior partido de suas possibilidades.

A base das reformas de Diocleciano foi a instauração de um modelo de organização política que superasse a instabilidade na sucessão imperial, já que, em pouco menos de meio século, vinte imperadores foram sancionados pelo Senado e pelo menos outros vinte, apoiados por suas legiões, reclamaram o título de Augusto (FINLEY, 1990). Em março de 286, ciente de que o Império havia se tornado extenso para ser governado por uma só pessoa, Diocleciano nomeou Maximiano (250-310) como César. Na sequência, temendo as vitórias militares de seu subordinado, o imperador lhe atribuiu o título de Augusto e o incumbiu da administração da ala ocidental do Império. Sete anos mais tarde, Diocleciano designou Galério como César no

Oriente, permitindo que Maximiano fizesse o mesmo em seus territórios, onde o escolhido foi Constâncio Cloro (250-306), pai do futuro imperador Constantino. O sistema tetrárquico, que, segundo Lactâncio, dividiu o mundo em quatro partes³², obteve êxito na estabilização política de Roma, tornando a prática da descentralização administrativa habitual entre os imperadores dos séculos subsequentes (MENDES e SILVA, 2006).

Ao dividir geograficamente a administração do Império, Diocleciano pretendia reforçar sua autoridade em todo o território romano, garantindo maior eficiência na cobrança dos impostos, nos procedimentos jurídicos e na defesa das fronteiras. A unidade desse sistema era assegurada por meio de uma hierarquização fundada sobre duas bases: a solidariedade entre os tetrarcas, garantida por laços familiares, e uma associação dos governantes às divindades, sendo Diocleciano *Augustus sênior* e descendente de Júpiter (*Iuppiter*), ao passo que Maximiano, na qualidade de segundo Augusto, era associado a Hércules (*Hercules*). Abaixo dos imperadores, vinham os dois césares na condição de filhos de Augusto (*fili Augustorum*) (RÉMONDON, 1999 e MENES e SILVA, 2006).



Adaptado de: RÉMONDON, 1967, p. 45.

O modelo tetrárquico tinha implicações que iam além de uma manobra administrativa. A tetrarquia revestia-se de caráter sagrado, sendo considerada de inspiração divina e seus integrantes possuíam qualidades supra-humanas. A divinização do *Princeps* fazia parte de uma longa tradição entre os imperadores. De acordo com Mendes e Silva (2006), a integração entre

³² *De mort.* 7.2.

a figura do governante e a divindade já havia sido praticada por Nero (37-68), Calígula (12-41) e Domiciano (52-96). Entre os Antoninos, Cômodo teria considerado a si mesmo como um intermediário entre os deuses e os homens (*Júpiter exuperantissimus*). O mesmo ocorreu entre os Severos. Durante os governos de Diocleciano e Constantino, a divinização do imperador passou a fazer parte de uma estratégia de legitimação do poder conhecida como *Dominato*. Tratava-se de um sistema político-ideológico que, fundamentado em uma dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade, atuava como um mecanismo regulador em situações de instabilidade política (MENDES e SILVA, 2006). Mais do que obediência, o imperador passou a exigir a veneração de seus súditos. Era uma ação psicológica que duplicava a ação coercitiva da máquina estatal, pois a atitude política dos súditos foi transformada em uma atitude moral e, em última estância, religiosa (RÉMONDON, 1999).

O *Dominato* também foi caracterizado por uma série de medidas no campo político. Durante o governo de Diocleciano, a administração pública tornou-se amplamente burocratizada em virtude da criação de uma rígida hierarquização no corpo de funcionários do Estado. Nesse sentido, foi aprofundada a separação de tarefas entre os funcionários públicos, com a delimitação de suas competências e tendência à exclusão da aristocracia senatorial dos comandos do exército.

O reaparelhamento do Estado no Baixo Império teve como objetivo, portanto, fornecer ao governo central condições para agir efetivamente na esfera da administração pública por meio de instrumentos aperfeiçoados que lhe permitisse assumir tarefas cada vez mais numerosas e, por conseguinte, exercer um controle maior sobre a sociedade. (MENDES e SILVA, 2006, p. 205)

Ao final do século terceiro, o Estado tornou-se uma instituição que exigia submissão total de seus súditos e os governava, muitas vezes, com brutalidade (ALFÖLDY, 1989). O governo central reforçou sua capacidade de controlar os setores da administração pública mediante enviados especiais com poderes para intervir junto às instancias locais. Além disso, como indicam Mendes e Silva (2006), Diocleciano buscou sistematizar a legislação imperial por meio da elaboração de códigos de leis. Com isso, a atividade dos juristas limitou-se à interpretação do direito em nome do imperador. Em razão da combinação entre os poderes políticos e as prerrogativas religiosas dos tetrarcas, qualquer descumprimento às normas estabelecidas assumia um caráter de violação moral. Nesse sentido, a função das leis era salvaguardar a ordem e os valores da sociedade. Do ponto de vista social, à medida que o direito romano fazia distinções entre os cidadãos de acordo com seu cabedal financeiro, consolidou-se a separação entre os setores da sociedade.

No campo militar, Diocleciano expandiu as fileiras do exército, obrigando os terratenentes a enviar uma parcela de seus empregados como recrutas ou a substituir o encargo pelo pagamento de uma quantia em ouro (*aurum tironicum*). Durante o Baixo Império, a carestia de mão de obra nos campos e as dificuldades em torno da obtenção de escravos nas guerras alterou a maneira de exploração da terra e as relações sociais em torno da gleba. Diante da crise fiscal e da sobrecarga de impostos, os pequenos e médios proprietários deixaram de ser capazes de manter suas próprias terras e passaram trabalhar mediante um contrato (*locatio conductio*), segundo o qual o colono arrendava uma parcela das terras de um grande proprietário por cinco anos em troca do pagamento anual de uma determinada soma em dinheiro. A despeito dessa alternativa, por dificuldades relacionadas à crise, muitos camponeses não foram capazes de arcar com sua parte no acordo. Por causa desse endividamento, muitas vezes à força, eram mantidos de forma permanente na propriedade, onde serviam como mão de obra barata. Já no século III apareciam contratos de arrendamento permanentes (*perpetua conductio*), por meio dos quais se fixavam de maneira definitiva os aldeões às terras de seus arrendadores (ALFÖLDY, 1989 e MENDES e SILVA, 2006).

Outra medida adotada, foi a incorporação de bárbaros (*gentiles*) entre as legiões, embora a inserção desses guerreiros, que não possuíam o mesmo preparo dos soldados romanos, tenha gerado uma divisão no corpo do exército, criando um descompasso que prejudicava as ações militares como um todo (MENDES e SILVA, 2006). Como resultado dessas ações, Lactâncio chegou a afirmar que, durante o governo do imperador dálmata, cada um dos tetrarcas possuía um número de soldados superior ao de qualquer outro que tenha governado o Império anteriormente³³. Trata-se de um exagero, segundo a opinião de Teja (2008), para quem, naquele momento, o número de combatentes teria dobrado.

Assim, como no tempo dos Severos, para financiar o aumento dos gastos públicos, o Estado recorreu à elevação dos impostos. Além disso, assegurou a realização de novos censos, de modo a dimensionar o montante a ser arrecadado da população e reorganizar o fisco em um elaborado sistema de captação, no qual a principal taxação incidia sobre a agricultura. O resultado foi o enfraquecimento do comércio e da manufatura por conta da baixa circulação monetária (MENDES e SILVA, 2006). No sentido de conter a inflação e uniformizar a economia, Diocleciano fixou os preços das mercadorias e estabeleceu o valor dos salários. Em 301, a fim de garantir o cumprimento dessas medidas, publicou o Edito que punia com a morte aqueles que desrespeitassem o que havia sido estipulado. Essas medidas artificiais, todavia, não

³³ *De mort.* 7.2.

foram capazes de impedir a elevação dos preços e salários, sendo abandonadas aos poucos (FINLEY, 1990).

Vinte anos após ser declarados imperadores, Diocleciano e Maximiano abdicaram ao trono. Os anos seguintes, que culminariam com a vitória de Constantino e com a reunificação da Monarquia imperial, seriam marcados por uma série de conflitos sucessórios e pelo colapso da tetrarquia. Em *MP*, Lactâncio afirmava que a renúncia do Imperador se deveu às pressões de Galério: “Assim, pois, começou a pressionar Diocleciano, primeiro com um tom suave e amistoso, fazendo-lhe ver que que já estava velho, que sua saúde era débil e sua capacidade para administrar o Estado escassa; que devia descansar após tantos trabalhos” (*De mort.* 18.2)³⁴. Ainda segundo o retórico, rebatendo os argumentos de César, Diocleciano teria afirmado que não lhe aprazia abandonar a púrpura, já que, considerando os inimigos que adquirira, estaria desprotegido sem as prerrogativas de imperador e, se necessário fosse, poderia elevá-lo à condição de Augusto. Não satisfeito, Galério argumentava que isso iria contra os princípios de governança da tetrarquia, que só admitia dois Augustos. Enfim, sugeriu ao ancião que abdicasse ao trono: “caso se recusasse a abdicar, ele tomaria medidas para não permanecer por mais tempo sendo o de menor autoridade e último em poder” (LACTANTIUS, *De mort.* 18.6)³⁵. Temendo as ameaças, o Imperador dálmata renunciou, declarando: “‘Faze assim, se assim o desejas’” (LACTANTIUS, *De mort.* 18.7)³⁶.

Para além da abdicação conjunta dos dois Augustos e a escolha de novos césares, não há evidências dos demais detalhes apresentados por Lactâncio quanto às razões da renúncia de Diocleciano. Apesar disso, podemos objetar que a tibieza com que ele apresentou o Imperador em seus últimos dias não condizia com as atitudes do reformador que reestruturou o Império e cujo governo “[...] foi o mais brilhante do que o de qualquer de seus predecessores” (GIBBON, 1989, p. 139). Em segundo lugar, Lactâncio atribui a Galério o protagonismo na publicação do Edito de perseguição aos cristãos em fevereiro de 303³⁷. Embora não seja impossível que César tenha exercido alguma influência sobre as ações persecutórias de Diocleciano, não parece provável que tenha manipulado o imperador para esse fim, visto que ao criador da tetrarquia,

³⁴ “Así pues, comenzó a pressionar a Diocleciano, primero con un tono suave y amistoso, haciéndole ver que ya era anciano, que su salud era débil y su capacidad para administrar el Estado escassa; que debía descansar tras tantos trabajos. ”

³⁵ “‘Caso que se negase a abdicar, él tomaría medidas para no permanecer por más tiempo siendo el de menor autoridad y el último em rango’ . ”

³⁶ “‘Hágase así, si así te place’ . ”

³⁷ *De mort.* 11.

como defensor das tradições religiosas do paganismo, não faltariam razões para mover ações vexatórias contra os seguidores de Cristo³⁸.

Com a saída dos dois imperadores, em maio de 305, Galério e Constâncio Cloro assumiram o controle do Império. Em seguida, dois novos césaes foram escolhidos, Flávio Severo (?-307) no Ocidente e Maximino Daia (270-313) na ala oriental³⁹. A sucessão tetrárquica respeitava três princípios: o de cooptação, que garantia o direito de os dois césaes em exercício assumirem as prerrogativas de Augusto; o da antiguidade da eleição, que previa a ordem hierárquica de poderes entre os imperadores e seus subordinados, de acordo com a época em que ascendiam ao poder; e os laços familiares, que reforçavam a eleição cooptada. Os conflitos entre os tetrarcas posteriores às ações de 305 decorreriam das contradições entre esses regulamentos. Por exemplo, pela antiguidade da eleição, Constâncio Cloro se tornou o primeiro Augusto; contudo, por cooptação e filiação não possuía esse direito, pois era o sucessor natural de Maximiano, o segundo em poder atrás de Diocleciano (RÉMONDON, 1999).

Após a morte de Constâncio Cloro, em julho de 306, seu filho Constantino foi proclamado Imperador. Galério, por sua vez, não o reconheceu e nomeou Severo como Augusto com base no direito de cooptação⁴⁰. Na mesma época, Maxêncio (278-312) foi aclamado Imperador de Roma. Ao receber a notícia, Galério uniu seus soldados aos de Flávio Severo para depor o filho de Maximiano; ciente do perigo, o filho buscou a ajuda do pai⁴¹. Ao abdicar ao trono, Maximiano deixara suas legiões sob a liderança de Galério, mas, durante o cerco à capital, quando viram seu antigo governante, parte delas voltou-se contra Severo, que foi morto em Ravena⁴².

Temendo uma represália, Maximiano recorreu a Constantino na Gália, dando-lhe sua filha Fausta (289-326) em casamento, além de reconhecê-lo como Augusto em 307⁴³. Nesse mesmo ano, após uma tentativa fracassada de Galério tomar a cidade de Roma, Maximiano tentou rechaçar as ambições do filho no sentido de se tornar o primeiro Augusto. Lactâncio relata que, em dada ocasião, a pretexto de uma assembleia para tratar de assuntos do Estado, o ancião convocou o povo de Roma e, no evento, responsabilizou o filho pelos males que se abatiam sobre a cidade naquele momento. O golpe, contudo, fracassou, pois Maxêncio contava com a fidelidade de suas legiões⁴⁴.

³⁸ *De mort.* 10.

³⁹ *De mort.* 18 e 19.

⁴⁰ *De mort.* 25.

⁴¹ *De mort.* 26.6-7.

⁴² Sobre a morte de Severo, descrita em *De mort.* 26.10, vid. TEJA, 2008, p. 144-145, em nota.

⁴³ *De mort.* 27.1.

⁴⁴ *De mort.* 28.1-4.

Expulso de Roma, Maximiano seguiu para o Oriente em novembro de 308. Na ocasião, Galério proclamou Licínio (263-324) como Augusto no lugar de Severo, sem considerar o direito de cooptação de Maximino Daia. Revoltado, Daia declarou-se Imperador com o apoio de seu exército⁴⁵.

Após a morte de Galério em 311, a tetrarquia encontrava-se extinta. Nesse momento, o Império contava com quatro Augustos: Maximino Daia na Ásia Menor, Síria e Egito; Licínio na Ilíria e nos Balcãs; Constantino na Gália, Hispânia e Britânia; e Maxêncio na Itália e norte da África (PASTOR, 2007). Os conflitos que se sucederem acabaram com a vitória de Constantino sobre Maxêncio em 312 e de Licínio sobre Maximino Daia no ano seguinte. Instaurara-se a partir de então uma diarquia que perduraria até 324, quando, com o triunfo de Constantino sobre Licínio, o Império foi reunificado (RÉMONDON, 1999).

2.4.3 Cristianismo e Império

Considerando o fenômeno de expansão do cristianismo, Stark levanta a seguinte questão: “Como é que um pequeno e obscuro movimento messiânico se deslocou das margens do Império Romano e desalojou o paganismo clássico, tornando-se a fé dominante da civilização ocidental?” (1996, p. 3)⁴⁶. As respostas, como indica o próprio autor, exigem múltiplas explicações. Tomemos, como ponto de partida, o crescimento do número de cristãos em relação à população total do Império nos primeiros três séculos e meio.

Tabela 1: A expansão do cristianismo nos primeiros séculos: crescimento numérico		
<i>Ano</i>	<i>Número de cristãos</i>	<i>Porcentagem da população romana (%)</i>
40	1.000	0,0017
50	1.400	0,0023
100	7.530	0,0126
150	40.496	0,07
200	217.795	0,36
250	1.171.356	1,9
300	6.299.832	10,5
350	33.882.008	56,6

Adaptado de: STARK, 1996, p. 7.

De acordo com os dados apresentados por Finn (2000), até o ano 350 o número de seguidores de Cristo aumentou em média 40 por cento por década, ainda que esse crescimento

⁴⁵ *De mort.* 29.1-2 e 32.

⁴⁶ “How did a tiny and obscure messianic movement from the edge of the Roman Empire dislodge classical paganism and become the dominant faith of Western civilization?”

não tenha se dado de forma homogênea em todo o Império. Utilizando como exemplo a cidade de Roma, ao final do primeiro século, havia na capital um número aproximado de 1.400 cristãos em uma população total de 650.000 habitantes. No ano 250, quando a cidade contava com 700.000 pessoas, o número de cristãos já chegava a 14.000.

No início, o cristianismo revelou-se como um movimento predominantemente urbano. Desde as primeiras viagens missionárias dos apóstolos, os alvos sempre foram as grandes cidades, embora não possamos excluir a atuação dos evangelistas cristãos em pequenas comunidades (PULIDO, 2009 e SIMON e BENOIT, 1972). No final do primeiro século, havia igrejas em 42 cidades do Império, sendo que as principais comunidades se concentravam em Corinto, Roma, Jerusalém, Alexandria e Antioquia (PULIDO, 2009 e FINN, 2000). Que razões teriam levado a esse crescimento, a ponto de, em um momento, os seguidores de Cristo serem acusados de representar um empecilho à estabilidade do Império e, em outro, depois do fracasso das perseguições, ser vistos como um elemento definidor na manutenção da ordem do Estado?

O movimento cristão nasceu no seio da religião judaica. Até meados do século I, o cristianismo não era diferenciado pelos romanos das demais seitas que compunham a religião monoteísta. Por outro lado, tão logo se iniciaram as viagens missionárias dos apóstolos e se formaram as primeiras comunidades evangélicas, os cristãos foram adquirindo sua própria identidade. A eucaristia, enquanto centro da vida comunitária, a substituição do *sabbat* como dia de guarda, a adoção do batismo como fórmula introdutória em lugar da circuncisão e a crença escatológica em torno da segunda vinda de Cristo foram elementos definidores nesse processo de separação do judaísmo (PULIDO, 2009).

Por meio do batismo, a fé em Jesus se tornava universal. Qualquer indivíduo, independentemente de gênero, etnia ou posição social, poderia se tornar cristão. De acordo com Paulo (10-64), “os gentios são co-herdeiros, membros do mesmo Corpo e co-participantes da Promessa em Cristo Jesus, por meio do evangelho”⁴⁷. O cristianismo primitivo era um movimento de convertidos, já que os próprios cristãos pensavam em si mesmos como um povo que se transformara, passando de um estado de vida para outro melhor. Com esse entendimento, Meeks (1997) considera que havia dois tipos de narrativas sobre a conversão na Antiguidade, os quais podemos aplicar ao movimento cristão. No primeiro, narram-se casos de indivíduos que levavam um modo de vida dissoluta, mas que abandonavam suas práticas ao se converter. No segundo, descrevem-se pessoas comuns que se tornam membros fanáticos de determinado grupo.

⁴⁷ Ef. 3:6, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

Além do aspecto moral que cerca uma transformação pessoal, converter-se ao cristianismo implicava uma ação social. Dessa perspectiva, podemos considerar a conversão como um dos elementos que favoreceram o desenvolvimento do cristianismo nos primeiros séculos. Em ambos os modelos apontados por Meeks, converter-se implicava um afastamento do modelo de vida anterior e a adesão à comunidade proselitista, que era reforçada pelos laços entre os fiés, pelos sacramentos e pela própria lembrança da conversão. Essa era uma forma de se confirmar o sentido de adesão a um novo grupo de referência, garantindo “[...] a dependência sincera do convertido em relação à nova comunidade como fonte única de orientação e suporte” (MEEKS, 1997, p. 42).

Os cristãos do primeiro século eram movidos pelo sentimento de que o retorno do Messias seria eminente e seguiam a ordem deixada por ele: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”⁴⁸. Com essa orientação, perpetuariam livremente sua mensagem pelo mundo romano, salvo alguns reveses pontuais como o da perseguição de Nero em meados do século. Em todo caso, além do espírito missionário dos cristãos, outros fatores foram responsáveis pela disseminação do Evangelho durante o primeiro século. As reformas na sociedade imperial durante o Principado forneceram um ambiente propício para as missões. De acordo com Gómez:

A impressionante rede de vias de comunicação, por terra e por mar, criadas pelo Império, não serviram apenas para facilitar a administração do Estado e abastecer a capital de alimentos e matérias-primas, mas por elas também circularam com rapidez os arautos do Evangelho [...]” (2001, p. 86)⁴⁹

Em segundo lugar, a vinculação dos primeiros cristãos com o judaísmo acabou servindo para o desenvolvimento das primeiras comunidades cristãs. As comunidades de judeus da diáspora foram utilizadas de paragem para os primeiros missionários. Além disso, o fato de inicialmente não serem diferenciados dos israelitas permitiu aos cristãos certa liberdade na disseminação de sua mensagem, visto que, de modo geral, a religião judaica era bem aceita pelas autoridades romanas. Assim como os cristãos, os judeus não participavam da adoração aos deuses romanos. Contudo, eram considerados como ‘ateus permitidos’, visto que, mesmo que desprezassem o politeísmo e não rendessem culto ao imperador, estavam dispostos a sacrificar ao seu Deus em prol do Estado, prática alheia aos prosélitos de Cristo. Além disso,

⁴⁸ Mt. 28:19, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

⁴⁹ “La red impresionante de vias de comunicación, por tierra y por mar, creadas por el Imperio no sirvieron solamente para facilitar la administración del Estado y abastecer de alimentos y materias primas a la capital del Imperio, sino que por ellas circularon también con rapidez los heraldos del evangelio [...]”

sua religião era salvaguardada pela antiguidade de suas tradições, elemento respeitado pelos latinos, que, do mesmo modo, conservavam seus costumes. O cristianismo, por outro lado, era considerado uma nova superstição, *superstitionis novae* (PULIDO, 2009 e STE CROIX, 1981).

A partir de meados do século II, as mudanças na concepção escatológica dos cristãos passaram a influir sobre seu caráter organizacional e seu espírito missionário. Gradualmente, os adeptos do cristianismo foram percebendo que a parousia de Cristo talvez não fosse imediata. Isso estimulou a institucionalização do movimento primitivo em torno de pequenas comunidades espalhadas pelo Império. De acordo com Pulido, “o referido atraso da parousia não fez apenas com que os cristãos reagissem diante de suas instituições e sua posição no mundo temporal, mas fez com que tomassem consciência de seu próprio processo de institucionalização como Igreja” (2009, p. 284)⁵⁰. O modelo organizativo do que mais tarde seria a ortodoxia cristã foi tomando forma em torno dos sacramentos e do princípio romano da divisão em dioceses e províncias, colocadas sob a vigilância dos bispos (*episcopos*).

A expansão geográfica do cristianismo aconteceu em um momento de transformações sociais e de cosmovisão dos indivíduos. Além das dificuldades acarretadas pela crise do Império, o segundo e o terceiro séculos foram marcados pela popularização de correntes filosóficas e religiosas que propunham um novo relacionamento do homem com a divindade, com o sofrimento e consigo mesmo. A forma como se apresentavam essas ideias atraíram os romanos.

Os antigos acharam tais ‘mistérios’ imensamente atraentes. Os dados das religiões de mistério revelam que esses processos ritualísticos excitaram e despertaram os sentidos diante daquele frio deixado pelo formalismo da adoração aos deuses romanos. O som e os ritmos, as cores e contrastes visuais, os santuários, os gestos, as encenações rituais, a evocação da morte e a ressurreição, privações e a atenção pessoal, tudo conspirou para abrir um novo mundo sagrado e dar corpo e alma às profundas aspirações enterradas. (FINN, 2000, p. 307)⁵¹

Como uma consequência da extensão de Roma e da absorção de outras culturas, essas crenças se propagaram durante o período helenístico, sendo toleradas pelo Império. Na época de seu desenvolvimento, o cristianismo encontrou uma sociedade na qual a dimensão pessoal

⁵⁰ “El aludido retraso de la parusía no sólo hace reaccionar a los cristianos frente a su posición en el mundo temporal y sus instituciones, sino que hace que tomen conciencia de su próprio proceso de institucionalización como Iglesia.”

⁵¹ “The ancients found such ‘mysteries’ immensely attractive. The data from the mystery religions reveal that such ritual processes excited and aroused the senses of those left cold by the more formalistic worship of the Roman gods. The sound and rhythms, colors and visual contrasts, sanctuaries, gestures, ritual enactments, evocation of death and resurrection, deprivations, and personal attention all conspired to open a new sacred world and give body and soul to deep-buried aspirations.”

da religião era bem conhecida dos indivíduos. Além disso, o monoteísmo judaico-cristão apresentava outros pontos em comum com as religiões de mistério: sua oposição ao formalismo romano; a presença de um mito original como resposta a indagações existencialistas; ritos iniciáticos e formativos, além da compreensão de que, após um processo de renovação, os fiéis estariam aptos a receber o poder salvífico da divindade (PULIDO, 2009).

Sendo uma religião que pregava o ideal de simplicidade e a valorização do trabalho, execrado pela elite romana, mas exaltado pela figura de Jesus e dos apóstolos, o cristianismo propagou-se entre a população mais humilde do Império. Seu caráter universalista, por outro lado, permitiu que o Evangelho atingisse os demais setores da sociedade, como soldados, funcionários do Estado, senadores e membros da ordem dos cavaleiros. Os últimos a se converter foram os filósofos. A esse respeito, Pulido (2009) comenta que a hermenêutica cristã se mostrou intercultural, respondendo tanto aos iletrados quanto aos adeptos de correntes como o neoplatonismo e o estoicismo. Para tornar sua doutrina inteligível aos pagãos, os apologistas cristãos se esforçaram para se apropriar de conceitos do pensamento clássico e criar correspondências com a mensagem que propagavam. Ao lado de suas críticas aos ensinamentos da filosofia, os tratados apologéticos representaram as primeiras sistematizações da doutrina cristã.

Durante o século III, o número de cristãos cresceu consideravelmente. Brown destaca que, nesse momento, além de pobres e marginalizados, as comunidades cristãs incorporavam trabalhadores urbanos e segmentos médios da sociedade imperial. “Não são necessitados, mas pessoas que, tendo conquistado a prosperidade através do Império Romano, conhecem as ansiedades e incertezas de sua nova posição” (1972, p. 66). Em 248, somente a igreja de Roma dispunha de um clero de 155 membros e mantinha cerca de 1500 viúvas e indigentes, tamanho era o número de fiéis que contribuía com suas ofertas (BROWN, 1995). Durante seu reinado, o imperador Diocleciano podia olhar uma catedral construída no centro de Nicomédia da sacada de seu palácio⁵². Como resultado desse alargamento de fileiras, os cristãos ganharam visibilidade, passando a ser associados às causas da crise. A partir da segunda metade do século, multiplicaram-se as medidas persecutórias levadas a cabo pelos imperadores.

O historiador britânico Geoffrey de Ste Croix (1981) divide as perseguições aos cristãos em três fases distintas: a primeira, anterior ao incêndio de Roma de 64; a segunda, iniciada logo após o incêndio, estende-se até meados do século III; a terceira, inaugurada com a perseguição de Décio em 250, vai até o ano 313, quando ocorreu o acordo entre Constantino e Licínio,

⁵² *De mort.* 12.3.

celebrado em Milão com a finalidade de estabelecer o fim das ações anticristãs em todo o Império. Algumas reações anticristãs ocorreram posteriormente, contudo, foram iniciativas isoladas que não alteraram a política de tolerância em relação aos adeptos do cristianismo (SIMON e BENOIT, 1972).

Nero costuma ser apresentado como o primeiro perseguidor. Antes dele, porém, Cláudio (10 a. C.-54 d. C.) havia expulsado os judeus de Roma, acusando-os de disseminar a desordem na cidade. Considerando que, no início do século I, as autoridades romanas não distinguem o cristianismo das demais seitas judaicas, essa ação pode ter afetado os seguidores de Cristo (SILVA, 2006 e SIMON e BENOIT, 1972). Após o incêndio da capital, o imperador teria atribuído a culpa aos cristãos e incitado a população contra eles. Segundo Tácito (56-117), Nero, a fim de acalmar os rumores de que havia sido ele o responsável pela catástrofe, castigou os judeo-cristãos, acusando-os de perpetuar o ódio pela espécie humana (*odio humani generis*). O historiador romano não era partidário dos membros da religião e, apesar de não acreditar que fossem os responsáveis pelo incêndio, destacava que eram execrados por uma série de abominações, como canibalismo e incesto (*flagitia*)⁵³. A crença nesse tipo de escárnio era disseminada entre os populares, tendo sido aproveitada por Nero para tomar os adeptos do cristianismo como bodes expiatórios (STE CROIX, 1981). De acordo com Chevitarese (2006), as acusações levantadas contra seguidores de Cristo contribuíram para que os representantes do Estado comessem a identificá-los como um grupo religioso descolado do judaísmo.

No início do século II, Plínio, o jovem (61-112) escreveu a Trajano, solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos a ser tomados nos julgamentos contra os cristãos. Em sua carta, o governador da Bitínia mostrava-se inseguro quanto ao emprego da pena capital e questionava se o perdão deveria ser garantido a todos os que estivessem dispostos a abrir mão de sua fé. Em sua resposta, o Imperador afirmou:

Tens hágido corretamente, querido Plínio, quanto ao exame dos casos contra os cristãos levados a ti. De fato, não se pode estabelecer uma regra geral que tenha, por assim dizer, uma única aplicação. Os cristãos não devem ser perseguidos, contudo, se denunciados e considerados culpados, devem ser castigados, de tal forma que, quem tenha negado ser cristão e o tenha evidenciado por suas ações, ou seja, sacrificando aos nossos deuses, consiga o perdão por arrependimento, mesmo que tenha sido suspeito no passado. Sem dúvida, os panfletos apresentados anonimamente não devem ser considerados em qualquer acusação, pois se tratam de uma prática detestável que não condiz com o nosso tempo. (PLINIUS, *Epist.* 10.97.1-2)⁵⁴

⁵³ *Ann.* 15.44.2-8.

⁵⁴ “Has seguido el procedimiento que debias, mi querido Segundo, en el examen de los casos de los que habian sido llevados ante ti como cristianos. En efecto, no puede establecerse una regla con valor general que tenga, por asi decir-lo, una forma concreta. No han de ser perseguidos; si son denunciados y encontrados culpables, han de ser castigados, de tal manera, sin embargo, que quien haya negado ser cristiano y lo haga evidente con hechos, es

Até aquele momento, não havia um consenso a respeito das denúncias contra os adeptos do cristianismo. Parece que, desde Nero, a incriminação normal era relativa ao simples fato de serem cristãos (*nomen christianum*). Plínio executou os seguidores de Cristo que não renunciaram à sua fé, obedecendo às recomendações do Imperador de que eles não deveriam ser procurados (*conquirendi non sunt*), de que as denúncias anônimas fossem desconsideradas e de que recebessem a absolvição os que sacrificassem aos deuses e ao gênio do Imperador (STE CROIX, 1981).

Durante o primeiro século, por conta do caráter secreto de sua religião, os seguidores de Cristo foram alvos de uma série de acusações baseadas em especulações que lhes imputavam crimes hediondos (*flagitia*). Os governantes estavam cientes dessas queixas, mas, em geral, não compartilhavam das mesmas crendices da população. Sherwin-White (1981) atesta que a *flagitia* foi a base das primeiras perseguições aos cristãos entre os governos de Nero e Adriano. Ao contrário, Ste-Croix (1981), ainda que admita que as denúncias de *flagitia* tenham repercutido sobre as ações do governo, não considera que tenham sido o fator mais importante nas perseguições. Segundo ele, a *flagitia* só pode ser entendida como um dos elementos que induziram os imperadores às perseguições, caso consideremos que eles tenham procurado responder às demandas populares. Outro ponto em debate entre os dois autores é a questão da *contumacia* (desobediência às leis do Estado) como a base legal da incriminação dos cristãos nos séculos II e III. De acordo com Sherwin-White, a contumácia era subjacente à desobediência dos adeptos do cristianismo que não adoravam aos deuses na chamada ‘prova do sacrifício’. Ste Croix, por sua vez, afirma que não há evidências de que os cristãos alguma vez tenham sido executados por desobediência (*contumacia*). A prova do sacrifício era um ‘privilégio’ oferecido aos que estivessem dispostos a abandonar a *superstitio* cristã, sendo sua negativa entendida como uma obstinação (*obstinatio*) e não uma desobediência às leis do Estado.

O processo legal contra os cristãos (*cognitio extra ordinem*) era de natureza acusatória e não inquisitorial, o que significava que um governador de província normalmente não poderia tomar parte em um julgamento sem que houvesse uma denúncia formal (*delatio nominis*) por parte de um *delator*. Em Roma, segundo Ste-Croix (1981), os julgamentos eram presididos pelo prefeito da cidade (*Praefectus Urbi*) ou pelo prefeito do Pretório (*Praefectus Praetoro*). Não

decir, suplicando a nuestros dioses, consiga el perdon por su arrepentimiento, aunque haya sido sospechoso en el pasado. Sin embargo, los panfletos presentados anonimamente no deben tener cabida en ninguna acusacion. Pues no solo se trata de um detestable ejemplo, sino que no es propio de nuestro tiempo. ”

existem evidências de audiências celebradas pelo Imperador ou pelo Senado, embora, pelo princípio de apelações do principado, fosse permitido que os acusados apelassem ao juízo do soberano. No processo de *cognitio*, empregado na maioria dos juízos criminais, não era necessária outra base legal que não a presença de um acusador (*delator*), uma acusação (*nomen christianum*) e um governador disposto a sancionar o processo.

Vistos do ângulo criminal, os litígios revelavam as deficiências do sistema que regulamentava os castigos contra ‘delitos tipificados’ (*ordo iudiciorum publicorum*) no direito romano. As autoridades locais que exerciam a *cognitio* estavam sujeitas às *constitutiones* imperiais; no entanto, estas eram emitidas de forma ineficiente e sofriam frequentes alterações de acordo com a política de cada imperador. Nesse sentido, magistrados locais, como Plínio, tinham dúvidas quanto aos procedimentos que deveriam adotar. Com os editos gerais de perseguição a partir do século III, haveria uma padronização da conduta das autoridades provinciais quanto à prática persecutória aos cristãos (STE CROIX, 1981).

Na visão de muitos romanos, à medida que as comunidades cristãs perdiam seu caráter secreto e revelavam-se como instituições autônomas, o cristianismo passava a representar um empecilho para a sobrevivência do Império. Durante os anos de Anarquia militar, com os frequentes ataques bárbaros nas fronteiras, as dificuldades econômicas e os revezes políticos no interior da sociedade, houve um enfraquecimento da imagem do Imperador e da crença na eternidade de Roma. Assim, como destaca Silva (2006), os cristãos não tardaram a ser tomados como bodes expiatórios das calamidades de Roma.

Em meados do século III, as relações de Roma com os cristãos mudaram. A iniciativa das perseguições deixou de ser da população e passou para os governantes. No ano 250, com a publicação de um edito geral, Décio inaugurou um período de intolerância religiosa. Teoricamente, como apontam Simon e Benoit (1972), tratava-se de uma iniciativa para restaurar os antigos costumes do politeísmo e, assim, promover uma manifestação de unidade entre os romanos. Apesar disso, na prática, a medida visava levar os cristãos à apostasia, mediante o sacrifício aos deuses, livrando a sociedade daquilo que representava um obstáculo ao retorno da estabilidade. Segundo Brown (1999), as palavras de ordem naquele momento eram *reparatio* (reparação de um mal) e *renovatio* (renovação). Embora a perseguição tenha terminado no ano seguinte com a morte do Imperador, seus efeitos repercutiram até mesmo nas regiões mais longínquas do Império, a exemplo das províncias asiáticas e do Egito. Ao contabilizar os prejuízos das ações do Estado, as lideranças das igrejas cristãs destoavam quanto à reintegração dos membros que abjuraram da fé em um momento em que o número de apóstatas (*lapsi*) havia superado o de mártires (SILVA, 2006).

A fase seguinte de perseguições gerais contra os cristãos correspondeu ao governo de Valeriano, entre os anos de 257 e 258. Simon e Benoit (1972) lembram que o administrador das finanças do Estado e adepto do misticismo pagão foi quem influenciou o Imperador em sua decisão de responsabilizar os cristãos pelas dificuldades decorrentes da crise. Ele teria sugerido que as perseguições fossem acompanhadas do confisco dos bens das dioceses cristãs. Assim, em agosto de 257, Valeriano promulgou o Edito, no qual se ordenava que os bispos, sacerdotes e diáconos oferecessem sacrifícios aos deuses do Império: os que se recusassem seriam punidos com o exílio. Os cristãos também foram proibidos de praticar seu culto publicamente. No ano seguinte, novas medidas foram adotadas, entre elas, a condenação à morte para os que se negassem a abjurar sua fé em Cristo. O objetivo de Valeriano era atingir as posições mais elevadas na hierarquia de cada igreja, de modo a obstruir o movimento. Em 259, com a morte do imperador, seu filho Galiano adotou uma postura de concórdia para com os cristãos, promulgando o Edito de tolerância que revogava as medidas incriminatórias estabelecidas anteriormente. De acordo com Silva (2006), entre 260 e 303, os cristãos desfrutaram de uma liberdade até então desconhecida nos territórios do Império, graças à incapacidade do Estado para sustentar qualquer ação ostensiva contra os membros das comunidades cristãs em um período de turbulência dentro e fora de suas fronteiras.

Esse período permitiu que a Igreja continuasse sua expansão; produziu-se um aumento massivo do número de fiéis em todo o Império ao mesmo tempo em que o cristianismo penetrava nas altas camadas da sociedade [...] construíram-se numerosas igrejas, o que prova que os cristãos pensavam que a época das perseguições havia terminado (SIMON e BENOIT, 1972, p. 79)⁵⁵.

No final do século, as reformas de Diocleciano trouxeram novamente a estabilidade ao Império. Contudo, a preocupação do soberano com o fortalecimento do culto imperial e com a associação do poder político e religioso entre os tetrarcas favoreceu o retorno das ações contra os cristãos. Em fevereiro de 303, ele promulgou um edito persecutório que deveria ser aplicado em todas as províncias romanas. No ano seguinte, por meio de um novo decreto, as medidas contra os adeptos do cristianismo foram intensificadas, estabelecendo-se que aqueles que se recusassem a sacrificar aos deuses do Estado poderiam ser torturados, mortos ou deportados para trabalhos forçados (SIMON e BENOIT, 1972).

⁵⁵ “Este período permitió a la Iglesia continuar su expansión; se produjo un aumento masivo de fieles en todo el Imperio, al tiempo que el cristianismo penetraba en la altas capas de la sociedad [...] Se construyeron numerosas iglesias, lo cual prueba que los cristianos pensaban que la época de las persecuciones había terminado. ”

Apesar da violência com que foi praticada em algumas regiões, a perseguição de Diocleciano não contou com apoio efetivo da opinião pública. Os cristãos já haviam se inserido em todos os segmentos da sociedade, sendo muitos deles cidadãos respeitados. Na opinião de Friend (1981), o êxito das comunidades proselitistas foi fruto de uma combinação de sua filosofia com o fanatismo de seus adeptos. Ao mesmo tempo em que a religião agregava os indivíduos e sua mensagem era capaz de fazer prosélitos, mesmo entre os defensores da filosofia greco-romana, as expectativas escatológicas dos fiéis e a glorificação do sofrimento pelos martírios alimentavam seu ímpeto missionário.

Após a abdicação de Diocleciano, as ações do Império contra os seguidores de Cristo deixaram de ter um caráter universal. No Ocidente, Constâncio Cloro e seu filho mantiveram uma política de tolerância. No Oriente, ainda que as medidas persecutórias tivessem continuado em algumas regiões, Galério, pouco antes de sua morte, emitiu um edito de tolerância em favor dos cristãos⁵⁶. Nos anos seguintes, a adesão de Constantino ao cristianismo e a celebração do Edito de Milão em 313 marcariam o início de novas relações entre a religião cristã e o Estado Romano.

⁵⁶ *De mort.* 34.

3 VIDA E OBRA DE LACTÂNCIO

Comparando-o ao filósofo de finais da República, Pico della Mirandola⁵⁷ atribui ao retórico latino do terceiro século o epíteto de ‘Cícero cristão’. Essa equiparação evidencia o estilo literário de Lactâncio e sua erudição no conhecimento dos clássicos. No mesmo sentido, Jerônimo (347-419) havia expressado sua admiração pelos escritos do retor ao se comparar a um riacho árido diante de homens com seu talento⁵⁸. Lactâncio destaca-se por realizar uma síntese da doutrina cristã, aliando-a a um ataque ao pensamento pagão. Apesar de certos direcionamentos contrários aos aceitos pela maioria dos teólogos, a exemplo das críticas feitas pelo próprio Jerônimo⁵⁹, suas *DI* destacam-se como o mais compreensível e sofisticado tratado cristão em língua latina escrito antes de *De civitate Dei* de Agostinho (354-430) (DIGESER, 2000).

Ao lado de seu conhecimento dos autores da Antiguidade, o escritor norte-africano evidenciou suas predileções políticas ao longo de seus textos. Cidadão de Roma, ele seguiu fielmente as tradições republicanas e lamentava a subtração do poder da aristocracia senatorial diante da crise imperial. Em nosso trabalho, buscamos resgatar sua trajetória, relacionando as ideias expressas em *DI* com os eventos que culminaram com a aproximação entre a Igreja em formação e o Estado na primeira metade do século IV.

3.1 O autor

Lactâncio quase não deu detalhes de sua vida, as menções encontradas em seus escritos não nos permitem ir muito além do que deixou registrado Jerônimo em *De viris illustribus*, nossa principal fonte de informações a respeito do retórico cristão. Seu nome parece ter sido *Lucius Caecilius Firmianus Lactantius*. De acordo com Teja (2008), *Lactantius* era na realidade um sobrenome ou pseudônimo (*signum*) que acabou por se impor: “*Firmianus*, também chamado *Lactantius*” (HIERONYMUS, *De vir.* 80.1)⁶⁰. Há quem defenda que o retórico recebeu essa alcunha pela suavidade de seu estilo literário, embora essa afirmação pareça excessivamente arbitrária (FLETCHER, 1871 e McGUICKIN, 1980). Nos manuscritos das *DI*, o nome do autor algumas vezes aparece como *Caelius* e outras como *Caecilius*: a segunda forma

⁵⁷ *De stu.* 1.7.

⁵⁸ *Epist. ad Aur.* 3.

⁵⁹ *Epist.* 84.7.

⁶⁰ “Firmianus, also called Lactantius. ”

acabou por prevalecer graças à descoberta de duas inscrições em Cirta, antiga capital da Numídia, entendidas como uma referência ao retórico romano (GONZÁLEZ, 2014). Em uma das inscrições, lê-se ‘*qui et Lactantius*’, razão pela qual alguns autores apresentam seu nome como *L. Caecilius Firmianus qui et Lactantius*. Na segunda delas, lê-se ‘*L. Caecilius Firmianus*’ (CASEY, 1972)⁶¹.

O autor romano teria nascido no norte da África em torno de 250, possivelmente na cidade de Cirta, capital da Numídia. Alguns estudiosos, como Ramsay (1867), supõem que Lactâncio fosse natural de *Firmium*, situada na costa italiana do Adriático, e que daí tenha vindo seu nome, *Firmianus*. Essa hipótese é rejeitada pela maioria dos especialistas (CASEY, 1972; GONZÁLEZ, 2014; SALOR, 1990 e TEJA, 2008). De acordo com McGuckin (1980), as referências que o retórico faz a temas próprios da região⁶², somadas às inscrições encontradas em Cirta, são suficientes para situar seu nascimento em território africano.

Ainda jovem, Lactâncio tornou-se discípulo de Arnóbio. Durante seus anos de aprendizado, transformou-se em um conhecedor das leis, rudimentos que são evidenciados tanto em suas *DI*, cujo próprio título é emprestado das instituições de direito civil, quanto em sua teologia, permeada de acepções judiciárias. A despeito de sua formação, o norte-africano destacou-se por sua atuação como professor. Em seu principal escrito, ele admite suas limitações na arte da oratória: “Eu, por minha parte, ainda que tentasse em meu desejo por ensinar conseguir a habilidade da exposição, qualquer que fosse, tenho de confessar que nunca fui uma pessoa eloquente, por quanto que nunca cheguei sequer a pisar no fórum [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.13.12.)⁶³. Ainda assim, sua reputação chegou aos ouvidos de Diocleciano em Roma que acabou por convidá-lo a ocupar a posição de Mestre de Retórica Latina em sua nova capital, Nicomédia (JEROME, 1999).

Na concepção de Casey (1972) e McGuckin (1980), a convocação de Lactâncio ocorrera em torno de 290, quando, juntamente com o gramático Flávio (?), teria se deslocado da África para a província da Bitínia (JEROME, 1999). Além de sua proeminência como retor, outra razão de seu chamamento pelo imperador teria sido sua comprovada reputação como defensor das tradições romanas (SALOR, 1990). Tanto é verdade que, no final de sua vida, Lactâncio

⁶¹ Para uma discussão a esse respeito, vid. MCGUCKIN, 1980, p. 18-19.

⁶² *Div. Inst.* 4.30.5; 4.30.13; 1.15.6-6 e 5.3.7-21.

⁶³ “Yo, por mi parte, aunque intentara, en mi afán por enseñar, conseguir la facultad de exposición, cualquiera que ella fuera, he de confesar que nunca fui persona elocuente, por cuanto que nunca he llegado ni siquiera a pisar en el foro [...]”

condenaria a ação de Diocleciano de ter transferido a capital do Império: “E eis que em sua loucura desejou igualar Nicomédia à cidade de Roma” (LACTANTIUS, *De mort.* 7.10)⁶⁴.

Recém-chegado ao Oriente, o africano de Numídia teria assumido a posição de mestre de retórica em torno de seus quarenta anos (CASEY, 1972). Sobre sua estadia em Nicomédia, Jerônimo (1999) atesta que, por conta da carestia de alunos, ele fora obrigado a se dedicar à atividade literária para sobreviver. Quanto a isso, McGuckin (1980) acredita ser pouco provável que, durante os anos em que desempenhou a função de retor na capital, uma prestigiosa posição na corte de Diocleciano, Lactâncio tenha sido deixado à própria sorte. O maior interesse do imperador era fundar novas escolas de aprendizado na cidade. É possível que as eventuais dificuldades enfrentadas antes do início das perseguições tenham sido decorrentes de sua própria opção por uma existência pautada na simplicidade, o que atestaria seu comprometimento com o cristianismo naquele momento (McGUCKIN, 1980)⁶⁵.

O local da conversão de Lactâncio ao cristianismo é motivo de controvérsia entre os especialistas. Partindo de uma passagem das *DI*,⁶⁶ onde o retórico revelou que a profissão de apologista é mais honrada e útil que a de orador, McGuckin (1980) conclui que o mestre latino teria se tornado adepto do cristianismo em sua juventude. O autor inglês argumenta que o africano não estaria se referindo ao momento em que deixara de lado o paganismo para adotar uma nova religião e sim ao início das perseguições contra os cristãos em Nicomédia, quando deixou de ocupar o cargo de professor na corte e passou a se dedicar à ocupação de escritor. Com base nisso, McGuckin (1980) acrescenta que, em seus textos, Lactâncio não oferece nenhum indício de uma experiência anterior como professante do paganismo. As informações que ele teria oferecido a respeito de religiões politeístas em sua obra teriam sido tomadas de outros autores. Da mesma forma, ao utilizar os escritos herméticos e os testemunhos oraculares, sua perspectiva era sempre cristã. Outro argumento utilizado por aqueles que defendem que sua conversão teria ocorrido no norte da África é a de que o contato com autores cristãos africanos, como Minúcio Félix (150-270), Tertuliano e Cipriano, todos citados em *DI*, o teria levado a abraçar o Evangelho.

Essas alegações são alvos de crítica por parte de alguns autores, entre eles González (2014) e Salor (1990), que acreditam que Lactâncio só poderia ter aderido ao cristianismo após sua chegada a Bitínia. Segundo os dois autores, não parece provável que Diocleciano, um dos mais obstinados defensores do paganismo, teria convocado um cristão a ocupar um cargo de

⁶⁴ “Y es que en su demencia le llevaba a desear igualar Nicomedia con la ciudad de Roma. ”

⁶⁵ *Div. Inst.*. 6.12.33-41 e *Opif. Dei* 1.1-2.

⁶⁶ *Div. Inst.* 1.1.8.

influência em sua corte. Em segundo lugar, no momento da partida do retórico da África, Arnóbio ainda não se professava um prosélito de Cristo, visto que seu primeiro trabalho como cristão, a apologia *Libri septem adversus Gentes*, fora redigido em torno de 297 (SCHIMITZ, 1880). Portanto, se o mestre não era cristão, é provável que o aluno também não o fosse. Uma comprovação do desconhecimento da conversão de Arnóbio por parte de Lactâncio é a ausência de quaisquer referências ao primeiro nas obras do segundo. Ao mencionar seus precursores na fé, seria de se esperar que o autor latino considerasse a influência de seu mentor⁶⁷. Assim, é provável que o africano tenha conhecido o cristianismo nas comunidades cristãs gregas em Nicomédia, onde teria tomado contato com a obra de Teófilo de Antioquia (?-183), único dos autores gregos, cristão, citados por ele (SALOR, 1990).

Em relação ao conhecimento que o retórico demonstra ter de Minúcio Félix, Tertuliano e Cipriano, Salor (1990) considera que, em um primeiro momento, o contato com eles teria sido como autores de peças de oratória. Segundo o autor espanhol, duas evidências sustentariam essa afirmação. Em primeiro lugar, Lactâncio mencionou apenas esses autores cristãos oriundos do norte da África. Se os tivesse conhecido após sua conversão, provavelmente teria acrescentado outros. Em segundo, as menções do retor a esses escritores foram feitas por meio de clichês típicos das obras de oratória. De Minúcio Félix, assegurou que teria sido um conhecido advogado⁶⁸, Tertuliano foi referenciado como um conhecedor de línguas⁶⁹ e Cipriano, como um praticante da oratória e autor de obras admiráveis⁷⁰. Essa forma de tratamento indica que o primeiro contato do latino com esses personagens não foi por um viés religioso.

Em último lugar, o fato de Lactâncio não ter dado qualquer indício de ter sido adepto do paganismo não representa um argumento em absoluto a respeito do momento de sua conversão. Em sua juventude, é provável que tenha se dedicado a investigações filosóficas e não a práticas do paganismo, a exemplo de Cícero, e ainda assim não haver se tornado um prosélito de Cristo. Se o africano tomou as informações a respeito da religião dos deuses de autores como Minúcio Félix, deve ser porque o considerou em sua autoridade de historiador e não necessariamente de autor cristão. Quanto às referências aos escritos herméticos e sibilinos, se Lactâncio os tomou da perspectiva de um cristão foi porque, quando escreveu suas *DI*, já havia se convertido. Além disso, este livro foi composto mais de dez anos após sua partida do continente africano. Com base na passagem utilizada por McGuckin, entendemos que, nesse

⁶⁷ Cf. *Div. Inst.* 5.1.22-23.

⁶⁸ *Div. Inst.* 5.1.22.

⁶⁹ *Div. Inst.* 5.1.23.

⁷⁰ *Div. Inst.* 5.1.24.

ponto, o retórico estaria contrapondo sua ocupação antes de adotar o cristianismo à atividade que passaria a desempenhar depois. Ainda assim, cabe-nos notar que o autor romano reconhecia que seu aprendizado na arte da oratória não fora desperdiçado, uma vez que lhe dera subsídios para desempenhar seu ofício como apologista: “De todas as formas, aqueles exercícios de pleitos fictícios nos tem sido de muita ajuda no sentido de que agora podemos defender com maior propriedade a causa da verdade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.1.10)⁷¹.

Em 23 de fevereiro de 303, o imperador Diocleciano iniciou sua política persecutória aos adeptos do cristianismo. Na ocasião do primeiro Edito, expedido em Nicomédia, estabeleceu-se que todos os cristãos que exercessem algum cargo público deveriam ser destituídos de suas funções. Eusébio atestou que, em decorrência dessa iniciativa, todos os seguidores de Cristo foram privados de suas honras⁷². Por conta de sua fé, o retórico vindo da África fora exonerado ou quem sabe teria renunciado de sua função como mestre de retórica na corte⁷³. A partir de então, tendo perdido seus alunos, passaria a se dedicar à carreira de escritor para sobreviver, como descreve Jerônimo⁷⁴.

Agravando as medidas estabelecidas pela circular anterior, um segundo edito foi publicado, ordenando o encarceramento de todos os sacerdotes cristãos. Mais tarde, em um novo documento, ofereceu-se liberdade aos que estivessem dispostos a abjurar de sua fé em favor do sacrifício aos deuses de Roma. Logo em seguida, essa diligência foi estendida a todos os seguidores de Cristo: os que se recusassem seriam condenados à morte. Apesar de sua severidade, essas determinações não foram aplicadas uniformemente em todas as regiões: mais vítimas eram feitas no Oriente, sob os governos de Diocleciano e Galério, do que no Ocidente de Maximiano e Constâncio Cloro (SIMON e BENOIT, 1972). Vivendo em Nicomédia, Lactâncio presenciou os atentados cometidos contra seus correligionários⁷⁵.

Pessoas de todo sexo e idade eram atiradas ao fogo, sendo seu número tão elevado que eram postas em meio as chamas não de uma em uma, mas em grupos. Os funcionários do palácio eram jogados no mar com rodas de moinho atadas ao perçoço. A perseguição não se aplicou com menor violência sobre o restante da população, pois magistrados eram enviados a todos os templos a fim de obrigarem as pessoas a oferecerem sacrifícios” (LACTANTIUS, *De mort.* 15.1-4)⁷⁶.

⁷¹ “De todas formas, aquellos ejercicios de pleitos fictícios nos han servido de mucha ayuda en el sentido de que ahora podemos defender con mayor abundancia y facultad la causa de la verdad. ”

⁷² *Hist. Ecle.* 7.2.4.

⁷³ *Div. Inst.* 5.2.2 e *De mort.* 13.1.

⁷⁴ *De vir.* 80.1.

⁷⁵ *Div. Inst.* 5.2.2; 5.11.10 e 5.11.15 e *De mort.* 12 e 15.

⁷⁶ “Personas de todo sexo y edad eran arrojadas al fuego y el número era tan elevado que tenían que ser colocados en medio de la huguera, no de uno en uno, sino en grupos. Los servidores del palacio eran sumergidos en el mar con ruedas de molino atadas al cuello. La persecución no se aplicó con menor violencia sobre el resto de la

A despeito das privações que pudesse ter enfrentado na capital, conforme pondera Casey (1972), Lactânncio não deve ter enfrentado grandes adversidades por conta de sua religião, possivelmente pelo prestígio que desfrutara na corte como convidado de Diocleciano. Um episódio descrito pelo retor parece comprovar sua permanência no Oriente após o início das perseguições; trata-se da menção feita a um cristão que, por haver resistido a prova do sacrifício, fora encarcerado por dois anos⁷⁷. Embora as razões de sua estadia em Nicomédia após 303 sejam incertas, a maioria dos especialistas concorda em estabelecer o momento de sua partida em torno de 305 (BARNES, 1973; CASEY, 1972; McGUCKIN, 1980 e TEJA, 2008).

As mudanças na tetrarquia alteraram a situação dos grupos cristãos no Ocidente. Constâncio Cloro permitiu que os cristãos vivessem em paz e Constantino fez o mesmo após sucedê-lo em 306. Nos domínios de Severo, a tolerância estabeleceu-se pouco a pouco. No Oriente, por sua vez, Galério intensificou as medidas persecutórias, sendo seguido pelo César Maximino Daia (SIMON e BENOIT, 1972). Esse acirramento das práticas vexatórias contra os adeptos do cristianismo visava destruir a atividade de intelectuais que pudessem propagar as doutrinas da religião. Lactânncio mencionou o que ocorreu com a ascensão do novo Augusto:

[...] a eloquência foi extinguida, os advogados desapareceram, os jurisconsultos foram exilados ou assassinados, a atividade literária foi relegada entre as más artes e os que a praticavam foram aniquilados e execrados como se fossem inimigos públicos. (*De mort.* 22.4)⁷⁸

Ainda que não haja evidências de seu paradeiro nos anos seguintes à sua saída de Nicomédia, o norte-africano deve ter se dirigido para os territórios de Constantino na Gália, onde florescia escolas de retórica. Isto representava uma oportunidade para que ele continuasse sua carreira profissional e até mesmo professasse suas crenças em liberdade (McGUCKIN, 1980 e NICHOLSON, 1989 apud DIGESER, 1997)⁷⁹.

Após quase dez anos de ações anticristãs no Oriente, Galério emitiu em 311 o Edito de tolerância, devolvendo a liberdade aos adeptos do cristianismo. Simon e Benoit (1972) asseveram que o acordo firmado em Sérдика na presença de Licínio, Maximino Daia e

populación, pues eran enviados a todos los templos magistrados que obligaban a todo el mundo a ofrecer sacrificios.”

⁷⁷ *Div. Inst.* 5.11.15.

⁷⁸ “[...] la elocuencia quedó extinguida, los abogados desaparecieron, los jurisconsultos fueron desterrados o asesinados, la actividad literária fue relegada entre las malas artes y los que ejercían fueron aniquilados y execrados como si se tratase de enemigos públicos.”

⁷⁹ *De mort.* 24.9.

Constantino reconhecia o fracasso das perseguições e admitia o cristianismo como uma *religio licita*. Em *MP*, Lactâncio conservou o conteúdo da circular levada a público em Nicomédia no dia 30 de abril daquele ano⁸⁰.

Tendo alcançado a vitória sobre seus adversários, Constantino e Licínio determinaram as diretrizes de sua política de tolerância religiosa. O Edito de Milão, firmado no início de 313 pelos dois imperadores, garantia liberdade de culto aos membros das igrejas cristãs em todo o Império⁸¹. Alguns meses mais tarde, Lactâncio falava de uma circular de Licínio publicada em Nicomédia⁸². O texto, endereçado ao governador da Bitínia, fixava as mesmas linhas estabelecidas em Sérдика e Milão, concedendo liberdade de culto aos cristãos da província e instituindo a restituição dos bens confiscados durante a perseguição (SIMON e BENOIT, 1972)⁸³.

A familiaridade que o retórico demonstrava em relação a esses eventos leva alguns autores, como Barnes (1973) e Casey (1972), a supor que ele teria retornado à capital da Bitínia entre os anos de 310 e 311. Por sua vez, McGuckin (1980) e Digeser (1997) argumentam que a riqueza de detalhes demonstrada na narrativa de *MP* não comprova que Lactâncio tivesse sido uma testemunha ocular. Os pormenores a respeito da conjuntura política em Nicomédia naquele momento podem bem ter sido fornecidos por Donato (?), a quem Lactâncio dedicou seu derradeiro escrito, ou por qualquer outro de seus correligionários no Oriente. Para nós, não parece aceitável que o africano tenha retornado a Bitínia em meio às perseguições, já que fora essa a razão de ele tê-la abandonado alguns anos antes.

Jerônimo (1999, p. 112) afirmou que, em idade avançada (*extrema senectute*), Lactâncio recebera um convite de Constantino para assumir a educação literária de seu filho Crispo (?-326). O retórico havia conhecido o futuro imperador durante o período em que lecionara na capital, para onde o segundo fora enviado após a nomeação de seu pai como César em março de 293 (RÉMONDON, 1967). McGuckin (1980) acredita que, durante seus primeiros anos em Nicomédia, Constantino teve a oportunidade de complementar seus estudos com o retor recém-chegado da África. Após a abdicação de Diocleciano e Maximiano, o sucessor de Constâncio permaneceu na Bitínia até 306, quando deixou o Oriente para se dirigir à corte de seu pai na Gália. Na ocasião, como afirmam as fontes da época⁸⁴, Constâncio Cloro encontrava-se em seu leito de morte, vindo a falecer em julho do mesmo ano (PASTOR, 2007). Na ocasião,

⁸⁰ *De mort.* 34 e 35.1-2.

⁸¹ *De mort.* 45.1 e *Hist. Ecl.* 10.5.1-14.

⁸² *De mort.* 48.1.

⁸³ *De mort.* 48.2-12.

⁸⁴ *De mort.* 24.3 e *Vit. Cons.* 1.21.

Constantino foi proclamado Augusto por suas tropas⁸⁵. O período seguinte seria marcado por uma série de conflitos dinásticos que culminariam na primazia do imperador cristão sobre seus adversários e na reunificação do Império em 324.

Alguns anos após sua chegada ao Ocidente, Lactânio se uniu à corte de Constantino, a fim de assumir a educação literária de seu filho, o que deve ter ocorrido antes de 317, quando Crispo passaria a assumir suas responsabilidades como futuro governante, com o que se tornava inviável sua instrução (BARNES, 1973 e DIGESER, 1997). Segundo Digeser (1997 e 2000), embora alguns autores indiquem datações diferentes, o ancião teria chegado a Tréveris em 310⁸⁶. A autora estadunidense baseia-se na narrativa de *MP*, na qual se sugeria que o retórico teria estado na Gália nesse período⁸⁷, acompanhando o imperador até Sérdica⁸⁸ e a Itália⁸⁹ nos anos subsequentes. Barnes (1973) desacredita que o africano tenha de fato visitado esses lugares. Para ele, os pormenores encontrados no escrito não passam de uma ferramenta retórica empregada pelo autor para dar vivacidade à sua narrativa. Com mais razão, poderíamos objetar que o mesmo poderia ter feito Lactânio em relação aos eventos ocorridos em Nicomédia na época, já que o retor residira na cidade por vários anos e estava familiarizado com a situação do Império no Oriente.

Nada oferece certeza a respeito do final da vida e da morte de Lactânio. Sabemos que em *MP*, ele não fez qualquer referência à morte de Crispo ou aos conflitos entre Constantino e Licínio⁹⁰. O silêncio do retórico cristão, no entanto, não pode ser tomado como uma evidência de que sua morte não ultrapassou esses eventos, afinal, como apologista e partidário da política constantiniana, não seria de se estranhar que ele simplesmente omitisse tais situações. Apesar disso, o fato de não estar presente no Concílio de Nicéia, celebrado em 325, indica que o retor deveria estar morto nesse momento (GONZÁLEZ, 2014).

3.2 Os escritos

Recorremos uma vez mais a Jerônimo para obter informações sobre a obra de Lactânio. Em *VI*, o copista sumaria cento e trinta e cinco autores cristãos, buscando responder às críticas

⁸⁵ *De mort.* 24.8-9 e *Vit. Cons.* 1.22.

⁸⁶ Entre 306 e 308, PICHÓN, 1901, p. 356; após o Edito de Milão em 313, CASEY, 1972, p. 5; FLETCHER, 1871, p. 8; GONZÁLEZ, 2014, p. 11 e TEJA, 2008, p. 9.

⁸⁷ *De mort.* 29.3-8.

⁸⁸ *De mort.* 33 e 45.

⁸⁹ *De mort.* 43.

⁹⁰ Vid. BARNES, 1973, p. 36-41.

feitas em sua época e mostrar que, entre os adeptos do cristianismo, havia homens de talento e sagacidade na defesa dos dogmas da religião. Assim declara em seu prefácio:

Deixe Celso, então, aprender e Porfírio e Juliano, esses cães raivosos, latir contra Cristo; deixe seus seguidores aprender - aqueles que pensam que a igreja não teve filósofos, oradores, nem homens de conhecimento; deixe-os aprender a quantidade e a qualidade dos homens que fundaram, construíram e adornaram a igreja, deixe-os parar de acusar nossa fé de tal simplicidade rústica e reconhecê-la em vez de sua própria ignorância. (HIERONYMUS, *De vir.* 7)⁹¹

O capítulo oitenta é dedicado ao retórico norte-africano. Ali, além de alguns detalhes a respeito do autor, Jerônimo traz uma lista de textos a ele atribuídos⁹². A maioria foi total ou parcialmente perdida, incluindo seus escritos de juventude e suas cartas. Não obstante, quase todos os trabalhos produzidos após sua conversão ao cristianismo foram preservados.

3.2.1 Primeiros escritos e cartas

O primeiro texto de Lactâncio mencionado por Jerônimo é intitulado *Symposium*, escrito ainda em território africano, possivelmente sob a forma de diálogo (CASEY, 1972 e McGUCKIN, 1980). Em seguida, o copista menciona o *Hodoeporicum*, um itinerário da viagem do retórico da África para Nicomédia, escrito em forma de hexâmetros em companhia do gramático Flávio. Em terceiro lugar, temos o *Gramaticus*, possivelmente um compêndio de regras métricas ou gramaticais (CASEY, 1972). McGuckin (1980) acredita que esta tenha sido uma obra da maturidade de Lactâncio enquanto professor de retórica e que tenha sido composta em seus últimos dias na Bitínia ou logo após sua ida para a Gália. Ainda entre as obras perdidas do africano, Jerônimo menciona dois volumes dedicados a Asclepiades (*Ad Asclepiam*). Embora não haja informações que nos levem a conhecer o conteúdo desse trabalho, sabemos, por uma passagem das *DI*⁹³, que Asclepiades também dedicara um texto a Lactâncio (*De prouidentia*). No mais, o autor inglês (1980, p. 38) especula que este escrito deve ter sido redigido durante os primeiros anos de Lactâncio como professor em Nicomédia. O africano também escreveu alguns livros de cartas. Sabemos, pela descrição de *VI*, que quatro volumes

⁹¹ “Let Celsus, then, learn, and Porphyry and Julian, those rabid dogs barking against Christ; let their followers learn – those who think that the church has had no philosophers, no orators, no men of learning; let them learn the number and quality of the men who founded, built, and adorned the church, and let them stop accusing our Faith of such rustic simplicity, and recognize instead their own ignorance.”

⁹² *De vir.* 80.2.

⁹³ *Div. Inst.* 7.4.17.

foram endereçados a Probo (*To Probus*), dois a Severo (*To Severus*) e mais dois a Demétriano (*To Demetrianus*).

Muito embora não disponhamos de nenhum desses volumes, obtivemos uma indicação de seu conteúdo. Em uma carta do papa Dâmaso I (305-384) a Jerônimo, datada de 384, o pontífice criticou o teólogo pela demora em lhe escrever: “Estás dormindo, pois faz tempo que lês muito e escreves pouco [...] Não é que não devas ler, já que se trata do alimento diário que estimula a aperfeiçoar o discurso; mas que o fruto da leitura seja que escrevas” (HIERONYMUS, *Epist.* 35.1)⁹⁴. Dâmaso era um apreciador dos trabalhos do teólogo, que desde 383 atuava como seu secretário. Na mesma correspondência, o papa pediu que o copista o esclarecesse sobre algumas questões doutrinárias, mas fazia uma ressalva: “Prepara-te, pois, e me expliques as questões propostas procurando guardar a devida moderação em duas coisas: que os problemas não fiquem sem resolver e que as cartas sejam breves” (*Epist.* 35.2)⁹⁵. Essa ponderação parece ter sido fruto da leitura dos volumes de cartas de Lactânio, os quais, reunidos em uma coleção, foram recomendados anteriormente por Jerônimo.

Porque te confesso que os livros de Lactânio que há tempos me destes não os leio com prazer, primeiro, porque muitas de suas cartas se prolongam às mil linhas; segundo, porque raras vezes tratam de nossa doutrina. Dessa forma, a prolixidade gera o cansaço ao leitor e se há algumas passagens breves, estas são mais apropriadas para eruditos que para nós, já que tratam de métrica, geografia e filosofia. (*Epist.* 35.2)⁹⁶

Neste trecho, o pontífice se lamentava pela maneira extensiva como o retórico escrevia, criticando-o por, apenas em poucos momentos, tratar de assuntos teológicos em favor de outros temas. Sobre isso, McGuckin (1980) explica que o modo como o retor estruturou sua correspondência era típico dos epistolários da época e que mesmo os tratados teológicos costumavam ser igualmente extensos.

3.2.2 *Escritos cristãos*

⁹⁴ “Estás durmiendo, y hace tiempo que lees mucho y escribes poco [...] no es que no debas también leer, pues ésa es la comida diaria con que se alimenta y progressa el discurso; pero que el fruto de la lectura sea que escribas. ”

⁹⁵ “Prepárate, pues, y explícame las cuestiones propuestas, procurando guardar la debida moderación en dos cosas: que los problemas no queden sin resolver y que las cartas sean breves. ”

⁹⁶ “Porque te confieso que los libros de Lactancio que hace tempo me diste no los leo a gusto, primero porque muchísimas de sus cartas se prolongam hasta las mil líneas, y segundo porque raras vezes tratan de nuestra doctrina. Con lo qual la prolijidad engendra el cansancio en el lector, y si hay algunos passajes breves, éstos son más apropiados para eruditos que para nosotros, ya que tratan de métrica, de geografía o de filosofía. ”

O primeiro dos escritos de Lactânncio que chegaram até nós, *Sobre a obra criadora de Deus (De officio Dei)*, foi redigido durante a perseguição de Diocleciano aos cristãos. Sabemos disso graças a duas passagens do texto. Logo no início do capítulo de abertura, o retórico dirigiu-se a seu discípulo Demetriano (?): “Que pouco sossego tenho – até mesmo encontrando-me em grandes dificuldades – tu vais poder imaginar por este pequeno livro que escrevo” (LACTANTIUS, *De opf.* 1.1)⁹⁷. O mesmo fez ao final do trabalho: “Tenho lhe falado, Demetriano, destas coisas, de momento com poucas palavras e talvez com mais obscuridade do que convinha em razão das dificuldades das circunstâncias e do presente momento” (*De opf.* 20.1)⁹⁸. Ainda que o manuscrito tivesse um destinatário em particular, ele foi direcionado aos membros da comunidade cristã de modo geral, buscando confortá-los diante do momento de adversidade, quando muitos tenderam a duvidar da ação da Divina Providência (GONZÁLEZ, 2014). Nesse sentido, o retor procurava demonstrar a existência de um Deus criador, refutando os argumentos dos epicuristas.

Não posso deixar neste momento de expor mais uma vez a loucura de Epicuro [...] este, a fim de demonstrar que os animais não nasceram de alguma destreza da mente divina, senão, como ele observou, do acaso, disse que no princípio do mundo nasceram incontáveis seres vivos diferentes com aparência e tamanho admiráveis, contudo não puderam subsistir porque lhes faltou a capacidade de apanhar o alimento ou a inteligência para se unirem e procriarem. É evidente que, para justificar seus átomos, ele quis excluir a providência divina. (LACTANTIUS, *De opf.* 6.1-2)⁹⁹

Em *OD*, ao refutar os principais representantes da filosofia clássica, o autor adiantou alguns dos argumentos que utilizaria em suas *DI*¹⁰⁰. A fim de provar a existência de Deus, falou da anatomia do corpo humano e da disposição de cada uma de suas partes¹⁰¹. Segundo ele, apartando-o do restante de sua criação, Deus dotou o homem de uma posição ereta, capaz de contemplar as coisas do alto por meio de sua razão e tornando-se partícipe da natureza divina por meio de seu espírito¹⁰². De acordo com McGuckin (1980), a doutrina da criação divina do

⁹⁷ “Que poco sosiego tengo – incluso hallándome en grandes aprietos – te lo vas a poder imaginar por este pequeño opúsculo que te he escrito [...]”

⁹⁸ “Te he hablado, Demetriano, de estas cosas, de momento con pocas palabras y quizá con más oscuridad de la que convenís debido al aprieto de las circunstancias y de momento presente. ”

⁹⁹ “No puedo por menos en este punto de exponer una vez más la necedad de Epicuro [...] este, para mostrar que los animales no han nacido de ninguna destreza de la mente divina, sino, como él sue señalar, del azar, dijo que en principio del mundo nacieron innumerables seres animados distintos con una apariencia y tamaño admirable, pero no pudieron persistir porque les faltó la facultad de coger el alimento o la disposición racional unirse y procrear. Es evidente que, para hacer sitio a sus átomos, quiso excluir la divina Providencia. ”

¹⁰⁰ Sobre os paralelismos entre as duas obras, vid. MCGUCKIN, 1980, p. 49, em nota.

¹⁰¹ *De opf.* 7; 8; 10; 11; 12; 13; 14 e 15.

¹⁰² *De opf.* 8.2-3; 10.26 e 19.10. Comparar com: *Div. Inst.* 2.17.9; 3.20.11; 4.1.1; 4.17.19 e 7.9.11.

homem não era meramente um exercício teórico para Lactânio, era a substância de sua antropologia¹⁰³.

O ponto máximo da argumentação do retor africano em favor da existência de Deus e da criação na natureza foram seus ensinamentos a respeito da alma. Ele questionava as concepções da filosofia de que a alma podia estar no sangue, ser o vento ou o fogo. Todas seriam falsas proposições; segundo o retórico, a alma estava encerrada no interior do crânio¹⁰⁴, era imortal e concedida unicamente pelo Onipotente: “Embora não se possa perceber sua razão e sua natureza, nem por isso deixamos de compreender que a alma seja imortal, pois o que tem vida e se move continuamente por si mesmo não pode nem ser visto nem tocado, deve ser eterno”¹⁰⁵.

O trabalho seguinte do retórico romano, cuja intenção em produzi-lo já havia sido anunciada ao final da obra anterior¹⁰⁶, foi o maior de seus empreendimentos literários. Ele empregou toda sua experiência homilética e seu cabedal de conhecimentos dos clássicos para dissuadir seus leitores das religiões politeístas e correntes filosóficas da Antiguidade. Ao mesmo tempo, fez uma defesa dos dogmas do cristianismo. No título, empregou uma terminologia típica dos tratados jurídicos, possivelmente com base nas *Institutes* de Ulpiano ou em algum compêndio de leis parecido (CASEY, 1972). Com isso, Lactânio lançou um paralelo entre as instituições dos homens e as divinas, que, nesse caso, representavam os pilares do pensamento cristão¹⁰⁷

E se existiram alguns sábios e juristas que deixaram leis de direito civil, com as quais se podem solucionar os pleitos e as discussões dos cidadãos litigantes, com muito mais razão eu poderei escrever sobre as leis divinas, nas quais não há brechas, nem encruzilhadas, nem disputas, apenas a imortalidade de Deus com o objetivo de acalmar as mortais superstições e os erros vis! (LACTANTIUS, *Div Inst.* 1.1.12)¹⁰⁸

As *DI* seguem um planejamento e são divididas em sete livros. De acordo com Salor (1990), os seis primeiros podem ser agrupados em pares, em cada um dos quais eles rechaçava a doutrina pagã e afirmava os preceitos cristãos. Nos livros I e II, ocupou-se em desmentir o politeísmo ao mesmo tempo em que argumentava sobre a existência de um único Deus. Nos

¹⁰³ *De opf.* 8.1-3.

¹⁰⁴ *De opf.* 8.3 e 16.6-8.

¹⁰⁵ “Aunque no se pueda percibir su razón y su naturaleza, no por ello dejamos de entender que el alma sea inmortal, porque lo que tiene vigor y se mueve por sí mismo continuamente y no puede ni ser visto ni tocado debe ser eterno.”

¹⁰⁶ *De opf.* 20.2.

¹⁰⁷ *Div. Inst.* 5.4.3.

¹⁰⁸ “Y si hubo algunos sabios y jueces que dejaron escritas leyes de derecho civil, con las cuales se pudieron solucionar los pleitos y discusiones de ciudadanos litigadores, ¡con cuánta mayor razón y rectitud podré escribir yo sobre las leyes divinas, en las cuales no se hablará de goteras, ni de encauzamiento de aguas, ni de disputas, sino de la immortalidad y de Dios, con el fin de adormecer las mortíferas supersticiones y los bajísimos errores!”

livros III e IV, contrapôs a filosofia à verdadeira sabedoria, identificada com a religião dos apóstolos. Nos livros V e VI, condenou a atitude dos perseguidores do cristianismo, fazendo em seguida um elogio à moralidade cristã. Por último, no livro VII, versou sobre a recompensa reservada aos que fossem fiéis às doutrinas deixadas por Cristo¹⁰⁹. A despeito desse esquema, toda a obra está voltada a uma ideia central: alcançar o conhecimento da verdade. Segundo o retórico, “[...] Não há nenhum alimento mais doce para a alma que o conhecimento da verdade” (*Div. Inst.* 1.1.20)¹¹⁰.

Em seguida, Lactânio redigiu *Sobre a ira de Deus (De ira Dei)*, onde discutiu a ira como um dos atributos divinos e refutou as afirmações da filosofia estoica e da epicurista que negavam que Deus pudesse se encolerizar. Além de contraverter a concepção de ambas as escolas, o retor direcionou seu escrito a seus irmãos em Cristo, os quais enfatizavam a misericórdia do Salvador em detrimento de sua predisposição a se irar¹¹¹.

O ponto de todo o ensaio é opor a visão bíblica do Deus que age na história à concepção pagã dos filósofos que mantiveram a impassibilidade divina ou *Apatheia*. Seu objetivo geral é esclarecer conceitos teológicos se não de terminologia, a fim de que os cristãos não pensem que estão atribuindo uma perfeição a Deus dispensando-se a noção de sua “ira”. (McGUCKIN, 1980, p. 50, grifo nosso)¹¹²

Em sua argumentação, o autor romano partiu da ideia de que a ira de Deus não representa uma fraqueza, já que não se dá da mesma forma que nos homens. A ira divina é justa: “Mas se a lei é justa porque confere ao que faz o mau o que merece e se o juiz é íntegro e bom quando condena o malfeitor [...] então tampouco Deus é injusto quando se opõe aos que praticam a iniquidade [...]” (LACTANTIUS, *De ira* 17.7)¹¹³. Ao contrário do juiz, que está preso a um poder que está além de si, Deus é árbitro e executor da própria lei, podendo ser indulgente por meio do arrependimento do pecador. Com isso, o retórico queria demonstrar que a ira divina não é incompatível com seus demais atributos, entre os quais o perdão¹¹⁴.

Para Lactânio, tal qual nas Escrituras, a ira de Deus tem um caráter pedagógico. A religião é baseada no medo, já que o que não se teme se deprecia¹¹⁵. Na concepção do retor, “O

¹⁰⁹ *Div. Inst.* 7.1.1-2.

¹¹⁰ “[...] no hay ningún alimento más dulce para el alma que el conocimiento de la verdad. ”

¹¹¹ *De ira* 2.7-9.

¹¹² “The point of the whole essay is to oppose the scriptural view of the God who acts in history to the pagan conception of the philosophers who maintained the divine impassibility or *Apatheia*. His general aim is to clarify theological concepts if not terminology, so that Christians will not think they are attributing a perfection to God if they dispense with the notion of his 'anger'. ”

¹¹³ “Pero si la ley es justa porque otorga al que daña lo que se merece, y se dice que el juez es íntegro y bueno cuando venga lo que se ha hecho mal [...] entonces tampoco Dios es dañino cuando se opone a los malos [...]”

¹¹⁴ *De ira* 20.

¹¹⁵ *De ira* 11.16.

que pode ser mais atroz e mais cruel que o homem, se uma vez eliminado um medo superior, pode enganar ou depreciar a força das leis? ” (*De ira*, 12.4)¹¹⁶. Nesse sentido, a ira é intrínseca ao exercício do poder, portanto, sendo Deus o detentor de toda a autoridade, este conserva a prerrogativa de se irar.

Na maturidade, o mestre latino escreveu um *Epítome* (*Epitome*) das *DI*, reproduzindo o objetivo, o plano conceitual e o método apologético empregados anteriormente. Porém, ainda que ambas as composições compartilhem da mesma estrutura, notam-se algumas diferenças. O segundo trabalho difere linguisticamente do primeiro. Em lugar da apologia, por meio da qual o retórico embasava suas ideias na literatura pagã de modo a se dirigir às camadas educadas da sociedade romana¹¹⁷, as páginas do *EP* foram direcionadas a seus confrades, contendo passagens dos Evangelhos mais frequentemente e introduzindo um número maior de sinônimos familiares aos leitores cristãos. Além disso, ele retirou da versão condensada a maioria das citações de outros autores, aproveitando para, em seu lugar, expressar suas ideias de modo mais acessível (McGUCKIN, 1980).

O último dos escritos de Lactâncio é *Sobre a morte dos perseguidores* (*De mortibus persecutorum*), possivelmente *On Persecution* mencionado por Jerônimo junto aos demais trabalhos do norte-africano¹¹⁸. Redigido após o final das perseguições¹¹⁹, o retor retratou as ações anticristãs levadas a cabo por alguns imperadores desde o primeiro século. Em sua tese, ele se apropriou do conceito de ‘mau imperador’ presente na historiografia romana como sinônimo de governante anti-senatorial e estendeu essa definição aos soberanos perseguidores dos cristãos. Trata-se, contudo, de uma interpolação histórica, já que nem todos os imperadores anti-senatoriais foram inimigos dos cristãos, como Cômodo, Caracala (188-217) e Heliogábalo (205-222), assim como houve governantes que moveram ações contra os seguidores de Cristo mas mantiveram uma boa relação com o Senado, a exemplo de Trajano, Marco Aurélio e Septímio Severo. Para todos os efeitos, o retórico tratou de omitir esses casos (TEJA, 2008).

Admitindo que todos os soberanos podiam ser classificados de acordo com sua premissa, Lactâncio não teve escolha senão adaptar os fatos históricos. Valendo-se de sua experiência como retórico, ele retratou os que considerava como ‘maus’ imperadores a partir

¹¹⁶ “¿Qué puede ser más atroz, qué más cruel que el hombre, si una vez eliminado un miedo superior, puedes enganar o depreciar el vigor de las leyes? ”

¹¹⁷ *Div. Inst.* 1.1.1-7.

¹¹⁸ Sobre a atribuição desse texto a Lactâncio, vid. MONTAIN, 1839, p. 146-147; PICHÓN, 1901, p. 1-30 e TEJA, 2008, p. 12-15.

¹¹⁹ Sobre a data de composição de *De mortibus persecutorum*, vid. BARNES, 1973, p. 29-47 e TEJA, 2008, p. 16-20.

de características negativas. Diocleciano, por exemplo, foi descrito como “[...] um autor de crimes e um maquinador de maldades [...]” (LACTANTIUS, *De mort.* 7.1)¹²⁰. Sobre Galério

Este animal estava dotado de uma barbárie inata e de uma selvageria alheia ao povo romano [...] seu corpo correspondia aos seus costumes: de alta estatura e peso avantajado, que faziam dele uma horrenda massa inchada e transbordante. De fato, tanto por sua voz como por suas ações e seu aspecto físico, causava pavor em todos. (*De mort.* 9.1-4)¹²¹

Em contrapartida, o retor de Numídia isentou de falhas os governantes que favoreceram os cristãos, silenciando o que, em outra situação, poderia ser motivo de crítica, como a origem pouco digna de Constantino, filho bastardo, ou sua atitude em promover uma guerra contra Maxêncio. Na construção do autor romano, Constantino era um ‘jovem santíssimo’ por “[...] sua digna e distinta aparência física, sua inteligência militar, sua integridade nos costumes e sua extraordinária afabilidade [...]” (LACTANTIUS, *De mort.* 18.10)¹²². De forma análoga, relatou Licínio que, assim como o futuro imperador cristão, recebera favores de Deus para derrotar seus adversários¹²³.

Outra questão presente na tese de Lactânio é que todos os imperadores que perseguiram os cristãos acabaram morrendo em meio ao sofrimento como uma prova da vingança divina sobre seus opositores. Em algumas situações, ele precisou se esforçar para justificar essa ideia. Nero, por exemplo, após ser declarado inimigo da pátria pelo Senado, suicidou-se com a ajuda de seu secretário¹²⁴. Neste caso, o retórico procurou ressaltar o caráter ignominioso da morte do governante: “De fato, derrubado do pedestal e deposto de seu poder, este desponderado tirano desapareceu tão de repente, que ninguém sequer foi capaz de descobrir o lugar em que se encontrava a sepultura de tão odioso animal” (*De mort.* 2.7)¹²⁵.

Ao contrário do que fez em seus demais escritos, nos quais assumiu uma atitude cautelosa, em *MP* Lactânio explicitou seu partidarismo político. Teja (2008) explica que, ao se posicionar contra os imperadores anti-senatoriais, o retórico tinha em mente o processo de

¹²⁰ “[...] un inventor de crímenes y un maquinador de maldades [...]”

¹²¹ “Esta bestia estaba dotada de una barbárie innata y de una fiera ajen a la sangre romana [...] su cuerpo se correspondia con sus costumbres: de alta estatura y carnes abundantes, que hacían de él una horrenda massa hinchada y rebosante. En definitiva, tanto por su voz, como por sus acciones y por su aspecto físico, causaba a todos terror y pavor. ”

¹²² “[...] su distinguida y digna prestancia física, por su genio militar, por su integridade de costumbres y su extraordinária afabilidade [...]”

¹²³ *De mort.* 46.

¹²⁴ SÜETONIUS, *De vit.* 6.49.

¹²⁵ “En efecto, derribado del pedestal y derrocado de su poder supremo, este tirano desenfrenado desapareció tan de repente, que ni siquiera se ha podido descubrir el lugar en que se encuentra la sepultura de tan malvada bestia. ”

centralização do poder levado a cabo por esses governantes e que acabou por destituir a aristocracia de suas tradicionais prerrogativas. Em certa medida, a mentalidade pró-senatorial do norte-africano explica-se por sua condição de mestre de retórica, afeiçoado às tradições republicanas. “O contínuo contato com as lendas do passado de Roma levava os retóricos a uma identificação quase total com as virtudes e ideais aristocráticos que remontavam as velhas tradições republicanas” (TEJA, 2008, p. 32)¹²⁶. Diante disso, ao descrever a vitória de Constantino sobre Maxêncio, ele enfatizou o reconhecimento do novo imperador pelo Senado. “Uma vez findada essa duríssima guerra, Constantino é recebido com enorme satisfação pelo Senado e o povo de Roma [...] o Senado concedeu a Constantino, em virtude dos méritos conquistados, o título de primeiro Augusto [...]” (LACTANTIUS, *De mort.* 44.10-11)¹²⁷.

3.2.3 Escritos controversamente atribuídos a Lactâncio

Além dos textos mencionados por Jerônimo, outros podem ter sido produzidos pelo retor africano. Presume-se que o primeiro deles tivesse o título *Contra os Judeus*. Os que acreditam nessa hipótese baseiam-se em uma passagem das *DI* na qual o autor revelou sua intenção de escrever contra os adeptos do judaísmo: “Mas minha polêmica contra os judeus será tema de uma obra diferente em que rechaçarei seus crimes e erros” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.1.26)¹²⁸. Ademais, McGuckin (1980) considera a possibilidade de o retórico ter redigido mais um livro: ‘Contra os Hereges’. Ele baseia sua argumentação em outro trecho das *DI*, no qual o autor fez referência a alguns movimentos do cristianismo primitivo como os montanistas e valentinianos¹²⁹. Muito embora não haja evidências de que essas obras tenham sido ortografadas, as menções que lhes foram feitas indicam que talvez tenham existido.

Outro escrito por vezes atribuído a Lactâncio recebe o título de *Aenigmata* e seria uma parte perdida de seu *Symposium*. Segundo Monceaux (1905), trata-se de uma falsa atribuição, já que o título do trabalho do retórico fora equivocadamente tomado em lugar do nome do verdadeiro autor, chamado *Symphosius*. No passado, costumava-se atribuir ao retor latino os textos *De Resurrectione*, cuja autoria é de Fortunato, e *De Pasione Domini*, provavelmente

¹²⁶ “El contacto continuo con la leyendas y el pasado de Roma llevaba a los rétores a una identificación casi total com las virtudes y los ideales aristocráticos que se remontavan a laviejas tradiciones republicanas. ”

¹²⁷ “Una vez terminada esta duríssima guerra, Constantino es recibido con enorme satisfacción por el Senado y el pueblo de Roma [...] el Senado concedió a Constantino, en virtud de los méritos contraídos, el título de primer Augusto [...]”

¹²⁸ “Pero mi polémica contra los judíos será materia de una obra distinta en la que rechazaré sus errores y crímenes. ”

¹²⁹ *Div. Inst.* 4.30.10.

redigido durante a Renascença. No último caso, é possível que o engano tenha sido fruto de uma compilação descuidada em que o poema devocional fora inserido junto às demais composições do autor africano em suas primeiras edições (McGUCKIN, 1980 e MONCEAUX, 1905).

Por último, mencionamos o poema *Sobre a Ave Fênix (De Ave Phoenixe)*, referente à lendária ave que renascia de si mesma. Esse mito foi apresentado por diversos autores, desde Heródoto (484-420 a. C.) até os da Renascença¹³⁰. De acordo com Anfruns (1984), a fábula da Fênix encerra dois pontos essenciais: em primeiro lugar, o pássaro renasce em virtude de sua morte; em segundo, quando sente que o fim de sua vida se avizinha, a ave se põe a recolher plantas aromáticas de modo a edificar um ninho. A interpretação desses elementos deu origem a diferentes tradições na Antiguidade; uma delas fundava-se em três aspectos fundamentais: a morte da Fênix se dava em um ninho de plantas aromáticas construído por ela mesma; o renascimento do novo animal ocorria a partir dos restos mortais da anterior e a nova Fênix levava o cadáver do qual se originou à cidade egípcia de Heliópolis, depositando-o no altar do deus Sol. Segundo a tradição mais comum, na hora de sua morte, Fênix se queimava junto às plantas aromáticas a partir dos raios solares. Das cinzas, então, originava-se a nova ave. É impossível determinar qual das duas versões é mais antiga, assim como não se pode dizer se ambas tiveram sua gênese nos escritos de um único autor (ANFRUNS, 1984). No caso do poema atribuído a Lactâncio, notamos elementos de ambas as vertentes. Segundo o autor dos versos:

A fênix, em seguida, constrói seu ninho e sua sepultura. Recolhe para si na fertilíssima floresta a seiva e as plantas aromáticas [...] no ninho assim construído, coloca imediatamente seu corpo vacilante e seus cansados membros sobre o leito da vida. Com seu bico, espargue a seiva ao redor de seus membros, dispondo-se, assim, a morrer sobre seus próprios restos [...] o corpo destruído por uma morte regeneradora se aquece e esse mesmo calor anima a chama e faz com que o fogo se acenda com a distante luz do éter. Arde o corpo e uma vez queimado se desfaz em cinzas, com as quais o líquido forma uma espécie de massa que ao fim vem a ser como sêmem (*De ave* 79-100)¹³¹.

Em outra altura do poema, lemos:

¹³⁰ Sobre o mito da ave Fênix nos escritos de outros autores da Antiguidade, vid. ANFRUNS, 1984, p. 23-30 e 133-184.

¹³¹ “La fénix se construye luego su nido y sepulcro. Para elle recoge en la fertilísima selva los jugos y las plantas aromáticas [...] en el nido así construido coloca inmediatamente su mudable cuerpo y sus cansados miembros en el lecho de vida. Con su pico rocía luego sus miembros con unos jugos alrededor y por encima, disponiéndose así a morir en sus propios restos [...] el cuerpo destruido por una muerte generadora se calienta y el mismo calor hace que prenda la llama y que el fuego se encienda con la lejana luz del éter. Arde el cuerpo y una vez quemado se deshace en cenizas, con las que el líquido forma una especie de masa que cuando termina de formarse viene a ser como sêmen.”

[...] inicia imediatamente um vôo de volta a sua morada; mas, antes, guarda todos os restos de seu corpo, ossos e cinzas com um unguento de bálsamo, mirra e incenso desvanecido. De tudo isso, faz uma esfera com o bico em cumprimento de seu dever religioso e se dirige à cidade do sol levando esta carga em suas garras. Chegada ali, pousa sobre o altar e coloca o fardo no templo sagrado [...] o milagre de sua tão grande aparição também vem ao Egito e a multidão saúda com honras a rara ave (*De ave* 116-153)¹³².

Além de discorrer sobre a morte e o renascimento de Fênix, o compositor dessas estrofes dá detalhes de sua aparência¹³³, sua morada celestial¹³⁴ e seus hábitos¹³⁵. No tocante à atribuição do texto a Lactâncio, Anfruns (1984) esclarece que suas fontes mais importantes são três manuscritos dos séculos IX e X., além de aproximadamente outros trinta mais recentes, produzidos entre os séculos XII e XV. Quanto aos manuscritos mais antigos, dois deles indicam o nome do retórico cristão no título. Já o terceiro, ainda que conte com a alcunha do africano, apresenta sinais de mutilação, indicando que o autor foi inserido posteriormente. A tradição dos manuscritos mais recentes não é unanime em conferir o escrito a Lactâncio, contudo, os primeiros editores de suas obras não hesitaram em inserir *AP* entre seus trabalhos. A partir do século XIX, a autoria do norte-africano passou a ser contestada. Os especialistas começaram a realizar análises internas em seus demais escritos, procurando estabelecer correspondências entre eles e o poema. Em uma avaliação desses estudos, Anfruns (1984) conclui que nenhum deles apresenta uma evidência conclusiva de que o mestre dos séculos III e IV tenha escrito esses versos.

3.3 As *Diuinae Institutiones*

Lactâncio quase sempre escrevia a seus correligionários, indicando logo no prefácio de cada obra seu destinatário. Assim, *OD* é dirigida a seu discípulo Demétrio¹³⁶, *ID* e *MP*, a seu confessor Donato¹³⁷ e o *EP*, a um amigo chamado Pentadio (?)¹³⁸. A única exceção são suas *DI*, nas quais o autor não apenas deixou de mencionar qualquer interlocutor, como fez uma

¹³² “[...] al instante emprende un vuelo de retorno a su morada paterna; pero antes guarda todos los restos de su cuerpo, huesos, cenizas y los despojos con unguento de bálsamo, mirra e incienso disuelto. De todo elle hace un globo con el pico en cumplimiento de su deber religioso y se dirige a la ciudad del sol llevando este fardo en sus garras. Llegada allí se posa en el altar y lo coloca en el templo sagrado [...] Al milagro de su tan gran aparición acude también Egipto y la multitud saluda con los honores de la ovación a la rara ave. ”

¹³³ *De ave* 123-150.

¹³⁴ *De ave* 1-30.

¹³⁵ *De ave* 35-59.

¹³⁶ *De opf.* 1.1.

¹³⁷ *De ira* 1.1 e *De mort.* 16.3-6; 35.1-2; 52.1 e 5.

¹³⁸ *Epit. praef.*

introdução da perspectiva do leitor pagão. Afirmava que, ao contrário da sabedoria dos homens, a verdade que pretendia descrever seria capaz de libertar os indivíduos do erro e guiá-los em direção à imortalidade¹³⁹. Assegurava também que, encerrados em suas falsas doutrinas, os homens precisavam ser emancipados de seus equívocos.

E eis que muitos, apegados com pertinácia a vãs superstições, mostram-se insensíveis diante da manifestação da verdade [...] A estes, devemos aconselhá-los que não lutem contra si mesmos e que decidam finalmente se livrar de seus inveterados erros [...] (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.1.23-24)¹⁴⁰

Em seu principal trabalho, ao contrário dos apologistas dos primeiros séculos, os quais, apesar de formalmente endereçarem suas obras a uma audiência de não cristãos, tinham em mente um leitor familiarizado com a doutrina que professavam (CASEY, 1972), o retor não visou atingir seus irmãos na fé, mas sim aqueles que precisavam ser levados ao conhecimento da verdade. Somente no livro quinto, como nota Casey (1972), é que ele se voltou ao público cristão, ainda assim de forma circunstancial. No primeiro capítulo¹⁴¹, onde se dirigiu aos perseguidores do cristianismo, o africano deixou claro que, mesmo que estes não dessem a devida atenção à sua mensagem, esta não teria sido em vão, pois serviria para firmar as bases daqueles cristãos titubeantes que, por conta da leitura dos filósofos e oradores, não solidificaram sua fé.

E eis que são muitos os que titubeiam, sobretudo aqueles que são um pouco educados. Efetivamente, os filósofos, oradores e poetas podem facilmente enredar as mentes descuidadas com a suavidade de sua palavra e dos poemas compostos com ritmo aprazível. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.1.9-10)¹⁴²

Ainda nessa parte do texto, Lactâncio deixou claro que seu objetivo era aniquilar por completo qualquer inverdade que viesse a ser levantada contra os seguidores de Cristo e sua doutrina: “[...] empreendi a tarefa de refutar com todas as forças do meu talento os acusadores do bem [...] para aniquilar de uma só vez e com um só golpe todos os que por todas as partes

¹³⁹ *Div. Inst.* 1.1.6-7.

¹⁴⁰ “Y es que muchos, apegados con pertinácia a las vanas supersticiones, se muestran duros ante la manifestacion da verdade [...] a éstos habría que aconsejarles que no luchan contra ellos mismos y que se decidan por fin a librar-se de sus inveterados errores [...]”

¹⁴¹ *Div Inst.* 5.1.5-9 e 5.1.12.

¹⁴² “Y es que son muchos los que se tambalean, sobre todo aquellos que son un poco cultos. Efetivamente, los filósofos, oradores y poetas pueden facilmente enredar a las mente incautas con la suavidad de su palabra y de los poemas compuestos con dulce ritmo. ”

fazem ou fizeram o mesmo” (*Div. Inst.* 5.4.1)¹⁴³. Com esse intento, o retórico respondeu às críticas de dois de seus adversários que em Nicomédia escreveram contra a religião dos cristãos.

O primeiro deles era Sosiano Hiérocles (séculos III e IV), governador da Bitínia e defensor das perseguições. Na obra *Amante da verdade*, escrita em grego (Φιλαλήθης), sua premissa era de que a crença na divindade de Cristo, graças a seus milagres, havia distorcido sua verdadeira natureza. Trata-se de um equívoco, sustentava o governador, já que Apolônio de Tiana (15-100) operou feitos maiores que o nazareno. O magistrado acreditava que, ao conhecer os ensinamentos de Apolônio, os cristãos abandonariam sua falsa adoração e abraçariam a verdadeira piedade, reverenciando os deuses por meio das cerimônias tradicionais (DIGESER, 2000). Em resposta a essas afirmações, Lactâncio escreveu: “Saibas, pois, se é que tens alguma sanidade, que nós não lhe consideramos Deus porque fez milagres, mas porque Nele se cumpriram todas as coisas que haviam sido anunciadas pelos profetas” (*Div. Inst.* 5.3.18)¹⁴⁴.

O segundo dos opositores do retórico era o filósofo Porfírio de Tiro (232-305). Ao contrário de Hiérocles que encorajava os cristãos a abandonar sua religião, ele argumentava que, por meio de uma interpretação adequada, a crença em Jesus poderia ser compatível com as práticas da religião tradicional e com o pensamento filosófico. Em *Sobre a filosofia dos Oráculos* (*Peri tes ek logion philosophias*), procurando evidenciar que Cristo fora apenas um sábio, o neoplatônico citou Apolo e Hécate. Segundo ele, o testemunho de ambas as potestades revelava o principal engano do cristianismo: a adoração a um guia espiritual como se fosse uma divindade. Por conta desse equívoco, acreditava o filósofo, os cristãos haviam rejeitado seus deveres cívicos como cidadãos de Roma. Digeser (2000) afirma que Porfírio foi quem pela primeira vez defendeu publicamente que o problema da dissidência cristã era de reponsabilidade dos imperadores, juristas e demais envolvidos na restauração dos costumes romanos. Nesse sentido, ainda que defendesse que os cristãos fossem dignos de pena e merecessem ser instruídos, o filósofo acreditava que aqueles que persistissem no erro deveriam ser punidos por sua sedição. Em *DI*, Lactâncio investiu contra seu adversário, buscando desgastar sua reputação enquanto praticante da virtude e amante da sabedoria: “[...] reconhecia a si mesmo como um prócer da filosofia, mas na realidade era tão dado aos vícios que esse mestre da castidade ardia tanto em avareza quanto em devassidão [...]” (*Div. Inst.* 5.2.3)¹⁴⁵. Em

¹⁴³ “[...] emprendí la tarea de refutar con todas las fuerzas de mi talento a los acusadores del bien [...] para aniquilar de una sola vez y con un solo golpe a todos los que por todas partes hacen o hicieron lo mismo.”

¹⁴⁴ “Sábetete, pues, si es que tienes algo de cordura, que nosotros no le consideramos Dios porque hiciera milagros, sino porque en él se cumplieron todas las cosas que habían sido anunciadas por los profetas.”

¹⁴⁵ “[...] se reconocía a si mismo como prócer de la filosofía, pero era en realidad tan dado a los vicios que ese maestro de la continencia ardía no menos en avaricia que en placeres [...]”

outro momento: “Mas, quando quis contrariar as razões da religião contra a qual falava, mostrou-se néscio, vão e ignorante, já que esse austero defensor da utilidade pública não só não sabia que argumentos empregar como sequer o que dizer [...]” (*Div. Inst.* 5.2.8)¹⁴⁶.

Os ataques do retórico cristão aos rivais da religião ficam evidenciados nas palavras de Jerônimo: “Lactância é como um rio de eloquência tuliana; quem dera se houvesse sabido defender o nosso com a facilidade que soube destruir o do outro” (*Epist.* 58.10)¹⁴⁷. Apesar do que afirmou o teólogo cristão, o africano fazia uma apologia dos dogmas do cristianismo. Contudo, ao contrário do que tradicionalmente se esperava dessas composições, Lactância apoiou-se em testemunhos da própria filosofia para contradizê-la e partia de seus preceitos para apontar para a verdadeira religião. O propósito de sua obra era essencialmente pedagógico (SALMONTE, 1991).

O retor redigiu seu principal trabalho para um público de adeptos do neoplatonismo, do epicurismo e do estoicismo, correntes filosóficas difundidas entre os segmentos superiores da sociedade imperial nos terceiro e quarto séculos. Ao contrário do que vemos nos demais escritos do autor cristão, incluindo o próprio *EP*, em *DI*, ele minimizou a utilização de passagens das Escrituras para corroborar seus argumentos. Em vez delas, valeu-se de trechos das obras de escritores como Cícero, Sêneca (4 a. C.-65 d. C.) e Virgílio (70-19 a. C.). A utilização dos recursos da oratória torna a obra inacessível ao leitor não iniciado. Além disso, o vocabulário empregado pelo mestre latino é uma razão a mais para cremos que sua apologia não foi endereçada aos segmentos populares da sociedade.

A despeito de visar uma audiência selecionada, Lactância também dedicou parte de seu trabalho para contradizer os fundamentos do politeísmo e ridicularizar as práticas da religião dos deuses. Sabemos que essas crenças há muito eram criticadas pela filosofia e não mais apelavam para os indivíduos educados como ainda faziam entre o restante da população. Entendemos que, nesse caso, o retor romano poderia não estar interessado em ampliar o alcance de seu escrito, mas seguia um planejamento. Ainda que houvesse uma insatisfação em relação às antigas tradições do paganismo entre determinadas parcelas da sociedade romana, isso nunca significou uma completa descrença religiosa. Assim, afirma Veyne:

Se era impossível acreditar ao pé da letra na velha religião, também não se podia livrar-se dela; não por ser oficial e reinar sobre o povo, mas por possuir um núcleo de verdade:

¹⁴⁶ “Pero quando quiso debilitar las razones de la religión contra la cual hablaba, se mostró inepto, vano y ridículo, ya que ese sesudo defensor de la utilidad ajena no sabía no sólo qué argumentos oponer, sino ni siquiera qué decir [...]”

¹⁴⁷ “Lactancio es como un río de elocuencia tuliana; ojalá hubiera sabido defender lo nuestro con la facilidad con que supo destruir lo ajeno. ”

esse politeísmo girava se não ao redor do monoteísmo que os acasos do futuro deviam fazer triunfar, pelo menos ao redor da simplicidade de uma abstração [...] a Providência, o Bem, entidades das quais os filósofos trataram extensivamente. (1995, p. 209)

O propósito de Lactâncio era se aproveitar dos elementos integrantes da cosmovisão de seus compatriotas e direcioná-los para o que considerava a verdadeira sabedoria, aquela revelada por Deus aos adeptos do cristianismo. Nesse sentido, ao longo dos sete livros que compõem sua obra, como destaca Casey (1972), o africano não deixou de resgatar que seu principal objetivo era sacar os indivíduos da obscuridade e direcioná-los ao caminho da verdade¹⁴⁸. Mais uma vez, esses dizeres parecem inadequados se direcionados aos leitores cristãos.

No público ao qual o retórico pretendia alcançar estavam incluídos os altos escalões da administração imperial, entre os quais o próprio imperador. Ainda que seu desejo fosse expressamente tirar do erro aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer a verdade, Lactâncio não se isentou de perpetuar suas predileções políticas, como deixaria evidente em seu último escrito. Os principais exemplos de seu partidarismo estão em duas dedicatórias a Constantino inseridas em *DI*. Importante lembrar que, desde 310, o retor se encontrava na corte de Augusto desempenhando a função de tutor de seu filho. Além disso, como dissemos, é possível que o mestre tenha educado o próprio Constantino quando este, alguns anos antes, esteve em Nicomédia. Nas cartas ao Sínodo de Arles em 314, onde o imperador versou sobre a questão dos Donatistas, há indícios de que o soberano estivesse familiarizado com certas ideias do retórico cristão (DIGESER, 1994). Considerando a proximidade entre ambos e as ações favoráveis aos seguidores de Cristo levadas a cabo por Constantino, somos levados a pensar que Lactâncio lançou mão de uma estratégia política ao dedicar sua obra ao imperador, não sendo impossível, inclusive, que tenha influenciado as ações do governante com seu escrito. O tema da relação entre Lactâncio e Constantino é complexo e, em alguns pontos, apresenta-se insolúvel. Sendo assim, restringimo-nos a enquadrar algumas questões indicativas de que, entre os leitores do principal escrito do retórico cristão, seria possível estar o próprio imperador.

O local e o momento em que Lactâncio se dedicou a escrever suas *DI* não são objeto de consenso entre os historiadores¹⁴⁹. Quanto à data, sabemos apenas que foi após *OD*¹⁵⁰ e, quanto ao local, acreditamos, como Barnes (1973), que tenham sido escritas no Ocidente, talvez nos

¹⁴⁸ *Div. Inst.* 3.1.1.

¹⁴⁹ Vid. BARNES, 1973, p. 40; CASEY, 1972, p. 12,13 e 31; MCGUCKIN, 1980, p. 46; TEJA, 2008, p. 10; DIGESER, 1994, p. 43-44, 1997, p. 294 e 2000, p. 12; GONZÁLEZ, 2014, p. 10 e PICHÓN, 1901, p. 23.

¹⁵⁰ *De opf.* 20.2.

territórios de Constantino¹⁵¹, já que o africano teria abandonado a Bitínia em torno de 305. A partir dessa data, ele deve ter permanecido na Gália até 310, data em que se dirigiu a Tréveris para assumir a educação literária do filho do imperador. Duas menções feitas no livro quinto parecem apoiar essa datação. Em determinado trecho, o retórico mencionou a destruição do templo cristão em Nicomédia, afirmando que foi em virtude das perseguições que decidira redigir seu principal trabalho¹⁵². Em outro, referiu-se a um cristão que fora encarcerado na Bitínia durante dois anos¹⁵³. Sabemos que a destruição do templo ocorrera logo no início da perseguição de Diocleciano¹⁵⁴. Quanto ao personagem mencionado, este não pode ter sido encarcerado antes de fevereiro de 303. Por essas razões, Heck (1972 apud DIGESER, 1994) acredita que o retor não deve ter iniciado seu texto antes de 303 e nem escrito o livro quinto antes de 305. No que se refere ao *terminus ante quem*, notamos que o retórico se referiu ao castigo reservado aos perseguidores do cristianismo como um evento futuro¹⁵⁵. Ainda que não seja possível afirmarmos se ele escreveu antes da morte de todos os tetrarcas ou se já havia presenciado ao menos a morte de Maximiano, em julho de 310, sabemos que o autor não fez qualquer referência à morte de Galério, ocorrida em 311, o que torna possível que essa fosse a data de término da obra (HECK, 1972 apud DIGESER, 1994). Com base nesses indícios, Digeser (1994 e 2000) prefere datar o período de composição das *DI* entre 305 e 310, supondo que, ao se dirigir para a corte de Constantino, Lactâncio já havia publicado a primeira edição de seu texto. A nosso ver, não há razões para discordarmos da datação proposta pela autora estadunidense.

Uma vez em Tréveris, desempenhando a função de tutor de Crispo, o norte-africano inseriu em uma revisão de suas *DI* duas dedicatórias ao imperador (DIGESER, 1999 e 2000). Analisando-as, Digeser (1994) conclui que não foram escritas no mesmo momento. A primeira refere-se a eventos em torno de 310, enquanto a segunda retrata um cenário condizente com o ano de 313¹⁵⁶. Mesmo que o retórico não tivesse organizado formalmente uma segunda edição de seu escrito, seria possível que ele tivesse dado uma cópia, certamente com as dedicatórias, ao imperador em torno de 313, um ano antes da publicação das cartas de Constantino ao Concílio de Arles nas quais este demonstrava familiaridade com o trabalho de Lactâncio

¹⁵¹ *Div. Inst.* 6.17.6.

¹⁵² *Div. Inst.* 5.2.2.

¹⁵³ *Div. Inst.* 5.11.15.

¹⁵⁴ *De mort.* 12.

¹⁵⁵ *Div. Inst.* 5.23.1.

¹⁵⁶ Para uma discussão a respeito da data em que as dedicatórias foram escritas, vid. DIGESER, 1994, p. 39-50 e 1999, p. 75; PICHÓN, 1901, p. 23 e MOUNTAIN, 1839, p. 15 e 16, intr.

(DIGESER, 1994)¹⁵⁷. Aproveitando-se de sua posição no *entourage* do imperador, o retor procurava justificar ao governante a validade da religião dos cristãos assim como a possibilidade de uma união entre a doutrina cristã e as instituições imperiais. Se considerarmos a política de Constantino a partir de junho de 313, o retórico parece ter alcançado êxito em exercer influência sobre o soberano.

3.3.1 *Novos direcionamentos e o legado de Lactâncio*

Por meio de suas *DI*, o mestre latino propunha uma mudança de direcionamento na literatura apologética de então. Em primeiro lugar, ele retratou o cristianismo como uma filosofia, colocando-a em termos que sintetizam os princípios da religião. Assim, a contraversão ao pensamento pagão foi o primeiro passo para o estabelecimento da verdade: “[...] uma coisa é responder aos acusadores – caso em que a argumentação consiste em se defender ou negar – e outra é estipular nossa doutrina, que é o que eu faço – nesse caso é necessário estabelecer sua essência [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.4.3)¹⁵⁸. Em seguida, uma vez que o trabalho era dedicado aos segmentos educados da sociedade, Lactâncio baseava-se em argumentações racionais, não em testemunhos de milagres. O retórico fazia uma crítica ao método utilizado por Cipriano ao refutar Demetriano em sua obra *Ad Demetrianum*. Segundo ele: “Cipriano não tratou o tema como deveria: Demetriano não deveria ter sido refutado com testemunhos das Escrituras, que ele considerava como vãs e fictícias, senão com argumentos racionais” (*Div. Inst.* 5.4.4)¹⁵⁹. Por último, como destaca Casey (1972), o africano acreditava que deveria ser apresentada uma comparação entre a doutrina cristã e os principais sistemas filosóficos, de modo a fazer com que o cristianismo fosse visto como a verdadeira sabedoria¹⁶⁰.

Lactâncio considerava que os apologistas anteriores teriam falhado em fornecer uma resposta adequada às necessidades intelectuais dos leitores pagãos em seu próprio tempo: “Assim, pois, posto que faltaram entre nós mestres eruditos e idôneos que refutassem com veemência e objetividade os erros das pessoas e que defendessem elegante e abundantemente a causa da verdade [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.2.2)¹⁶¹. Em razão disso, ele pretendia

¹⁵⁷ Sobre as correspondências entre ambos os escritos, vid. DIGESER, 1994, p. 35-38.

¹⁵⁸ “[...] una cosa es responder a los acusadores – en cuyo caso la respuesta consiste en defenderse o en negar – y otra fijar nuestra actitud, que es lo que hago yo – en cuyo caso es necesario establecer la sustancia de toda nuestra doctrina [...]”

¹⁵⁹ “Cipriano no trató el tema como debió hacerlo: y es que Demetriano no debía ser refutado con testimonios de las Escrituras, a las que él consideraba como vanas, fingidas e inventadas, sino con argumentos racionales. ”

¹⁶⁰ *Div. Inst.* 1.1.7.

¹⁶¹ “Así pues, puesto que faltaron entre nosotros doctores idôneos y cultos que refutaran con vehemencia y agudeza los errores de la gente y que defendieran elegante e abundantemente toda la causa de la verdad [...]”

superá-los, buscando tornar a doutrina do cristianismo mais atrativa a um público acostumado com a leitura dos poetas. Além disso, responsabilizava seus antecessores pelos ataques desferidos por aqueles que escreveram contra os cristãos¹⁶²:

[...] eu, com a inspiração divina, decidi fazê-lo e ao mesmo tempo dar ao demais um caminho a seguir. E se os homens, educados e instruídos por essas recomendações, houvessem começado a empregar esse meu método e escolhido aplicar seu talento e força da oratória no campo da verdade, [...] as falsas religiões estariam a ponto de desaparecer e toda a filosofia prestes a perecer. (*Div. Inst.* 5.4.7-8)¹⁶³

Por fim, o retor esperava que seu exemplo fosse digno de imitação por outros defensores da fé no futuro. De acordo com Alban (1943), ele confiava que autores cristãos, cultivados como ele, continuariam a tarefa de convencer os pagãos educados de que o cristianismo era a verdadeira filosofia e a verdadeira religião. O mestre da oratória, convertido ao cristianismo, estendeu o emprego da racionalização filosófica na defesa da doutrina cristã, propondo um método sistemático para a demonstração dos fundamentos da religião. Nesse sentido, desempenhou um papel importante na minimização da influência dos inimigos da cultura clássica entre os cristãos, contribuindo para a formação de uma nova atitude em relação ao aprendizado da filosofia nas escolas cristãs do território Gaulês que passariam ao medievo (ALBAN, 1943).

¹⁶² *Div. Inst.* 5.2.1-2.

¹⁶³ “[...] yo, con la inspiración divina, he decidido hacerlo y dar al mismo tiempo a los demás un camino a imitar. Y si los hombres, enseñados e instruídos por estas recomendaciones, hubiesen empezado a acogerse a este método mío y hubiesen preferido aplicar su talento e fuerza oratória en este campo de la verdad [...] las falsas religiones estarían a punto de desaparecer y toda la filosofía a punto de fenecer. ”

4 RETÓRICA, IDENTIDADE E POLÍTICA NAS *DIUINAE INSTITUTIONES* DE LACTÂNCIO

Antes da ascensão do cristianismo, o exercício da política em Roma esteve atrelado à manutenção de uma identidade de fundo religioso. Suas instituições sociais eram legitimadas por um conjunto de crenças de caráter politeísta que faziam parte da religião oficial. Apesar disso, os governantes costumavam ser tolerantes para com outros tipos de devoção, desde que não representassem um obstáculo à manutenção da ordem estabelecida. Os judeus, por exemplo, mesmo sendo monoteístas, eram admitidos pela antiguidade de sua fé e porque se dispunham a sacrificar ao seu deus pelo bem do Estado. Ao contrário, os cristãos rejeitavam esse costume e se recusavam a tomar parte em qualquer tipo de adoração que não fosse a própria.

A partir das duas últimas décadas do século II, muitos dos habitantes do Império, assustados com as consequências da crise, encontraram na mensagem disseminada pelas comunidades cristãs a esperança de que necessitavam para superar o momento de dificuldade (FUNARI, 2002). À medida que se acumulavam os descontentamentos da população por conta das privações a que esta era submetida, os seguidores de Cristo passavam a ser vistos como obstáculos ao retorno da estabilidade. Todos aqueles que se recusassem a tomar parte nas práticas religiosas que sempre garantiram a sobrevivência de Roma deveriam ser expurgados do convívio social.

A intransigência que levava muitos adeptos do cristianismo a preferir a morte em vez da adoração aos deuses representava uma ameaça para a identidade religiosa do Estado. Diante do crescimento das comunidades cristãs, as perseguições levadas a cabo por alguns imperadores seriam uma tentativa de preservar essa identidade e garantir a unidade do Império. Ciente do fracasso dessas medidas, o imperador Constantino optaria por aderir à religião, angariando a simpatia dos fiéis, sem, no entanto, se comprometer com a restrição à liberdade de outros cultos. Ele foi o soberano cristão de um Império que, mesmo após a integração das igrejas, permaneceu oficialmente pagão (VEYNE, 2011). Não obstante, a atitude do imperador abriu uma janela de oportunidades sem precedentes para a transformação da identidade religiosa do Império Romano. É nesse sentido que entendemos que as *DI* de Lactânncio, escritas poucos antes das ações do governante, já previam a união entre as instituições imperiais e os preceitos do cristianismo, de modo a garantir a sobrevivência de Roma.

O retórico romano faz parte de uma tradição de apologistas que buscavam justificar a doutrina do cristianismo diante das críticas e acusações levantadas por seus adversários desde

o século I. Lactânncio, entretanto, não despertou o mesmo interesse entre os leitores cristãos que seus predecessores, como revela a reação do papa Dâmaso ao ler suas cartas¹⁶⁴. Jerônimo lamentava o fato de o norte-africano não ter empregado seu talento para justificar os dogmas da religião da mesma forma que fizera ao apontar os erros do pensamento helenístico¹⁶⁵ e não deixou de apontar suas insuficiências como teólogo, destacando que ele não reconhecia a existência do Espírito Santo como a terceira pessoa da trindade

Em seus livros, mais especificamente em suas cartas a Demétrio, Lactânncio nega a existência do Espírito Santo e afirma, incorrendo no mesmo erro dos judeus, que não se trata, senão, de uma relação do pai para com o filho e que com seu nome se expressaria a santidade das duas pessoas. (HIERONYMUS, *Epist.* 84.7)¹⁶⁶

Assim como Lactânncio, temas como o politeísmo e as querelas entre os deuses já haviam sido desenvolvidos por Cícero, Sêneca e, antes, por Xenofonte (428-354 a. C.) e Parmênides (530-460 a. C.) (PICHON, 1901). Entre os apologistas, Minúcio Félix, Tertuliano e Cipriano também tinham questionado a mitologia greco-romana. Não obstante, estes foram alvos da crítica do retórico: “Minúcio Félix, advogado não desdenhável entre os de sua cidade; em seu livro, que tem como título *Octavio*, aponta o bom defensor da verdade que poderia ter sido caso houvesse se entregado totalmente a esta tarefa” (*Div. Inst.* 5.1.22, grifo do autor)¹⁶⁷; Tertuliano teria sido “[...] uma pessoa douta em todo tipo de ciência, mas na eloquência foi pouco hábil, menos elegante e muito obscuro; como consequência, nem sequer conseguiu ele reconhecimento” (*Div. Inst.* 5.1.23)¹⁶⁸; já Cipriano, de quem depreciava o método¹⁶⁹, recebeu um julgamento mais duro do africano, que o considerava o mais capacitado dos três.

Assim, pois, o único importante e conhecido foi Cipriano, que havia conseguido grande destaque na arte da oratória e escrito coisas admiráveis nesse gênero, de modo que não é fácil distinguir se era mais elegante ao falar, mais acertado ao ensinar ou mais persuasivo ao convencer. Não obstante, não pôde agradar aos que desconheciam o mistério, já que o que escreveu é de conteúdo espiritual com a única finalidade que fosse lido apenas pelos fiéis; finalmente, acabou sendo objeto de pilhéria por parte dos eruditos deste mundo que casualmente conheceram seus escritos. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.1.24-26)¹⁷⁰

¹⁶⁴ HIERONYMUS, *Epist.* 35.2.

¹⁶⁵ HIERONYMUS, *Epist.* 58.10.

¹⁶⁶ “En sus libros, y concretamente en sus cartas a Demétrio, niega Lactancio la subsistencia del Espíritu Santo y afirma, incurriendo en el error judío, que no es sino una relación del Padre o el Hijo, y que con su nombre se expresaría la santidade de las dos personas.” Vid. *Div. Inst.* 2.8.3-7.

¹⁶⁷ “Minucio Felix, abogado no desdenable entre los de su ciudad; su libro, que lleva por título *Octavio*, apunta lo buen defensor de la verdad que hubiera podido ser si se hubiese entregado totalmente a esta misión.”

¹⁶⁸ “[...] Septimio Tertuliano fue persona ducha en todo tipo de literatura, pero en la elocuencia fue poco ágil, menos elegante y muy oscuro; como consecuencia, ni siquiera él consiguió celebridade.” Vid. *Div. Inst.* 5.4.3.

¹⁶⁹ *Div. Inst.* 5.4.4-7.

¹⁷⁰ “Así pues, el único importante e famoso fue Cipriano, ya que había conseguido gran fama en su profesión del arte oratoria y escribió aún muchas cosas admirables en este género y – lo que es la mayor virtud de la palabra – claro, de forma que no se puede distinguir facilmente si era más elegante al hablar, o más acertado al explicar, o

Uma das principais contribuições de Lactânncio refere-se ao estilo literário. Suas *DI* foram escritas de forma eloquente e estruturadas com base nas exigências da retórica clássica, uma vez que pretendia alcançar os leitores cultivados da sociedade imperial. De acordo com Casey (1972), o africano buscou tanto instruir os não cristãos educados nos preceitos da filosofia¹⁷¹ quanto fortalecer a fé de seus correligionários, dando-lhes fundamentos para responder aos questionamentos de seus adversários¹⁷². Assim, declara ele: “[...] pretendo instruir aos homens, quero dizer, levá-los do erro em que estão imersos ao caminho da verdade” (*Div. Inst.* 1.1.21)¹⁷³.

4.1 Lactânncio e o uso da retórica

A ‘retórica’ foi empregada ao longo da história como simples instrumento de persuasão. A partir dos gregos, todavia, seu uso passou a ser sistematizado por normas específicas, muito embora continuasse existindo de modo informal; afinal, como apontou Cícero: “[...] a eloquência não nasceu da retórica, mas a retórica da eloquência” (*De orat.* 1.146)¹⁷⁴. Em nosso trabalho, entenderemos a retórica como um conjunto de regras específicas empregadas para o convencimento, para fins tanto morais e políticos quanto religiosos.

Os primeiros elementos teóricos do que viria a se tornar a ciência retórica, formalmente entendida, começaram a se revelar nos discursos de oradores como Sólon (638-558 a. C.), Psístrato (608-527 a. C.) e Péricles (495-429 a. C.). Por volta do século IV a. C., os jovens das cidades-estados da Grécia passaram a frequentar as escolas dos sofistas, onde aprendiam política, moral e a arte da persuasão. Na Península Itálica, até o início do século I a. C., os romanos fechavam escolas de retores. Catão, o velho (234-149 a. C.), foi um dos principais representantes da oposição contra a helenização de Roma, defendendo uma retórica nos moldes arcaicos. A esse respeito, Peterlini (2001) explica que, na realidade, o político republicano defendia os valores de uma aristocracia conservadora, portadora de uma oratória desprovida de

más persuasivo al convencer; éste, sin embargo, prescindiendo de sus palabras, no puede agrandar a los que desconocen el misterio, ya que lo que escribió es de contenido místico con la única finalidad de que fuera leído sólo por los fieles; finalmente, suele ser objeto de burla por parte de los sabios de este mundo que casualmente conocieron sus escritos. ”

¹⁷¹ *Div. Inst.* 5.1.1.

¹⁷² *Div. Inst.* 5.1.9-10.

¹⁷³ “[...] pretendo instruir a los hombres, es decir, llevarlos desde el error en que están inmersos al camino recto. ”

¹⁷⁴ “[...] la elocuencia no ha nacido de la técnica retórica, sino la retórica de la elocuencia. ”

ornatos, de uma linguagem agressiva e concreta, por vezes irônica, mas sempre voltada ao mundo real.

A despeito de opositores, como Catão, a retórica grega floresceu em Roma, adquirindo uma identidade própria à medida que comungava dos valores da cultura latina. A partir do século III a. C., os membros da aristocracia romana passaram a ser educados segundo os valores importados da Grécia, a exemplo de Marco Túlio Cícero, que decidiu complementar seus estudos na Hélade (CAMPOS, 2008).

Entre os séculos II e I a. C., destacaram-se dois oradores romanos: Marco Antônio (83-30 a. C.) e Lúcio Licínio Crasso (140-91 a. C.). Ambos eram homens políticos, mas divergiam a respeito da maior ou menor importância das técnicas da elocução no ato da persuasão. Antônio, que não tinha a mesma cultura de seu oponente, utilizava as ferramentas da retórica essencialmente em prol de seus interesses. Cícero (2002) o descreveu como um orador sem elegância, porém, correto ao falar, sabendo impressionar seus ouvintes. Era um pregador habilidoso, um advogado de demandas que conhecia os segredos de seu ofício. Já Crasso, foi mostrado como um retórico de linguagem perfeita, espírito elevado e vasta cultura, com gosto pelas artes gregas. Seriam essas as linhas que orientariam os trabalhos de Cícero, que Plutarco (46 a. C.-120 d. C.) iria comparar com Demóstenes (384-322 a. C.), tamanha sua influência: “Certo é que ambos tiveram autoridade para falar ao povo e talento para o exercício da política, a ponto de os próprios generais necessitar de sua oratória” (PLUTARCHUS, *Vit. Ill. Cic.* 52.3)¹⁷⁵.

O último século antes da era cristã é considerado o período áureo da tradição retórica latina. Além de servir para educar a classe dirigente no exercício do poder, seus princípios serviam como um código normativo que regulava toda a produção intelectual em Roma (PETERLINI, 2001). Nesse quadro em que a arte do convencimento tinha um duplo papel social, Cícero construiria sua imagem de orador perfeito (*perfectus orator*), a qual, ao contrário do que havia proposto Sócrates (469-399 a. C.), não deveria desvinculá-lo dos princípios éticos propostos pela filosofia:

[...] ao ser chamada ‘filosofia’ qualquer conhecimento sobre temas nobres e sua prática, tomou ele [Sócrates] esse termo comum e em suas discussões fez uma separação entre a ciência do pensar sabiamente e a de falar com elegância, na realidade interligadas [...] desde então, tem se promovido esse afastamento absurdo e prejudicial

¹⁷⁵ “Es cierto que los dos tuvieron igual talento para hablarle al pueblo y para la política, hasta el punto de que incluso quienes tenían el control de las armas y de los campamentos los necesitaban.”

entre a exposição e o ajuizamento, ao ensinarmos uns a viver bem e outros a se expressar. (CICERO, *De orat.* 3.60-61)¹⁷⁶

Em segundo lugar, o orador ideal deveria possuir um amplo aporte de conhecimentos. Qualquer um que ambicionasse ser considerado um orador precisaria ser versado nos diversos âmbitos da cultura clássica, caso contrário, sua ignorância seria evidenciada em seus discursos. Sobre a erudição do político republicano, Plutarco afirmava:

Cícero foi detentor de uma grande variedade de saberes, graças ao seu apreço pelos estudos. Não apenas produziu tratados de caráter filosófico, ao estilo dos acadêmicos, como também copiou os discursos que proferiu nos debates políticos e pleitos judiciais, ocasiões em não se furtava de exibir seu conhecimento das belas artes. (*Vit. Ill. Cic.* 50.3)¹⁷⁷

Finalmente, a retórica deveria ser empregada a serviço da *Res Publica*: “Compete a ele [o orador], quando delibera sobre assuntos importantes, uma opinião arrazoada; a ele também cabe fortalecer o povo quando está enlanguescido e pacificá-lo quando se amotina” (CICERO, *De orat.* 2.35)¹⁷⁸. Ao longo de sua vida pública, Marco Túlio utilizou-se dos recursos da retórica para interferir em assuntos políticos. Iniciou de sua carreira como questor, ao mesmo tempo em que se destacava como advogado, cujos serviços eram requisitados por aqueles que procuravam por justiça. Ascendendo ao consulado, destaca Plutarco, enfrentou as adversidades de um tempo em que não era seguro mudar a direção dos negócios públicos; apesar disso, procurou fazer política da mesma forma que fazia seus discursos, vinculando-a aos princípios éticos aprendidos da filosofia.

Foi este homem quem melhor demonstrou aos romanos o quanto o exercício da palavra torna aprazível e acrescida ao que é correto; que a justiça é invencível se expressa eloquentemente e que o que governa de forma equilibrada deve sempre preferir em suas ações o bem antes da lisonja, fazendo com que o útil não seja desagradável. (PLUTARCHUS, *De Ill. Cic.* 13.1)¹⁷⁹

¹⁷⁶ “[...] al ser denominada ‘filosofia’ cualquier conocimiento sobre temas nobles y su ejercicio -, les arrebató ese nombre común y en sus disquisiciones separó la ciencia de comportarse sabiamente y la de exponer con ornato, por su contenido estrechamente relacionados [...] y desde entonces se ha mantenido un a modo de divorcio entre la lengua y la inteligencia, realmente sin sentido y perjudicial y reprehensible, al enseñarnos unos a ser sabios y otros a exponer. ”

¹⁷⁷ “Ciceron, por su parte, llevo a poseer gran cantidad y variedad de conocimientos por su afición al estudio y ha dejado no pocos tratados de carácter propiamente filosófico al estilo de la Academia, y además, incluso en sus discursos escritos para los procesos y para los debates políticos, es evidente que quiere hacer cierta exhibición de su conocimiento de la literatura. ”

¹⁷⁸ “A éste le compete una opinión razonada y digna cuando da consejos sobre asuntos de la mayor importancia; y al mismo, espolear al pueblo cuando languidesce y moderarlo cuando se desboca. ”

¹⁷⁹ “Fue este hombre más que nadie el que demostró a los romanos cuánto agrado añade la elocuencia al bien, que la justicia es invencible si se expresa con corrección, y que, quien gobierna de forma equilibrada, en sus actos debe preferir siempre el bien antes que la lisonja, pero en lo que dice debe quitar de lo conveniente lo que es desagradable. ”

O orador romano faleceu em meados do século I a. C., poucos anos antes da instauração do regime político centralizador que convencionamos chamar de Principado. Sua morte, tanto quanto o fim da República, representou o ocaso da liberdade retórica na Roma Antiga. Conforme Peterlini: “o fim da liberdade política dava seus primeiros frutos sobre o cadáver de Cícero” (2001, p. 141). A partir da segunda metade do reinado de Augusto, a arte do convencimento entre os romanos afastou-se do ideal ciceroniano e, em certa medida, para aproveitarmos a expressão de Lactâncio, transformou-se em “um exercício de pleitos fictícios” (*Div. Inst.* 1.1.10), uma espécie de entretenimento de salão. Além disso, seu uso não foi ignorado pelos juristas, que a tomavam tanto em sua atividade legislativa quanto na judiciária. Lopez Eire ilustra o papel da retórica na sociedade imperial nesse momento.

“Se algo está elegantemente dito (estilo, lexis), emotivamente expresso (páthos) e fidedignamente exposto (êthos), o que foi dito é verdadeiro [...] o melhor discurso retórico, que aspira ao verossímil, será sempre destinado a ser processado pela inteligência racional e emocional dos ouvintes, e elaborado com a arte da eloquência para que o resultado do processo mencionado seja proveitoso para o orador.” (apud CAMPOS, 2008, p. 8)

A apreciação dos ideais do político republicano seria retomada na segunda metade do século I. Marcos Fábio Quintiliano (35-96) foi o primeiro professor de retórica subsidiado pelo Estado, posição que seria ocupada por Lactâncio mais de um século depois. A despeito de se remeter ao conceito de *perfectus orator*, esse renascimento da retórica dispensaria a relação entre o uso da eloquência e o exercício da política, tal como havia sido proposto por Cícero. Com as mudanças no escol governamental e a centralização do poder em torno do *Princeps*, a formação do orador já não lhe permitiria ir além da arte da *declamatio*. Segundo Peterlini (2001) e Campos (2008), somente Tácito evocaria o espírito político ciceroniano, em uma época em que as instituições do Estado relegariam a retórica a uma arte sem compromisso.

O contato dos cristãos com a arte da retórica foi resultante da formação comum que tiveram nas mesmas escolas em que outros cidadãos eram educados na cultura helenística. Apenas uma minoria tinha acesso ao ensino da oratória. Campos (2008) explica que o processo de aprendizagem entre os romanos era dividido em três etapas: no ensino primário, que remontava ao período dos reis etruscos (séculos VIII-VI a. C.), o cidadão tinha lições de contagem e formação silábica das palavras; no ensino secundário, que aparece no século III a. C., ensinavam-se os poetas latinos; o ensino superior, introduzido em sua forma latina no século I a. C., fundava-se predominantemente nas normas da retórica. Os professores, por sua vez,

eram organizados segundo uma hierarquia na qual desempenhavam funções específicas. Em primeiro lugar estavam o *magister ludi* e o *grammatici*, responsáveis pelos ensinamentos fundamental e médio, respectivamente; no topo, o *retor latini*, cuja função era ensinar a arte da persuasão.

À medida que os romanos cultivados se convertiam ao cristianismo, alguns passavam a empregar seu aprendizado na justificação de suas novas crenças, tal como Lactânio, possivelmente o retórico mais importante de seu tempo (CASEY, 1972). Analisando suas *DI*, notamos que sua leitura da doutrina cristã fundamentava-se no pensamento clássico. No entendimento do retor, o cristianismo não era simplesmente uma religião e sim uma filosofia. Por conta disso, era capaz de satisfazer todos os tipos de adeptos¹⁸⁰.

A distinção entre sabedoria e religião era meramente uma questão de conveniência, visto que uma levava à outra. Para seus leitores helenistas, o retórico apresentava o cristianismo como uma corrente de pensamento que, esperava, os conduziria à piedade cristã e, portanto, ao pleno conhecimento da verdade.

Deus quis que a natureza do homem desejasse e buscasse tanto a religião quanto a sabedoria: o erro das pessoas está em aceitar a religião, deixando de lado a sabedoria, ou em se entregar ao saber, negligenciando a religião, sendo que nenhuma delas pode ser verdadeira sem a outra. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.11.2)¹⁸¹

Kraft e Wlosok (1971 apud GONZÁLEZ, 2013) acreditam que, em seus primeiros anos como converso, Lactânio enxergava o cristianismo como um desdobramento da filosofia estoica. Em defesa de sua tese, os autores argumentam que o texto *OD*, o primeiro dos trabalhos do retor como cristão, não está permeado pela mensagem do cristianismo. Além disso, ele atacava com virulência a filosofia epicurista de Lucrécio, corrente de pensamento que em muitos pontos se opunha ao estoicismo. Poderíamos acrescentar a hipótese de que a influência que recebeu de Cícero, o que é patente em suas *DI*, decorreria do fato de que seu primeiro contato com o orador republicano se fez por meio do estoicismo. Isso poderia tê-lo levado, ainda, a se interessar pelo estudo da retórica. Se puderem ser comprovadas, essas suposições somar-se-ão aos argumentos em favor de que a conversão de Lactânio teria ocorrido após sua partida da África.

Da mesma forma que Marco Túlio adotara a linha de Crasso, o retórico africano se basearia em sua concepção de *perfectus orador* para empregar os artifícios da retórica. Em lugar

¹⁸⁰ *Div. Inst.* 1.1.7.

¹⁸¹ “Dios quiso que la naturaleza del hombre fuese tal que deseara y buscara al mismo tiempo dos cosas: la religión y la sabiduría. El error de los hombres se halla en que o bien aceptan la religión dejando a un lado la sabiduría, o bien se entregan sólo a la sabiduría olvidándose de la religión, cuando una de ellas, sin la otra, no puede ser verdadera.”

da relação entre a filosofia e a eloquência proposta pelo estoico, Lactânncio apresentaria a discussão sobre o conteúdo e a forma do texto. Na interpretação dos primeiros cristãos, a forma literária era irrelevante diante da verdade expressa por seus escritos. Assim fizeram, em sua maior parte, os autores bíblicos, homens simples e de pouca erudição. Aparentemente, o retor de Numídia não se furtou a esse direcionamento. Logo no início de suas *DI*, ele comparou o ofício que desempenhava como *rhetor latini* à sua nova atividade como apologista: “Esta ocupação deve ser considerada muito mais elevada, importante e honrada que aquela de orador, à qual nos entregamos tanto tempo; instruíamos os jovens a aguçar, não a virtude, mas a malícia [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.1.8)¹⁸². Em complemento, declarou que mais vale o ‘bem viver’ que o ‘bem falar’¹⁸³. Fez o mesmo em pelo menos duas oportunidades. O primeiro capítulo do Livro III é um manifesto nesse sentido; nele o latino reforçou a primazia do conteúdo sobre a forma: “[...] Deus quis que a verdade, simples e desnuda, fosse bela por natureza, sendo em si mesma suficientemente atraente. Esta se achará maculada caso seja envolvida em adornos [...]” (*Div. Inst.* 3.1.3)¹⁸⁴. No mesmo livro: “[...] porque a sabedoria está no coração e não palavras, não importando o estilo que se use; busca-se o conteúdo e não a forma” (*Div. Inst.* 3.13.5)¹⁸⁵.

A despeito de sua negação da forma, muitos escritores cristãos não deixaram de empregar a normas da retórica na composição de seus trabalhos. De acordo com Salor (1990), essa depreciação dos aspectos externos do texto era uma postura meramente teórica entre os apologistas, possivelmente para reforçar o discurso de simplicidade da religião. Ao mesmo tempo, não seria fácil para os autores instruídos na tradição clássica prescindir de seu cabedal de conhecimentos no momento de escrever. Nesse sentido, ele procurava encontrar um ponto comum na tradicional oposição cristã.

Eis que a verdade, se bem pode ser defendida, como tem sido feito muitas vezes por diversas pessoas, deve ser apresentada e afirmada com palavras claras e reluzentes, acompanhada de sua própria força e adornada com uma forma elegante. Dessa forma, alcançará mais poderosamente as almas dos homens (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.1.10)¹⁸⁶

¹⁸² “Esta profesión ha de ser considerada mucho más buena, más útil y mas honrosa que aquella profesión de orador en la que, entrenados largo tempo, enseñabamos a los jóvenes a aguzar, no la virtude, sino abiertamente la malicia [...]”

¹⁸³ *Div. Inst.* 1.1.9.

¹⁸⁴ “[...] Dios quiso que la verdad simple y desnuda fuese por naturaliza bela – y es que es suficientemente elegante por sí misma y se afea si es embadurnada externamente con adornos añadidos [...]”

¹⁸⁵ No original: “[...] porque la sabiduría no está en la lengua, sino en corazón, y no tiene importância el estilo que se use; se busca, en efecto, el contenido, no la forma.”

¹⁸⁶ “Y es que ésta, si bien puede ser defendida, como lo ha sido muchas veces por muchos, sin elocuencia, sin embargo debe ser ilustrada y en certa forma afirmada con claridade y brillantez en las palabras para que, armada com su propia fuerza y adornada con brillante forma, entre com más poderio en las almas.”

O retor também argumentava que, se grandes oradores, como Marco Túlio, se valeram da oratória para expor os ideais da filosofia, ele, mais ainda, já que apresentava a doutrina do cristianismo, que por si só era verdadeira, poderia empregar os recursos da persuasão para torná-la mais acessível: “Com maior justiça me entrego eu, como se se tratasse de um refúgio seguro, à piedosa, sagrada e divina verdade, na qual tudo está apto para ser dito, suave de ser ouvido, fácil de ser entendido e honesto ao ser compreendido!” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.1.12)¹⁸⁷. Tendo encontrado um justo uso para a retórica, lamentava-se por suas limitações:

“[...] quisera eu agora, se não possuir a eloquência de Marco Túlio, que realmente era extraordinária e admirável, ao menos alcançar uma capacidade próxima da eloquência, para que, ao final, a verdade se manifeste com o empenho de meu talento na mesma medida em que se vale da própria força; e para que, rechaçados tanto os erros comuns quanto aqueles cometidos pelos considerados sábios, eu possa lançar uma clara luz sobre o gênero humano. Eu gostaria que isso acontecesse por duas razões: primeiro, para que os homens que creem em mentiras, quando são cativados pela elegância do discurso e a atratividade das palavras, dessem mais crédito à verdade graciosamente apresentada; segundo, para que eu subjugué os filósofos utilizando as próprias armas em que depositam sua confiança.” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.1.2)¹⁸⁸

De forma análoga à concepção ciceroniana de que o orador deveria se colocar a serviço da comunidade, Lactâncio entendia que o retórico deveria se comprometer com a *Res publica* celestial, levando os homens ao conhecimento da verdade. Em ambos os casos, consideradas as especificidades de cada um, aquele que detinha o conhecimento da retórica tinha um papel social a desempenhar. Assim afirmava Marco Túlio:

Quem [senão o orador] pode exortar mais vivamente a virtude; quem, afastar com mais força do vício; quem, mais asperamente repreender os desonestos; quem com mais elegância louvar os íntegros; quem, quebrar a ambição mais duramente pela censura; quem, aliviar com mais suavidade a dor, consolando? (*De orat.* 2.35)¹⁸⁹

¹⁸⁷ “¡Con cuánta mayor justicia me puede entrega yo, como si de un puerto segurísimo se tratara, a la piadosa, verdadera y divina sabiduría, en la cual todo es apto para ser dicho, dulce al ser oído, fácil de ser entendido y honesto ao ser comprendido! ”

¹⁸⁸ “[...] yo quisiera ahora, si no tener una elocuencia como la de Marco Tulio, que era realmente extraordinaria y admirable, sí al menos alcanzar una capacidad cercana a la elocuencia, para que la verdad se manifieste al fin con la ayuda de las fuerzas de mi ingenio en la misma medida en que ella vale por su propia fuerza, y para que, rechazados y derrotados los errores tanto comunes como los de los que son considerados sabios, pueda yo aportar una luz clarísima al género humano. Y yo quisiera que esto sucediera por dos razones: ya porque los hombres, que creen incluso las mentiras cuando son cautivados por la elegancia del discurso y el atractivo de las palabras, podrían dar más crédito a una verdad elegantemente presentada, ya ciertamente para que los filósofos fueran subyugados por mí, precisamente con sus propias armas, en las cuales suelen complacerse y confiar. ”

¹⁸⁹ “¿Pues quién puede animar con más ardor a la virtud, quién más acremente apartarnos del vicio, quién con más aspereza denostar a los malvados y con mayor ornato elsalzar a los buenos, quién con mayor pasión quebrantar en la invectiva el inmoderado deseo? ¿Quién aliviar en el consuelo con mayor dulzura la tristeza? ”

Afinal, conforme o ideal de *perfectus orador* proposto por Cícero, somente aqueles que detivessem o domínio de diversas áreas do conhecimento poderiam ser considerados autênticos oradores. O norte-africano, por sua vez, não teve problemas para se enquadrar nesses moldes. Ao se queixar da extensão das cartas de Lactâncio, o papa Dâmaso testemunhou a favor de sua ilustração. Segundo o sacerdote, os textos do retórico cristão eram recomendados apenas aos especialistas e não aos leitores comuns, pois tratavam de geografia, métrica e filosofia¹⁹⁰. Jerônimo, que na ocasião ocupava o cargo de assistente do pontífice, também não deixou de salientar a erudição do retor, colocando-o acima de seu próprio gênio. Em resposta a um bispo da África, o copista indagou: “[...] tendo em sua província fluído rios tão poderosos no estudo das Sagradas Escrituras, como um Tertuliano, um Cipriano e um Lactâncio, é absurdo buscar a mim, riacho árido” (HIERONYMUS, *Epist. Ad Aur.* 3)¹⁹¹.

Quanto à influência exercida por Lactâncio em sua época, precisamos fazer algumas ponderações. Em primeiro lugar, consideramos importante lembrar que, desde a instauração do Principado, as liberdades políticas dos cidadãos foram paulatinamente mitigadas por um governo autoritário e centralizador. Embora a arte retórica se mantivesse vinculada aos valores da aristocracia, seu papel na sociedade imperial já não correspondia ao que Marco Túlio exercia nos finais do período republicano. O próprio Senado não conservava mais as prerrogativas de outrora, muito embora ainda exercesse influência sobre os direcionamentos do Estado. Em segundo, o mestre norte-africano não era um senador ou um homem do fórum, como fora Cícero. Até a ascensão de Constantino, sequer exercia alguma influência significativa na vida política de Roma. Apesar dessa conjuntura desfavorável, Lactâncio não deixou de empregar sua capacidade de persuasão para fins políticos. Ele o fez em sua apologia, não como um projeto de poder pessoal, a exemplo de Marco Antônio, mas na direção de salvaguardar o Império e o cristianismo diante de um contexto de crise. Trataremos desse assunto na última parte deste capítulo; por hora, vejamos o emprego de algumas das técnicas da oratória por Lactâncio, as quais contribuíram para lhe valer a alcunha de ‘Cícero cristão’.

4.1.1 O emprego de citações

De acordo com Aristóteles, a retórica é a capacidade de teorizar com a finalidade de convencer. Segundo o filósofo, esta tarefa não cabe a nenhum outro campo do conhecimento,

¹⁹⁰ HIERONYMUS, *Epist.* 35.2.

¹⁹¹ “[...] habiendo fluído en vuestra província ríos tan poderosos en las Sagradas Escrituras como un Tertuliano, un Cipriano, un Lactancio, resulta ridículo buscarme a mí, riachuelo árido.”

visto que, cada qual possui sua própria competência: “A retórica, sem dúvida, poder estabelecer teoricamente o que é conveniente, por assim dizer, em qualquer caso na qual seja empregada, razão pela qual afirmamos que o que a ela compete como ciência não se aplica a nenhuma outra em específico” (ARISTOTELES, *Rhet.* 1.1355b)¹⁹². Em suas *DI*, Lactânncio se vale de recursos da retórica que foram normatizados com o passar do tempo, a fim de convencer seus leitores. O primeiro deles é o uso de citações de outros autores, uma vez que na Antiguidade não havia qualquer ajuizamento a respeito do que modernamente chamamos de direitos autorais e, assim, todas as obras eram consideradas de ‘domínio público’, podendo ser livremente utilizadas por qualquer um. Além do mais, o que era admirado pela maioria dos escritores não era a originalidade do conteúdo, mas a forma como este era apresentado. Nesse sentido, o uso de citações tinha como principal objetivo conferir autoridade ao texto.

De acordo com Casey (1972), os dois principais modelos de citação utilizados pelos autores antigos eram a paráfrase e a citação literal. No primeiro caso, promovia-se a reestruturação do texto original por meio de sinônimos e da alternância de palavras, mantendo-se a ideia do autor.

Ainda que em menor incidência, esse recurso aparecia no trabalho de Lactânncio. No Livro VI, ele citou uma passagem do poeta satírico romano, Pérsio (34-62)¹⁹³: “Que tipo de alimentos poderás oferecer para apaziguar os deuses, que poderosos presentes para conseguirdes sua aprovação? Podeis comprar tais indulgências? Que tipo de suborno tens preparado para dissuadi-los de seu furor? ” (PERSIUS, *Sat.* 2.56-59)¹⁹⁴. Na sequência, parafraseou-o da seguinte forma (1990, p. 181): “[...] de fato, para satisfazer à vontade Deus, não é preciso fazer sacrifícios, mas sim possuir uma mente pura, uma alma elevada e um coração íntegro [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.2.12)¹⁹⁵.

Já as citações literais, são predominantes nas *DI*. Mesmo os excertos dos escritos oraculares geralmente foram transcritos dessa forma. A predileção de Lactânncio pela reprodução fidedigna de suas fontes permitiu que partes de muitos trabalhos que não sobreviveram à ação do tempo pudessem ser preservadas até nossos dias (CASEY, 1972). Embora essa técnica fosse comum entre os autores da Antiguidade, dentre eles os que escreviam

¹⁹² “La retórica, sin embargo, parece que puede establecer teóricamente lo que es convincente en – por así decirlo – cualquier caso que se proponga, razón por la cual afirmamos que lo que a ella concierne como arte no se aplica sobre ningún género específico. ”

¹⁹³ *Div. Inst.* 6.2.11.

¹⁹⁴ “What well-fed offering to appease the god, what powerful present, to procure a nod, hast thou in store? What bribe has thou prepar’d, to pull him, thus unpunis’d, by the beard? ”

¹⁹⁵ “[...] en efecto, de que para aplacar a la majestad celestial no es necesaria la carne, sino una mente santa y un alma y un corazón recto [...]”

em defesa do cristianismo, é nesse ponto que reside uma das principais novidades das *DI* em relação às demais apologias. Além das referências à obra de outros apologistas e à literatura judaico-cristã, Lactâncio se valeu de outras duas categorias de fontes: os textos clássicos e as obras de caráter místico-religioso. A utilização desses documentos estava em conformidade com o objetivo do retórico em confrontar seus adversários com base em seus próprios instrumentos de persuasão.

Ao citar os clássicos, Lactâncio não o fazia exclusivamente para demonstrar as inconsistências diante da doutrina que pretendia defender, ele também os utilizava para autorizar seus argumentos. Em seu tratamento das fontes, como os escritos de Platão e Aristóteles¹⁹⁶, o retor demonstrava-se respeitoso e não escondia sua admiração. Em outros momentos, quando pretendia contestar certos posicionamentos, ele frequentemente apresentava uma justificativa para os desvios cometidos pelos autores. Foi o que ocorreu, por exemplo, a respeito da doutrina da imortalidade da alma pregada pelos estoicos: “a estes, se bem, devemos perdoar-lhes, uma vez que pressentiram a verdade, apesar de que, não posso deixar de criticá-los, tenham chegado à verdade não pelo exercício do conhecimento, mas pela casualidade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.18.1)¹⁹⁷.

De todos os autores mencionados pelo retórico¹⁹⁸, o mais recorrente foi Marco Túlio Cícero, descrito como orador perfeito¹⁹⁹ e príncipe da filosofia romana²⁰⁰. A influência do político republicano sobre a obra de Lactâncio é encontrada à medida que comparamos alguns pontos comuns de seus pensamentos. Em *De republica*, Marco Túlio elogiava Sócrates por sua condenação à busca dos mistérios que eram insondáveis ao homem e cujo conhecimento era sem importância: “[...] mais sábio foi Sócrates, que não se interessou por esses temas, dizendo que a investigação da natureza ou é superior ao alcance da razão humana ou em nada afetava a vida dos homens” (*De rep.* 1.10)²⁰¹. Lactâncio, por sua vez, assegurava:

Eis que investigar a causa dos fenômenos naturais ou querer saber se o sol é tão grande como parece ser ou se é muitas vezes maior que a Terra; ou saber se a lua é redonda ou côncava, ou se as estrelas estão presas ao céu ou se correm livremente pelo ar [...] se nós queremos conhecer o que não se pode conhecer, não daremos a impressão de estarmos loucos, já que nos atrevemos a afirmar algo no qual podemos ser refutados? Pois muito mais loucos e dementes hão de ser considerados aqueles que pensam que

¹⁹⁶ *Div. Inst.* 3.17.29.

¹⁹⁷ “[...] a los cuales, si bien se les debe perdonar, porque presintieron la verdad, no debo, sin embargo, dejar de criticarlos, porque llegaron a la verdad, nos desde la ciencia, sino por casualidade. ”

¹⁹⁸ Sobre os autores mencionados na obra Lactâncio, vid. CASEY, 1972, p. 48-51.

¹⁹⁹ *Div. Inst.* 1.15.16.

²⁰⁰ *Div. Inst.* 1.17.3. Vid. 2.11.15; 6.8.6 e 6.24.18.

²⁰¹ “[...] más sábio a Sócrates, que dejó de interesarse de todo eso, y decía que lo relativo a la investigación de la naturaliza o es superior al alcance de la razón humana o en nada afectaba a la vida de los hombres. ”

conhecem os fenômenos naturais que não podem ser investigados pelo homem! ”
(*Div. Inst.* 3.3.4-6)²⁰²

Há outros pontos em que a influência de Cícero aparece nas linhas do retórico²⁰³. Vejamos mais um exemplo, desta vez sobre a concepção do homem como um ser religioso, apresentada no terceiro livro das *DI*: “a todos os animais, Deus concedeu inteligência, contudo, essa inteligência, no caso dos animais sem fala, serve para sua sobrevivência, enquanto que o homem, superior aos demais seres, é o único a quem foi concedido compreender as coisas divinas” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.10.6)²⁰⁴. Por sua vez, Marco Túlio havia afirmado:

A esse animal que nós chamamos homem, dotado de visão, inteligência e que é capaz de lembrar do passado, cheio de razão e prudência, foi dado certa distinção pelo Deus que o criou; pois ele é único, entre tantos tipos de seres viventes, que dispõe de consciência e pensamento, enquanto todos os demais deles são privados. (*De leg.* 1.7.23)²⁰⁵

A despeito do legado e de sua admiração pelo político de finais da República, Lactânio não deixou de criticá-lo. Uma vez que Marco Túlio havia questionado a existência dos deuses²⁰⁶, o retor o reprovava por não haver difundido esse conhecimento entre os populares e por não ter renunciado pessoalmente à religião da *polis*. “Cícero sabia que as religiões praticadas pelos homens eram falsas [...] tal pessoa não é benéfica para os outros, porque não os impede que caiam no erro, nem para si mesma, já que toma parte na perfídia alheia [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.3.2-3)²⁰⁷.

Não apenas a atitude religiosa do filósofo estoico era alvo de questionamentos, mas também alguns de seus posicionamentos. No Livro II das *DI*, o retórico apresentou uma fala de Marco Túlio em que este negava a criação divina de todas as coisas e o indagou por ter

²⁰² “Y es que investigar las causas de los fenómenos naturales o querer saber si el sol es tan grande como parece o es varias veces más grande que roda la tierra, o saber si la luna es redonda o cóncava, si las estrellas están pegadas al cielo o corren por el aire en libre carrera [...] si nosotros queremos conocer lo que no se puede conocer, ¿no daremos la impresión de estar locos, ya que nos atrevemos a afirmar algo en lo cual podemos ser refutados? Pues ¡mucho más locos y dementes han de ser considerados aquellos que piensan que conocen fenómenos naturales que no pueden ser conocidos por el hombre!”

²⁰³ Vid. CASEY, 1972, p. 55-61.

²⁰⁴ “A todos los animales se les ha concedido inteligencia; ahora bien, esa inteligencia, en el caso de los animales mudos, sirve para defender su vida, mientras que en el hombre superior a los otros seres, ya que a él sólo le ha sido concedido comprender las cosas divinas.”

²⁰⁵ “That animal which we call man, endowed with foresight and quick intelligence, complex, keen, possessing memory, full of reason and prudence, has been given a certain distinguished status by the supreme God who created him; for he is the only one among so many different kinds and varieties of living beings who has a share in reason and thought, while all the rest are deprived of it.”

²⁰⁶ *De nat.* 1.10-15 e 1.25-39.

²⁰⁷ “Cícero sabía que eran falsas las cosas que adoraban los hombres [...] tal persona no es beneficiosa para los demás, porque permite que caigan en el error, ni es beneficiosa para sí misma, porque se suma a los errores ajenos [...]”

advogado em sentindo contrário em outros de seus escritos. Em outra ocasião, desta vez no livro terceiro, Lactâncio citou uma passagem da obra *Tusculanarum disputationum*, na qual Cícero atestava: “[...] é a virtude que nos fornece todos os socorros necessários para viver como pessoas honestas [...]” (*Tus.* 5.5). Contrariando-o, argumentou que a virtude não existe senão por meio de Deus, que a oferecia ao homem²⁰⁸.

Menos recorrente, Sêneca também aparece nas *DI* e, tal como Cícero, foi criticado por tomar os preceitos da filosofia como parâmetros existenciais: “O que pode ser tão falso como tomar a filosofia como prática de vida, já que em sua diversidade de preceitos oculta o verdadeiro caminho e confunde os padrões do bom comportamento? Seus princípios são profundamente contraditórios [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.15.2)²⁰⁹. A despeito de sua reprovação, Lactâncio se valeu da doutrina do filósofo para seus ataques ao politeísmo. No Livro II, ao condenar a idolatria, ele introduziu um excerto senequiano: “Adoram as estátuas dos deuses, rogam a elas de joelhos, adoram-nas, prostram-se diante delas todos os dias, entregam-lhes presentes, oferecem-lhes vítimas em sacrifício; mesmo assim, depois de empreender todo esse esforço, depreciam os artistas que as construíram” (*Div. Inst.* 2.2.14)²¹⁰. No Livro VI, outro trecho do advogado republicano foi evocado para comprovar a existência de um único Deus: “existe uma divindade superior, em uma medida que não sei explicar, mas que sobrepassa nossos pensamentos; a ela devemos servir com nossas vidas e render-lhe nosso pensamento” (*Div. Inst.* 6.24.12)²¹¹.

Além dos filósofos, o retor citava autores como o historiador Tito Lívio (59 a. C.-17 d. C.), cujos trabalhos foram tomados na discussão sobre a divinização de *Eneas* pelos romanos²¹², e o poeta Virgílio, cujos escritos influíram tanto nas ideias quanto no estilo do retórico cristão²¹³. Vejamos a semelhança entre ambos. No livro quinto das *DI*, Lactâncio comentou como era a vida dos homens durante o reinado de Saturno: “E eis que ao reinar o bem, quem ia se preocupar com a própria proteção, se ninguém lhe atacava, ou quem haveria de pensar em

²⁰⁸ Para outros questionamentos de Lactâncio a Cícero, vid. *Div. Inst.* 2.8.8-22; 3.13.13-16; 6.12.6-12 e 6.18.15-35.

²⁰⁹ “¿qué cosa puede haber tan falsa como llamar norma de la vida a la filosofía, en la que la diversidad de preceptos oculta el verdadero camino y confunde ya la norma del recto vivir – sus principios son, en efecto, profundamente contradictorios [...]”

²¹⁰ “Veneran las estatuas de los dioses, suplican a ellas de rodillas, las adoran, se sientan o están de pie a su lado durante todo el día, los entregan regalos, les sacrifican víctimas y, tras hacer todo esto con gran esfuerzo, deprecian a los artistas que las hicieron. ”

²¹¹ “Existe [...] una divinidad grande, en una medida que no sé explicar, y que sobrepasa nuestros pensamientos, a la cual servimos con nuestra vida; rindamos a ella nuestro pensamiento. ”

²¹² *Div. Inst.* 1.15.32 e 2.6.13.

²¹³ Entre os poetas, Lactâncio também cita Varrão (*Div. Inst.* 1.6.7); Salústio (1.21.41) e Quintiliano (1.15.16; 2.12.4); Ênio (1.15.31; 1.18.11 e 1.18.18); Lucílio (5.9.20); Horácio (5.17.18 e 6.5.12); Ovídio (1.5.13; 1.21 e 6.2.11) e Pérsio (6.2.11), cf. CASEY, 1972, p. 61-64.

molestar o próximo se não havia falta de nada? ” (*Div. Inst.* 5.5.5)²¹⁴. A prosperidade que caracterizava essa era dourada, no entanto, chegou a fim quando o rei foi despojado do poder: “Mas uma vez que Saturno foi expulso por seu filho, ‘fugindo das armas de Júpiter e sendo exilado após ter sido deposto do trono’ [...]” (*LACTANTIUS, Div. Inst.* 5.5.9)²¹⁵.

O primeiro trecho foi parafraseado da *Georgica* de Virgílio, onde está escrito: “Antes de Júpiter nenhum lavrador cultivava a terra, nem era tampouco permitido demarcar limites entre os campos, pois todos desfrutavam da terra em comum; e essa produzia de tudo livremente, sem a intervenção de ninguém” (*Geo.* 1.125)²¹⁶. Já na segunda parte, o retórico se valeu de uma citação literal das linhas da *Eneida*: “[...] fugindo das armas de Júpiter, exilado do reino que perdera” (*Ene.* 8.320)²¹⁷.

Quando passamos a outra categoria de fontes, observamos que Lactâncio recorreu aos escritos de caráter místico-religioso, nos quais estão incluídos os Oráculos de Apolo, os Poemas de Orfeu, os livros de Hermes Trismegisto e os Oráculos Sibílicos. Segundo Casey (1972), o retórico acreditava que esses textos tinham sido todos compostos antes de Cristo, o que o levou a empregá-los como testemunhos proféticos de que a verdade fora parcialmente revelada aos homens, antes mesmo do aparecimento do cristianismo.

Os Oráculos de Apolo são mencionados no Livro I das *DI* para questionar o politeísmo e o costume dos romanos de oferecer sacrifícios às suas divindades²¹⁸. Foram tomados também para comprovar a unicidade de Deus²¹⁹ e a imortalidade da alma. Quanto aos poemas órficos, Lactâncio os empregou em sua discussão a respeito da unicidade de Deus²²⁰ e da humanidade dos deuses helênicos²²¹, de modo a atribuir autoridade ao seu trabalho, uma vez que havia a crença de que Orfeu fora o mais antigo dos poetas, contemporâneo dos próprios deuses.

A doutrina de Hermes Trismegisto e seus discípulos foi mais abundantemente empregada por Lactâncio. Casey (1976) explica que o *Corpus Hermeticum*, no qual estão misturados temas da filosofia, teologia, astrologia, medicina e alquimia, fora escrito entre os anos 100 e 300 d. C. Nas *DI*, o retor romano lembrou que o hermetismo era mais que uma

²¹⁴ “Y es que, al existir y reinar el bien, ¿quién se iba a preocupar de la propia defensa, si nadie le atacaba, o quién se iba a preocupar de danar ao prójimo, si nadie deseaba nada?”

²¹⁵ “Pero una vez que Saturno fue expulsado por su hijo, ‘huyendo de las armas de Júpiter y sendo desterrado tras haberle sido arrebatado el trono’ [...]”

²¹⁶ “Antes de Júpiter ningún labrador cultivaba la tierra, ni era lícito tampoco amojonar ni dividir un campo por linderos; disfrutaban en común la tierra y ésta producía por sí misma de todo con más liberalidad sin pedirlo nadie.”

²¹⁷ “[...] huyendo de las armas de Júpiter, desterrado del reino que perdiera.”

²¹⁸ *Div. Inst.* 1.21.7.

²¹⁹ *Div. Inst.* 1.7.1.

²²⁰ *Div. Inst.* 1.5.4.

²²¹ *Div. Inst.* 1.13.11.

filosofia e que Hermes era cultuado como uma divindade no Egito: “Talvez alguém considere Hermes como um filósofo – embora seja adorado pelos egípcios como uma divindade, a que chamam Mercúrio – e não lhe deem mais autoridade que a Platão e Pitágoras (570-496 a. C.)” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.13.4)²²². Isso reforça a autoridade dos depoimentos, que foram utilizados tanto na denúncia do politeísmo quanto na confirmação do cristianismo²²³.

Por último, os Livros Sibílicos foram enfatizados pelo retor pela confiança que ele depositava nesses testemunhos. De acordo com Casey (1972), os primeiros escritos sibílicos foram destruídos por um incêndio na cidade de Roma em 83 a. C. No período seguinte, foi realizado um esforço para substituir o conteúdo perdido. Muitas falsificações das obras originais foram feitas, sendo parte delas divididas em duas categorias: as de autoria judaico-cristã e os de origem propriamente cristã. As primeiras formavam uma coleção escrita em língua grega, com objetivos de caráter histórico, político e religioso. Já as segundas, foram reunidas em uma coleção de quatorze livros, escritos por autores cristãos do Oriente entre os séculos II e IV com base em fontes judaicas e clássicas. Uma cópia dessa coleção, talvez reunida em um único volume, foi utilizada por Lactâncio ao escrever suas *DI*. Ele acreditava que, assim como os escritos do hermetismo, a literatura sibilina havia sido produzida antes da era cristã. Por essa razão, no Livro VII, elas recebem um caráter apocalíptico, servindo de testemunhos proféticos. No restante da obra, também encontramos passagens das Sibilas empregadas em outras discussões, tais como a origem dos deuses²²⁴, a existência de um único Deus²²⁵ e a impropriedade da magia e da astrologia²²⁶. De forma mais extensiva, aponta Casey (1972), o Livro IV faz uma comparação entre a literatura bíblica, as Sibilas e alguns tópicos da história do cristianismo.

4.1.2 *Excursus e silogismos*

Embora não seja nosso objetivo estudar minuciosamente a técnica compositiva de Lactâncio, dois recursos utilizados na composição das *DI* contribuem para identificar seu público leitor. Primeiramente, o uso de *excusus*, que, em linhas gerais, são hiatos em meio a discussão de um determinado assunto. Alguns desses são tão longos que tornam difícil

²²² “Pero quizás alguien considere a Hermes como filósofo – aunque, divinizado, es adorado por los egipcios bajo el nombre de Mercurio –, y no le dé más autoridad de la que se da a Platón y Pitágoras. ”

²²³ *Div. Inst.* 2.8.48.

²²⁴ *Div. Inst.* 1.8.3 e 1.11.47.

²²⁵ *Div. Inst.* 1.6.15-16.

²²⁶ *Div. Inst.* 2.16.1.

identificar a sequência de ideias do autor ao longo de um capítulo ou mesmo de um livro, causando a impressão de improvisação (SALOR, 1990).

No Livro II, que trata da adoração politeísta, o retórico indicava que as religiões dos deuses eram falsas por três razões: primeira, esses ídolos eram imagens de homens mortos, sendo incongruente render culto a algo que estivesse morto; segunda, as estátuas seriam inanimadas e careciam de sensibilidade; última, eram os demônios os responsáveis por essas superstições²²⁷. Entre os capítulos dois e quatro, o autor recordou as origens da idolatria. Em seguida, nos capítulos cinco e seis, ele abordou a adoração dos homens pelas coisas da natureza, seguindo o esquema apresentado. A partir desse ponto, entretanto, Lactâncio fez um desvio e passou a falar dos milagres atribuídos aos deuses²²⁸, oferecendo uma explicação racional para esses prodígios. De repente, interrompendo a discussão, dedicou os seis capítulos seguintes à questão da origem da matéria, da criação do mundo, do dilúvio, até a descendência de Noé²²⁹. Finalmente, no capítulo quatorze, retornando ao último ponto de seu planejamento, destacou a criação dos demônios e de sua ação sobre o mundo, concluindo que a religião dos deuses era falsa pela ação desses espíritos²³⁰.

Para compreendermos como a técnica retórica empregada por Lactâncio se adequava ao planejamento da obra, precisamos analisar a utilização dos *excursus* em seu texto. De acordo com Salor (1990), estes podem ser classificados em quatro tipos. O primeiro é o excurso moral, cuja função é levar o leitor a extrair uma lição de determinado assunto. No Livro I, por exemplo, o retor falou das façanhas de Hércules, o homem cuja força era capaz de submeter um leão²³¹. Em seguida, ele inseriu um excurso para falar da força espiritual que devia ter o cristão diante das tentações.

E eis que não deve ser considerado mais forte quem vence a um leão do que quem submete esse monstro interior que é a ira; [...] somente pode ser considerado pessoa íntegra aquela que é equilibrada, moderada e equânime; mas aquele que medita sobre as obras de Deus, considerará desprezível todas as obras que os homens tolos admiram. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.9.5-6)²³²

²²⁷ *Div. Inst.* 2.17.6-12.

²²⁸ *Div. Inst.* 2.7.

²²⁹ *Div. Inst.* 2.8-13.

²³⁰ *Div. Inst.* 2.17.

²³¹ *Div. Inst.* 1.9.2.

²³² “Y es que no debe ser considerado más fuerte quien vence a un león que quien vence a esa violenta e interior fiera que es la ira; [...] solamente puede ser considerado varón fuerte aquel que es templado, moderado y ecuánime; y que, si alguien medita caules son las obras de Dios, considerará ridículas todas estas obras que los hombres nescios admiran.”

Na sequência, temos os excursos explicativos, cuja finalidade era esclarecer ou adicionar informações ao texto, tal qual as modernas notas de rodapé. Também no primeiro livro das *DI*²³³, ao mencionar os escritos herméticos e sibilinos, o africano ofereceu alguns esclarecimentos ao leitor sobre a origem desses testemunhos: “[...] os escritos sibilinos não são de autoria de uma única Sibila, mas recebem esse nome porque todas as profetizas foram chamadas de *sibilas* pelos antigos [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.6.7, grifo nosso)²³⁴.

Em segundo lugar, temos os excursos expositivos, cuja finalidade é introduzir algo do pensamento do autor ou algum elemento apologético. Tomando mais uma vez a descrição dos feitos de Hércules, o norte-africano apoiou sua narrativa na obra dos poetas. Temendo, contudo, que alguém pudesse questionar a autenticidade desses testemunhos, ele introduziu um excurso onde argumentou em favor de sua validade.

O que pensa que mentem os poetas que nos apresente outros autores nos quais possamos crer, que nos explique quem são esses deuses, como e de onde vieram, qual sua força, seu número, seu poder, o que há neles que seja digno de admiração, de adoração, e qual é, finalmente, o modo correto de cultuá-los. Certamente que não nos apresentará nenhum. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.9.9)²³⁵

Como elemento apologético, podemos mencionar o capítulo dez do Livro V, contendo uma discussão sobre a maldade dos pagãos enquanto perseguidores dos cristãos²³⁶. Nesse excurso, o autor retomou a discussão feita nos Livros I e II sobre a falsidade da adoração aos deuses para afirmar que qualquer pessoa que tomasse parte nesses cultos, por mais honrada que fosse, não podia ser piedosa: “[...] ao adorar os deuses, cujos ritos ímpios e profanos o verdadeiro Deus odeia, se apartaram da autêntica justiça e piedade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.10.14)²³⁷.

O último tipo de excurso é o não estruturado: o retórico cristão escreveu livremente, sem se preocupar com a ordem do pensamento. Ao recordar que Júpiter se absteve de tomar Tétis, devido ao presságio de que seu filho seria mais poderoso que seu progenitor²³⁸, Lactâncio descreveu os presságios da debilidade dos deuses e de suas promessas, assim como dos

²³³ *Div. Inst.* 1.6.1-6 e 7-14.

²³⁴ “[...] los libros sibilinos no son de una sola Sibila, sino que reciben la denominación única de sibilinos porque todas las profetizas fueron llamadas sibilas por los antiguos [...]”

²³⁵ “El que piense que éstos mienten, que nos presente otros autores en los que podemos crer, que nos enseñe quiénes son estos dioses, como y de donde han salido, cuál es su fuerza, su número, su poder, qué hay en ellos digno de admiración, qué digno de culto, y cuál es, en fin, su rito cierto e verdadero. No nos presentará ninguno.”

²³⁶ *Div. Inst.* 5.9 e 5.11.

²³⁷ “[...] al adorar a los dioses, cuyos impíos y profanos ritos odia al verdadero Dios, se alejan de la auténtica justicia y piedad.”

²³⁸ *Div. Inst.* 1.11.10-14.

juramentos que lhes faziam os homens, em uma sequência não ordenada de ideias, dispostas sem qualquer preocupação com a linearidade.

Assim como os *excursus*, o silogismo também foi um instrumento retórico largamente utilizado por Lactâncio em suas *DI*. Em alguns momentos, é possível identificar a presença de todos os seus elementos, a saber: uma premissa maior, uma menor e a conclusão²³⁹. A utilização desse recurso apelava ao raciocínio lógico dos leitores, familiarizados com a leitura dos filósofos. Tomemos como exemplo o seguinte silogismo, empregado a fim de confirmar a unicidade de Deus: “Tudo aquilo que se divide participa necessariamente da morte; a morte é algo desconhecido de Deus; Deus, portanto deve ser uno” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.3.9)²⁴⁰.

Em sua teoria do silogismo, disposta em *Primeiros Analíticos* (*Αναλυτικῶν πρότερον*), Aristóteles define que a premissa maior, que ele chama de dialética, é um enunciado afirmativo ou negativo de algo a respeito de algo. Segundo ele, a proposição dialética pode ocorrer de três formas: universal, quando algo se dá em todos ou em nenhum; particular, quando se dá ou não em algum (s), mas não em todos; e a indefinida, que pode se dar ou não, sem que se saiba se é algo universal ou particular²⁴¹. A segunda proposição, a demonstrativa, é a afirmação de um dos lados da contradição apresentada na asserção dialética, embora o filósofo admita que na formação do raciocínio de cada um dos axiomas haja um posicionamento²⁴². Por último, a conclusão, que é o discernimento a que se chega com base na soma das duas premissas.

No silogismo apresentado por Lactâncio, a proposição dialética é que tudo o que é divisível, entenda-se aqui o ser vivo que é originado como parte de outro ser vivo, morre. Já a premissa demonstrativa, atesta que Deus não morre, uma vez que é incorruptível e imortal. Conclui-se, portanto, que, se Deus não morre, deve ser indivisível.

De acordo com Aristóteles, o silogismo é considerado perfeito quando não há a necessidade de mais nada, além do que é proposto nas premissas, para se chegar à conclusão. No caso dos imperfeitos, são necessárias adições para além dos termos estabelecidos para que se chegue a uma conclusão, que nesse caso pode estar ausente.

Além de compor silogismos, Lactâncio se dedicou a refutar os de seus adversários, mediante a negação de algum de seus axiomas. Assim ocorre no Livro II, onde apresentou o seguinte silogismo utilizado pelos estoicos: “É impossível que aquele que gera a partir de si mesmo seres sensíveis não possua sensibilidade; o mundo gerou o homem, o qual está dotado

²³⁹ Vid. *Div. Inst.* 1.3.23; 1.7.13; 1.11.16 e 2.18.1.

²⁴⁰ “Y es que todo lo que se divide participa necessariamente de la muerte; y como la muerte es algo que está muy lejos de Dios, porque éste es incorruptible y eterno, hay que concluir que el poder divino no puede dividirse.”

²⁴¹ *Ana. prim.* 1.1.

²⁴² *Ana. prim.* 1.1.

de sensibilidade; portanto, o mundo é sensível” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.5.29)²⁴³. Em sua análise, o retor concluiu que a premissa dialética era verdadeira, pois: “[...] é sensível aquele que gera algo dotado de sensibilidade; e tem sensibilidade aquele que vem de algo sensível [...]”²⁴⁴. Apesar disso, negou a expositiva: “[...] nem o mundo gera o homem, nem o homem é parte do mundo” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.5.31)²⁴⁵. Nesse caso, a conclusão era falsa.

Outro silogismo empregado pelas escolas de retórica era o *storites o acervum* (SALOR, 1990), que nada mais era que um acúmulo de argumentos, com base nos quais, a partir de uma concessão preliminar, era possível chegar a várias conclusões. Um exemplo conhecido desse tipo de silogismo é o desenvolvido por Cícero: “‘O que é bom é para ser desejado; o que é para ser desejado é para ser buscado; o que é para ser buscado é louvável’ [...] ‘tudo o que é louvável é honesto; logo tudo que é honesto é bom’” (*De fin.* 4.50)²⁴⁶. Lactânio se valeu desse recurso algumas vezes²⁴⁷. A fim de demonstrar que os deuses são mortais, ele empregou o seguinte *storites*:

Se os deuses possuem dois sexos, podemos concluir que se unem; se se unem devem ter casas, já que não são como os animais que se relacionam em público; se têm casas, devem ter cidades [...] se têm deuses domésticos, também têm campos. Quem não percebe quais as consequências disso? Se aram e cultivam, o que fazem para se alimentar, logo são mortais. ” (*Div. Inst.* 1.16.11-13)²⁴⁸

Os *excursus* e os silogismos foram os recursos retóricos mais utilizados pelo africano, contudo, não foram os únicos. Ele se valeu ainda de dilemas, *entimemas*, que são silogismos truncados nos quais falta uma das premissas²⁴⁹, interrogações, exclamações e figuras de linguagem. Embora não seja possível abordar todos esses modelos, podemos, a partir dos casos analisados, afirmar que a utilização da retórica é um recurso empregado pelo autor cristão para aproximar os leitores familiarizados com o estilo dos clássicos dos princípios cristãos que são apresentados como uma filosofia.

²⁴³ “No puede suceder que carezca de sensibilidad lo que engendra a partir de sí mismo seres sensibles; es así que el mundo engendra al hombre, el cual está dotado de sensibilidad; luego el mundo es sensible. ”

²⁴⁴ “[...] es sensible lo que engendra algo que esta dotado de sensibilidad, y tiene sensibilidad aquello parte de cual tiene sensibilidad [...]”

²⁴⁵ “[...] ni el mundo engendra al hombre, ni el hombre es parte del mundo. ”

²⁴⁶ “‘what is good is to be wished; what is to be wished is desirable; what is desirable is praiseworthy’ [...] ‘happiness is a thing to be proud of, whereas it cannot be the case that anyone should have good reason to be proud without Moral Worth. ’”

²⁴⁷ *Div. Inst.* 1.16.13-14; 2.5.25-28; 2.8.39 e 7.6.1.

²⁴⁸ “Si son dos los sexos de los dioses, hay que concluir que se unen; si se unen, han de tener necesariamente casas: y es que no carecen de virtude y pudor como para hacer esto en promiscuidad y publicamente, que vemos que hacen los mudos animales; si tienen casas, hay que concluir que tienen también ciudades [...] si tiene penates, tendrán también campos. ¿Quién no ve ya caules son las consecuencias que siguen? Aran y cultivan campos, oficio que hacen para alimentarse; luego son mortales. ”

²⁴⁹ Cf. SALOR, 1990, p. 55.

4.2 A reação de Lactâncio contra o pensamento helenístico e a construção de uma nova identidade imperial

Atualmente, o estudo das identidades tem sido retomado em termos diferentes dos adotados há algumas décadas. Entre os anos de 1970 e 1980, aproximadamente, trabalhava-se com a noção de conflitos ideológicos para explicar as relações entre diferentes conjuntos de ideias no seio de uma dada sociedade. Recentemente, para caracterizar aqueles períodos históricos em que as identidades estabelecidas passavam a ser questionadas pelo aparecimento de novos conjuntos de ideias, os historiadores têm preferido utilizar a noção de crise identitária. De acordo com Merceir: “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (1990 apud HALL, 2005, p. 9).

A construção identitária é um fenômeno histórico, artificial e ajustável, imprescindível para que os seres humanos se agrupem e se organizem em sociedade, superando as fragilidades do individualismo (GUARINELLO, 2009) e (MILES, 1999). Não se trata de uma construção uniforme, pois, desenvolvendo-se em meio a diferenças, adquire um caráter contraditório que empurra em diferentes direções, o que a leva a uma permanente transformação. Segundo Mendes, por identidade entendemos

“[...] um conjunto de mitos, memória, valores e símbolos que norteiam as práticas sociais e resultam em processos de identificação. Sua construção apresenta uma dinâmica relacional, pois é construída por meio da diferença, e é a criação de um tempo específico, histórico, sendo passível de mudança.” (2009, p. 88)

No caso das *DI*, a noção de ‘conflitos de identidade’ é subjacente à ideia de conciliação entre diferentes conjuntos identificadores, uma vez que Lactâncio buscou harmonizar a política imperial com a religião cristã atacando os elementos que compunham a identidade clássica. Não obstante, Selvatici (2006) lembra que nem sempre as identidades se constroem em meio a embates entre conjuntos de ideias díspares. Segundo ele, as relações amistosas entre judeus cristãos e gentios convertidos foram fundamentais para a construção inicial da identidade cristã, uma vez que esta foi resultante de características partilhadas entre ambos os grupos, tais como a fé em Cristo como o salvador enviado por Deus²⁵⁰. É evidente que, em sua análise, a autora apresenta um eixo articulador entre os dois grupos, o qual teria permitido a convivência pacífica

²⁵⁰ Vid. SELVATICI, 2006, p. 149-162.

entre ideias dessemelhantes. Tudo isso nos mostra que a transformação e a construção de novas identidades compõem um processo complexo e podem assumir diferentes formas.

O processo de identificação atua desde o nível do sujeito, que é capaz de assumir múltiplas identidades em diferentes momentos, até o nível das instituições sociais. No caso de Roma, à medida que se multiplicavam os sistemas de significação cultural com a anexação de outros povos, desenvolvia-se em seu interior uma multiplicidade cambiante de identidades possíveis, cada qual servindo para um certo grupo de indivíduos. Nesse contexto, de um Império multifacetado, a afirmação de uma identidade comum era fundamental para a manutenção de um poder político centralizado.

Considerando que uma identidade plenamente unificada, completa e coerente é uma falácia (HALL, 2005), é preciso concordar com a ideia de que a dinâmica com que se dão a construção e a desconstrução identitária não é a mesma em todas as sociedades históricas. Nesse sentido, Giddens (1996) esclarece que, nas comunidades ditas ‘tradicionalistas’, o antigo era venerado e seus símbolos valorizados, uma vez que remetiam aos antepassados. As experiências vividas por aquelas civilizações eram colocadas em continuidade com o passado, de modo que tanto o presente quanto o futuro eram estruturados por práticas sociais recorrentes. Ao contrário, nas sociedades pós-modernas, as transformações introduzidas são constantemente refratadas, ou seja, não criam um vínculo com as tradições. A rotina da vida diária não tem conexões intrínsecas com o passado, exceto quando o que foi feito antes coincide com o que pode ser feito de forma imediatista no presente. Assim, as sociedades tradicionais, a exemplo dos romanos, possuíam um princípio organizador que, se não eliminava as outras formas de identificação no interior da sociedade, garantia sua coesão por meio de uma identidade comum (HALL, 2005). Para todos os efeitos, consideraremos as crenças e os costumes que faziam parte da religião do Estado como um dos mais importantes eixos articuladores que atribuíam identidade àquele modelo de organização social²⁵¹.

Desde as conquistas mediterrâneas, à medida que Roma se tornava uma potência intercontinental, seus habitantes estiveram conscientes da diversidade étnica e cultural de sua civilização. Diante de inúmeros povos e comunidades distintas, cada qual com seus próprios elementos identificadores, os romanos também passaram a classificar essas populações segundo sua relação para com eles. Aos poucos, a identidade desses grupos para com seus dominadores foi se consolidando. Digeser (2011) aponta que, por volta do segundo século, os cristãos já eram vistos por uma parcela dos romanos como um grupo intolerável dentro do Estado.

²⁵¹ Vid. GUARINELLO, 2009, p. 152-153.

Porfírio de Tiro, filósofo dos séculos III e IV, apontava para o problema da identidade dos cristãos em relação aos demais habitantes do Império. Ele acusava os adeptos dessa religião de haverem se ‘apostatado’ das tradições que conservavam a unidade entre os costumes (*ethos*) e as obrigações cívicas (*polis*). Segundo o filósofo, os seguidores de Cristo não eram helenos ou judeus que, como vimos, eram tolerados pelo Estado (DIGESER, 2006 e 2011 e ROSA, 2006). Tais questionamentos aparecem em *A filosofia dos oráculos (De philosophia ex oraculis)*, onde o autor se esforçou para justificar os testemunhos místicos dos adivinhos. Do texto sobreviveram apenas alguns fragmentos, muitos deles citados por Eusébio como contraponto de suas arguições. Vemos em *Preparação evangélica* um comentário do bispo sobre as indagações levantadas pelo neoplatônico:

Em primeiro lugar, qualquer um pode, naturalmente, querer saber quem somos, haja visto o que temos escrito. Somos gregos ou bárbaros? O que nós reivindicamos ser, no que diz respeito ao nosso nome, uma vez que este é conhecido de todos pela maneira como vivemos? Para eles, nós nem somos gregos, já que não estamos de acordo com suas opiniões, nem bárbaros, pois não vivemos conforme seus costumes (EUSEBIUS, *Prae. evan.* 1903, p. 4)²⁵².

Inicialmente, o antagonismo de Porfírio em relação aos cristãos era de ordem filosófica. Ele entendia que os princípios da religião, conforme apresentados por Orígenes de Alexandria, a quem criticava, eram incompatíveis com os preceitos do neoplatonismo. De acordo com ele, Orígenes havia sido educado na literatura e na filosofia dos helenos, tornando-se um genuíno filósofo. Apesar disso, ele falhou em viver segundo os preceitos que aprendera. Digeser (2006 e 2010) considera que, para o filósofo de Tiro, Orígenes vivia entre dois mundos: era heleno em algumas de suas opiniões, mas utilizava seus conhecimentos para outras finalidades, como a interpretação das Escrituras²⁵³. Na concepção do neoplatonismo, o filósofo tinha uma obrigação para com sua comunidade, empregando seu intelecto para governá-la. Ao invés disso, o alexandrino dispensava seus deveres para com a *polis*, ao menos no que se desviava dos preceitos cristãos.

Em razão do raio de influência que Porfírio ocupava na corte, suas ideias acabaram sendo incorporadas entre as justificativas para a Grande Perseguição de Diocleciano, iniciada em fevereiro de 303. Em suas *DI*, Lactâncio lembra que a obra em que o neoplatônico abordava a questão da identidade dos cristãos fora levada a Nicomédia: “Enquanto eu ensinava retórica,

²⁵² “For in the first place any one might naturally want to know who we are that have come forward to write. Are we Greeks or Barbarians? Or what can there be intermediate to these? and what do we claim to be, not in regard to the name, because this is manifest to all, but in the manner and purpose of our life? For they would see that we agree neither with the opinions of the Greeks, nor with the customs of the Barbarians. ”

²⁵³ Sobre a relação de Orígenes com o neoplatonismo e o cristianismo, vid. DIGESER, 2010, p. 197-218.

após ser chamado à Bitínia [...] houve ali dois que atacaram a verdade, que já estava enfraquecida, não sei se por soberba ou por aproveitarem-se da ocasião” (*Div. Inst.* 5.2.2)²⁵⁴.

Pouco antes da promulgação do Edito que dispunha sobre as ações do Estado contra os cristãos, o imperador reuniu-se com Galério e alguns magistrados em seu palácio²⁵⁵. Entre os presentes, estava o governador da Bitínia, Sossiano Hiérocles²⁵⁶ e o filósofo neoplatônico, Porfírio de Tiro²⁵⁷, ambos ferrenhos opositores da religião. Na ocasião, foram levantadas acusações contra os adeptos da antiga seita judaica, da mesma forma que se propôs a obrigação da adoração pública aos deuses e o culto ao imperador, medida que deveria ser sancionada pelo uso da força²⁵⁸. Segundo Digeser (2006), essas ações, juntamente com a veneração de Diocleciano ao *mos maiorum* e a associação dos tetrarcas com as divindades *Jovius* e *Herculius*, foram parte do esforço de Diocleciano para restaurar as tradições religiosas dos romanos, de modo a afastar as dificuldades enfrentadas pela sociedade no contexto da crise. Por outro lado, também foram uma resposta a um núcleo de filósofos e intelectuais anticristãos que gozavam de grande influência na corte, dentre os quais, Porfírio de Tiro.

As *DI* de Lactâncio, escritas a partir de 305, foram uma reação imediata às perseguições e acusações aos cristãos por parte do Estado romano. No Livro V, o autor apelava aos governantes e os questionava sobre suas ações contra os seguidores de Cristo. Além disso, ele promoveu a desconstrução sistemática da identidade que sustentava as instituições imperiais, em termos religiosos, filosóficos e morais, de modo a substituí-la por um novo conjunto de ideias legitimadoras fundamentadas no cristianismo.

4.2.1 *Contra as falsas doutrinas: Lactâncio e o politeísmo*

Lactâncio dedicou os dois primeiros livros de sua obra para levar seus leitores a desacreditar da religião dos deuses. Esse tipo de veneração era bastante difundida entre os segmentos populares da sociedade, contudo, sabemos que o retor direcionou sua obra aos setores educados do Império, como os membros da aristocracia senatorial, funcionários do Estado, representantes da corte e o próprio imperador. Em geral, esses indivíduos eram formados com base na leitura dos clássicos, em grande parte de autores que questionavam a

²⁵⁴ “Mientras yo enseñaba la elocuencia, tras haber sido llamado a Bitinia [...] hubo allí dos que atacaron a la verdad, que estaba por suelos e postrada, no sé si por soberbia o por aprovechar la ocasión.” Nessa passagem, o retórico se refere a Sossiano Hiérocles e Porfírio de Tiro, respectivamente.

²⁵⁵ *De mort.* 11.3 e 6.

²⁵⁶ *Div. Inst.* 5.2.12 e 5.3.22-26.

²⁵⁷ *Div. Inst.* 5.2.2.

²⁵⁸ *Div. Inst.* 5.2.1; 5.4.2 e 5.19.

existência dessas divindades. Tomemos como exemplo Lucrécio, que, ao tecer louvores a Epicuro (341-270 a. C.), celebrava a vitória dos homens sobre os deuses por meio da rejeição de sua religião.

Quando a vida humana, ante quem a olhava, jazia miseravelmente por terra, oprimida por uma pesada religião, cuja cabeça, mostrando-se do alto dos céus, ameaçava os mortais com seu horrível aspecto, quem primeiro ousou levantar contra ela os olhos e resistir-lhe foi um grego, um homem que nem a fama dos deuses, nem os raios, nem o céu com seu ruído ameaçador, puderam dominar [...] e assim, a religião é por sua vez derrubada e calcada aos pés, e a nós a vitória nos eleva até os céus. (LUCRETIUS, *De rer.* 1.60-80)

Há, contudo, outro aspecto a ser considerado sobre o politeísmo e seu apelo sobre as camadas cultivadas. Muito embora parte desses indivíduos já houvesse repudiado esse tipo de adoração, eles precisavam lidar com o fato de que foram essas as crenças que instituíram seu Estado, que justificaram suas magistraturas e que garantiram a supremacia de Roma sobre seus adversários (CASEY, 1965). Não podemos nos esquecer de que a vinculação da religião com o passado dava identidade ao cidadão romano e continuava legitimando os diversos aspectos da vida pública. Em períodos de crise, como a que se instaurou a partir de finais do século II, seriam a essas tradições que recorreriam os romanos em busca de salvação.

Como parte de uma longa tradição de apologistas que já haviam abordado a questão do politeísmo, Lactâncio diferenciou-se de Arnóbio e Tertuliano, por exemplo, não apenas por mirar outro público, mas por colocar em primeiro plano o próprio caráter do politeísmo, questionando a existência das deidades, seus poderes e sua origem histórica com base em fontes não cristãs. Além disso, notamos que o retor fazia distinção entre as divindades. Ele não se propunha a questionar todas igualmente, mas enfatizava aquelas cuja relação com o Estado era mais evidente, a exemplo de Júpiter e Hércules, ambas tomadas em associação aos imperadores da Tetrarquia.

Em linhas gerais, aceitamos a proposição de Casey (1965) de que Lactâncio se empenhava em questionar o politeísmo com base em três de seus fundamentos: o da existência de muitos deuses, o da associação das divindades com os homens ou do antropomorfismo e, por fim, o da conduta moral. Quanto à existência de diversas divindades, o retórico desafiou seus leitores com a seguinte analogia:

Quem poderia duvidar que o governante mais poderoso é aquele que detém o poder sobre o mundo todo? E com razão este seria, pois reuniria sob seu poder os exércitos de todos os lugares. Agora, se fossem muitos os que repartissem o mundo entre si, cada um teria, sem dúvida, menos recursos e menos autoridade [...] da mesma forma

são os deuses, se fossem muitos, seriam individualmente menos poderosos, já que os outros teriam a mesma parcela de força. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.3.5-7)²⁵⁹.

Analisando esse trecho, notamos que o autor cristão opunha a ideia de perfeição à de pluralidade. Recordemos o silogismo já mencionado: se tudo o que se divide morre e Deus não pode morrer, logo Deus deve ser uno²⁶⁰.

Em outro ponto, ele se referiu à hierarquia entre os deuses, cada qual com seus atributos. Contra isso, argumentava: se um deus é superior aos demais, os demais não podem ser deuses, pois, para ser Deus, é preciso ser absoluto em poder e, se há um Deus acima dos demais, há, portanto, apenas um Deus²⁶¹. No entanto, se alguém, porventura, afirmasse que os deuses são todos iguais, voltaríamos ao primeiro silogismo sobre a indivisibilidade divina. Tudo isso nos mostra a maneira como Lactâncio encadeava seus argumentos, apelando para o raciocínio lógico de sua audiência.

Quanto à natureza dos deuses, Lactâncio, relacionando-a com sua moralidade, procurou salientar os desvios de caráter dessas potestades, de modo a evidenciar sua humanidade. Sobre Hercules, o retor afirmava que, por conta de suas valorosas ações, ele era tido como um deus entre os homens²⁶². Contudo, questionava: “Não é verdade que praticou estupros, adultérios e se deu aos prazeres sobre a face dessa terra? ” (*Div. Inst.* 1.9.1)²⁶³. Não seria de se estranhar, supunha o autor, pois ele teria sido fruto de um adultério, quando Júpiter assumiu a forma humana e ludibriou sua mãe, Alcmena, fazendo-se passar por seu esposo Anfitrião (SALOR, 1990). Lactâncio contestou os feitos do herói, que submeteu um leão e um javali, rechaçou aves com flechas e desferiu golpes mortais contra cavalos selvagens. Para tanto, citou um discurso de Cícero.

Tu subjugaste nações, selvagens em sua barbárie, incontáveis em seu número, sem limites, se considerarmos a extensão de seu território e seu povo, rica em todos os tipos de recursos; todavia, tu conquistaste apenas coisas, de tal forma que podem ser alcançadas pela força. Pois não há poder sobre a terra, que não possa ser derrotado pelas armas e pela violência. Mas, para subjugar suas inclinações, dominar sua ira, é preciso ser magnânimo na vitória, não ao levantar do chão um adversário prostrado, nobre em seu nascimento, mas, por conta de seu caráter, de sua virtude, ao elevá-lo à sua dignidade anterior. Essas são atitudes de tal natureza que aquele que as pratica eu

²⁵⁹ “¿Quién puede dudar que el rey más poderoso sería que tuviera dominio sobre todo el orbe? Y lo sería con razón, porque sería suyo todo lo que hay en todas partes y porque bajo su único mandato se reunirían las tropas de todos sitios. Pero, si fueran muchos los que se repartieran el orbe, cada uno de ellos tendría sin duda menos recursos y menos fuerzas [...] de la misma forma, también los dioses, si fueran muchos, serían, cada uno de ellos, menos poderosos, ya que los otros tendrían en sí mismos la misma porción de poder. ”

²⁶⁰ *Div. Inst.* 1.3.9.

²⁶¹ *Div. Inst.* 1.3.16.

²⁶² *Div. Inst.* 1.1.9.

²⁶³ “¿no es verdad que llenó con estupros, adulterios y placeres el orbe de la tierra que, según se disse, purgó él com sus correrías? ”

não o comparo ao mais ilustre dos homens, mas o igualo a um deus. (*Ora. pro Mar. 3*)²⁶⁴

Como Hércules matara a própria esposa e os filhos, participando de todos os vícios inerentes à natureza humana, o retor aproveitou para situá-lo historicamente. Tomando o testemunho dos poetas que descreveram os feitos dos deuses e heróis, ele mencionou que o filho de Júpiter havia navegado com os argonautas, assediado a cidade de Tróia e, ao final de sua vida, teria sido queimado e enterrado no Monte Eta, cuja localização foi apontada por Heródoto em *Histórias* (Ἱστορίαι): “A oeste das Termópilas encontra-se uma montanha escarpada e inacessível, que se estende até o monte Eta” (*Hist.* 7.176).

Outra divindade destacada nas *DI* foi Júpiter, filho de Saturno, o primeiro rei, que teria vivido em torno de mil e oitocentos anos antes do período em que o retórico escrevia, ou cerca de trezentos e setenta anos antes da Guerra de Tróia²⁶⁵. Pois bem, Júpiter foi, dentre todos, o mais questionado por ele, haja vista sua importância entre os deuses romanos e seu papel na associação com Diocleciano. O autor lembrava que o mais elevado dentre os deuses romanos, chamado *optimus e maximus*, foi ímpio desde a mocidade, quando expulsou seu pai a fim de assumir o poder. Além disso, a exemplo de Hércules, foi estuprador, adúltero, raptor de mulheres e incestuoso. A menção a tais odiosos crimes era uma estratégia do retórico para chocar sua audiência, apelar para sua sensibilidade²⁶⁶. De acordo com Casey (1965), aos olhos de Lactâncio, o grande erro do paganismo não residia em seu politeísmo ou em seu antropomorfismo, mas no fato de os adoradores ignorarem a conduta imoral de suas divindades. Por essa razão, como falava a um público que tinha em alta estima as virtudes apregoadas pela filosofia, o africano se esforçava não apenas por provar que os deuses tinham sido homens, mas também por mostrá-los como figuras execráveis, indignas de qualquer admiração mesmo como seres mortais.

Tendo argumentado sobre a humanidade dos deuses, Lactâncio apontava a razão pela qual tais indivíduos teriam sido divinizados. Segundo ele, a responsabilidade recaía sobre os

²⁶⁴ “You have subdued nations, savage in their barbarism, countless in their numbers, boundless, if we regard the extent of country people by them, and rich in every kind of resource; but still you were only conquering things, the nature and condition of which was such that they could be overcome by force. For there is no strength so great that it cannot be weakened and broken by arms and violence. But to subdue one’s inclinations, to master one’s angry feelings, to be moderate in the hour of victory, to not merely raise from the ground a prostrate adversary, eminent for noble birth, for genius, and for virtue, but even to increase his previous dignity, they are actions of such a nature, that the man who does them, I do not compare to the most illustrious man, but I consider equal to God.”

²⁶⁵ *Div. Inst.* 1.23.

²⁶⁶ *Div. Inst.* 1.10.10-14; 1.21.1-19 e 6.2.10.

poetas, cujas elegantes figurações distavam da verdade²⁶⁷: “Os poetas falaram de homens, o que aconteceu foi que chamaram de deuses aqueles que celebraram com louvores. Conseqüentemente, pode-se considerar como falso o que se refere aos deuses, mas não aquele que faz menção aos homens” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 1.11.17)²⁶⁸. O retor tomou esse argumento de Evêmero (330-250 a. C.) que, em sua *História Sagrada* (Ἱερὰ ἀναγραφὴ), afirmara que os deuses eram seres mortais, divinizados pela tradição. Cícero (1967) também fez menção a tal escrito, afirmando que este tinha sido traduzido para o latim por Ênio (239-169 a. C.), de quem Lactância extraiu suas citações²⁶⁹.

Nos Livro II das *DI*, Lactância investigou a origem da religião politeísta e das superstições veiculadas por ela²⁷⁰. De acordo com Rosa (2006), o antropomorfismo religioso entre os romanos se deu em boa parte por influência dos etruscos, o que se torna mais discernível a partir do século VI a. C. Após uma breve explanação a respeito da origem dos ídolos²⁷¹, o retórico discutiu os prodígios atribuídos aos deuses²⁷². A fim de explicar esses feitos, ele recorreu ao longo *excursus* que mencionamos²⁷³ e cujo ponto culminante foi revelar que, após ter criado o homem²⁷⁴ e este ter caído em pecado²⁷⁵, Deus teria enviado anjos à Terra, para que protegessem suas criaturas, mas muitos deles teriam acabado se convertendo em demônios²⁷⁶. Entre as artimanhas dessas criaturas, ele incluía a astrologia, os augúrios, os videntes, a necromancia e, de modo geral, “[...] a arte da magia e todas as outras práticas perversas, praticadas em público ou em segredo pelos homens” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.16.1)²⁷⁷.

Os milagres atribuídos aos deuses eram, portanto, obra dos demônios. Eles é que estariam por trás das estátuas e de sua adoração, sendo responsáveis por desviar os homens do caminho da verdade. A única alternativa seria se converter à verdadeira religião. Dando suporte a essa afirmação, o retor recorreu ao testemunho de Trismegisto: “Do homem piedoso, de fato, não se apodera nem o demônio nem o destino, pois Deus o protege de todo o mal. Assim, o

²⁶⁷ *Div. Inst.* 1.11.2.

²⁶⁸ “Los poetas hablaran de hombres; lo que pasó es que, para ensalzar a aquellos cuyo recuerdo celebran con alabanzas, dijeron que eron dioses. En consecuencia, puede considerarse como fingido aquello que se refiere a los dioses, pero no aquello que se refiere a los hombres. ”

²⁶⁹ *Div. Inst.* 1.11.33-35 e 45.

²⁷⁰ *Div. Inst.* 2.1.1.

²⁷¹ *Div. Inst.* 2.2 e 4.

²⁷² *Div. Inst.* 2.7.

²⁷³ *Div. Inst.* 2.8-13.

²⁷⁴ *Div. Inst.* 2.12.1-14.

²⁷⁵ *Div. Inst.* 2. 12.20-21. Sobre a criação do diabo, vid. 2.8.4-6.

²⁷⁶ *Div. Inst.* 2.14.

²⁷⁷ “[...] el arte da magia y todas esas otras malvadas prácticas, públicas u ocultas, de los hombres. ”

único bem que há nos homens é a piedade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.15.6)²⁷⁸. Em outro excerto: “A piedade é o conhecimento de Deus” (*Div. Inst.* 2.15.6)²⁷⁹.

4.2.2 *Contra a falsa sabedoria: Lactâncio e a filosofia*

A filosofia dos gregos desenvolveu-se com base no espírito de racionalização aplicado à investigação das coisas da natureza. Sócrates, por sua vez, utilizou-se da razão para tratar de temas morais e foi seguido por seu proeminente discípulo Platão. Com o passar do tempo, esclarece Casey (1965), em certa medida, a filosofia desviou-se de sua proposta inicial de liberdade e espontaneidade de pensamento para se tornar um cânon rígido de dogmas primariamente designados como um guia de vida moral. Algumas escolas, como o estoicismo e o epicurismo, passaram a se preocupar com temas religiosos, interpretando os mitos como alegorias. Lactâncio se colocaria contra essa tendência²⁸⁰.

No segundo século da era cristã, a teoria platônica era tomada como referência para temas de origem religiosa. Até mesmo autores cristãos, como Orígenes de Alexandria, valeram-se dessas ideias para dar suporte à sua teologia. De acordo com Casey (1965), graças à influência do neoplatonismo, o pensamento filosófico na época de Lactâncio estava permeado de misticismo e dogmatismos. Diante desse quadro, a atitude do retor foi de questionamento. Para ele, a filosofia não era incompatível com a doutrina cristã, pelo contrário, o cristianismo era a consumação de toda a sabedoria humana²⁸¹. Ele louvava os esforços daqueles que, pelo caminho da racionalidade, teriam buscado responder aos grandes questionamentos existenciais e entendia que a razão pela qual não teriam alcançado a verdade era seu desconhecimento dos preceitos divinos²⁸².

Naquele momento, o objetivo do retórico foi demonstrar a superioridade do cristianismo sobre a filosofia helenística, da mesma forma que fizera em relação ao politeísmo nos dois primeiros livros de sua apologia: “Agora tenho diante de mim uma batalha muito mais dura e importante com os filósofos, cujos conhecimentos e eloquência se põem diante de mim como se fosse um gigante” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.19.2)²⁸³. Mesmo demonstrando seu respeito

²⁷⁸ “Del hombre piadoso, en efecto, no se apodera ni el mavado demonio ni el destino. Y es que Dios protege de todo mal al piadoso. El único y excusivo bien en los hombres es la piedad’.”

²⁷⁹ No original: “La piedad es el conocimiento de Dios’.”

²⁸⁰ *Div. Inst.* 1.1.17.

²⁸¹ *Div. Inst.* 7.7.7.

²⁸² *Div. Inst.* 3.26.1.

²⁸³ “Ahora tengo delante una lucha mucho más importante y más difícil con los filósofos, cuyos enormes conocimientos y elocuencia se me ponen en frente como si de una mole se tratase.”

pelos filósofos, não deixou de refutá-los e em alguns momentos até de satirizá-los²⁸⁴. Segundo ele, a falta mais grave desses homens tinha sido a vaidade em não admitir seus equívocos.

No início do Livro III, o retórico questionou a investigação filosófica, afirmando que esta não passava de um conjunto de conjecturas²⁸⁵. De acordo com a concepção cristã da época, nem todo conhecimento era passível de ser adquirido mediante o exercício da razão: “A ciência não provém de nossa mente, nem é alcançada pelo pensamento, já que a posse intrínseca do conhecimento pertence somente a Deus” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.3.2)²⁸⁶. Além disso, as contradições entre as distintas correntes de pensamento faziam da filosofia uma falsa sabedoria: “Assim, pois, se cada escola é considerada falaciosa segundo o julgamento uma das outras, temos de concluir que todas são falsas. A partir disso, a própria filosofia se consome e elimina a si mesma” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.4.10)²⁸⁷. Nos capítulos seguintes, ele elencou as principais doutrinas filosóficas do mundo greco-romano, como os pitagóricos, os acadêmicos, os estoicos e os epicuristas. Da mesma forma, elegeu alguns teóricos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, de modo a questionar alguns de seus posicionamentos. Como não podemos aqui aprofundar a análise de todos esses casos, tomamos a concepção estoica de morte autoinfligida e a teoria de organização social expressa em *A República* (Πολιτεία) de Platão para ilustrar o embate de Lactâncio contra a filosofia.

O estoicismo surgiu da influência do pensamento socrático sobre Zenão (336-264 a. C.), tradicionalmente considerado como o fundador da doutrina. A escola pode ser dividida em três fases distintas: a primeira, que vai de sua fundação, em torno do ano 300 a. C., até finais do século II a. C; a segunda, que avança até meados do último século antes de Cristo; e a última, que coincide com a época imperial de Roma (SEDLEY, 2006). É difícil avaliar a atividade estoica no século III, particularmente na segunda metade. Isso se deve ao fato de as fontes da época não mencionarem nenhum filósofo posterior ao século II. Apesar disso, a doutrina continuou exercendo considerável influência entre os setores educados da sociedade, pelo menos até o ressurgimento do platonismo em meados do terceiro século, tornando-se o modelo predominante de pensamento não cristão pelos séculos subsequentes (SPANNEUT, 1957 *apud* CASEY, 1965 e GILL, 2006).

²⁸⁴ *Div. Inst.* 3.28.11; 2.5.10; 3.15.8-21; 3.18.5 e 3.14.12.

²⁸⁵ *Div. Inst.* 3.3.1.

²⁸⁶ “La ciencia no puede nacer de nuestra mente, ni puede ser conquistada mediante la actividad del pensamiento, ya que la posesión interna de una ciencia propia pertenece, no al hombre, sino a Dios. ”

²⁸⁷ “Así pues, si cada una de las sectas es convicta de estolidez según el juicio de las otras muchas, hay que concluir que todas son vanas y vacias: de esta forma, la propia filosofía se consume y elimina a sí misma. ”

A influência das ideias estoicas sobre o pensamento de Lactâncio se deu, principalmente, por meio de Cícero e pode ser exemplificada pelas noções de divindade, providência, imortalidade da alma e virtude. Todas foram discutidas no terceiro e quarto livros. Entre as críticas feitas à escola, uma se refere à questão do suicídio, ilustrada por meio de uma citação de Lucrecio (1985, p. 74), que descreve o fim da vida de Demócrito (460-370 a. C): “[...] depois que a madura velhice lhe mostrou que se retardavam no espírito os movimentos da memória, de livre vontade foi ao encontro da morte e lhe apresentou a cabeça”. Para o autor cristão, não pode haver nada mais pecaminoso que a morte autoinfligida e compara o filósofo pré-socrático a um homicida e assassino. De acordo com a concepção do cristianismo, os sofrimentos da vida deviam ser suportados com paciência, visto que, da mesma forma que o ser humano não nasce por vontade própria, também não pode decidir a hora de sua morte²⁸⁸. Já no caso do estoicismo, como atesta Marco Túlio em *Sobre as Leis*, a morte era vista como um bem, uma vez que eliminava os flagelos existenciais.

Regozijemos, afinal a morte ou nos concederá uma existência melhor que a que temos na terra, ou ao menos nos trará uma que não seja pior. Poderemos alcançar uma condição em que a mente esteja livre do corpo e ainda conserve seus poderes, como um deus; ou, de outra forma, se não tivermos nossa consciência, ainda assim estaremos eximidos de todo mal que pode se abater sobre nós. (*De leg. frag.* 5.1)²⁸⁹

Lactâncio, admitia o discernimento do filósofo republicano sobre a questão da imortalidade da alma; contudo, propunha outro entendimento do assunto: “Conclusão perspicaz, segundo creem os estoicos, como se não pudesse haver nenhuma outra explicação” (*Div. Inst.* 3.19.3)²⁹⁰. Partindo da proposição cristã de que a vida após a morte estava condicionada à existência temporal, o retórico afirmava que aquele que tirasse a própria vida pecaria contra Deus e, por essa razão, o suicídio não traria nenhum bem, mas levaria a um sofrimento ainda maior.

Assim, se nos perguntam se a morte é um bem ou um mal, respondemos que depende da maneira como se viveu, porque, da mesma forma que a vida é um bem se conduzida virtuosamente ou um mal se desperdiçada em meio aos vícios, assim também é a morte, que deve ser avaliada em função dos atos praticados durante nossa experiência neste mundo. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.19.9)²⁹¹

²⁸⁸ Vid. *Div. Inst.* 3.19.

²⁸⁹ “Let us deem ourselves happy that death will grant us either a better existence than our life on Earth, or at least a condition that is no worse. For a life in which the mind is free from the body and yet retains its own powers is god-like; on the other hand, if we have no consciousness, at any rate no evil can befall us. ”

²⁹⁰ “Aguda conclusión, según ellos creen; como si no pudiera haber ninguna outra conclusión. ”

²⁹¹ “Así, pues, si alguien nos pregunta si la muerte es un bien o un mal, responderemos que su cualidad depende de la forma de vida, ya que, de la misma forma que la vida es un bien si se vive virtuosamente, y un mal si se vive entre crímenes, así también la muerte debe ser evaluada en función de los hechos anteriores de la vida. ”

No tocante ao modelo de sociedade platônico, Lactâncio criticava a proposta do filósofo grego, segundo a qual, em uma comunidade ideal, ninguém seria detentor dos próprios bens, exceto para coisas de primeira necessidade. Platão propunha que não existiriam residências ou construções de qualquer tipo que não fossem de acesso público. Os víveres de que os soldados necessitariam seriam fornecidos pelos demais cidadãos, como pagamento por seus serviços de vigilância e proteção. Isso, respondia o retor cristão, seria impossível, uma vez que os cidadãos não seriam capazes de tamanha abnegação. Quanto à questão do matrimônio, lemos em *A República* (Πολιτεία): “Que estas mulheres todas serão comuns a todos esses homens, e nenhuma coabitará em particular com nenhum deles; e, por sua vez, os filhos serão comuns, e nem os pais saberão que são seus próprios filhos, nem os filhos os pais” (*Rep.* 457d).

Replicando essas ideias, o norte-africano indagava sobre os conflitos que poderiam ser desencadeados por conta da competição de vários homens por uma só mulher. De forma sarcástica, ele afirmava que tais desentendimentos só poderiam ser evitados se os homens fossem tão pacientes quanto os filósofos e esperassem por sua vez como se estivessem em um bordel²⁹². E o que dizer dessas cidades que seriam governadas por filósofos como se fossem reis? Questionava o mestre cristão, referindo-se à proposta platônica de que os praticantes da filosofia seriam os administradores da *Res Publica* por conta de seu conhecimento²⁹³. Para o retor, esse modelo de governança seria mais iníquo que o dos próprios tiranos, já que feriria o princípio da justiça ao tirar os bens de uns à força para distribuir a outros, além de transformar as mulheres em prostitutas da *polis*.

Ao mesmo tempo em que questionava o valor da sabedoria humana, o retórico lançava os fundamentos da doutrina cristã. Tendo mostrado os equívocos do politeísmo, ele considerava que a verdadeira religião seria aquela que sustentasse a existência da Divina Providência²⁹⁴. De acordo com Lactâncio, os filósofos tinham falhado em alcançar o ‘sumo bem’, pois o procuraram nas virtudes dos homens quando só poderia ser encontrado no conhecimento de Deus: “[...] o sumo bem é a imortalidade, já que não pertence a nenhum outro ser vivo e nem a carne. Este não pode ser alcançado por ninguém sem a inteligência e a virtude, isto é, sem o conhecimento de Deus e de sua bondade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.12.18)²⁹⁵. Não obstante, não exclui o esforço dos filósofos em sua tentativa de chegar ao conhecimento das coisas

²⁹² *Div. Inst.* 3.21.4.

²⁹³ *De Rep.* 473 D.

²⁹⁴ *Div. Inst.* 2.8.51-52.

²⁹⁵ “[...] el sumo bien es sólo la immortalidad, ya que no pertenece a ningún otro ser vivo, ni al corpo, ni puede obtenerla nadie sin la ciencia y la virtude, es decir, sin el conocimiento de Dios y sin la bondad.”

divinas: “Ocorre que todos se equivocaram em algumas partes mas acertaram em outras” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 3.3.12)²⁹⁶. Dessa forma, embora ele não rejeitasse a ciência dos homens, colocava-a em seus próprios termos. Apontava a diferença entre o que é passível de ser alcançado pelo intelecto e o que é perscrutável somente a Deus, sendo que qualquer esforço nesse campo resultaria em mera especulação²⁹⁷: “[...] quando Deus se propôs a revelar ao homem a verdade, quis que nós nos acercássemos apenas do que interessa à nossa existência; mantendo em segredo aquelas coisas que correspondem à nossa profana curiosidade” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 2.8.70)²⁹⁸.

Buscando a conciliação entre o conhecimento mundano e a revelação divina, o retor concluiu que a verdade seria alcançável pela união dos esforços humanos, expressos por meio da filosofia e da religião cristã, que considerava como sumo bem a imortalidade. Nesse sentido, a máxima do pensamento de Lactâncio era: “Não se deve aceitar nenhuma religião que não venha acompanhada de saber, nem se deve aprovar qualquer saber que não venha acompanhado de religião” (*Div. Inst.* 1.1.25)²⁹⁹.

4.2.3 *Contra a falsa piedade: Lactâncio e a moralidade helenística*

Nos livros anteriores de sua apologia, o retórico refutou os fundamentos do politeísmo e da filosofia, afirmando que a verdadeira religião, aquela que contemplava o conhecimento de Deus, era o cristianismo. Nesse momento, ele esclareceu o que significava ser um converso, partindo da contraposição entre os valores morais expressos pela tradição clássica e a conduta adotada pelos seguidores de Cristo. O intuito era convencer seus leitores de que somente a piedade cristã poderia conduzir a uma vida justa.

Ao contrário do que aconteceu em seu último trabalho, em *DI*, Lactâncio não mencionou qualquer autoridade imperial em suas acusações, haja vista o momento em que escreveu. Apesar disso, suas críticas tinham em vista as ações de Diocleciano e seus associados no sentido de retomar as medidas vexatórias contra os adeptos do cristianismo.

Ao se convencerem de que os seguidores de Cristo são maus, repetem os atentados de épocas passadas, quando as crenças e costumes dos cristãos eram considerados

²⁹⁶ No original: “Puede suceder que todos hayan errado en parte y hayan acertado en parte.”

²⁹⁷ *Div. Inst.* 3.3.8.

²⁹⁸ “[...] cuando Dios quiso descubrir al hombre la verdad, quiso que nosotros supiéramos sólo aquello que interesa al hombre para conseguir la vida; pero no dijo, como secretos que eran, aquellas cosas que responden al profano afán de curiosidad.”

²⁹⁹ “No se debe aceptar ninguna religión que no vaya acompañada de saber, ni se debe aprobar ningún saber que no vaya acompañado de religión.”

perigosos. Aos que seguem o caminho da verdade lhes repudiam e desferem seu ódio, tratando de persegui-los a fim de eliminá-los. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.9.1)³⁰⁰

Valendo-se dos recursos da retórica, o autor cristão se esforçou para descrever a crueldade dos inimigos da religião. Como de costume, ele recorreu a citações de autores clássicos, como Virgílio: “Por todas as partes, pavor e cruel desolação. Tudo, tudo é morte” (*Ene.* 2.368-369)³⁰¹. Em outro momento, parafraseou a descrição da terrível besta do livro de Daniel³⁰²: “[...] este enorme animal que, a partir de um só lugar, se assanha por toda a Terra com seus dentes de ferro, e não apenas devora os membros dos homens, mas consome seus próprios ossos, enfurecido sobre suas cinzas, para que não haja sepultura” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 5.11.6)³⁰³.

A atitude dos perseguidores foi tomada como uma consequência da piedade politeísta, que contrastava com o ideal cristão de amor ao próximo. No mesmo sentido, o retor evocou um exemplo paradigmático de devoção entre os latinos. *Eneas*, que fundara a primitiva Alba Longa, precursora da *polis* romana, fora apresentado como um homem virtuoso: “Jamais se viu varão mais íntegro e de maior bondade, cuja perícia na guerra e no manejo das armas superava qualquer outro” (VERGILLIUS, *Ene.* 1.544-545)³⁰⁴. Não obstante, Lactânncio tomou a própria narrativa virgiliana para apresentar o herói como um indivíduo iníquo: “[...] e atadas as espadas às mãos, os prisioneiros, vítimas destinadas a morte por derramarem seu sangue sobre as chamas da fogueira” (*Ene.* 11.81-83)³⁰⁵. “Quem mais clemente e piedoso que um homem que imola vítimas humanas aos deuses e alimenta o fogo com sangue como se fosse azeite? ”, questionava ironicamente o retórico (*Div. Inst.* 5.10.4)³⁰⁶. A verdadeira piedade, afirmava, está naqueles que desconhecem a guerra, que mantêm a paz, que amam a todos como irmãos e que são capazes de reprimir sua ira. Quanto aos deuses, ou melhor, os homens divinizados, afirmava que Júpiter desterrara seu pai, Saturno; este, diante da profecia de que um de seus filhos tomaria seu poder, passara a devorá-los um a um à medida que nasciam; Hercules, por sua vez, fora

³⁰⁰ “A veces, sin embargo, se dan cuenta de que son malos, añoran la situación de épocas pasadas y reconocen que sus costumbres y méritos no son buenos: y al que sigue el camino recto no sólo no le aceptan ni reconocen, sino que incluso le odian ferozmente, le perseguen y tratan de eliminarle. ”

³⁰¹ “Por todas partes cruel desolación, pavor por todas partes. Todo, todo es hechura de la muerte. ”

³⁰² Dn. 7:7.

³⁰³ “[...] esta enorme bestia que, afincada en un solo lugar, se ensaña por todo el orbe con sus dientes de hierro y no sólo destruye los miembros de los hombres, sino elimina los propios huesos y se ensaña con las cenizas, para que no exista ningún sepulcro. ”

³⁰⁴ “Jamás lo hubo más recto ni de mayor bondad, ni más grande en la guerra y el manejo de las armas. ”

³⁰⁵ “[...] atadas a la espada las manos, los cautivos, víctimas destinadas a las sombras por rociar las llamas de la pira con su sangre. ”

³⁰⁶ “¿Qué más clemente, en un hombre piadoso como éste, que imolar víctimas humanas a los muertos y alimentar el fuego con sangre humana, como si fuese aceite? ”

adúltero e esturador. Segundo o autor cristão, não se poderia esperar que os homens fossem virtuosos a ponto de se tornar modelos perfeitos de conduta³⁰⁷.

O primeiro princípio da moralidade cristã, portanto, seria conhecer e amar a Deus: “Pois não pode ser considerado como homem aquele que desconhece a Deus, que é o doador de sua alma; este é um pecado gravíssimo. Tal ignorância, é a razão pela qual os indivíduos adoram outros deuses, a mais criminosa ação que se possa praticar” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.9.1)³⁰⁸. Em seguida, apresentava o sentimento humanitário dos seguidores de Cristo. Distanciando-se da concepção de abnegação apregoada pelas escolas filosóficas, que a entendiam como uma virtude dentro de um processo de disciplina e autodesenvolvimento (VEYNE, 1995), os cristãos valorizavam a ação em favor do próximo: “[...] porque quem faz o bem a outro sem esperar nada em troca está fazendo o bem a si mesmo, pois será recompensado por Deus” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.12.2)³⁰⁹. Esse tipo de atitude era estranho à piedade helênica. Mesmo homens virtuosos, como Marco Túlio, aconselhavam no sentido contrário: “Ao tratar com uma pessoa ilustre, convém ser liberal ao se dar e complacente ao reclamar suas dívidas [...] pois renunciar uma parte do que lhe é de direito não somente é generoso, como pode lhe trazer vantagens” (*De off.* 2.64)³¹⁰. O cristianismo deslocava a questão da recompensa para o mundo espiritual e transformava em pecado a iniciativa do homem em prol de si mesmo.

Ao longo do livro quinto, o retor seguiu contrapondo os valores helenistas à moral cristã. O medo, que, segundo os filósofos, era um vício, ele o apresentava como uma virtude: “Ninguém duvida que é próprio dos covardes ter medo da dor, da carestia, do exílio, do cárcere ou da morte; quem não se horroriza diante dessas coisas é considerado muito valente. Agora, quem teme a Deus não se assusta diante de nenhuma dessas ameaças” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.17.5-6)³¹¹. O temor a Deus, segundo o africano, dispensava quaisquer outras apreensões, e fora graças a ele que, em tempos de perseguição, homens e mulheres se entregaram voluntariamente à morte em nome de suas crenças³¹².

³⁰⁷ *Div. Inst.* 5.10.15-17.

³⁰⁸ “Y es que no puede ser considerado como hombre quein desconoce a Dios, que es el padre de su alma: este es un pecado gravíssimo. Esta ignorancia es la que hace que sirva a otros dioses, lo cual es la acción más criminal que se puede cometer.”

³⁰⁹ “[...] porque quien hace un favor a outro sin esperar recompensa de él se está haciendo un favor a sí mismo, porque recibirá la recompensa de Dios.”

³¹⁰ “It will, moreover, benefit a gentleman to be at the same time liberal in giving and not inconsiderate in exacting his dues [...] for it is not only generous occasionally to abate a little of one’s rightful claims, but it is sometimes advantageous.”

³¹¹ “Nadie duda de que es propio de los tímidos y débiles tener miedo del dolor, de la escasez, del destierro, de la cárcel o de la muerte; quien no se horroriza ante estas cosas es considerado como muy valiente. Ahora bien, quein teme a Dios no teme a ninguna de estas cosas.”

³¹² Vid. PLINIUS, *Epist.* 10.96.2-3 e *Div. Inst.* 5.11.15.

As paixões, que, da mesma forma, eram vistas como uma fraqueza pelos adeptos da filosofia, podiam ser uma qualidade do cristão, sempre que voltadas às questões celestiais. Aos estoicos, que afirmavam que para alcançar a virtude bastava a vontade, Lactâncio respondia que, para ser investido da imortalidade não bastava ao homem o querer, pois: “muitos, em verdade, querem, mas quando a dor atinge a sua carne, sua vontade esmorece, restando apenas a paixão; para aquele que consegue depreciar todas as coisas que os demais almejam, essa se converte em uma grande virtude [...]” (*Div. Inst.* 6.17.11)³¹³. O prosélito de Cristo também é aquele se furta aos prazeres dos sentidos. Assim, como fazia algumas vezes ao longo de suas obras³¹⁴, o retor diferenciava o homem dos demais animais por conta de sua racionalidade, cuja postura ereta lhe permitia contemplar as coisas do alto. O pecado, entretanto, desvirtuara a obra prima da criação, fazendo com que sua natureza, sensível aos prazeres, fosse suscetível aos vícios. A visão, por exemplo, da mesma forma que permitia a contemplação das belezas do céu e da terra, também podia desvirtuar o caráter por meio da apreciação dos espetáculos. Nesse ponto, o retórico fazia uma crítica aos jogos, em particular aqueles que envolviam mortes, como os combates de gladiadores: “Quem considera como um divertimento ver como um homem, ainda que merecidamente condenado, é decapitado mancha sua própria consciência, como se fosse expectador e cúmplice de um homicídio cometido secretamente” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.20.10)³¹⁵. Ao ser humano, portanto, convinha fazer bom uso de suas faculdades, pois de nada serviria atentar para os eloquentes discursos dos filósofos e ignorar a mensagem das Escrituras, ou empregar suas mãos para uma boa obra se o fizesse por concupiscência.

Deus concedeu ao homem a virtude para que enfrentasse e derrotasse as paixões, não permitindo que estas o impedissem de viver piedosamente. Ele não quis que sua graça fosse legada a seres incapazes, que cativados pelos vícios estivessem condenados à morte eterna. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.20.5)³¹⁶

Ainda que a transformação do caráter, segundo a concepção do cristianismo, se desse por meio de um processo de conversão pessoal, não podemos nos esquecer de que a moralidade cristã era proselitista. Como portadores da verdade, os adeptos da religião tinham a obrigação

³¹³ “Muchos, en evector, quieren, pero cuando el dolor llega a sus entrañas, su voluntad cede, quedando sólo el deseo; si éste consigue que sean despreciadas todas las cosas que los demás apetecen, se convierte en una gran virtud [...]”

³¹⁴ *Div. Inst.* 3.8.3-4 e 3.20.11-12; *De opf.* 8.2; 10.26 e 19bis.10; *De ira* 7.5; 14.2 e 20.10.

³¹⁵ “Y es que quien considera como un placer el ver como un hombre, aunque condenado merecidamente, es degolado, mancha su propia conciencia de la misma forma que si fuera espectador y partícipe de un homicidio cometido lejos de la vista de otros. ”

³¹⁶ “Dios concedió al hombre la virtud para que asaltara y derrotara al placer y para que, si éste se salía de los límites que se le han dado, lo retuviera dentro de lo permitido, con el fin de que no sometiera a su imperio al hombre embozado y cautivado por sus atractivos y no le condenara a una muerte eterna. ”

de disseminá-la entre seus desconhecedores. Igualmente, não deviam responder às injúrias nem se vingar das más ações praticadas contra eles, uma vez que a justiça que esperavam não era a dos homens, mas a de Deus: “[...] o justo nunca desperdiçará a oportunidade de praticar um ato de misericórdia, não sendo prejudicado quando por isso deixar de obter alguma vantagem, pois conseguirá que essas atitudes sejam consideradas como boas obras” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 6.18.9)³¹⁷.

4.3 Escatologia e partidarismo político: o livro VII das *Diuinae Institutiones*

Na esperança do eminente retorno do Messias, como temos visto, os judeu-cristãos da primeira metade do século I adotaram uma postura de afastamento dos assuntos intramundanos. Muitos deles foram influenciados pelos ensinamentos de Paulo de Tarso, que, à luz de um novo messianismo, colocava a eminente parousia de Cristo no centro de suas expectativas. Assim, declarava ele em sua primeira *Epístola aos Tessalonicenses*:

Pois isto vos declaramos, segundo a palavra do Senhor: que os vivos, os que ainda estivermos aqui para a vinda do Senhor, não passaremos à frente dos que morreram. Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida nós, os vivos que estivermos lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. E assim, estaremos para sempre com o Senhor.³¹⁸

Entretanto, o apóstolo se dera conta de que o apocalipse poderia não ocorrer naquele momento e isso promoveu a mudança do tom de sua mensagem. Em seu novo entendimento, antes que o filho de Deus viesse entre as nuvens, tanto os adeptos do politeísmo quanto o restante dos judeus deveriam conhecer o Evangelho. De acordo com Hinojo: “A mudança revela a esperança de Paulo na restauração de Israel, ao mesmo tempo em que mostra o movimento da estrutura escatológica de natureza espiritual e anti-materialista para a coexistência com a realidade política do Império Romano” (2009, p. 75)³¹⁹. Nesse modelo, imperadores e magistrados assumiam a posição de autoridades instituídas por Deus e os cristãos tinham a

³¹⁷ “[...] el bueno nunca desprovechará la ocasión de hacer una obra de misericórdia, y no saldrá perdendo si perde algo de esta forma, sino conseguirá que, sin detrimento suyo, eso mismo que de sea considerado entre las obras buenas.”

³¹⁸ 1Ts 4.15-17, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

³¹⁹ “El reajuste pone de manifiesto la esperanza de Pablo en la restauración de Israel, a la vez que revela el marco escatológico en que se movía, de índole espiritual y antimaterialista, capaz de coexistir con la realidad política del Imperio Romano.”

obrigação de acatá-las, cumprindo com seus deveres para com as leis do Estado. Na Epístola ao Romanos, Paulo respaldava a autoridade política de Roma:

Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação. Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal. Por isso é necessário submeter-se não somente por temor do castigo, mas também por dever de consciência. É também por isso que pagais impostos, pois os que governam são servidores de Deus, que se desincumbem com zelo do seu ofício.³²⁰

Tais ideias pareciam demasiadamente inovadoras e perigosas para alguns grupos de cristãos, em particular na Síria e na Palestina, onde a ligação com o judaísmo era mais forte. Após a destruição do Templo pelos romanos no ano 70, fruto de uma rebelião pela libertação da Judéia, os prosélitos ali instalados vivenciaram um reavivamento das esperanças escatológicas quanto ao retorno do Messias. Na mesma época, João (10-103) descreveu em seu Apocalipse os eventos finais da história humana e a batalha do armagedon, onde as forças do bem finalmente submeteriam as do mal. Inseridos nesse embate cósmico, os seguidores de Cristo foram postos como adversários de Roma, que, de acordo com o simbolismo empregado pelo apóstolo, era como uma “[...] grande prostituta que está sentada à beira de águas copiosas: os reis da terra se prostituíram com ela, e, com o vinho da sua prostituição, embriagaram-se os habitantes da terra”³²¹. Esse posicionamento de radical oposição, ao contrário da proposta conciliatória de Paulo, dificultaria a integração dos cristãos à sociedade romana, especialmente durante o primeiro século e o início do segundo, quando, com base em uma interpretação literal dos Evangelhos e das visões de João, muitos cristãos ainda aguardavam a segunda vinda de Cristo como um acontecimento próximo (HINOJO, 2009).

Durante o século II, ainda que de forma pontual e esporádica, os cristãos foram hostilizados em algumas regiões do Império. Foi o caso da Bitúnia e da Gália, onde Eusébio registrou alguns martírios nas cidades de Lion e Viena³²². De modo geral, essas ações partiram de magistrados locais ou governadores provinciais, que, a fim de manter a paz em seus domínios, atendiam aos clamores de uma massa de cidadãos supersticiosos que suspeitavam dos seguidores de Cristo. Justino Mártir (100-165), que escreveu nesse período, condenou tal

³²⁰ Rm 13.1-7, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

³²¹ Ap 17.1-2, BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

³²² *His. Ecl.* 5.1.2. Vid. SIMON e BENOIT, 1972, p. 73.

atitude. Em sua *Primeira apologia*, dedicada a Antônio Pio, Marco Aurélio e Lúcio Vero (130-167), ele questionou se os dirigentes de Roma eram dignos da piedade com que, por meio da propaganda oficial, eram conhecidos. Não sem uma dose de ironia, ele os ‘aconselhava’: “[...] fiquem alertas, pois esses demônios pelos quais temos sido acusados podem enganá-los e desviá-los da leitura e do entendimento do que temos dito” (IUSTINUS, *Apol. Prim.* 14)³²³.

Influenciados pelo pensamento do teólogo, muitos cristãos se mantiveram fiéis às tradições apocalípticas do período apostólico, as quais anunciavam a aversão ao poder temporal e o breve retorno do Messias. Não obstante, essas ideias encontravam um público cada vez menos receptivo à medida que a expectativa escatológica se prolongava e as comunidades evangélicas percebiam a necessidade de implantar uma estrutura que garantisse sua sobrevivência. Nesse sentido, por volta de 120, como destacam Jedin e Baus (1966), encontramos em Antioquia e outras comunidades cristãs asiáticas o episcopado monárquico, cujo bispo (*episcopos*) assumia a liderança da igreja local, sendo responsável pelos colégios de presbíteros e diáconos. Com esse modelo organizacional sistematizado e hierarquizado que acabou por se impor a partir de meados do século, as comunidades cristãs passariam a ambicionar sua integração às estruturas sociais e às instituições políticas do Império (INGLEBERT, 1996 apud HINOJO, 2009).

Enquanto o radicalismo escatológico joanino perdia terreno entre as igrejas cristãs, cada vez mais preocupadas com os assuntos terrenos, ganhava espaço o ideal de conciliação entre os dois poderes. No início do terceiro século, Tertuliano, presbítero da igreja de Cartago e professor de retórica latina, daria continuidade ao ideal expresso pelo apóstolo Paulo. Em 205, o norte-africano uniu-se ao montanismo, movimento que se desenvolveu entre os anos de 160 e 170 no interior das comunidades proselitistas, como um esforço para rechaçar as novas formas de organização eclesiástica e o avanço da cultura greco-romana entre os fiéis. Simon e Benoit (1972) apontam três aspectos fundamentais da doutrina montanista. Primeiramente, sua concepção escatológica de que o fim dos tempos estava próximo: muitos adeptos do movimento fixaram locais e datas para os últimos acontecimentos, alguns deles até se desprendendo de seus bens para esperar pelo do retorno do Messias no deserto. Em segundo lugar, seu rígido ascetismo que apregoava algumas práticas, como a preparação para o martírio, jejuns, castidade dentro do matrimônio e proibição das segundas núpcias. O terceiro aspecto apontado pelos autores é o espírito de profecia que existia entre os membros, que consideravam seus profetas como receptáculos da divindade e portadores das palavras do Espírito Santo.

³²³ “For we forewarn you to be on your guard, lest those demons whom we have been accusing should deceive you, and quite divert you from reading and understanding what we say.”

Tertuliano adaptou o ideário montanista às tradições do cristianismo africano. Ele estava convencido de que Cristo regressaria ao mundo, onde reinaria por mil anos, e, por essa razão, os cristãos deveriam se preparar, adotando uma conduta de ascetismo e de abstenção de qualquer compromisso terreno. Paradoxalmente, afirma Hinojo (2009), o apologista acreditava que a Divina Providência favorecia Roma, à medida que instituíra seus imperadores. Como muitos cristãos de sua época, ele associava o fim do Estado com o desfecho da história humana e aconselhava seus correligionários a orar para que as instituições imperiais prevalecessem e o juízo final pudesse ser postergado.

Há, também, outra razão para orarmos pelos imperadores, ou melhor, em prol da estabilidade de Roma e dos interesses de seus habitantes. Porque sabemos que o grande choque que se abaterá sobre a terra está próximo; e o fim de todas as coisas só pode ser retardado pela sobrevivência do Império Romano. [...] nós respeitamos a ordenação de Deus aos governantes, que os tem colocado no governo das nações. Sabemos que são a expressão de sua vontade em favor de nossa segurança [...] (TERTULLIANUS, *Apol.* 32)³²⁴

Ao contrário do africano, Hipólito (170-236) procurava dissuadir seus contemporâneos de que Roma seria o anticristo³²⁵. Ele afirmava que o Estado latino era como a quarta besta descrita no Livro de Daniel³²⁶ e que o anticristo viria somente após sua queda, evento ainda distante. O bispo recordava que, segundo a interpretação da estátua relatada pelo profeta³²⁷, o Império Romano seria o penúltimo na sequência de reinos que antecederiam o final dos tempos.

Então ele diz: ‘Um quarto animal, terrível e espantoso; o qual tinha dentes de ferro e garras de bronze’. E quem é este, senão os romanos? O reino representado pelas pernas de ferro da imagem é o que agora está estabelecido. E depois disso, o que resta, queridos, a não ser os dedos dos pés feitos de ferro e barro misturados? Simbolicamente, pelos dedos da estátua, ele quis dizer os reis que estão a surgir do meio deles (HIPPOLYTUS, *De Chris.* 25)³²⁸

³²⁴ “There is also another and a greater necessity for our offering prayer in behalf of the emperors, nay, for the complete stability of the empire, and for Roman interests in general. For we know that a mighty shock impending over the whole earth—in fact, the very end of all things threatening dreadful woes—is only retarded by the continued existence of the Roman empire [...] we respect in the emperors the ordinance of God, who has set them over the nations. We know that there is that in them which God has willed [...]”

³²⁵ 2Ts 2.3-4; 1Jo 2:18; Ap 13:1 e 13:3.

³²⁶ Dn 7:23-27.

³²⁷ Dn 2:24-45.

³²⁸ “Then he says: ‘A fourth beast, dreadful and terrible; it had iron teeth and claws of brass.’ And who are these but the Romans? which (kingdom) is meant by the iron—the kingdom which is now established; for the legs of that (image) were of iron. And after this, what remains, beloved, but the toes of the feet of the image, in which part is iron and part clay, mixed together? And mystically by the toes of the feet he meant the kings who are to arise from among them.”

Tendo em vista a aproximação política com as instituições imperiais, a hierarquia das principais igrejas cristãs buscou levar os fiéis a desacreditar de suas esperanças milenaristas. Hinojo (2009) comenta que havia duas estratégias empregadas nesse sentido.

A primeira consistia em desautorizar a literatura apocalíptica. Eusébio relata que, em sua época, o Apocalipse de João era alvo de questionamentos quanto à sua autoria. Ele mesmo, ainda que não se arriscasse a assumir um posicionamento definitivo sobre a questão, não acreditava que o apóstolo tivesse escrito o livro.

[...] não contradirei que ele [o autor] se chamava João e que este livro é de João. Porque inclusive concordo que é obra de um homem santo e inspirado por Deus. Mas eu não poderia concordar facilmente em que este fosse o apóstolo, o filho de Zebedeu e irmão de Tiago, de quem é o *Evangelho* intitulado *de João* e a *Carta católica*. (EUSEBIUS, *Hist Ecl.* 7.25.7, grifo do autor)

Uma evidência da luta das igrejas contra as correntes milenaristas, segundo Hinojo (2009), é que, além do trabalho atribuído ao último dos discípulos de Cristo, que acabou sendo definitivamente incorporado ao cânon cristão, muito pouco sobreviveu da literatura escatológica produzida nos duzentos primeiros anos do cristianismo.

O segundo artifício utilizado para controlar as expectativas escatológicas dos primeiros cristãos foi de ordem cronológica. Desde o século II, muitos autores se dedicaram a estabelecer datações para a parousia. A base para essas especulações era a semana cósmica judaica, segundo a qual cada um dos dias da criação teria mil anos: “Pois mil anos são aos teus olhos como o dia de ontem que passou, uma vigília dentro da noite!”³²⁹. Segundo a interpretação do cristianismo, da mesma forma que Deus completou sua obra em seis dias, caberia ao homem, após a queda de Adão, trabalhar por mais seis dias, a saber seis mil anos, durante os quais prevaleceria a impunidade. Ao início do sétimo dia, o mal seria erradicado pelo retorno de Cristo, que reinaria sobre a terra por mil anos. Nesse modelo conjectural, do momento da criação até o final dos tempos, transcorreriam seis mil anos. Tomando uma passagem do livro de Daniel, na qual o profeta afirmava que o mal prevaleceria por “[...] um tempo, dois tempos e metade de um tempo”³³⁰, Justino (2001) acrescentava que, a contar de sua ressurreição, passariam trezentos e cinquenta anos até a segunda vinda de Cristo, ou seja, cem anos para cada ‘tempo’.

Apesar das considerações feitas pelo teólogo palestino, foi Hipólito quem se apropriou dessa cronologia com o objetivo de dissuadir os fiéis de seus anseios apocalípticos. Em seu

³²⁹ SI 90:4. BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

³³⁰ Dn 7.25 BÍBLIA DE JERUSALÉM: edição revista e ampliada, 2013.

*Commentarium in Danielelem*³³¹, ele calculou que Cristo teria nascido em Belém sob o governo de Augusto, 5500 anos após a criação do homem. Uma vez que seu retorno não se daria antes do início do sábado cósmico, a saber, no ano 6000, restavam ainda quase trezentos anos a esperar, contando do período em que escrevia. Por conta disso, o bispo reiterava que não havia razões para apreensão. Segundo Dunbar (1983), Hipólito foi o primeiro escritor cristão a rejeitar categoricamente a esperança de uma parousia eminente; todavia, com base em sua teoria do atraso dos eventos finais, ele reafirmava a importância da história da redenção na história do cristianismo. A argumentação desenvolvida pelo bispo de Roma, ainda que não extinguisse os reavivamentos messiânicos, ganhava autoridade cada vez que essas profecias falhavam, servindo de ensinamento para os crentes pouco instruídos que eram facilmente seduzidos pela retórica apocalíptica em momentos de crise. Até finais do século IV, essa foi a principal doutrina a respeito do milênio no mundo cristão (LANDES, 2000).

O adiamento escatológico proposto por Hipólito liberava os adeptos do cristianismo para tomar parte nos assuntos temporais. Todavia, quem lançou as bases sobre as quais se estabeleceria a união entre a religião cristã e o Império Romano foi Orígenes. Pautado em uma interpretação alegórica das Escrituras e influenciado pelas ideias do neoplatonismo, o erudito acreditava que o reino de Deus seria de caráter espiritual, tendo lugar na alma de cada crente, e não um evento histórico. Uma vez que a salvação não seria um ato físico, não havia mais razão para os cristãos se recusarem a manifestar sua lealdade para com o Estado, desde que não tomassem parte na adoração aos deuses. Segundo o alexandrino, Roma havia promovido a união das nações sob sua autoridade, permitindo que a mensagem do Evangelho fosse levada a todo o mundo. Assim, tanto o Império quanto seus magistrados faziam parte do plano divino. (HINOJO, 2009).

As ideias de Orígenes encontraram acolhida entre alguns grupos de cristãos esclarecidos e influenciaram as hierarquias das principais igrejas. Apesar disso, não alteraram as expectativas escatológicas dos cristãos das pequenas comunidades. Para essa massa de fiéis, as catástrofes naturais, guerras, epidemias e, acima de tudo, as perseguições, continuaram sendo interpretadas como sinais do final dos tempos. Seguindo esse direcionamento, Comodiano enxergaria nas ações de Valeriano contra os prosélitos de Cristo um sinal de que a parousia se aproximava. Ele considerava que um segundo anticristo viria do Oriente para destruir a besta romana, descrita no Apocalipse de João. De acordo com Hinojo (2009), a referência do poeta cristão à Pérsia refletia o temor em relação às vitórias sassânidas contra o exército de Roma.

³³¹ *Comm.* 2.4.

Ainda que as perseguições servissem de esteio para os movimentos messiânicos, elas não foram capazes de emperrar o avanço do Evangelho. Após o fim do governo de Valeriano, que foi capturado pelos persas em 259, seu filho reestabeleceu as boas relações com as comunidades cristãs, devolvendo os bens que haviam sido confiscados pelo Estado. Pelos quarenta anos seguintes, as igrejas se desenvolveram livremente, como atestou Eusébio, que conservava um trecho da resolução por meio da qual Galiano reestabeleceu a liberdade de culto aos cultuadores de Cristo.

Ordenei que o benefício de meu dom se estenda por todo o mundo, com o fim de que se evacuem os lugares sagrados e por isso também possais desfrutar da regra contida em minha resolução, de maneira que ninguém possa molestar-vos. E aquilo que possais recuperar, na medida do possível, já faz tempo que o concedi (*Hist. Ecl.* 7.13.1)³³²

Salvo as breves investidas de Septímio Severo, Maximino e Décio, as comunidades proselitistas prosperaram livremente durante o século III. Durante esse período, em razão do aumento do número de doadores, as igrejas foram acumulando um patrimônio considerável. De acordo com o bispo de Cesaréia, em meados do século, somente a sé de Roma mantinha “[...] quarenta e seis presbíteros, sete diáconos, sete subdiáconos, quarenta e dois acólitos, cinquenta e dois entre exorcistas, leitores e ostiários, assim como mais de mil e quinhentas viúvas e necessitados [...]” (*Hist. Ecl.* 6.43.11). Diante da necessidade de conservar suas posses, em uma época em que não dispunham de garantias legais, as lideranças cristãs foram levadas a manter boas relações para com as autoridades imperiais.

A Grande Perseguição de Diocleciano, entre os anos de 303 e 305, foi a última medida extensiva de combate à religião cristã em todo o Império. A partir desse momento, as perseguições sobreviveram apenas em algumas regiões até que o Edito assinado por Galério em 311 revogou todas as ações vexatórias contra os seguidores de Cristo³³³. Na sequência, sob a proteção de Constantino, as igrejas adquiriram riquezas e influência política sem precedentes. Foi nesse contexto que Lactâncio compôs suas *DI*. Ao final da obra, após ter combatido o politeísmo, a filosofia helenística e a moralidade dos perseguidores, ele propôs a união entre o Estado romano e o cristianismo.

Mesmo após sua conversão, o mestre latino jamais deixou de se enxergar como um cidadão romano. Analisando sua apologia, encontramos evidências disso. Salor (1990) destaca que o retor costumava empregar o adjetivo *noster* (‘nosso’) para se referir aos autores romanos,

³³² Vid. *Hist. Ecl.* 8.1.1-6.

³³³ Vid. *De mort.* 34.

sobretudo Virgílio³³⁴, a quem qualificava como ‘grande’ e ‘altíssimo’ poeta³³⁵. Ao se referir a Varrão (116-27 a. C.), ele afirmou que nem mesmo entre os gregos houvera homem tão sábio quanto ele³³⁶; sobre Cícero, assegurava que este tinha sido um orador e filósofo perfeito, o único comparável a Platão³³⁷. A exaltação desses escritores deve ser entendida como um sinal da romanidade do retórico cristão. Em adição a isso, a resistência de Lactâncio a algumas práticas helênicas também atesta sua identidade como membro da elite intelectual de Roma. Ao tratar da prática de compor panegíricos aos governantes, ele afirmou: “Esta prática perversa nasceu entre os gregos, cuja leviandade, aliada à sua prolixidade, originou uma grande quantidade de obscuras mentiras” (*Div. Inst.* 1.15.14)³³⁸. Quanto ao mito de Hercules, afirmou: “Isto deve ser culpa dos gregos, que sempre tiveram em alta estima as coisas mais levianas” (*Div. Inst.* 1.18.7)³³⁹.

No livro VII das *DI*, Lactâncio evidenciou suas predileções políticas. Dando continuidade à tradição escatológica cristã, ele retomou a interpretação da semana cósmica, segundo a qual, após a queda de Adão, a raça humana permaneceria seis mil anos sob o domínio do mal.

Assim, pois, visto que Deus realizou sua obra em seis dias, o mundo permanecerá neste estado seis eras, quer dizer, seis mil anos, já que um dia para Deus é como mil anos [...] da mesma forma que Deus trabalhou durante seis dias na criação do universo, de sua religião e de sua verdade, assim também convém que opere em meio delas durante seis mil anos, durante os quais prevalecerá a maldade. Assim, posto que ele, depois da realização de suas obras, descansou e abençoou o sétimo dia, sucederá que após o sexto milênio será abolida da terra toda maldade e reinará durante mil anos a justiça, desaparecendo as tribulações que o mundo suporta há tanto tempo. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.14.9-11)³⁴⁰

Ao se aproximar-se o final do sexto milênio, seguindo a datação proposta por Hipólito, haveria um acirramento da impunidade sobre o mundo. Diante das dificuldades dos últimos dias, o africano considerava a possibilidade de que o Império pudesse chegar ao fim: “O nome

³³⁴ *Div. Inst.* 1.5.11; 1.5.19 e 1.21.4.

³³⁵ Vid. *Div. Inst.* 2.4.4 e 3.8.28.

³³⁶ *Div. Inst.* 1.6.7.

³³⁷ *Div. Inst.* 1.15.16.

³³⁸ “Esta mala costumbre nació entre los griegos, cuya ligereza, aderezada con palabrería, produjo increíblemente gran cantidad de nebulosas mentiras.”

³³⁹ “Pero esto quizás sea culpa de los griegos que siempre tuvieron como grandes cosas a las más levianas.”

³⁴⁰ “Así pues, dado que Dios hizo su obra en seis días, el mundo permanecerá necesariamente en este estado seis siglos, es decir, seis mil años, ya que el gran día de Dios acaba en un ciclo de mil años [...] y de la misma forma que Dios trabajó durante aquellos seis días en la creación de tan grandes cosas, su religión y su verdad así también tendrá que trabajar en medio de ellas durante seis mil años, durante los cuales prevalece y domina la maldad. Y, de la misma forma, puesto que él, tras la realización de sus obras, descansó y bendijo al séptimo día, necesariamente sucederá que tras el sexto milênio será abolida de la tierra toda maldad, reinará durante mil años la justicia y cesarán y desaparecerán los esfuerzos que el mundo soporta desde hace ya mucho tiempo.”

de Roma, que agora domina sobre o mundo – horroriza dizê-lo, mas o direi, porque é assim que irá ocorrer –, será extinto da terra [...]” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.15.11)³⁴¹. Assim como Tertuliano, ele entendia que a continuação da história humana dependia da existência do Estado romano: “Más uma vez que chegue sua decadência e caia a capital do mundo [...] quem pode negar que terá chegado ao fim a humanidade?” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.25.7)³⁴².

Em conformidade com os cálculos de Hipólito e de acordo com a contagem de Lactâncio, não restariam mais de duzentos anos até o retorno do Messias³⁴³. Uma vez que os testemunhos cristãos eram desacreditados pelos helênicos, ele procurava convencer seus leitores de que os eventos finais da história humana haviam sido anunciados por seus oráculos. Hermes Trismegisto, por exemplo, teria escrito sobre as adversidades que marcariam últimos dias.

[...] O Senhor Deus, o Pai, espírito do primeiro e único Deus, contemplando os fatos e opondo-se à sua vontade, ou seja, à sua benignidade e à corrupção, rejeitará e lavará o mal com água abundante, cauterizando-o com um fogo devorador e açoitando-o com guerras e pragas, restaurando, dessa forma, o mundo em seu estado original. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.18.4)³⁴⁴

Segundo ele, também as Sibilas previram a parousia e a libertação dos santos do jugo de seus perseguidores: “Seguirá, e perseguindo os justos despovoará a cidade; e um rei, enviado por Deus contra este, destruirá todos os grandes soberanos e homens poderosos; em seguida, terá lugar o juízo divino sobre os homens” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.18.6)³⁴⁵. Em outro de seus testemunhos: “E então, Deus enviará do céu um rei, que fará desaparecer de toda a terra as perniciosas guerras” (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.18.7)³⁴⁶. Os poetas também teriam atestado o juízo final, ainda que não tivessem alcançado o conhecimento dos mistérios divinos³⁴⁷: “[...] quando gira a roda do tempo um período de mil anos, um deus dirige o rebanho

³⁴¹ “El nombre de Roma, que ahora domina sobre el mundo – horroriza decirlo, pero lo diré, porque así va a suceder –, será arrancado de la tierra [...]”

³⁴² “Pero cuando caiga esta capital del mundo y empiece a llegar su decadencia [...] ¿quién puede dudar de que ha llegado el final de la humanidad y del mundo?”

³⁴³ *Div. Inst.* 7.25.5.

³⁴⁴ “[...] el señor Dios padre, espíritu del primero y único Dios, contemplando los hechos, oponiendo su voluntad, es decir, su benignidad, a la corrupción, rechazando el error, y purgando la maldad, ya lavándola con agua abundante, ya cauterizando con fuego rapidísimo, ya azotándola con frecuentes guerras y pestes, restaurará y devolverá su mundo a su antiguo estado. ”

³⁴⁵ “Vendrá, y persiguiendo a los buenos despoblará la ciudad; y un rey, enviado por Dios contra éste, destruirá a todos los grandes reyes y a los hombres poderosos; después tendrá lugar el juicio de Dios inmortal sobre los hombres. ”

³⁴⁶ “Y entonces Dios enviará desde el cielo un rey, que hará desaparecer de toda la tierra las malvadas guerras”. Vid. *Div. Inst.* 7.18.7.

³⁴⁷ *Div. Inst.* 7.22.2-3.

às margens do rio Lete, para que, esquecendo todas as lembranças do passado, voltem a contemplar o céu e comecem a surgir neles o desejo de retornar aos seus corpos” (VERGILLIUS, *Ene.* 6.749-751)³⁴⁸.

Considerando que somente a sobrevivência das instituições imperiais seria capaz de adiar o juízo final, Lactâncio propôs que os homens rogassem a Deus pela continuidade de Roma: “Esta é a cidade que tudo mantém, por isso, devemos suplicar o Deus do céu para que, se possível, adie suas decisões e não venha tão prontamente como nós imaginamos [...]” (*Div. Inst.* 7.25.8)³⁴⁹. Ele terminou suas *DI* exortando seus compatriotas para que renunciassem aos valores disseminados pela cultura helenística e se voltassem para os preceitos da doutrina cristã:

Que ninguém deposite sua esperança nas riquezas, nas magistraturas e no poder deste mundo: estas coisas não dão aos homens a imortalidade [...] entreguemo-nos, pois, à justiça, que é a única companheira inseparável de Deus [...] militemos infatigavelmente em Seu exército, montemos guarda e vigiemos, enfrentando o diabo, que sabemos que é mentiroso, para que, vencendo a nós próprios e ao inimigo, consigamos, triunfantes, o prêmio da virtude prometido por nosso senhor. (LACTANTIUS, *Div. Inst.* 7.27.15-16)³⁵⁰

Para o retórico norte-africano, o gérmen da crise de Roma estava no regime colegiado criado por Diocleciano, que se fundamentava nos preceitos do politeísmo³⁵¹. Somente se abandonasse a adoração aos deuses e a falsa sabedoria e se entregasse ao conhecimento da verdadeira religião, o Império poderia subsistir à chegada do anticristo e adiar a juízo divino³⁵². Nesse sentido, Lactâncio se manteve apegado à tradicional escatologia cristã e, ao mesmo tempo, como cidadão de Roma, atribuiu ao Império Romano um papel providencial no plano divino da salvação (HINOJO, 2009).

³⁴⁸ “[...] cuando gira la rueda del tiempo un millar de años, llama un dios en nutrido tropel a orillas del Leteo, por que, perdido todo recuerdo del pasado, tornen a ver la boveda celeste y comience a aflorar en ellas el deseo de volver a los cuerpos”.

³⁴⁹ “Ella es la ciudad que todavia lo mantiene todo, y debemos rogar y suplicar al Dios del cielo que, si es posible aplazar las previsiones y decisiones, no venga tan pronto como nosotros pensamos [...]”

³⁵⁰ “Que nadie confie en las riquezas, en los cargos, en el poder supremo: estas cosas no hacen a nadie inmortal [...] Entreguémonos, pues, a la justicia, que es la única compañera inseparable que nos leva a Dios [...] militemos infatigablemente en la milicia de Dios, hagamos guardiã y vigilemos, enfrentémonos al enemigo, del que sabemos que es flerte, para que, venciendo nosotros y vencido el enemigo, consigamos triunfantes de nuestro señor el premio de la virtud que él prometió. ”

³⁵¹ *De mort.* 7.

³⁵² *Div. Inst.* 7.25.6.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que a civilização que se desenvolvia a partir do Lácio estendia seus domínios para além dos limites Apeninos e conquistava seu *imperium*, uma infinidade de povos passava a viver à sombra das instituições de Roma. Não obstante, essas sociedades submetidas pela força não abriram mão de sua própria herança cultural, ocasionando conflitos identitários que, por vezes, acarretavam enfrentamentos armados. Foi o caso da insurreição dos judeus entre os anos 66 e 70, a qual teve como resultado a destruição do Templo de Jerusalém e o fim da autoridade dos sacerdotes. A partir de então, os romanos submeteram a Palestina ao domínio direto de um governador provincial (SIMON e BENOIT, 1972).

Desde as primeiras comunidades de judeu-cristãos na Ásia Menor, a religião dos apóstolos se desenvolveu como um movimento às margens dos costumes helenísticos, especialmente das crenças do politeísmo. Durante o primeiro século, em razão de sua proximidade com o judaísmo e de sua pouca representatividade nos segmentos mais elevados da sociedade, as igrejas cristãs não foram identificadas como um elemento subversor. As autoridades imperiais sequer separavam os cristãos dos demais adeptos do judaísmo. Somente a partir de finais do século II, com a expansão do cristianismo e o advento da crise de Roma, foi que os prosélitos de Cristo passaram a ser vistos como empecilhos para o retorno à estabilidade.

Diante do quadro de insegurança decorrente das invasões bárbaras e da instabilidade política ocasionada pela inconsistência na transmissão do poder entre os imperadores, tanto os cristãos quanto os demais observadores do período passaram a identificar as causas da crise e as soluções para remediá-la. Ao passo que muitos enxergavam aquele momento como uma consequência do afastamento dos romanos de seus costumes tradicionais, os adeptos do cristianismo viam indícios do final dos tempos. Sua intransigência em relação ao *mos maiorum* levou às perseguições gerais a partir da segunda metade do século III.

Nascido no norte da África e vindo para Nicomédia na década de 290, Lactâncio tornou-se Mestre de Retórica Latina na corte de Diocleciano. Durante sua estadia na nova capital, converteu-se ao cristianismo, permanecendo na cidade até o final da Grande Perseguição em 305. Em seguida, dirigiu-se para o Ocidente até receber um convite de Constantino para que assumisse a educação literária de seu primogênito. Em idade avançada, Lactâncio foi para Tréveris e passou a viver na corte imperial até sua morte, ocorrida próximo de 325.

Entre os escritos do autor africano, de muitos dos quais apenas temos notícias, está sua apologia *Diuinae Institutiones*, composta entre 305 e 310. A obra está dividida em sete livros:

nos seis primeiros, o autor se dedicou a contradizer a cultura helenística ao mesmo tempo em que procurou justificar a validade dos dogmas cristãos; ao final, ele expressou suas preferências políticas conforme um quadro escatológico característico dos autores cristãos. Lactâncio fez parte de uma tradição de defensores do cristianismo que, desde Justino Mártir, passando por Tertuliano, Cipriano e Munúcio Félix, se esforçaram por responder às críticas levantadas pelos opositores da religião. Ao contrário de seus antecessores, o retórico utilizou um novo método, pautado em seu conhecimento da literatura clássica. Muito embora tivessem utilizado filósofos e poetas em suas narrativas, outros autores direcionavam seus trabalhos a leitores familiarizados com os conceitos cristãos. Lactâncio, por sua vez, partiu da tradição helenística, uma vez que seu alvo eram os segmentos intelectualizados da sociedade imperial, entre eles adeptos das escolas filosóficas, os magistrados e o próprio imperador.

Por meio de recursos próprios da retórica, como citações, *excursus* e silogismos, o autor cristão discutiu o politeísmo, a filosofia e a moralidade praticada por seus adeptos. Para desmentir a religião dos deuses, Lactâncio negou a existência dessas deidades, afirmando que não passavam de homens que, divinizados pelos poetas, passaram para a história como heróis e entidades supra-humanas. Além disso, atacou o culto politeísta, considerando incoerente a idolatria aos deuses ou às forças da natureza.

Outro debate estabelecido por Lactâncio é com o pensamento filosófico expresso pelas principais escolas e pelos teóricos do mundo greco-romano. Uma vez que o objetivo fundamental do autor era levar ao conhecimento da verdade, ele partiu do princípio de que somente por meio da Divina Providência é que o homem poderia alcançar a verdade, contrapondo-se aos filósofos, que procuravam nas virtudes humanas seu ideal supremo de vida.

Por último, o retórico criticou a piedade helenística com base na atitude dos perseguidores, que viam na preservação de suas tradições por meio da eliminação do cristianismo um ato de devoção. Segundo ele, uma vez que não tinham em conta uma recompensa no plano espiritual, os adeptos da religião dos deuses desconheciam o verdadeiro sentido da abnegação. Ao mesmo tempo considerava o desprendimento dos cristãos e a anulação de si próprios como descabimento. Da mesma forma, Lactâncio criticou as paixões de seus concidadãos, que se entregavam aos prazeres dos sentidos ao invés de praticar a moderação. Mesmo a parcimônia dos filósofos foi condenada porque eles não tinham como finalidade nada que ultrapassasse sua própria existência.

Esse processo de desconstrução dos alicerces identitários de Roma foi seguido pela defesa do cristianismo como a verdadeira religião, a autêntica sabedoria e a única regra de fé. Respondendo às arguições contra os seguidores de Cristo, Lactâncio se valeu da literatura

helenística para corroborar sua argumentação. Ao lado dos profetas do Antigo Testamento, ele tomou os Livros Sibilinos e os escritos herméticos como testemunhos oraculares dos últimos acontecimentos que precederiam o retorno do Messias e o juízo final. No mesmo sentido, tanto quanto os apologistas, Cícero e Virgílio foram evocados para atestar a unicidade de Deus e a falsidade do politeísmo. O propósito do autor era conferir legitimidade ao cristianismo, tornando seus preceitos inteligíveis e colocando-o sobre todas as outras correntes de pensamento.

Ao final de seu trabalho, o retórico se voltou para a concepção escatológica construída com base em uma interpretação alegórica da semana da criação e da leitura dos livros de Daniel e do Apocalipse. Desde o século II, as lideranças das igrejas cristãs se esforçavam para desestimular os reavivamentos apocalípticos entre os fiéis a fim de garantir uma aproximação com as instituições do Estado. Uma das estratégias utilizadas pelos teólogos era delimitar uma data para os últimos acontecimentos. Seguindo a linha de Hipólito de Roma, Lactâncio considerava que o juízo final só teria lugar dali a duzentos anos. Apesar disso, ele não se mostrou desejoso por esse acontecimento, em razão das calamidades que o antecederiam. Desse modo, uniu sua predileção pelas instituições políticas imperiais à sua cosmovisão escatológica, afirmando que, caso o Império se convertesse ao cristianismo, o fim da história humana poderia ser postergado.

A asserção de Lactâncio não era uma mera conjectura, mas uma possibilidade diante dos eventos que o cercavam. Com a desestruturação da primeira Tetrarquia em 305, iniciou-se um período de disputas pelo controle político do Império, tendo como protagonistas Galério, Maximino Daia, Licínio e Constantino. Os dois primeiros sempre se mostraram hostis aos cristãos, ao passo que os outros dois preferiram uma política de neutralidade. Em um momento em que o futuro das comunidades proselitistas dependia da vitória de um *princeps*, o retor demonstrou seu partidarismo por Constantino e procurou convencê-lo da importância do cristianismo na definição das políticas imperiais.

Em Tréveris desde 310, Lactâncio redigiu duas dedicatórias ao imperador nos anos seguintes. Na primeira, inserida no início do texto, ele o exaltou por ter sido o primeiro soberano a repudiar os erros do politeísmo e a abraçar a verdadeira religião e, assim, sob os auspícios divinos, teria restaurado a ordem e a justiça em Roma³⁵³. Na outra, introduzida no final da obra, o autor regozijou-se porque, sob a autoridade do novo imperador, os cristãos não precisariam mais temer as perseguições, visto que seu poder fora concedido pela Divina Providência. Assim,

³⁵³ *Div. Inst.* 1.1.13-16.

cabia aos súditos de Roma rogar a Deus pela felicidade do *Augustus* e pela sobrevivência do Estado³⁵⁴. As ações de Constantino em favor dos cristãos e a correspondência dirigida ao Sínodo de Arles em 314 sugerem que o Imperador tinha um prévio conhecimento do trabalho de Lactânncio.

Não era assintomática a virulência com que o retórico africano depôs contra o pensamento helenístico. Ele considerava o politeísmo, a filosofia e a moralidade expressa pelos perseguidores como os três pilares de sustentação das instituições imperiais. Como cidadão de Roma, entretanto, ele não propunha a destruição do modelo político administrativo do Estado, mas a alteração de seus fundamentos identitários. Com base em uma cosmovisão escatológica, ele construiu uma ponte entre as comunidades proselitistas, preocupadas com sua sobrevivência, e o Império, que buscava soluções para manter a ordem e garantir a estabilidade em um momento de crise. Dessa forma, Lactânncio lançou as bases para a política religiosa que seria praticada pelos imperadores de Roma a partir de Constantino e cujos efeitos seriam vistos nas relações entre a Igreja e o Estado nos séculos subsequentes.

³⁵⁴ *Div. Inst.* 7.26.11-17.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tr. Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1990.

_____. **Tratados de lógica (Órganon) II**. Tr. Miguel C. Sanmartín. Madrid: Gredos, 1995.

BARHAN, F. (Tr.). **The political works of Marcus Tullius Cicero: treatise on the republic and treatise on the laws**. London: Edmund Spettigue, 1841, vol. 1.

BRANDT, S. (Tr.). **L. Caeli Firmiani Lactantii opera omnia. Pars I: Divinae Institutiones et Epitome Divinarum Institutionum**. Viena: Bibliopola Academiae Litterarum Caesareae Vindobonensis, 1890.

BÍBLIA de Jerusalém. Edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2013.

CARO, T. L. Da natureza. In: SILVA, A. et al. (Tr.). **Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca e Marco Aurélio: vida e obra**. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 21-135.

CARY, E. (Tr.). **Dio's roman history**. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann, 1955, vol. IX.

CÍCERO, M. T. **A virtude e a felicidade**. Tr. Carlos A. Nogueú. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CICERO. M. T. **De finibus bonorum et malorum**. Ed. Bilíngue. Tr. H. Rackham. London/New York: William Heinemann/The Macmillan Co., 1914.

_____. **De natura deorum academica**. Ed. Bilíngue. Tr. H. Rackham. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann, 1967.

_____. **On duties**. Ed. Bilíngue. Tr. Walter Miller. Cambridge/London: Harvard University Press/LOEB Classical Library, 2005.

_____. **On the Republic, On the laws**. Ed. Bilíngue. Tr. Clinton W. Keyes. Cambridge/London: Harvard University Press/LOEB Classical Library, 2006.

CICERÓN, M. T. **Sobre el orador**. Tr. José J. Iso. Madrid: Gredos, 2002.

_____. **Sobre la República**. Tr. Álvaro D'ors. Madrid: Gredos, 1984.

DE AVE PHOENICE: **el mito del ave Fénix**. Ed. Bilíngue. Tr. Á. A. Anfruns. Barcelona: Bosh, 1984.

DROUET DE MAUPERTUY, Jean-Baptiste (Tr.). **Les Institutions Divines de Lactance: livre premier de la fausse religion**. Avignon, 1710.

EUSEBII PANPHILI. *Evangelicae praeparationis*. Ed. Bilíngue. Tr. E. H. Gifford. Oxonii: E. Typographeo Academico, 1903, vol. I.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**. São Paulo: Novo Século, 2002.

FAME, René (Tr.). **Les Divines Institutions de Lactance Firmian**: contre les gentils e idolatres. Paris, 1542.

FLETCHER, W. D. D. (Tr.). *Lactantius*: Complete Works, vol I. In: DONALDSON, J. L. L. D.; ROBERTS, A. D. D. (Ed.). **Ante-Nicene Christian Library**. Edinburgh: T. & T. Clark, 1871, vol. XXI.

_____. *Lactantius*: Complete Works, vol. II. In: DONALDSON, J. L. L. D.; ROBERTS, A. D. D. (Ed.). **Ante-Nicene Christian Library**. Edinburgh: T. & T. Clark, 1871, vol. XXII.

HERODIANO. **Historia del Imperio Romano después de Marco Aurelio**. Tr. J. J. T. Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

HERÓDOTO. **História**. Tr. J. B. Broca. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1964, vol. II.

JEROME. **On Illustrious Men**. Tr. T. P. Halton. Washington, D. C.: The Catholic University of America Press, 1999.

JERÓNIMO. **Obras Completas**: Epistolário I. Ed. Bilíngue. Tr. J. B. Valero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2013.

JOHNSON, S. (Co.). **The works of the english poets**. London: J. Johnson et al., 1810, vol. XIX.

LACTANCIO, L. C. F. **Instituciones divinas**. Tr. E. S. Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1990, 2 vol.

_____. **La obra creadora de Dios. La ira de Dios**. Tr. M. C. González. Madrid: Editorial Ciudad Nueva, 2014.

_____. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Tr. R. Teja. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

MIRANDOLA, P. D. *De studio divinae atque humanae philosophiae*. Halae: Typis Orphanotrophii, 1702, vol II.

PLATÃO. **A República**. 9ª Ed. Tr. Maria H. da R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLINIO EL JOVEN. **Cartas**. Tr. J. G. Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

PLUTARCO. **Vidas paralelas**. Tr. C. A Martín e M. G. González. Madrid: Editorial Gredos, 2010, vol. VIII.

POLYBIUS. **The Histories**. Tr. W. R. Paton. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann LTD, 1979, vol. III.

RANSAY, G. G. (Tr.). **The annals of Tacitus**: Books XI-XVI. London: John Murray, 1909.

SCHAFF, P. (Ed.) **Eusebius Pamphilius**: church history, life of Constantine, oration in praise of Constantine. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001.

_____. **Fathers of the third century**: Gregory Thaumaturgus, Dionysius the Great, Julius Africanus, Anatolius and Minor Writers, Methodius, Arnobius. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001, vol. VI.

_____. **Fathers of the third century**: Hippolytus, Cyprian, Caius, Novatian, Appendix. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001, vol. V.

_____. **Fathers of the third Century**: Tertullian, Part Fourth; Minucius Felix; Commodian; Origen, Parts First and Second. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001, vol. IV.

_____. **Latin cristianity**: It's founder, Tertulian. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001, vol. III.

_____. **The apostolic fathers with Justin Martyr and Irenaeus**. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 2001, vol. I.

SUETONIO. **Vidas de los doce Césares**. Tr. J. L. Romero. Barcelona: Oceano, 2000.

VIRGILIO. **Eneida**. Tr. Javier de Echave-Sustaeta. Madrid: Gredos, 1992.

_____. **Bucólicas, Geórgicas y Apéndice virgiliano**. Tr. Arturo S. Ruiz. Madrid: Gredos, 1990.

YONGE, C. D. (Tr.). **The orations of Marcus Tullius Cicero**. London: G. Bells & Sons, 1913, vol. III.

Bibliografia

AFÖLDY, G. **A história social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. The crisis of the third century as seen by contemporaries. **Greek, Roman, and Byzantine Studies**. Chicago, v. 15, n. 1, 1974, p. 89-111. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/article/view/9021>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ALBAN, B. The conscious role of Lactantius. **The Classical Weekly**, New York, v. 37, n. 7, p. 79-81, 1943.

AMARAL, R. O fim do (s) tempo (s) como o fim da história: uma discussão sobre as mutações da concepção e percepção do tempo entro o último período antigo e o advento do cristianismo.

Mirabilia, Barcelona, v. 11, n. 2, jan/dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/issues/mirabilia-11-2010-2>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BARNES, T. D. Lactantius and Constantine. **The Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 63, n. 1, p. 29-46, 1973.

BENOIT, A; SIMON, M. **El judaísmo y el cristianismo antiguo**: de Antíoco Epífanés a Constantino. Barcelona: Editorial Labor, 1972.

BROWN, P. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

_____. Antiguidade Tardia. In. VEYNE, P. (Org.). **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 225-299.

_____. **O fim do mundo clássico**: de Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

BRYCE, F. J. **The library of Lactantius**. 1974. 434 f. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, Harvard University. Cambridge. 1974.

BURCKARDT, J. **The age of Constantine the Great**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1983.

CAMPOS, R. da C. A formação educacional do orador e a retórica como seu instrumento de ação no Principado. **Fênix**, Uberlândia, v. 5, n. 1, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <http://revistafenix.pro.br/artigos14.php>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CASEY, S. C. **The christian magisterium of Lactantius**. 1972. 260 f. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, McGill University. Montreal. 1972.

CASEY, S. C. **The Divine Institutes of Lactantius**: a christian reaction to classical thought. 1965. 192 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Department of Classics, McGill University. Montreal. 1965.

CHEVITARESE, A. L. Cristianismo e Império Romano. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória, ES: Mauad/EDUFES, 2006, p. 161-173.

COLLINS, J. J. **The apocalyptic imagination**: an introduction to jewish apocalyptic literature. 2ª Ed. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1998.

DIGESER, E. D. Casinensis 595, Parisinus Lat. 1664, Palatino-Vaticanus 161 and the “Divinae Institutiones” second edition. **Hermes**, Göttingen, Germany, v. 127, 1999, p. 75-98. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4477287>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. Christian or hellene? The Great Persecution and the problem of identity. In: FRAKES, R. M.; DIGESER, E. D. (Ed.). **Religious and identity in late antiquity**. Toronto: Edgar Kent, Inc., Publishers, 2006, p. 36-57.

_____. Hellenes, barbarians and christians: religion and identity politics in Diocletian's Rome. In: MATHISEN, R. W.; SHANZER, D. **Romans, barbarians and the transformation of the roman world**: cultural interaction and the creation of identity in Late Antiquity. England, Ashgate, 2011, p. 121-131.

_____. Lactantius and Constantine's letter to Arles: dating the Divine Institutes. **Journal of Early Christian Studies**, Baltimore, Maryland, v. 2, n. 1, p. 33-52, 1994.

_____. Lactantius and the Edict of Milan: does it determine his venue? **Studia Patristica**, Oxford, v. 3, p. 287-295, 1997.

_____. Origen on the *limes*: rethoric and the polarization of identity in the late antiquity. In: DIGESER, E. D.; FRANKS, R. M.; STEPHENS, J. (Org.). **The rhetoric of power in late antiquity**: religion and politics in byzantium, Europe and the early islamic world. London/ New York: Tauris Academic Studies, 2010, p. 197-218.

_____. **Serdica Edict (311 AD)**: concepts and realizations of the idea of religious toleration. Sofia: TANGRA TanNakRa/Centre for Research on the Bulgarians, 2014.

_____. **The making of a Christian Empire**: Lactantius and Rome. Ithaca, New York/London: Cornell University Press, 2000.

DUNBAR, D. G. The delay of the parousia in Hippolytus. *Vigiliae Christianae*, Brill Publisehers, v. 37, n. 4, dez. 1983. Disponível em: <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/15700720/37/4>. Acesso em: 05 fev. 2016.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**: arquétipos e repetição. Lisboa: Edições 70, 1984.

FALCON, F. História das ideias. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 91-125.

FINLEY, M. I. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.

FINN, T. M. Mission and expansion. In: ESLER, P. F. (Ed.). **The early christian world**. London/New York: Routledge, 2000.

FREND, W. H. C. El fracaso de las persecuciones en el Imperio Romano. In: FINLEY, M. I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Universitaria, 1981, p. 289-314.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. **A cidade antiga**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. United Kingdom: Polity Press, 1996.

GILL, C. A Escola no período imperial romano. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus, 2006, p. 35-63.

GÓMEZ, J. Á. **Historia de la Iglesia**: Edad Antigua. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a Anarquia Militar. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória, ES: Mauad/EDUFES, 2006, p. 175-191.

GUARINELLO, N. L. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P.; SILVA, M. A. de O. (Org.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009, p. 147-178.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HINOJO P. F. La caída de Roma: imaginación apocalíptica e ideologías de poder en la tradición cristiana antigua (siglos II al V). **Studia histórica. Historia antigua**, Salamanca, v. 27, 2009, p. 73-102. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2052/issue/view/56>
3. Acesso em: 21 mar. 2015.

HÖLKESKAMP, K-J. **Reconstructing the Roman Republic**: an ancient political culture and modern research. Princeton: Princeton University Press, 2010.

HUDSON-WILLIAMS, A. “Eumenius”. In: HAMMOND, N. G. L.; SCULLARD, H. H. (Ed.). **The Oxford Classical Dictionary**. 2nd Ed. Oxford: Clarendon Press, 1976, p. 415-416.

JEDIN, H.; BAUS, K. **Manual de historia de la Iglesia**. Barcelona: Herder, 1966, vol. I.

LANDES, R. The fear of an apocalyptic year 1000: augustinian historiography, medieval and modern. **Speculum**, Cambridge, v. 75, n. 1, jan. 2000. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2887426?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 05 fev. 2016.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAZZARINO, S. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

McGUCKIN, J. A. **Researches into the Divinae Institutiones of Lactantius**. 1980. 539 f. Tese (Doctor in Philosophy) – Faculty of Divinity, University of Durham. Durham. 1980.

MEEKS, W. A. **As origens da moralidade cristã**: os dois primeiros séculos. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. Diocleciano e Constantino: a construção do *Dominato*. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória, ES: Mauad/EDUFES, 2006, p. 193-221.

_____. Política e identidades em Roma republicana. In: FUNARI, P. P.; SILVA, M. A. de O. (Org.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009, p. 87-106.

MILES, R. Introduction. In: MILES, R. (Ed.). **Constructing identities in late antiquity**. London/New York: Routledge, 1999, p. 9-28.

MONCEAUX, P. **Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne**. Paris: Ernest Leroux, Éditeur, 1905, vol. III.

MOUNTAIN, J. H. B. **A summary of the writings of Lactantius**. London: J. G. & F. Rivington, 1839.

NIEMEYER, L. C. da R. **Tipografia: uma apresentação**. Rio de Janeiro: 2AB, 2010.

PARKER, H. M. D.; WARMINGTON, B. H. "Severus Alexander" In: HAMMOND, N. G. L.; SCULLARD, H. H. **The Oxford Classical Dictionary**. 2ª Ed. Oxford: Clarendon Press, p. 982-983.

PASTOR, B. A. **Constantino: la invención del cristianismo**. Madrid: Oberon, 2007.

PETERLINI, A. A. A retórica na tradição latina. In: MOSCA, L. do L. S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2ª Ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001, p. 119-144.

PICHON, R. **Lactance: étude sur le mouvement philosophique et religieux sous le règne de Constantin**. Paris: Librairie Hachette et C., 1901.

PROCTOR, R. **The printing of greek in the fifteenth century**. Oxford: Oxford University Press, 1900.

PULIDO, M. L. La religión cristiana durante la época romana: razones del "éxito". **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/teo/issue/view/456>. Acesso em: 09 mai. 2015.

RANSAY, W. M. A. "Lactantius". In: SMITH, William (Ed.). **Dictionary of greek and roman biography and mythology**. Boston: Little, Brown and Company, 1867, p. 701-703, vol. II.

RÉMONDON, R. **La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurelio a Anastasio**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

ROSA, C. B. da. A religião na *urbs*. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Org.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 137-159.

SALMONTE, F. J. L. Notas Lactancianas. A propósito de una traducción de las Instituciones Divinas. *Habis*, Sevilla, n. 22, 1991. Disponível em: http://editorial.us.es/es/habis/num_22. Acesso em: 27 de ago. 2015.

SCHIMITZ, L. "Arnobius". In: SMITH, W. (Ed.). **Dictionary of greek and roman biography and mythology**. London: John Murray, 1880, p. 348-349, vol. I.

_____. "Dexippus" In: SMITH, W. (Ed.). **Dictionary of greek and roman biography and mythology**. London: John Murray, 1880, p. 996, vol. I.

SEDLEY, D. A Escola, de Zenon a Ário Dídimo. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus, 2006, p. 7-34.

SELVATICI, M. Identidades cristãs primitivas: a questão da etnicidade na comunidade síria de Antioquia em meados do século I. In: CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. SELVATICI, M. (Org.). **Jesus de Nazaré: uma outra história**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006, p. 149-162.

_____. **Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã**: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos *Atos dos Apóstolos*. 2006. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

SHERWIN-WHITE, A. N. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una correccion. In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Universitaria, 1981, p. 275-280.

SILVA, D. P. da. **Os mecanismos de legitimação política de Constantino I (306-325)**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestre em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, G. V. da. A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Org.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória, ES: Mauad/EDUFES, 2006, p. 241-266.

SMITH, W. “Scipio” In: SMITH, W. (Ed.). **Dictionary of greek and roman biography and mythology**. Boston: Little, Brown and Company, 1870, p. 739-752, vol. III.

STARK, R. **The rise of christianity**: a sociologist reconsiders history. Princeton: Princeton University Press, 1996.

STE CROIX, G. E. M. de. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Universitaria, 1981, p. 233-273.

_____. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una replica. In: FINLEY, M. I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Universitaria, 1981, p. 281-287.

_____. The crisis of the third century as seen by contemporaries. **Greek, Roman, and Byzantine Studies**. Chicago, v. 15, n. 1, 1974, p. 89-111. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/article/view/9021>. Acesso em: 22 abr. 2015.

TIGGES JR., P. R. **História, memória e identidade no século IV d. C.**: Lactâncio e a ação da Providência na construção de uma ordem política cristã. 2007. 112 f. Dissertação (Mestre em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2007.

UBIÑA, J. F. **La crisis del siglo III y el fin del mundo antiguo**. Madrid: Akal Editor, 1982.

VEYNE, P. O Império Romano. In: VEYNE, P. (Org.). **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 19-223.

_____. **O inventário das diferenças**: História e Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ANEXO A – ÍNDICE DE NOMES

Abraão

Segundo a narrativa do livro de Gênesis, nossa única fonte de informação, Abraão (אַבְרָהָם) foi o primeiro patriarca do povo hebreu. De origem semita, sua família era natural de Ur dos Caldeus, cidade suméria localizada na foz do rio Eufrates, onde supostamente teria nascido em torno do século XX a. C. Era Filho de Terá e tinha dois irmãos, Naor e Harã. Na ocasião da morte de seu pai, Abraão, juntamente com sua família, deixou a Mesopotâmia e se dirigiu para Canaã, atual região da Palestina, onde se estabeleceu. De acordo com o Antigo Testamento, durante um período de fome na região, o patriarca passou algum tempo no Egito. De volta a Canaã, Abraão gerou dois filhos, Ismael, concebido com uma de suas servas, e Isaac, que seria seu sucessor. Já em idade avançada, morreu em meados do século XIX a. C., sendo enterrado junto de sua esposa.

Adão

Conforme a narrativa do livro de Gênesis, Adão (אָדָם) foi o primeiro homem, feito por Deus a partir do barro no sexto dia de sua criação. Em seguida, tomando uma de suas costelas, o artífice do universo fez a mulher, a quem chamou Eva (חַוָּה). Colocados no Jardim do Éden, os dois eram livres para fazer o que quisessem, exceto comer o fruto de uma certa árvore, caso em que tomariam ciência do bem e do mal e por consequência perderiam sua imortalidade. Influenciados por Satanás (שָׂטָן), o casal desobedeceu e foi expulso do paraíso. Segundo os cristãos, o pecado original foi compartilhado por toda a humanidade e os descendentes de Adão e Eva foram condenados à morte eterna. Em consequência, como parte de um plano de redenção, Deus enviou seu filho à Terra para saldar a dívida contraída pelos homens, de modo que todos os que aceitassem seu sacrifício em remissão de seus pecados seriam salvos.

Agostinho

Aurelius Augustinus Hipponensis foi um teólogo cristão que nasceu na cidade de Tagasta (atual Argélia) em 354. Cidadão romano, estudou retórica e literatura em Cartago, descobrindo a filosofia por meio da leitura dos textos de Cícero. Seu primeiro contato com o cristianismo se deu por influência de sua mãe, embora o jovem achasse a religião apropriada apenas para a gente simples e inculta. Após ter ocupado uma cátedra de retórica, foi para Roma e depois para Milão, onde adquiriu uma nova compreensão dos preceitos cristãos. Recebeu o batismo em 387

e retornou para sua terra natal, com o objetivo de alcançar a consagração pessoal por meio do estudo e da oração. No entanto, foi solicitado a ser padre e em seguida bispo da cidade de Hipona, renunciando em certa medida a uma existência contemplativa para se dedicar às funções episcopais. Morto em 430, por conta das invasões bárbaras ao norte da África, Agostinho transformou-se em um dos principais intelectuais da história do cristianismo, sendo responsável pela primeira grande sistematização do pensamento cristão.

Alcmena

De acordo com a mitologia greco-romana, Alcmena se casou com Anfitrião com a condição de que este vingasse a morte de seus dois irmãos antes de tomá-la como mulher. Após um período de ausência, pouco antes do retorno do marido, Zeus assumiu sua aparência e consumou uma união com ela. Ao tomar ciência dos acontecimentos, a primeira reação de Anfitrião foi tentar tirar a vida da esposa. Diante da ação rei do Olimpo, entretanto, acabou por perdôá-la. Alcmena deu à luz a gêmeos, Ificlés, filho de Anfitrião, e Hércules, descendente de Zeus.

Alexandre

Alexandre III, chamado o grande, nasceu em Pella no ano de 356 a. C. Assumiu o trono da Macedônia após o assassinato do pai, continuando a política expansionista de Filipe II. Em seu avanço sobre os persas no Oriente, estendeu o Império Macedônico até a Babilônia, cidade onde morreu em 325 a. C. Tendo sido discípulo de Aristóteles em sua juventude, Alexandre disseminou a língua e a civilização gregas nas regiões que conquistou, estabelecendo o que ficou conhecido como cultura helenística.

Anfitrião

Na mitologia, Anfitrião era filho de Alceu, rei de Tirinto e Astidâmia. Guerreou ao lado de seu tio Electrion, que lhe deu a filha Alcmena em casamento. Tendo jurado à esposa que, antes da consumação do matrimônio, vingaria a morte de seus irmãos, Anfitrião realizou uma expedição contra Pterelau. Durante sua ausência, Zeus tomou forma humana e possuiu Alcmena. Descobrimo a ação do deus por meio do oráculo Tirésias, Anfitrião teve ímpetos de assassinar sua mulher, mas acabou sendo dissuadido pela ação do próprio Zeus. Quando Alcmena deu à luz a gêmeos, querendo saber qual dos dois era seu filho, Anfitrião colocou duas serpentes no quarto onde estavam os meninos. Enquanto Ificlés teve medo, Hércules estrangulou-as, demonstrando sua natureza divina.

Antíoco IV

Após viver como refém dos romanos por treze anos, Antíoco Epifânio (Ἀντίοχος Ἐπιφανής), como também era conhecido, assumiu o trono da Síria em 175 a. C. Como uma de suas primeiras ações, requisitou as províncias da Síria e da Palestina, as quais haviam sido dadas a sua irmã como dote de casamento. Na sequência, aproveitou-se da guerra entre Roma e Macedônia para conquistar o Egito. À medida que conquistava novos territórios, Epifânio buscava implantar a cultura helenística como uma forma de controle social. No caso da Judeia, entretanto, isso desencadeou uma revolta que praticamente anulou o domínio dos reis selêucidas na região. Antíoco IV morreu por volta de 163, sendo sucedido por seu filho Antíoco Eupator (Ἀντίοχος Ευπάτωρ).

Antonino Pio

Antoninus Pius, de família aristocrática, nasceu próximo de Roma em 86. Tanto por sua atuação como procônsul da Ásia (133-136) quanto por sua integridade de caráter, foi adotado pelo imperador Adriano, a quem sucedeu em 138. O Augusto manteve boas relações com o Senado, evitando atribuir a seus membros novas prerrogativas. Entre suas medidas, centralizou a administração pública e diminuiu a rotatividade nos postos de comando do Império por meio da escolha de bons oficiais. Observador dos ritos pagãos, Antonino Pio foi inimigo da intolerância religiosa, permitindo que os cristãos vivessem em paz. Nas relações do Estado com seus vizinhos, encorajou a paz e sufocou as revoltas. Morreu em março de 161, sendo sucedido por Marco Aurélio (*Marcus Aurelius Antoninus*).

Apolo

Divindade pan-helênica associada à beleza, à juventude, à música, à profecia e à medicina. Também era relacionado aos elevados valores da civilização, como as leis, os princípios morais e religiosos e a filosofia. Há duas teorias para sua origem: a primeira delas é de que ele tenha vindo de algum lugar ao norte da Grécia; a segunda, de que seja de origem asiática. Em todo caso, acredita-se que foi por volta do século V a. C. que Apolo passou a ser relacionado ao sol. Tendo sido introduzido na Península Itálica com os etruscos, durante o período imperial em Roma *Apollo Palatinus* assemelhava-se a *Jupiter Optimus Maximus*.

Apolônio de Tiana

Apollonius foi um sábio neopitagórico da cidade de Tiana, localizada na região da Capadócia. Aparentemente, viveu entre o início da era cristã e o governo de Nerva (96-98). Adotou um

estilo de vida asceta, percorrendo as localidades como mestre errante. Foram-lhe atribuídos certos milagres, razão pela qual, no século III, o estoico Hiérocles o compararia a Cristo em sua argumentação contra os cristãos.

Aristóteles

Filósofo de origem macedônica que nasceu em 384 a. C. Foi discípulo de Platão por vinte anos, mas sua teoria se baseou na crítica à teoria platônica das ideias. Estendeu a filosofia aos campos da física e da biologia, além de estabelecer os fundamentos da lógica, moral e política que sustentaram o pensamento ocidental pelos séculos seguintes. Algum tempo após a morte de seu mestre, tornou-se preceptor de Alexandre entre os anos 342 e 334 a. C. De volta a Atenas, aos quarenta e nove anos de idade, fundou o Liceu, escola rival da academia platônica. Embora tivesse acompanhado o imperador macedônico em suas conquistas, após a morte deste, Aristóteles e seus seguidores passaram a ser perseguidos, sendo ele obrigado a fugir para a ilha de Cálcis, onde ficou até o fim da vida.

Arnóbio

Professor de retórica da cidade de Sicca, no norte da África, durante o reinado de Diocleciano (284-305). Após se converter ao cristianismo, escreveu uma obra apologética em sete volumes intitulada *Adversus Nationes*, direcionada aos bispos locais que questionavam a autenticidade de sua fé. Foi mestre de Lactâncio, embora tudo indique que este não tenha se tornado cristão por seu intermédio.

Asclepiades

Nada sabemos desse personagem, exceto que deve ter sido amigo de Lactâncio porque, em seu *De viris illustribus*, Jerônimo menciona dois volumes de cartas do retórico dedicados a Asclepiades (*Ad Asclepianam*).

Aureliano

Lucius Domitius Aurelianus, soldado de origem humilde que foi apontado por Cláudio, o gótico, para o comando de sua cavalaria. Desempenhou a função até a morte do Augusto em 270, quando foi proclamado imperador por suas tropas. Conter a invasão dos bárbaros nas fronteiras foi a prioridade de seu governo. Foi vítima de uma conspiração militar em 275, quando se dirigia para o Leste a fim de combater os persas. Aureliano trouxe estabilidade para ao Império após quarenta anos de desastres, sendo por isso saudado como *restitutor orbis*.

Calígula

Terceiro imperador de Roma, entre 37 e 41. Segundo Suetônio, seu nome era *Gaius Caesar*, mas recebeu a alcunha de Calígula ainda na infância, enquanto acompanhava seu pai aos acampamentos militares na Germânia. Traços marcantes de sua personalidade foram a crueldade e a obscenidade, o que acabaria levando ao seu assassinato quatro meses após seu retorno da Gália onde lutava contra os Germanos.

Caracala

Filho de Septímio Severo, nasceu em 188 enquanto seu pai governava a Gália. Originalmente chamado de *Bassianus*, teve seu nome trocado por Severo quando este se declarou descendente de Marco Aurélio. A partir de então, o garoto passou a ser conhecido como *Marcus Aurelius Antoninus*, sendo Caracala um apelido. Recebeu o título de César em 196, aos oito anos, quando seu pai marchou contra Clódio Albino no Leste. Após a morte de Severo, em fevereiro de 211, Caracala ascendeu ao trono de forma colegiada com seu irmão. Ambicionando o poder absoluto, entretanto, mandou matá-lo no ano seguinte. Mais tarde, em abril de 217, ele próprio seria alvo de uma conspiração que resultaria em seu assassinato.

Carino

Marcus Aurelius Carinus, filho mais velho do imperador Caro, que, em 282, o deixou como César no Ocidente enquanto movia uma guerra contra os persas no Oriente. No ano seguinte, após a morte do Augusto, governou o Império de forma conjunta com seu irmão Numeriano. Durante grande parte de seu mandato, entregou-se às paixões e à brutalidade, negligenciando as questões do Estado e oferecendo dispendiosos espetáculos. Morreu por volta de 285.

Caro

Marcus Aurelius Carus foi eleito imperador por suas tropas e pelo Senado em 282. Deu continuidade à campanha de seu antecessor contra os persas, vencendo seus adversários e ocupando a Mesopotâmia. Ao se preparar para conquistar os territórios além do Tigre, foi repentinamente acometido por uma doença que o levou à morte em 283.

Catão

Marcus Porcius Cato, também conhecido como Catão, o velho ou Catão, o censor, foi um estadista romano do período republicano, originário de *Tusculum*, cidade italiana onde nasceu

em 234 a. C. De origem plebeia, serviu como tribuno militar na Segunda Guerra Púnica (218-201 a. C.), ganhando a notoriedade que necessitava para ascender na carreira política. Exerceu as magistraturas de questor, edil e pretor até chegar ao consulado em 195 a.C. Lutou contra os persas em 191 a.C e, alguns anos mais tarde, foi eleito censor. Em seu discurso, Catão sempre manteve o tom conservador, defendendo os costumes ancestrais (*mos maiorum*). Foi o autor da primeira história de Roma em latim, intitulada *Origines*, da qual sobreviveram apenas alguns fragmentos. O único de seus escritos que chegou completo até nós é um tratado sobre agricultura chamado *De agri cultura*, composto em 160 a. C.

Cícero

Marcus Tullius Cicero nasceu no ano 106 a. C. em uma família equestre de *Arpinum*, centro-sul da Península Itálica. Estudou filosofia e retórica em Roma e mais tarde na Grécia, onde ganhou notoriedade como advogado logo em sua primeira defesa. Ascendendo ao Senado em 63 a. C., tornou-se um opositor das medidas de Júlio César, o que o levou a ser perseguido e assassinado após a morte do tirano. Dentre as obras que escreveu, destacam-se Sobre a República (*De republica*), na qual apresenta o modelo senatorial como a melhor forma de governança, Oratória (*De oratore*), em que discorre sobre os tipos apropriados de argumentos empregados no discurso, e Sobre a Natureza dos Deuses (*De natura deorum*), em que aborda a visão de diferentes escolas de filosofia a respeito das deidades do politeísmo.

Cipriano

Thascius Caecilius Cyprianus viveu aproximadamente entre os anos 210 e 258. Nascido em uma família de posses, recebeu uma boa educação com o objetivo de se tornar retórico. Não obstante, converteu-se ao cristianismo, tornando-se bispo de Cartago em 248. Dez anos mais tarde, na direção da igreja norte-africana, o sacerdote foi martirizado durante a perseguição de Valeriano aos cristãos.

Ciro I

Também chamado **Ciro, o grande**, foi o fundador do Império Aquemênida dos persas. Submeteu os suseranos medos em 559 a. C. e, a partir de então, dedicou-se à expansão de seus domínios pela Ásia Menor, Síria, Assíria, Palestina e quase todo o planalto iraniano. Em suas conquistas, foi aclamado como libertador, mantendo os costumes e a religião dos povos que submetia. Ele libertou os judeus que se encontravam exilados na Babilônia e permitiu que retornassem a sua

terra natal, a fim de que pudessem reedificar o templo destruído por Nabucodonosor II em 587 a. C.

Cláudio I

Tiberius Claudius Drusus Nero Germanicus, natural de Lion, na Gália, foi o quarto na sucessão de imperadores de Roma. De saúde frágil, dedicou parte de sua juventude às atividades literárias. Em 41, por ocasião da morte de seu sobrinho, o imperador Calígula, foi proclamado *Augustus* pela guarda pretoriana. A atitude não foi bem vista por parcelas do Senado, diante das quais o imperador permaneceu impopular. Como governante, foi querido entre as massas, criando leis úteis à população, promovendo obras públicas e anexando novas províncias ao Império. Cláudio também se destacou como escritor. Entre suas suas obras estão duas de caráter histórico, uma delas contemplando a história de Cartago e outra da Etrúria, somando as duas 28 volumes.

Cláudio, o gótico

Marcus Aurelius Claudius, soldado de origem iliriana, foi escolhido para suceder Galiano após seu assassinato em 268. Como imperador, tratou de se aproximar do Senado, conseguindo apoio entre os opositores do governante anterior. No campo militar, imprimiu uma vitória decisiva contra os godos, vencendo-os em duas grandes batalhas. Durante o ano de 270, Cláudio II morreu de praga em *Sirmium*, na província da Panônia.

Clódio Albino

Decimus Clodius Albinus foi um militar de origem aristocrática que se destacou na luta contra os bárbaros nas regiões da Dácia e Germânia. Após ter sido governador da Britânia, aliou-se a Septímio Severo contra Pescenio Nigro, recebendo o título de César. Apesar disso, foi traído por seu coligado, que, após a vitória sobre Nigro, nomeou seus filhos como sucessores. Albino, então, proclamou-se Augusto com apoio de seus soldados e marchou ao encontro de Severo, acabando por ser derrotado na Batalha de *Lugdunum* em 197.

Comodiano

Escritor cristão do século III, autor de oitenta poemas contra as divindades politeístas reunidos em uma obra intitulada *Institutiones adversus gentium deos pro christiana disciplina*. Também foi responsável por uma exposição da doutrina do cristianismo chamada *Carmen apologeticum*.

Cômodo

Lucius Aelius Aurelius Commodus, nascido em 161, era o filho mais velho de Marco Aurélio. Recebeu o título de Augusto em 177, governando a partir de então ao lado de seu pai. Com a morte do imperador filósofo, três anos depois, Cômodo se manteve no trono até 192. Nos últimos anos de seu governo, entregou-se a excessos, perseguindo membros da aristocracia senatorial, mudando o nome da capital do Império para *Colonia Commodiana* e até mesmo considerando a si mesmo como a reencarnação de Hércules (*Hercules Romanus*). Essas ações acabaram levando ao seu assassinato a mando de seus adversários.

Constâncio Cloro

Flavius Valerius Constantius recebeu a alcunha de *chlorus* em razão do tom empaltecido de sua pele. Após atuar como governador da Dalmácia durante o reinado de Caro (282-283), foi convidado por Diocleciano para auxiliar na administração do Ocidente, ocupando a posição de César. Com a diluição da primeira tetrarquia em 305, Cloro transformou-se em Augusto, mas faleceu no ano seguinte.

Constantino

Flavius Valerius Constantinus, chamado o grande, foi filho de Constâncio Cloro com sua concubina Helena, nascendo em *Naissus* (atual Sérvia) no ano de 285. Na ocasião da nomeação do pai como César, em 293, dirigiu-se para a corte de Diocleciano no Oriente, onde permaneceu até 306. Proclamado Augusto por suas tropas, Constantino sobrepujou seus adversários até finalmente se tornar o único soberano de Roma em 324. Uma de suas principais ações como governante foi a fundação de Constantinopla, que passou a ser a nova capital do Império. Além disso, foi o primeiro imperador a aderir formalmente ao cristianismo como parte de sua política de tolerância religiosa. Batizou-se no final da vida, vindo a falecer em 337 na cidade de Nicomédia.

Crasso

Lucius Licinius Crassus, advogado e político republicano que viveu entre 140 e 91 a. C., é considerado um dos principais oradores de Roma antes de Cícero. Depois de ter sido questor na Ásia, em 95 a. C., ascendeu ao Senado, onde propôs uma lei que previa o julgamento de qualquer pessoa que alegasse falsamente a cidadania romana. Desagradando os aliados de Roma, essa medida levou a uma revolta entre 90 e 88 a. C., obrigando o senador a rever alguns de seus posicionamentos. Como orador, Cícero o elogiou por sua *gravitas* e dignidade.

Crispo

Flavius Julius Crispus era filho mais velho de Constantino com sua primeira esposa, Minervina. Destacou-se em suas ações militares contra os francos e nos enfrentamentos de Constantino contra Licínio. Despertando os ciúmes de sua madrasta, o filho do imperador foi vítima de uma conspiração que acabou levando ao sentenciamento de sua morte em 326.

Dâmaso

Damasus nasceu em uma família de origem ibérica, no início do século IV. Em 366, por ocasião da morte de *Liberius*, foi escolhido bispo de Roma graças aos favores do imperador Valentiniano I (321-375). Não obstante, sua liderança foi contestada porque dois diáconos o acusaram de obscenidade. Como foi absolvido, os dois foram privados de suas prerrogativas sacerdotais. Ao longo de sua carreira, até sua morte em 384, Dâmaso I teve que lidar com as reminiscências do arianismo e com as denúncias de heresia dentro das igrejas. Durante o período em que ocupou o trono papal, ordenou que os salmos bíblicos fossem cantados, sendo por isso celebrado pela música litúrgica. Também foi correspondente de Jerônimo, que foi por ele estimulado a empreender a tarefa de realizar uma nova tradução da Bíblia.

Daniel

Nada se sabe de sua origem, mas especula-se que tenha sido de família abastada. No ano 604 a. C., após a invasão dos caldeus à Palestina, Daniel (דניאל) foi levado como escravo para a Babilônia. De acordo com a narrativa do livro que leva seu nome, após interpretar os sonhos do rei, ganhou seus favores, passando a ocupar uma posição de destaque na corte. Mesmo com a derrota dos babilônicos diante dos persas, o profeta continuou sendo respeitado pelos novos dominadores, mas parece ter retornado à Judéia no final de sua vida.

Davi

Rei do antigo povo de Israel, viveu entre os séculos XI e X a. C. Nossas principais fontes de informações sobre esse personagem são os escritos dos Antigo Testamento, que o descrevem como o mais novo de oito filhos de um pastor de ovelhas. Na juventude, Davi (דוד) seguiu o ofício do pai, até ascender ao trono de Judá pelas armas, onde reinaria por quarenta anos, aproximadamente entre 1010 e 970 a. C. Ele reunificou os hebreus que habitavam a Palestina e estabeleceu a supremacia de Israel sobre os demais povos da região. Após sua morte, seu filho

Salomão assumiu o trono, edificando um templo para a adoração a Javé na cidade de Jerusalém. No século VI a. C., esse templo seria saqueado e destruído pelos babilônicos.

Décio

Gaius Messius Quintus Trajanus Decius, nascido na Panônia, região noroeste do Balcãs, assumiu a púrpura por pressão de suas tropas no ano 249. Era um observador das antigas tradições romanas, o que diante da crise imperial o fez buscar a restauração da religião do Estado como forma de afastar a instabilidade de então. Para os cristãos, essa atitude representou a extensão das ações persecutórias por todo o Império no ano 250. Décio morreu no ano seguinte em uma campanha contra os godos.

Demétriano

Foi discípulo de Lactâncio, que lhe dedicou o texto de *De opificio Dei*. Jerônimo menciona dois volumes de cartas do retórico africano endereçadas a *Demetrianus*, mas não é possível precisar em que momento foram redigidas.

Demócrito

Contemporâneo de Sócrates, de origem trácia, Demócrito (Δημόκριτος) viveu entre 460 e 370 a. C. Na base de sua teoria atomista, está a concepção de que os átomos e o vazio são os princípios da realidade, correspondendo ao ser e ao não ser. Essas partículas, por sua vez, são invisíveis, infinitas e incorruptíveis, sendo que a união e o choque entre elas determinam a natureza de todas as coisas, inclusive da alma do homem.

Demóstenes

Filho de um rico fabricante de espadas, ele foi um estadista e célebre orador ateniense que viveu entre 384 e 322 a. C., sendo contemporâneo de Platão e Aristóteles. Após a morte do pai, quando tinha sete anos, o jovem grego teve a maior parte de sua herança espoliada por seus tutores. Por conta disso, Demóstenes (Δημοσθένης) não recebeu a habitual educação ginásial grega, passando a estudar oratória por conta própria. Aos vinte anos, tornou-se um escritor de discursos, que eram utilizados no tribunal por aqueles que o contratavam. A partir de 354 a. C., entretanto, passou a proferir seus próprios sermões, ganhando notoriedade entre seus compatriotas. Em muitos deles, buscava persuadir os atenienses a se opor à política expansionista de Filipe II e Alexandre III da Macedônia.

Déxipo

Publius Herennius Dexippus (Δέξιππος), retórico e historiador grego nascido na Ática, viveu no século III, provavelmente até 280, combatendo os godos durante sua invasão à Grécia em 262. Essa experiência o impulsionou a escrever uma história da guerra de Roma contra os godos entre os reinados de Décio (249-251) e de Aureliano (270-275).

Dião Cássio

Dion Cassius Cocceianus foi um historiador romano que nasceu em 155 na província da Bitúnia, localizada na Ásia Menor às margens do Mar Negro. Educado nas escolas de retórica de sua época, familiarizou-se com as obras dos escritores clássicos da Grécia Antiga. Dirigiu-se para Roma em 180, após a morte de seu pai. Na capital, escreveu sobre a vida de Cômodo. Durante o reinado de Septímio Severo, iniciou a coleta de materiais para o seu maior empreendimento literário, uma História de Roma em 80 volumes que abrangia desde sua fundação até o ano 229, quando abandonou a Itália para voltar a sua terra natal, onde passaria seus últimos anos.

Diocleciano

Gaius Aurelius Valerius Diocletianus nasceu na província da Dalmácia, costa leste do Mar Adriático, em 245. Durante o governo de Numeriano (283-284), tornou-se comandante da guarda pessoal do imperador, após cuja morte foi proclamado Augusto pelo exército. Depois de meio século de crise e anarquia na sucessão imperial, Diocleciano realizou uma série de reformas buscando a centralização do poder político e a reforma dos sistemas fiscal e administrativo. A criação da Tetrarquia, sistema que dividia a governança do Império entre quatro soberanos, proporcionou um período de relativa estabilidade até 305, quando abdicou o trono, dando início a uma fase de disputas pelo poder. No campo religioso, o imperador dalmata foi um defensor das tradições do politeísmo, perseguindo os cristãos. Morreu em 316, rodeado por guerras civis e assistindo ao colapso do modelo de sucessão imperial que havia criado.

Dionísio

Dionysius Alexandrinus, bispo da comunidade cristã de Alexandria entre os anos de 248 e 265. Filho de pais não cristãos, nasceu provavelmente nessa mesma cidade, tendo estudado a doutrina de várias seitas filosóficas até se converter ao cristianismo. Antes de se tornar bispo, foi presbítero e diretor da Escola Teológica de Alexandria, dedicando-se a combater as heresias de sua época. Morreu em 265, logo após ter sido convidado para o Sínodo de Antioquia, ao qual não pode comparecer por causa de suas condições de saúde.

Domiciano

Titus Flavius Domitianus, filho do imperador Vespasiano, nasceu em Roma no ano 52. Após a morte do Augusto em 79, o trono ficou a cargo de Tito, seu irmão mais velho, odiado por Domiciano a ponto de este atentar contra sua vida. Dois mais tarde, com a morte do primogênito, assumiu o poder apoiando-se em seus soldados. Empreendeu campanhas contra os bárbaros nas fronteiras, sofrendo algumas derrotas. No plano interno, manteve a vigilância sobre os governadores provinciais e criou leis concernentes à moralidade pública. Seu governo também foi marcado por crueldade e tirania, o que o levou a ser assassinado em 96, possivelmente em uma conspiração envolvendo seu sucessor.

Donato

Foi correligionário de Lactâncio em Nicomédia, o qual lhe dedicou duas de suas obras, *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*. Conhecemos esse personagem somente por meio do retórico romano, que contava que Donato tinha sido torturado durante a perseguição de Diocleciano e teria passado seis anos na prisão até o Edito de Galério em 311.

Eneas

Herói mitológico mencionado na *Ilíada* de Homero e na *Eneida* de Virgílio. Descendente de Zeus, era considerado o mais bravo de todos os troianos, abaixo apenas do príncipe Heitor. No início da Guerra de Tróia, teve de enfrentar Aquiles durante uma incursão deste ao monte Ida. Não podendo resistir, todavia, fugiu para Lirnesso. Ao longo do conflito, *Eneas* foi mais de uma vez ajudado pelos deuses, sendo mesmo orientado por Afrodite a deixar a cidade. Em sua viagem, passou por diversas regiões do Mediterrâneo ocidental, até chegar ao sul da Itália, onde seu filho fundaria Alba Longa, núcleo da futura Roma instituída por Rômulo.

Ênio

Poeta e satírico latino, *Quintus Ennius* é o autor de uma epopeia intitulada *Annales*, na qual narra a história de Roma desde sua fundação até então. O escritor viveu entre 239 e 169 a. C., e pouco se sabe de sua vida. Serviu no exército durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a. C.), após a qual sobreviveu com dificuldades na capital, lecionando e adaptando peças gregas. Obteve a cidadania romana por meio do filho de seu patrono, *Marcus Fulvius Nobilio*. De seu trabalho como tradutor, destacamos as adaptações das tragédias de Eurípidas e da História Sagrada (*Hiera Anagraphe*) de Evêmero.

Epicuro

Filho de colonos atenienses, Epicuro (Ἐπίκουρος) abraçou a filosofia desde a infância. Viveu entre 341 e 270 a. C. e elevou o prazer ao nível da sabedoria. Ainda que seus ensinamentos escandalizassem outras escolas, a exemplo dos estoicos, atraíram muitos seguidores. Em 306, ele comprou uma propriedade em Atenas e a transformou em uma comunidade (*Jardim*), onde se praticava a serenidade, a amizade e a negação das superstições religiosas. A filosofia epicurista foi influenciada pela teoria atomista, desenvolvendo a noção de simulacros, ou seja, emanações materiais que fornecem alma à réplica dos corpos, produzindo as sensações.

Eusébio

Bispo de Cesareia Marítima entre 313 e 315, *Eusebius Pamphili*, como também era chamado, nasceu por volta de 270, data que só podemos inferir por meio de sua obra. Seu local de nascimento é desconhecido, contudo, imagina-se que tenha sido criado em uma família cristã. Diante da controvérsia ariana, Eusébio foi um dos principais defensores de uma posição mediadora, que visava manter a unicidade dos dogmas cristãos. Escreveu mais de uma centena de volumes, compreendendo temas históricos, apologéticos, exegéticos e doutrinários. A maioria deles foi perdida; não obstante, a partir do que dispomos, temos notícia de diversos autores e obras dos quais, se não fosse pela extensiva prática de citações do bispo cristão, nada saberíamos. O teólogo faleceu por volta de 339.

Evêmero

Foi um escritor grego dos séculos IV e III a. C., conhecido principalmente por sua História Sagrada (*Hiera Anagraphe*). O principal argumento desenvolvido em seu texto era de que os deuses foram homens divinizados após sua morte. Traduzido para o latim pelo poeta Ênio, a obra de Evêmero (Ἐνημερος) tornou-se popular no mundo antigo, tanto que a teoria da humanidade dos deuses também passou a ser conhecida como evemerismo.

Fausta

Flavia Maximiana Fausta foi a segunda esposa de Constantino, cujo matrimônio serviu para selar uma aliança deste com Maximiano. Mesmo tendo três filhos, Fausta sentia ciúmes do primeiro filho do Augusto, a ponto de induzir o marido a sentenciá-lo à morte. Seu ardil, todavia, foi descoberto e o imperador mandou assassiná-la em 326.

Filipe, o árabe

Marcus Julius Philippus, imperador de origem árabe que chegou ao poder com o apoio de suas tropas e com a ratificação do Senado em 244. No quarto ano de seu governo, após ter proclamado seu filho como César e estabelecido a paz com os persas, aproveitando-se de um levante militar nas províncias danubianas, Décio proclamou-se Augusto. Filipe foi forçado a ir ao seu encontro em batalha, acabando por ser derrotado em 249.

Filóstrato

Flavius Philostratus foi um filósofo de origem grega que nasceu no ano 170. Estudou retórica em Atenas e mais tarde passou a ocupar um lugar na corte de Septímio Severo, onde escreveu a biografia de Apolônio de Tiana, texto que seria utilizado pelos opositores do cristianismo no contexto da crise imperial. Filóstrato morreu durante o governo de Filipe, o Árabe (244-249), após ter regressado para sua terra de origem.

Flávio

Flavius foi um gramático norte-africano que, juntamente com Lactânncio, foi convidado para lecionar em Nicomédia durante o reinado de Diocleciano (284-305). Jerônimo atesta que seu escrito Sobre Questões Mediciniais era conhecido em sua época.

Flávio Severo

Flavius Valerius Severus, soldado iliriano de origem humilde que, diante das mudanças no sistema tetrarquico em 305, foi escolhido por Galério para se tornar César no Ocidente. No ano seguinte, com a morte de Constâncio Cloro, tornou-se imperador. No contexto desses acontecimentos, Maxêncio, filho de Maximiano, declarou-se Augusto com apoio de seus soldados em Roma, para onde Severo se dirigiu a fim de destituí-lo do cargo. No cerco à capital, em razão da deserção de parte de suas tropas, ele se retirou para a cidade de Ravena, onde foi rendido e morto em 307.

Galério

Gaius Galerius Valerius Maximianus, filho de um camponês da cidade de Sérдика, ao norte dos Balcãs, nasceu em 260. Fez carreira no exército até ser chamado por Diocleciano para compor a Tetrarquia, tornando-se César no Oriente. Após a abdicação do imperador em 305, Galério tornou-se Augusto. Era um defensor das tradições do paganismo, movendo ações contra os cristãos até 311, quando, doente, emitiu um edito de tolerância.

Galiano

Publius Licinius Egnatius Gallienus tornou-se Augusto em 253 e, juntamente com Valeriano, assumiu os encargos da administração imperial. Permaneceu no Oeste, lutando contra as tribos germânicas do Reno até 260, data em que seu pai foi capturado pelos persas. Governando sozinho, enfrentou nos anos seguintes sucessivas incursões bárbaras nas fronteiras e insurreições dentro do Império. Em 268, após ter derrotado *Aureolus*, que havia se proclamado imperador em Milão, Galiano foi assassinado por seus próprios oficiais.

Guerras Púnicas

As Guerras Púnicas foram enfrentamentos militares entre os romanos e os habitantes de Cartago, cidade-estado de origem fenícia localizada na costa norte-africana. Voltados ao comércio e à navegação, os cartagineses tornaram-se soberanos no Mediterrâneo Central nos séculos III e II a. C., ameaçando os interesses de Roma na região. O confronto entre as duas civilizações começou com a disputa de uma cidade chamada Mesina, localizada na Sicília, no istmo que separava a ilha do sul da Península Itálica. A partir de então, em mais de um século de hostilidades, entre 264 e 146 a. C., registraram-se três períodos de guerras. Nos conflitos, pela primeira vez, os romanos se lançaram em combates navais disputando territórios que ultrapassavam a Península Itálica. Ao final, mesmo após as investidas bem-sucedidas lideradas pelo general Amílcar Barca e seu filho Aníbal, Cartago foi destruída e suas possessões passaram à República de Roma, que agora contava com territórios no norte da África e no sul da Península Ibérica, além da parte insular ao longo da costa do Mar Mediterrâneo.

Hécate

Divindade de caráter misterioso, por vezes descrita como filha de Zeus e Deméter. De acordo com a tradição, Hécate parece ter sido uma divindade de origem trácia, reinando no céu, na terra e no mar no período anterior aos deuses do Olimpo. Sendo uma Titã, ela foi a única a conservar seu poder após a vitória de Zeus. Na Antiguidade fora confundida e identificada com diversas outras divindades, especialmente com Deméter e Perséfone, disso decorrendo a magnitude de seus poderes. No período dos escritores trágicos da Grécia, transformou-se na deusa do submundo, sendo, assim, associada com a feitiçaria, os encantamentos mágicos, os demônios e fantasmas.

Heliogábalo

Nasceu em Emesa, na Síria, no ano 205. Assumiu a púrpura em 218, quando passou a ser chamado de *Marcus Aurelius Antoninus*. Heliogábalo dedicou-se aos assuntos religiosos, construindo dois templos ao deus Sol. Foi induzido por sua avó a adotar seu primo *Alixinus* como César, atitude que resultou em sua morte: sua tia persuadiu a Guarda Pretoriana a assassiná-lo junto da mãe.

Hércules

Foi o mais celebrado dentre todos os heróis da Antiguidade. Incorporado à cultura de todos os povos do Mediterrâneo, seu nome era conhecido entre as civilizações mais distantes do mundo antigo. Entre os gregos, foi mencionado por Heródoto e pelos poetas, que acabaram por dar ao personagem suas principais características. Transformado em uma deidade pelos latinos, o culto a 'Héracles' foi o mais antigo a ser incorporado em Roma, tornando-se muito popular entre os mercadores por sua capacidade de remover todos os obstáculos. A partir de Cômodo (161-192), tornou-se comum entre os imperadores a prática de se associarem a ele.

Herodiano

Herodianus foi um autor de origem grega que viveu entre o final do século II e a primeira metade do século III. Escreveu uma História Romana em oito volumes, na qual foi contemplado o período do final do governo de Marco Aurélio (161-180) até o ano 238, sendo ele próprio testemunha dos eventos que narrou.

Heródoto

Nasceu na cidade de Halicarnasso, localizada na costa sudoeste da Ásia Menor, e viveu aproximadamente entre 484 e 420 a. C. Ele registra suas viagens por diversas partes do mundo antigo, entre elas Atenas, sul da Itália, Egito, Síria e Babilônia. Em suas *Historias*, Heródoto (Ἡρόδοτος) descreve a invasão dos persas à Grécia e os enfrentamentos que se seguiram durante o século V a. C. Além de suas próprias observações, ele toma como fonte relatos de testemunhas dos acontecimentos. Chama a atenção a presença do método histórico empregado pelo autor, que apresenta um senso crítico em relação aos seus depoimentos, demonstrando-se reticente ao apresentar conjecturas quando faltam as evidências. Nesse ponto, o historiador grego distancia-se da narrativa mítica de Hesíodo e Homero.

Hierarco

Mestre cristão da cidade de Leontópolis, no Egito, viveu entre o século III e início do IV, sendo conhecido por seu domínio das áreas da medicina e da astronomia. Também era versado no Antigo e no Novo Testamentos, tendo escrito comentários sobre eles. Hierarco adotou um estilo de vida asceta, negando a ressurreição do corpo e a existência de uma vida após a morte perceptível pelos sentidos. Além disso, condenava o casamento, afirmando que este tornava os indivíduos indignos do Reino dos Céus. Seus posicionamentos, incluindo suas especulações sobre a trindade, deram origem a um movimento religioso que acabou sendo acusado de heresia por Agostinho e Epifânio.

Hiérocles

Sossianus Hierocles, proconsul da Bitínia e Alexandria durante o governo de Diocleciano (284-305). Adepto do estoicismo, foi um defensor da religião politeísta e opositor do cristianismo, utilizando suas prerrogativas junto ao governo imperial para suprimir o movimento. Publicou um trabalho contra os cristãos em dois volumes, nos quais apontava as contradições das Escrituras ao mesmo tempo em que criticava sua doutrina. Hiérocles questionava a divindade de Cristo e o comparava com Apolônio de Tiana, filósofo pitagórico do século I, a quem se atribuíam certos milagres.

Hipólito

Escritor cristão do século III, Hipólito parece ter sido bispo da região portuária de Roma, às margens do rio Tibre. Sofreu martírio na época do governo de Alexandre Severo (222-235). Eusébio e Jerônimo são nossas principais fontes a respeito do bispo romano e conservam algumas informações sobre seus escritos.

Jerônimo

Eusebius Sophronius Hieronymus (Εὐσέβιος Σωφρόνιος Ἱερώνυμος), teólogo e copista cristão, nasceu em Estridão no ano de 347. Entre os anos de 359 e 367, dirigiu-se a Roma para estudar, adquirindo assim formação humanística. No final de sua estadia na capital, conheceu o batismo, colocando-se a serviço do Estado em Tréveris. Durante sua estadia na Gália, decidiu abandonar a carreira na administração pública e se dedicar à vida monástica, que não lhe era estranha desde o tempo em que viveu em Roma. Em 374, foi para o Oriente, onde ficou até 381. Nesse período, passou alguns anos no isolamento do deserto de Cálcis, dedicando-se ao aprendizado do grego e do hebraico e estabelecendo as bases de sua futura atividade como tradutor. De volta ao Ocidente, a pedido do papa Damaso, Jerônimo tornou-se seu assistente, exercendo uma

profunda influência sobre o pontífice, após cuja morte, em dezembro de 384, o teólogo cristão dirigiu-se a Palestina, onde se dedicou à atividade literária até o fim de seus dias em 419.

João

Filho de Zebedeu e irmão de Tiago, era o mais novo dos doze discípulos, sendo chamado por Cristo de ‘discípulo amado’. Segundo a narrativa bíblica, foi o único a acompanhar o mestre em suas últimas horas, permanecendo mesmo junto à cruz. Após a morte de Jesus, o apóstolo pregou a mensagem evangélica na Ásia Menor, especialmente em Éfeso, cidade onde passaria seus últimos dias, até sua morte em 103. Além da autoria do quarto Evangelho, a tradição cristã dos primeiros séculos lhe atribuiu a lavra do livro de Apocalipse, supostamente redigido durante seu exílio na ilha de Patmos, localizada no Mar Egeu. Este tema foi motivo de controvérsia entre os eruditos cristãos, alguns dos quais, como Eusébio, consideravam improvável a autoria joanina.

Júlio César

Gaius Julius Caesar, político e militar de origem patrística, nasceu em Roma no ano 100 a. C. À frente de suas legiões, batalhou contra os bárbaros na Gália, alcançando grande influência entre os soldados. Voltando à capital, angariou o apoio da população e de parcelas do Senado, sendo eleito tirano (*tiranus*), cargo que ocupou por dez anos. Ferindo os interesses daqueles que pretendiam conservar a República, César acabou sendo assassinado em 44 a. C. Sua morte, entretanto, não impediu a desagregação do regime estabelecido nem a centralização do poder político em Roma. O general também foi autor de alguns escritos, a maioria deles perdida. Conservamos um relato dos primeiros anos de suas batalhas na Gália (*De Bello Gallico*) e outro da guerra civil contra Pompeu (*De Bello Civili*). Seu estilo é marcado pela clareza com que escreve, dispensando ornamentações retóricas.

Júpiter

O mais poderoso dentre os deuses romanos é associado ao céu e aos fenômenos naturais em sua fase pré-antropomórfica assim como fora Zeus entre os gregos. No plano político e moral, *Iuppiter* era identificado à guerra, aos tratados e aos juramentos. Do Capitólio, ele protegia a *polis* de Roma, sendo homenageado pelos côsules ao assumir seus encargos e pelos generais ao voltar de suas campanhas. Na concepção dos romanos, Júpiter determinava o curso de todos os assuntos humanos, podendo revelar o futuro através de augúrios. Assim como o rei dos

deuses entre os helenos, a divindade também estava intimamente relacionada com a lei e com o Estado.

Justino Mártir

Apologista cristão do século II, também conhecido como Justino de Nablus, nasceu em *Flavia Neapolis*, na Palestina. Entregou-se à busca da verdade por meio da filosofia, passando pelas escolas estoica, peripatética, pitagórica, platônica até se converter ao cristianismo, que considerava ‘a única filosofia certa e digna’. Em Roma, compôs suas *Apologias*, dedicando-as ao imperador Antonino Pio, e o Diálogo com Trifão, escrito contra os judeus. *Iustinus* foi condenado à morte no governo de Rústico, que era prefeito de Roma entre 163 e 167. No meio cristão, foi considerado um mártir.

Licínio

Publius Flavius Galerius Valerius Licinianus Licinus era natural da Dácia, província romana que fazia fronteira com o sul da Germânia. Vindo de uma família humilde, tão logo ingressou nas fileiras do exército, tornou-se amigo de Galério, que, diante da morte de Severo em 307, proporcionou sua elevação à condição de Augusto no Ocidente. Em 312, travou aliança com Constantino, casando-se com sua irmã Constância. A amistosidade entre os dois soberanos, entretanto, não durou muito tempo, irrompendo em conflitos armados que acabaram com a derrota do imperador dácio em 324.

Lúcio Vero

Lucius Aurelius Verus, imperador romano da dinastia antonina, governou de forma colegiada com Marco Aurélio entre os anos 161 e 169. Apesar de desfrutar do mesmo estatuto que seu congênere, este não dispôs da mesma autoridade nem se demonstrou capaz de suportar sua parte nas responsabilidades da administração do Estado. Morreu em torno de 167, após uma campanha contra os bárbaros na região da Panônia.

Lucrecio

Titus Lucretius Carus, poeta e filósofo romano que viveu aproximadamente entre os anos 94 e 55 a. C. A única de suas obras de que temos notícia é *De Rerum Natura*, um poema didático composto de seis livros onde o autor expõe a teoria física de Epicuro, que excluía os temores em torno da intervenção dos deuses no mundo e as punições a que a alma estaria sujeita. Lucrecio acreditava que a natureza era governada por leis naturais e a alma perecia com o corpo

no momento da morte. Embora seu pensamento fosse essencialmente material, ele não incorreu no determinismo de Demócrito, pois considerava o livre arbítrio do homem. O poema foi dedicado ao pretor *C. Memmius Gemellus*, o que nos leva a supor que Lucrécio fosse amigo ou ao menos dependente do aristocrata.

Marco Antônio

Marcus Antonius, chefe militar no governo de Júlio César, lutou ao lado deste em boa parte de suas campanhas na Gália e na guerra civil contra Pompeu. Após a morte do ditador em 44 a. C., Antônio assumiu a administração de seus bens, utilizando-os em benefício próprio. A amizade com César também lhe rendeu um lugar no Senado. Desentendendo-se momentaneamente com Otávio, filho adotivo e herdeiro do ex-ditador, uniu-se a este e a Lépido em uma aliança que dividia a administração da República em três partes. Nesse sistema, competiram-lhe as províncias orientais, dentre as quais o Egito, onde permaneceu em companhia de Cleópatra. A aliança do romano com a rainha egípcia foi uma das armas utilizadas por Otávio para desmoralizá-lo e justificar a oposição que lhe fez. Os embates entre ambos acabaram com a derrota de Antônio, que cometeu suicídio no ano 30 a. C., antes da chegada do futuro imperador a Alexandria.

Marco Aurélio

Marcus Aurelius Antoninus nasceu em uma família aristocrática de origem espanhola, sendo educado pelos melhores mestres de sua época. Foi adotado por Antonino Pio em 138, sucedendo-lhe como imperador em 161. Uma vez no poder, solicitou que o Senado aprovasse *Lucius Verus*, que ocupava consigo o consulado naquele ano, como seu co-imperador. Seu governo foi marcado por diversas incursões de povos bárbaros nas fronteiras, entretanto, conseguiu manter a estabilidade nos domínios do Império. Em 177, Marco Aurélio elevou seu filho Cômodo à condição de Augusto, passando a dividir com ele o trono até sua morte em 180. Além de seu gênio militar, o segundo na dinastia dos antoninos também se destacou por sua filosofia. Durante suas campanhas, ele produziu uma obra intitulada *Meditações* (*Tà eis ἑαυτόν*), onde versou sobre os ideais da filosofia estoica. Para alguns contemporâneos, Marco Aurélio foi o último grande imperador antes da crise de Roma.

Mário

Gaius Marius viveu entre 157 e 86 a. C. Filho de uma família equestre da região de Arpino, na Itália Central, adentrou a vida pública como tribuno militar após ter alcançado certa notoriedade

nas fileiras do exército. Ocupou outras magistraturas como questor, pretor e proconsul na Espanha, até ascender ao consulado pela primeira vez em 107 a. C. Diante do avanço dos povos que ameaçavam as fronteiras da República, Mário realizou reformas no exército, melhorando sua organização, o treinamento e os equipamentos utilizados pelas tropas. O tipo de clientelismo entre os soldados e seus comandantes introduzido por Mário revelou as novas possibilidades de aliança entre o poder militar e político, a qual acabaria sendo um dos fatores responsáveis pelo fim do regime republicano em Roma.

Maxêncio

Marcus Aurelius Valerius Maxentius, filho de Maximiano com sua esposa Eutrópia. Após a abdicação de Diocleciano e seu pai em 305 e a morte de Constâncio Cloro no ano seguinte, Maxêncio assumiu a púrpura com o apoio de suas legiões e da Guarda Pretoriana de Roma. Depois de uma investida fracassada de Severo e da tentativa por parte de Maximiano de incriminá-lo, Maxêncio acabou sendo derrotado por Constantino em 312.

Maximiano

Marcus Aurelius Valerius Maximianus foi chamado por Diocleciano em 284 para auxiliá-lo na administração do Império. Maximiano havia feito carreira no exército nos governos de Aureliano (270-275) e Probo (276-282). Era natural da Panônia, província a nordeste do Mar Adriático, na fronteira com a Germânia. Dois anos após ser nomeado César, foi investido como imperador no Ocidente, passando a contar com o apoio de Constâncio Cloro a partir de 293. Na ocasião da abdicação de Diocleciano, em maio de 305, Maximiano foi obrigado a se despir da púrpura. Não obstante, ele não se conformou em retornar à condição civil, conspirando contra Maxêncio e articulando um atentado contra Constantino, a fim recuperar seu antigo posto. Todos os seus esforços foram frustrados e ele foi forçado a cometer suicídio.

Maximino Daia

Gaius Galerius Valerius Maximinus, imperador romano entre os anos 305 e 313. Sua ascensão ao poder deveu-se aos laços de parentesco com Galério, que se casou com a irmã de sua mãe. Nomeado César em 305, passou a governar a Síria, o Egito e o sul da Ásia Menor, tornando-se o segundo em poder no Leste do Império. Cinco anos mais tarde, por ocasião da morte de Severo, tornou-se imperador, mas teve seu direito de sucessão subtraído pelo tio, que elegeu Licínio como novo Augusto. Extinta a Tetrarquia, as lutas pelo domínio do Império acabaram levando Licínio a derrotar Maximino Daia em 313. Enquanto governou, foi um opositor dos

cristãos, perseguindo-os à medida que buscava restaurar os valores do politeísmo em seus territórios.

Maximino I

Gaius Iulius Verus também era conhecido por Maximino Trácio, em decorrência de sua origem. Assumiu a púrpura após o assassinato de Severo Alexandre, governando entre 235 e 238. Enquanto combatia os bárbaros na região do Danúbio, uma rebelião no norte da África acabou com a proclamação de Gordiano I e seu filho como imperadores. Temendo o poder de Maximino, o Senado reconheceu os dois novos Augustos, o que levou o governante trácio a invadir a Itália, onde acabou aprisionado e assassinado.

Melito de Sardes

Quase não há informações sobre a vida desse autor cristão do segundo século, sabemos apenas que se tornou bispo da cidade de Sardes, na Ásia Menor. Seus trabalhos, dos quais somente alguns fragmentos sobreviveram até os dias de hoje, foram enumerados por Eusébio de Cesareia.

Mercúrio

Mercúrio era a divindade protetora dos viajantes e comerciantes. Com a helenização da mitologia romana, entretanto, passou a ser o mensageiro de Júpiter, servindo-lhe também de alcoviteiro em suas aventuras amorosas. Tal qual Hermes entre os gregos, ele calçava sandálias aladas e levava uma bolsa, usada para guardar dinheiro.

Minúcio Felix

Marcus Minucius Felix foi um advogado romano e apologista cristão dos séculos II e III. Escreveu uma obra intitulada *Octavius*, na qual apresentou o diálogo entre dois amigos. O autor africano introduziu na fala de *Caecilius Natalis*, um adepto do politeísmo, as principais objeções levantadas contra os seguidores de Cristo. Na sequência, respondeu-as por meio de *Octavius Januarius*, que, ao final, acabou convencendo seu companheiro da veracidade do cristianismo.

Nabucodonosor II

Foi um imperador babilônico que governou entre 604 e 562 a. C. Herdou de seu pai vastos territórios no Oriente, incluindo possessões na Síria, Assíria, Fenícia e Judéia. Durante seu

reinado, Nabucodonosor dominou toda a extensão da Palestina, levando muitos de seus habitantes como escravos. Três anos após a primeira conquista de Jerusalém, ocorrida em 598 a. C., os hebreus articularam uma revolta contra seus dominadores, levando o rei babilônico a ocupar novamente a cidade. Mais tarde, em uma terceira invasão, o templo seria parcialmente destruído e os objetos sagrados, capturados. Daniel relatou que o soberano reestruturou a capital do Império, construindo jardins, canais e aquedutos. A narrativa bíblica sugere que ele sofria de algum tipo de doença mental, interpretada como uma punição divina. Apesar disso, o monarca viveu mais de oitenta anos, tendo reinado por quarenta e três.

Nero

Nasceu em 37 na cidade italiana de Anzio (*Antium*), localizada na costa do Mar Tirreno. Por conta do casamento de sua mãe com Cláudio, foi adotado pelo imperador e recebeu a filha deste em matrimônio. *Nero Claudius Caesar Drusus Germanicus*, como passou a ser chamado a partir de então, foi discípulo de Sêneca, demonstrando certa fraqueza de caráter ainda na juventude. Após a morte do Augusto em 54, foi nomeado imperador pela Guarda Pretoriana e recebeu a ratificação do Senado. Sua tibieza, entretanto, tornou-se patente quando, por influência de sua amante, mandou assassinar a mãe e a esposa. Com o tempo, a ambição e as extravagâncias acabaram tornando-o impopular. Para isso, contribuía também os gastos com as guerras na Britânia e na Armênia além do episódio do incêndio de Roma em 64, cuja responsabilidade foi atribuída pelo imperador aos cristãos. Livrando-se de uma conspiração e cercado de opositores, Nero deixou Roma e cometeu suicídio em 68.

Ningirsu

Antigo deus sumério, patrono da cidade de Girsu. Era a divindade da fertilidade, sendo associado à chuva, às cheias dos rios e à prática da agricultura.

Odenato

Septimus Odaenathus, governante de Palmira, na Síria, aliou-se aos romanos para proteger as rotas comerciais de sua cidade. Após a captura de Valeriano em 260, liderou as legiões de Roma contra os persas no Oriente, recuperando todo o território mesopotâmico das mãos de Sapor entre os anos 262 e 266. Por conta dos serviços prestados ao Império, foi recompensado por Galiano com o título de *Augustus*.

Orígenes

Origenes Adamantius, nasceu na capital do Egito por volta de 185. Foi educado por seu pai e mais tarde na Escola Catequética da cidade, da qual se tornou diretor em 203. Em suas viagens, visitou Roma, Grécia e Palestina, onde foi ordenado sacerdote. Tal atitude causou ressentimento em Demétrio de Alexandria, que o banuiu da Instituição, fazendo Orígenes se estabelecer em Cesareia, onde continuou seus trabalhos. Passou por torturas durante a perseguição de Décio (250-251) e morreu alguns anos mais tarde. Sua produção literária inclui escritos de caráter exegético, doutrinário, apologético e devocional, tendo exercido grande influência sobre a futura Igreja Cristã no Oriente.

Otávio Augusto

Filho de Caio Otávio e Átia, irmã de Júlio Cesar, *Octavius Augustus* nasceu em 63 a. C. Desde cedo, esteve a par dos assuntos políticos de Roma, nos quais fora iniciado pelo próprio tio. Após a morte de Júlio César, que, em testamento, declarava o sobrinho como seu herdeiro, Otávio soube conquistar tanto a simpatia dos senadores quanto a das legiões, alcançando uma posição no Senado e, em seguida, ascendendo ao consulado. A partir de então, *Gaius Julius Caesar Octavianus*, como passou a ser chamado, formou com Marco Antônio e Lépido um triunvirato, com base no qual a administração da República foi dividida em três partes. O desgaste da aliança, no entanto, culminou na vitória militar de Otávio sobre Antônio. Em 16 de janeiro de 27 a. C., recebeu do Senado o título de *Augustus*, passando gradativamente a governar como um imperador até sua morte em 14 d. C.

Parmênides

Filósofo pré-socrático dos séculos VI e V a. C., nasceu na colônia grega de Eléia, no sul da Itália. Ao que parece, escreveu uma única obra, um poema dos quais conservamos 160 versos, reunidos em 19 fragmentos. Nele, Parmênides (Παρμενίδης) trata da natureza do ser, que não foi criado e, portanto, não possui começo nem fim, é indivisível e homogêneo.

Paulo

Natural da cidade de Tarso, empório comercial da região da Cilícia, Saulo, como era inicialmente chamado, nasceu entre os anos 5 e 10 da era cristã. Segundo a narrativa do livro de Atos, teria passado sua juventude em Jerusalém, aliando-se ao partido dos fariseus. Movido pelo tradicionalismo judaico, opôs-se ao nascente cristianismo, perseguindo seus adeptos. Em certa ocasião, enquanto percorria a estrada de Damasco, teve uma visão de Cristo, a qual o fez se converter ao movimento que perseguia. A partir de então, Paulo dedicou-se à disseminação

do Evangelho, fundando igrejas na Ásia Menor e indo até Macedônia, Grécia, Península Itálica e Hispânia. O fato de ser um cidadão romano dificultou a ação do Estado contra ele, mas, mesmo assim, acabou sendo martirizado em Roma durante a perseguição desencadeada por Nero entre 64 e 68. Além dos Atos dos Apóstolos, são lhe atribuídas algumas cartas que redigia às comunidades que fundava, a exemplo da Epístola aos Romanos e aos Tessalonicenses.

Pentadio

Conhecemos esse personagem somente porque Lactâncio o menciona no prefácio de seu *Epítome*, dedicando-lhe o trabalho.

Péricles

Estadista que viveu entre 495 e 429 a. C. e ajudou a consolidar a democracia em Atenas e a torná-la o principal centro político e cultural de sua época. Nasceu em uma família política e economicamente influente. Por diversas vezes, foi eleito estrategista (στρατηγός), título que, além de lhe conferir a liderança do exército, permitia que governasse efetivamente a *polis*. Ele defendia uma política expansionista e, sob sua liderança, Atenas instalou novas colônias e exerceu hegemonia sobre outras cidades-estados por meio da Liga de Delos. Suas reformas políticas resultaram na ampliação da participação política dos cidadãos. Assim, suprimiu o direito de veto dos membros do Areópago (Ἄρειος Πάγος), assembleia composta por membros da aristocracia, e suspendeu as restrições políticas que impediam o acesso dos tetes (οἱ θητικοί/*hoi thêtikoí*), trabalhadores manuais, aos cargos mais elevados do Estado. Por ocupar uma posição de grande responsabilidade, Péricles (Περικλῆς) foi responsabilizado quando a Liga de Delos foi derrotada pela aliança militar liderada por Esparta e um terço da população ateniense foi morta pela peste. Por conta disso, perdeu as eleições de 431 a. C., morrendo dois anos mais tarde por ter contraído a doença.

Pérsio

Aulus Persius Flaccus, poeta, nasceu em 34 na cidade de Volterra (*Volaterrae*), centro-oeste italiano. Influenciado pela leitura de Lucílio, dedicou-se a escrever um livro de sátiras. Embora ele não tivesse podido finalizá-lo por conta de morte prematura no ano 62, o livro foi editado por dois de seus amigos, sendo bem recebido pelo público da época. Eram seis sátiras, em um total de 650 linhas compostas em hexâmetros. No primeiro deles, o autor censurava o gosto literário dos romanos e ressaltava seu afastamento das tradições. Nos demais, tratou de temas

filosóficos, como o da necessidade do autoconhecimento para os homens públicos e o da liberdade.

Pertinax

Publius Helvius Pertinax nasceu em 126, filho de um comerciante da cidade de Alba Pompéia, no norte da Itália. Enveredou pela carreira militar e se tornou general no governo de Marco Aurélio (161-180), o mesmo que proporcionou sua ascensão ao Senado. Em 192, passou a ocupar a prefeitura de Roma, sendo proclamado imperador no ano seguinte por conta do assassinato de Cômodo. Durante os três meses em que ocupou o trono, seu zelo reformador acabou provocando o descontentamento do Senado e dos membros do Pretório que, arrependidos de tê-lo eleito governante, conspiraram contra ele e, em uma invasão ao palácio no dia 28 de março de 193, tiraram-lhe a vida.

Pescênio Níger

Gaius Pescennius Niger, descendente de uma família equestre, alcançou distinção como soldado durante os governos de Marco Aurélio (161-180) e de Cômodo (180-192). Este o fez cônsul e governador da Síria. Com o assassinato de *Pertinax*, que ficara apenas alguns meses no poder, foi proclamado imperador por suas legiões em abril de 193. Simultaneamente, Septímio Severo tomou a capital, tornando-se imperador no Ocidente. Vencido pelos exércitos de Severo e Clódio Albino no inverno entre 193 e 194, Pescênio Níger foi executado enquanto fugia em direção ao rio Eufrates.

Pisístrato

Tirano ateniense dos séculos VII e VI a. C. Após ganhar fama no exército, chegou ao poder criando sua própria facção política e conquistando o apoio popular. Mesmo assim, ele foi exilado por seus adversários no norte da Grécia, de onde construiu uma nova base de aliados capaz de invadir e dominar Atenas em meados do século. A partir de então, exerceu o poder até sua morte em 527 a. C., deixando seus filhos como sucessores. Em certa medida, Pisístrato (Πεισίστρατος) deu continuidade às reformas de Sólon (Σόλων), promovendo obras de infraestrutura, como a melhoria do sistema de abastecimento de água, incentivando a agricultura e a manufatura. Após sua morte, Atenas ainda não era tão importante militarmente quanto Esparta, nem se sobrepunha comercialmente a outras cidades como Conrinto e Mileto. Apesar disso, essas medidas abriram caminho para a futura hegemonia da *polis*.

Pitágoras

Filósofo pré-socrático cuja vida situamos entre 570 e 496 a. C. É conhecido por ter fundado uma comunidade religiosa de caráter órfico, cujo objetivo era ensinar um ritual de purificação aos seus membros. Defendia a teoria da transmigração das almas. Segundo essa teoria, a alma seria prisioneira da matéria, tal qual em um túmulo, sendo capaz de se encarnar em corpos de homens e animais. No entanto, o que conferiu maior originalidade ao pensamento pitagórico foi sua concepção de que o conceito de número é o princípio de todas as coisas.

Platão

Filósofo ateniense que viveu aproximadamente entre 430 e 347 a. C. Ainda na juventude, foi educado em gramática, música e ginástica pelos mais proeminentes mestres de sua época. Aos vinte anos, passou a se dedicar à filosofia, tornando-se discípulo de Sócrates (Σωκράτης), cuja influência é perceptível em seus escritos. Após a morte do mestre, Platão (Πλάτων) se exilou no sul da Grécia junto de outros discípulos. Dedicou os próximos anos a viajar, conhecendo o Egito e a Itália. Aos quarenta anos, fundou a escola acadêmica, onde ensinou até o momento de sua morte. Entre as principais ideias difundidas em seus escritos, estão a eternidade da alma, o amor à filosofia e o ideal político de que os filósofos governariam a *polis* como reis.

Plínio

Caius Plinius Caecilius Secundus, também chamado o jovem, nasceu por volta de 61. Recebeu uma boa educação na juventude, devotando-se ao estudo das letras e da oratória, além de se destacar como advogado. Serviu como tribuno militar na Síria, ocupou as magistraturas de questor e pretor até alcançar o consulado no ano 100. Alguns anos mais tarde, foi nomeado governador da Bitínia por Trajano, a quem escreveu um panegírico. Plínio escreveu dez volumes de cartas, nas quais retratou a sociedade de seu tempo e nos forneceu informações sobre sua vida. Por meio de sua correspondência, sabemos que foi um homem rico, casado duas vezes, dedicado à literatura e um mestre generoso para seus escravos.

Plutarco

Biógrafo e filósofo grego nascido em 46 a. C. Após ter estudado matemática e filosofia em Atenas, viajou por diversas partes, dentre elas a Grécia Central, a Península do Peloponeso e o Egito. Fixou-se na cidade de Queroneia (*Chaeronea*), onde ocupou alguns cargos na administração municipal e dirigiu uma escola voltada ao ensino da filosofia. Também lecionou em Roma, tornando-se um cidadão do Império. Com base em seus conhecimentos, escreveu um

trabalho intitulado *Vidas Paralelas* (Βίοι Παράλληλοι), no qual reuniu biografias de homens ilustres da Grécia e de Roma, fazendo associações entre eles. Outro de seus escritos que chegaram até nós é um conjunto de ensaios sobre temas variados denominado *Moralia*.

Políbio

Historiador grego que nasceu entre 210 e 200 a. C. na cidade arcadiana de Megalópolis, situada na Península do Peloponeso. Adquiriu sua formação política e militar ainda no seio familiar, onde também recebeu lições de literatura e filosofia. Foi escolhido como embaixador da corte ptolomaica em 181 durante a guerra dos macedônicos contra os romanos. Preso, foi levado a Roma em 167, recuperando sua liberdade três anos mais tarde, quando voltou para a Grécia. O principal trabalho de Políbio (Πολύβιος) é intitulado *Histórias* (*Historiae*), tendo sido inicialmente dividido em quarenta livros, dos quais apenas os cinco primeiros remanesceram. Neles, o historiador retratou os principais acontecimentos do mundo mediterrâneo entre os anos de 265 a 146 a. C.

Porfírio de Tiro

Filósofo neoplatônico da cidade de Tiro, situada na costa da Síria com o Mar Mediterrâneo. Viveu aproximadamente entre os anos 232 e 305. Escreveu trabalhos de caráter filosófico e religioso, contribuindo para a divisão do neoplatonismo no Império Romano. Foi um defensor das tradições do politeísmo e opositor dos cristãos, acusando-os de estar enganados em relação à natureza divina de Cristo.

Póstumo

Marcus Cassianius Latinus Postumus, no comando das legiões romanas na Gália, instaurou um governo independente entre 260 e 268, agregando as províncias da Hispania e Britânia. Durante o período em que esteve no poder, defendeu as fronteiras do Reno contra os germanos, salvaguardando o Ocidente das invasões estrangeiras, embora tenha enfraquecido a autoridade central do imperador.

Probo

Marcus Aurelius Probus, imperador natural de Sirmio, na província da Panônia, nasceu em 232. Assumiu a direção do Império entre 276 e 282, dando continuidade à política de seu antecessor. Seu governo foi marcado por agitações provinciais e instabilidade nas fronteiras. Procurou a

cooperação do Senado, contudo, não fez esforços no sentido de devolver aos senadores o comando militar.

Quintiliano

Marcus Fabius Quintilianus foi professor de Latim e escritor, cuja obra *Institutio Oratoria* contribuiu para o desenvolvimento da crítica literária e de uma teoria educacional entre os romanos. De origem hispânica, nasceu em 35, sendo educado em Roma onde também passou a ensinar retórica a partir de 68. Durante o governo de Vespasiano (69-79), foi contratado como professor de Retórica Latina, posição que ocupou até sua aposentadoria. A ele foi confiada a educação dos dois sobrinhos do imperador Domiciano, recebendo por isso o título honorário de cônsul (*consularia ornamenta*). Morreu no ano 96, precedido por sua esposa e dois filhos. Em seu principal trabalho, publicado no fim de sua vida, Quintiliano analisou as teorias retóricas de então, enfatizando o aspecto moral no processo de formação educacional do orador.

Salústio

Gaius Sallustius Crispus nasceu em uma família plebeia em 86 a. C. Tornou-se questor por volta de seus vinte sete anos e mais tarde tribuno da plebe. No ano 50 a. C., foi expulso do Senado sob a acusação de haver praticado atos de imoralidade; contudo, é provável que o ocorrido tenha sido fruto de sua oposição política a algumas figuras importantes, como Cícero. A partir de então, Salústio se vinculou à facção de César: comandando uma legião em 49 a. C, tornou-se pretor dois anos mais tarde e, finalmente, recebeu o governo da província da Numídia. Morreu em 34 a. C., após ter enriquecido por meios ilícitos e exercido uma má administração. Autor de trabalhos históricos, foi considerado por alguns escritores romanos como um imitador de Tucídides (Θουκυδίδης).

Saturno

Antigo deus itálico da agricultura, identificado mais tarde com o Cronos dos gregos. Segundo a mitologia, Saturno teria vindo da Grécia para a Península Apenina em tempos remotos, sendo destronado por Zeus e lançado à terra. A divindade, então, instalou-se na colina do Capitólio, onde viria a existir a cidade de Roma. Ele também teria sido rei de Roma, e seu governo, considerado como uma idade de ouro. Em sua homenagem, os romanos celebravam no mês de dezembro as *saturnalia*, ocasião em que os homens se uniam como iguais, sem distinções sociais.

Sêneca

Lucius Annaeus Seneca nasceu em 4 a. C. em uma família equestre de Córdoba, no sul da Hispânia. Foi trazido para Roma ainda na juventude, onde estudou gramática, retórica e filosofia. Alcançou considerável reputação por seus escritos, sendo eleito questor e pretor até assumir o cargo de tutor do futuro imperador Nero em 51. Nos anos subsequentes, sua influência aumentou consideravelmente e, em 56 a. C., ele passou a ocupar o consulado. Defendeu uma política baseada no compromisso e na diplomacia ao invés da inovação e do idealismo. Considerado uma influência negativa sobre a figura do imperador, sua posição como conselheiro na corte tornou-se insustentável. Perdendo seu poder e, no fim, afastando-se da vida política, ele dedicou seus últimos anos à filosofia, na companhia de um restrito círculo de amigos. Em 65 a. C., foi acusado de participar de uma conspiração e obrigado a cometer suicídio. Tendo aderido ao estoicismo, Sêneca expôs os princípios de sua filosofia por meio de diálogos e tragédias.

Sêneca, o velho

Marcus Annaeus Seneca foi um retórico de origem equestre da cidade de Córdoba. Viveu aproximadamente entre os anos 55 a. C. e 37 d. C. Suas riquezas devem ter sido fruto de alguma função desempenhada a serviço do Estado ou do comércio. Teve três filhos, um deles, o filósofo estoico de mesmo nome que se tornaria tutor de Nero. Escreveu um livro, intitulado *Oratorum sententiae divisiones colores*, no qual recorda trechos de discursos que ouviu ao longo da vida, intercalando-os com suas próprias digressões e comentários.

Septímio Severo

Lucius Septimius Severus, fundador da dinastia de imperadores que leva seu nome, nasceu por volta de 145 em uma família equestre. Distinguiu-se por sua carreira militar e alcançou o consulado em 190. Na sequência, tornou-se governador da Alta Panônia, província a nordeste do mar Adriático. Assumiu o governo de Roma em 193, vencendo seus opositores Pescênio Niger e Clódio Albino nos anos seguintes. Entre suas medidas, constam a reestruturação da Guarda Pretoriana, permitindo a eleição de legionários, a ascensão de equestres aos postos de comando do Império, o aumento dos soldos dos militares e alterações no sistema de arrecadação de impostos. Morreu em 211, deixando seus dois filhos, Caracala e Geta, no poder.

Severo

Correspondente de Lactânio, que lhe escreveu dois livros de cartas (*Ad Severus*).

Severo Alexandre

Marcus Aurelius Alexander Severus, último dos governantes Severos, reinou entre 222 e 235. Foi adotado pelo imperador Heliogábalo aos treze anos e feito Augusto após seu assassinato. Em 231, ele e sua mãe se dirigiram para o Oriente a fim de repelir a invasão dos persas na Mesopotâmia. Dois anos mais tarde, de volta a Roma, novos ataques na Germânia exigiram sua presença, levando-o a se deslocar para o norte. Buscando evitar uma guerra, Alexandre tentou negociar a paz com os bárbaros, o que foi visto como um ato de covardia pelo exército. Como consequência, o imperador e sua mãe foram assassinados, vítimas de uma conspiração.

Sócrates

Tudo o que sabemos a respeito do ateniense que viveu entre os anos 469 e 399 a. C. deve-se ao que escreveram alguns de seus discípulos, especialmente Platão. Ao contrário dos filósofos anteriores, preocupados com as questões da natureza, e dos sofistas, retóricos profissionais que visavam apenas a eficácia do discurso, Sócrates deu um direcionamento moral a sua filosofia. Em termos epistemológicos, ele apresentou o saber como algo interiorizado no homem e que precisava ser resgatado. Também contribuiu para mostrar que o conhecimento e a conversão da alma se uniam em uma vida de justiça.

Sólón

Legislador ateniense que viveu entre 638 e 558 a. C. A partir de finais do século VII a.C., ele iniciou um programa de reformas sociais que incluía a distribuição de terras, o fim da escravidão por dívidas, a proibição nas exportações de produtos agrícolas, à exceção do azeite de oliva, e a extensão do direito de cidadania aos artesãos estrangeiros. Essas medidas visavam solucionar os problemas econômicos da *polis*. Sólon (Σόλων) também promoveu a reforma da constituição e dividiu os cidadãos em quatro grupos censitários, inserindo-os no quadro de responsabilidades políticas do Estado.

Tácito

Publius Cornelius Tacitus, um dos mais destacados historiadores romanos, nasceu entre 54 e 57. Foi questor no governo de Vespasiano (69-79) e eleito tribuno da plebe e pretor nos anos subsequentes. Deixou Roma por algum tempo, voltando no final do governo de Domiciano (81-96). Nesse período, precisamente na segunda metade do ano 97, alcançou o consulado. Não se sabe ao certo, mas é possível que tenha chegado a ser procônsul da província da Ásia durante o

reinado de Trajano (98-117). Não há muitos dados sobre sua vida depois disso. Supõe-se que Tácito tenha morrido nos primeiros anos do governo de Adriano (117-138). Entre seus trabalhos, destacam-se Anais (*Annales*) e Histórias (*Historiae*), nos quais ele escreveu sobre a história do Império Romano desde a morte de Augusto até o final do governo de Domiciano.

Teófilo

Bispo de Antioquia em finais do século II e autor de uma das primeiras apologias escritas nesse período. Defendia que as evidências que legitimavam o cristianismo podiam tanto ser encontradas nas Escrituras quanto ao longo da história. Apresentando um estilo excessivamente rebuscado, empregava a interpretação alegórica dos escritos cristãos. Suas obras eram conhecidas na época de Eusébio. Dentre elas, um tratado contra a heresia dos marcionistas e um comentário dos evangélicos. Estima-se que viveu até 181 ou, no mais tardar, 183.

Tertuliano

Quintus Septimius Florens Tertullianus, apologista norte-africano que nasceu próximo à cidade de Cartago em 160. Reprovava os excessos do paganismo e criticava a filosofia estoica, utilizando seu conhecimento em direito e retórica para escrever contra as acusações de ateísmo e misticismo imputadas aos cristãos. Mais tarde, entre os anos 198 e 205, dedicou-se a produzir um trabalho a respeito dos problemas éticos e morais da religião. Por volta de 207, após se desentender com alguns de seus confrades, aderiu ao montanismo, tornando-se ainda mais obstinado em sua oposição à idolatria, além de passar a defender que o fim dos tempos se aproximava. No final de sua vida, acabou rompendo com o movimento, criando sua própria seita, os tertulianistas. Morreu em torno de 240, sendo considerado o primeiro intelectual cristão no Ocidente.

Tétis

De acordo com a mitologia greco-romana, era uma das Nereides, filhas de Nereu e Dóris, duas divindades marinhas. Criada por Hera, foi desejada por Zeus e Poseidon, que desistiram da união por conta da profecia que dizia que seu filho seria mais poderoso que o pai. Diante disso, foi forçada a casar com um mortal, de cuja união nasceu Aquiles, herói grego morto na Guerra de Tróia.

Tétrico

Gaius Pius Esuvius Tetricus, governador da Aquitânia, foi feito imperador por suas tropas após a morte de Victorino (271). Governou a região da Gália de forma autônoma até 274, dividindo os encargos administrativos com seu filho, Tétrico II. Na invasão de Aureliano, apelou ao Augusto, que acabou lhe poupando a vida.

Tito Lívio

As informações sobre o historiador romano são escassas e fragmentárias. De acordo com Jerônimo, *Titus Livius* viveu entre 59 a. C. e 17 d. C., sendo natural da cidade de Pádua (*Patavium*), no nordeste da Itália. Sua educação foi baseada no estudo da retórica e da filosofia; entretanto, por conta das guerras civis decorrentes da morte de César (44 a. C.), não pôde concluir seus estudos na Grécia, como era costume entre os romanos educados. Passou a maior parte da sua vida em Roma, onde, por volta do ano 8 d. C., assumiu a educação do jovem Cláudio, futuro imperador (41-54). Apesar disso, ao que tudo indica, não teve nenhum envolvimento significativo com a política do Estado. O trabalho pelo qual se tornou conhecido é sua História de Roma (*Ab Urbe condita*), na qual abordou desde a fundação da cidade, no século VIII a. C., até o início da era cristã. Dos 142 livros que compunham a obra original, sobreviveram apenas 35.

Trajano

Marcus Ulpius Trajanus, imperador nascido na Baética, sul da Espanha, reinou entre 98 e 117. Serviu dez anos como tribuno militar, ocupando em seguida os cargos de questor e pretor. Em seus dias como comandante, foi chamado a conter uma rebelião na Alta Germânia, região que acabaria governando alguns anos mais tarde. Tornou-se Augusto após a morte de Nerva, em cujo governo Roma alcançou sua máxima extensão territorial. Era popular entre os soldados, afável com os governadores e discreto em relação a suas prerrogativas. Entre as medidas que marcaram sua administração, constam a distribuição de grãos para a população e a construção de uma rede de obras públicas, como pontes, estradas, banhos, aquedutos e um prédio para o fórum. Por sua firmeza como legislador e humanidade para com seus súditos, Trajano foi considerado um *princeps* não um *dominus*, recuperando a mística em torno da figura do imperador. Plínio, o jovem, escreveu um panegirico exaltando suas qualidades.

Ulpiano

Domitius Ulpianus foi um jurista romano da cidade de Tiro, localizada na costa asiática do Mar Mediterrâneo. A data de seu nascimento é desconhecida, embora saibamos que escreveu suas

obras durante os governos de Septímio Severo (193-211) e Caracala (211-217). Foi banido ou privado de suas funções na época de Heliogábalo (218-222) e, retornando sob a égide de Alexandre Severo (222-235), tornou-se seu principal conselheiro e prefeito do Pretório, posição que o levaria à morte pelas mãos dos próprios soldados da guarda em 228.

Urukagina

Rei da cidade-estado suméria de Lagash entre os anos 2380 e 2360 a. C., aproximadamente. Ficou conhecido por escrever um código de leis que visava a diminuição das desigualdades jurídicas entre os cidadãos.

Valeriano

Publius Licinius Valerianus, de origem senatorial, alcançou um importante posto militar na província da Rezia, ao norte da Itália. Foi proclamado Augusto junto de seu filho Galiano em 253. Durante seu governo, em decorrência das invasões bárbaras e de revoltas no interior da sociedade, o Império chegou perto do colapso. No esforço para defender as fronteiras orientais, acabou sendo capturado pelos persas em 260.

Varrão

Marcus Terentius Varro, escritor do período republicano, viveu entre 116 e 27 a. C. Foi um homem de grande conhecimento, tendo estudado com o latinista *L. Aelius Stilo*. Apesar de não ter sido atraído pela vida política, desempenhou o cargo de pretor e proquestor de Pompeu na Hispânia. Após a morte deste, foi perdoado por Júlio César e tornou-se seu bibliotecário. Com a organização do segundo triunvirato, o autor latino foi banido por Marco Antônio e seus livros, queimados. De sua ampla produção literária, que compreendia textos jurídicos, tratados linguísticos, poemas e sátiras, a única obra completa que sobreviveu é *Res rustica*, que contém instruções para a prática da agricultura e pecuária, além de suscitar o amor pelo estilo de vida rural.

Victorino

Marcus Piavvonius Victorinus, terceiro na sequência de usurpadores do poder na Gália, iniciada durante o governo de Galiano (260-268), tornou-se Augusto em 268 e governou até 270, quando foi assassinado por um de seus oficiais.

Virgílio

Publius Vergilius Maro foi um poeta do final do período republicano, nascido no ano 70 a. C. próximo à cidade de Mantua, no norte da Itália. Recebeu uma boa educação e foi preparado para a carreira senatorial. Após atingir a maioridade, dirigiu-se para Roma, onde pôde complementar seus estudos em retórica. Na capital, depois de uma breve tentativa de seguir a carreira pública, desistiu da política e retirou-se para Nápoles a fim de aprender filosofia. Tornou-se amigo de outro proeminente poeta de seu tempo, Horácio, cuja influência se fez presente em seus escritos. Sofrendo de uma doença no coração, Virgílio morreu em 19 a. C., sem nunca ter se casado. Entre seus primeiros escritos, está uma seleção de dez poemas, intitulado *Éclogas* ou *Bucólicas*, produzidos aproximadamente entre 41 e 37 a. C. Além deste, destacam-se duas obras: *Geórgicas*, que explora temas ligados à agricultura, e *Eneida*, poema épico composto em doze livros que inclui o mito de *Eneas* e a fundação de Roma.

Xenofonte

Filósofo grego de origem aristocrática que viveu entre 428 e 354 a. C. Em 401, apoiou os esforços de Ciro em sua tentativa de subir ao trono da Pérsia. Após o fracasso da investida, foi eleito general, oferecendo o comando de suas tropas mercenárias aos espartanos. Nessa mesma época, por conta de sua relação com Sócrates, foi exilado de Atenas, o que o levou a permanecer lutando ao lado dos lacedemônios, inclusive contra seus próprios compatriotas. Recebeu do rei de Esparta algumas possessões perto de Olímpia, onde viveu com sua família até 371. No final da vida, Xenofonte (Ξενοφών) retornou para sua terra de origem, passando ali seus últimos dias.

Zenão

Tradicionalmente apontado como o fundador do estoicismo, Zenão (Ζήνων) era natural de Cítio, no Chipre, e viveu entre os anos 336 e 264 a. C. Vindo para Atenas em 313 a.C., chegou a frequentar a *academia* platônica, até fundar sua própria escola, rival do epicurismo. O estoicismo era um sistema filosófico completo, composto de física, ética e teoria do conhecimento próprias. Segundo a concepção estoica, o único e verdadeiro bem era a virtude, da mesma forma que o único mal era a debilidade moral.

Zenóbia

Rainha de Palmira, assumiu o poder após a morte de seu marido Odenato em 266. Excedendo os limites da independência administrativa concedida pelos imperadores de Roma, Zenóbia levou a cabo uma política de expansionismo militar que culminou na conquista do Egito, da

maior parte da Ásia Menor e da Síria, os quais foram incorporados aos seus territórios. Foi derrotada por Aureliano, que a exibiu em seu triunfo no ano 274. Após isso, teria recebido uma *villae* do imperador na região italiana de Trivoli, onde passaria o restante de seus dias.

Zeus

Deus grego de origem indo-europeia, também cultuado entre os romanos como Júpiter (*Iupiter*). Primitivamente, era associado à esfera celeste, de onde provinham os fenômenos atmosféricos, aos trovões e aos raios. Com o tempo, foi entronado no monte Olimpo, passando a ser considerado como o deus supremo. Homero (Ὅμηρος) qualificou-o como pai dos deuses e homens, não como um progenitor, mas um *pater familias*, cuja função era proteger os membros da família, detendo o poder sobre seus membros. No período helenístico, o nome de Zeus (Ζεύς) passou a ser livremente empregado para caracterizar a principal potestade de qualquer tribo ou região. Também era considerado uma divindade cívica, um guardião das leis e da moralidade.

ANEXO B – CRONOLOGIA DOS ESCRITOS DE LACTÂNCIO

Obra	Local	Data
O Simpósio (<i>Symposium</i>)	Cirta (norte da África)	Antes de 290
Itinerário da viagem da África a Nicomédia (<i>Hodoeporicum</i>)	?	290
Cartas a Asclepiades (<i>Ad Asclepiam</i>)	?	Após 290
Cartas a Probo (<i>Ad Probus</i>)	?	Após 290
Cartas a Severo (<i>Ad Severus</i>)	?	Após 290
Cartas a Demetriano (<i>Ad Demetrianus</i>)	?	Após 290
O Gramático (<i>Gramaticus</i>)	Nicomédia	291-303
Sobre a obra criadora de Deus (<i>De opificio Dei</i>)	Nicomédia	303-305
Instituições Divinas (<i>Diuinae Institutiones</i>)	Gália	305-310
Sobre a ira de Deus (<i>De ira Dei</i>)	Gália	311-312
Epítome das Instituições Divinas (<i>Epitome</i>)	Gália	314
Sobre a morte dos perseguidores (<i>De mortibus persecutorum</i>)	Gália	313-315

ANEXO C – ÍNDICE DE EDIÇÕES DAS *DIUINAE INSTITUTIONES*

Nosso levantamento é baseado na compilação de Frank Jackson Bryce, datada de agosto de 2007³⁵⁵. Na maioria das vezes, as *Diuinae Institutiones* fazem parte de uma coletânea com outros escritos de Lactâncio ou de autores diferentes. Nos casos em que Bryce não pôde verificar a presença de alguma informação, assinalamos com o sinal ‘?’. Quando, na ausência desses dados, podemos inferir algo sobre eles, utilizamos a marcação ‘(?)’.

Editor/Tradutor	Título	Cidade	País	Ano	Idioma
? (Ed.)	?	Subiáco	Itália	1465	Latim
? (Ed.)	?	Roma	Itália	1468	Latim
Johannes Andreas (Ed.)	?	Roma	Itália	1470	Latim
? (Ed.)	?	Veneza	Itália	1471	Latim
? (Ed.)	?	Veneza	Itália	1472	Latim
Angelus Cnaeus Sabinus (Ed.)	?	Roma	Itália	1474	Latim
Fatres, Pesbyteri, et Clerici Congregationis Domus Viridis Horti (Ed.)	?	Rostoque	Alemanha	1476	Latim
? (Ed.)	?	Veneza	Itália	1479	Latim
Johannes Andreas (Ed.)	?	Veneza	Itália	1490	Latim
? (Ed.)	?	Veneza	Itália	1493	Latim
? (Ed.)	?	Veneza	Itália	1494	Latim
Giovanni Antonio Andrea (Ed.)	?	Veneza	Itália	1497	Latim
Johannes Pierius Valerianus Bellunensis (Ed.)	<i>Divina Lactantii Firmiani Opera</i>	Veneza	Itália	1502	Latim
Aulus Ianus Parrhasius (Ed.)	<i>Divina Opera</i> *	Veneza	Itália	1509	Latim
Marianus Tuccius (Ed.)	<i>Opera</i>	Florença	Itália	1513	Latim
Aegidius Maserius (Ed.)	<i>Lepida Lactantii Firmiani Opera</i>	Paris	França	1513	Latim
Aldus Manutius e Johannes Baptista Egnatius (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Veneza	Itália	1515	Latim
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Basiléia	Suíça	1521	Latim
? (Ed.)	? **	Veneza	Itália	1521	Latim
Marcus Musurus (Ed.)	<i>Opera</i>	Basiléia	Suíça	1524	Latim

³⁵⁵ <http://apps.carleton.edu/curricular/clas/faculty/bryce/lactantiusbiblio/>. Acesso em 07 mar. 2015.

Aulus Ianus Parrhasius (?) (Ed.)	<i>Divina Opera L. Caelii Lactantii Firmiani</i>	Paris	França	1525	Latim
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Antuérpia	Bélgica	1532	Latim
Paulo Manuzio e Onorato Fascitelli (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Veneza	Itália	1535	Latim
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Antuérpia	Bélgica	1539	Latim
Onorato Fascitelli (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Lion	França	1541	Latim
Onorato Fascitelli (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Lion	França	1553	Latim
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Antuérpia	Bélgica	1555	Latim
Onorato Fascitelli (Ed.)	<i>Opera ***</i>	Paris	França	1561	Latim
Sixtus Betuleius (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani Opera, quae quidem extant omnia</i>	Basiléia	Suíça	1563	Latim
Jean DeTournes (Ed.)	<i>Opera</i>	Lion	França	1567	Latim
Michael Thomasius (Ed.)	<i>Opera</i>	Antuérpia	Bélgica	1570	Latim
Jean DeTournes e Jacobus Cuiacius (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Lion	França	1587	Latim
René Fame (Tr.)	<i>Les Divines Institutions de Lactance Firmian, contre les gentils et ydolâtres. Traduit de Latin en Francoys</i>	Genebra, Paris e Lion	Suíça e França	1587 (Ge.); 1542, 1546, 1548, 1555, 1563, 1581, 1587 e 1643 (Pa.); 1547 e 1563 (Li.)	Francês
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Gênova	Itália	1613	Latim
Jean DeTournes (Ed.)	?	Genebra	Suíça	1630	Latim
? (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Lion (?)	França	1630	Latim
Iosephus Isaeus (Ed.)	<i>Lucii Caelii Lactantii Firmiani opera, quae extant omnia</i>	Cesena	Itália	1646	Latim
Antonius Thysius (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani Opera, quae extant, omnia</i>	Lion	França	1652	Latim
Servatus Gallaeus (Ed.)	<i>Lucii Caelii Lactantii Firmiani Opera quae extant, cum selectis variorum commentariis</i>	Lion	França	1660	Latim
Thomas Spark (Ed.)	<i>Lucii Caelii Lactantii Firmiani Opera quae extant</i>	Oxford	Inglaterra	1684	Latim
? (Ed.)	<i>Lucii Caelii Lactantii Firmiani Opera quae extant</i>	Cambridge	Inglaterra	1685	Latim
Christophorus Cellarius (Ed.)	<i>Lucii Caelii sive Caecilii Lactantii Firmiani Opera Omnia, quae exstant</i>	Leipzig	Alemanha	1698	Latim
Jean Baptiste Drouet De Maupertuis (Tr.)	?	Avignon	França	1710	Francês (?)
Johann Georg Walch	<i>Lucii Caelii sive Caecilii Lactantii Firmiani Opera omnia quae supersunt</i>	Leipzig	Alemanha	1715 e 1735	Latim

Christoph August Heumann (Ed.)	<i>Lucii Caecilii Lactantii Firmiani Opera Omnia</i>	Gotinga	Alemanha	1736	Latim
Christophorus Cellarius (Ed.)	<i>Lucii Caelii ... Lactantij Firmiani opera omnia quae exstant</i>	Leipzig	Alemanha	1739	Latim
Johann Ludolph Bünemann (Ed.)	<i>Lucii Caelii sive Cæcilli Lactantii Firmiani Opera Omnia quae exstant</i>	Leipzig e Halle	Alemanha	1739 (Le.); 1739 e 1764 (Ha.)	Latim
Anônimo (Ed.)	<i>Lucii Caelii Firminiani Lactantii Opera Omnia</i>	Paris	França	1747	Latim
Jean Baptiste Lebrun e Nicolaus Lenglet-Dufresnoy (Ed.)	<i>L. Caelii Firmiani Lactantii Opera Omnia</i>	Paris	França	1748	Latim
Edoardo Franceschin (Ed.)	<i>L. Caelii Lactantii Firmiani (Opera)</i>	Roma	Itália	1755 a 1770	Latim
Andreas Gallandri (Ed.)	<i>L. Caelii Firmiani Lactantii Opera Omnia ****</i>	Veneza	Itália	1768	Latim
David Dalrymple (Ed.)	<i>Divinarum institutionum liber quintus sive De Iustitia</i>	Edimburgo	Escócia	1777	Latim
Franz Oberthür (Ed.)	<i>L. Caelii Firmiani Lactantii Opera Omnia ****</i>	Wurtzburgo	Alemanha	1783 a 1784	Latim
Anônimo (Tr.)	<i>Laktancius Firmianus. O prawé poct'e Božzi. Po wyd. Boleslavskémroku 1518 nyní podruhe wydan ý</i>	Diespacha	?	1786	?
Societas Bipontinae (Ed.)	<i>Opera Omnia</i>	Zweibrücken	Alemanha	1786	Latim
C. J. Hergt (Tr.)	?	Quedlimburgo	Alemanha	1787	Alemão (?)
Armand Benjamin Caillou (Ed.)	<i>L. Caelii Firmiani Lactantii Opera Omnia ****</i>	Paris	França	1829	Latim
Anônimo (Ed.)	<i>Opera Omnia, iuxta probatissimas editiones recognita et emendata</i>	Paris	França	1836	Latim
Otto Fridolin Frietzsche (Ed.)	<i>Firmiani Lactantii Opera</i>	Leipzig	Alemanha	1842 a 1844	Latim
J. P. L. Migne (Ed.)	<i>Caelii Firmiani Lactantii Opera Omnia ****</i>	Paris	França	1844	Latim
William Fletcher (Tr.); Alexander Roberts e James Donaldson (Ed.)	<i>Lactantius: Complete Works. In The Ante-Nicene Christian Library; The Ante-Nicene Father (Edim.)</i>	Edimburgo, Buffalo e Nova Iorque	Escócia e Estados Unidos	1871(Ed.); 1886 (Bu.); 1899 e 1900 (N.I.)	Inglês
Samuel Brandt e Georg Laubmann (Ed.)	<i>Lactantius Firmianus: Opera Omnia. Accedunt carmina eius quae feruntur et L. Caecilii qui inscriptus est De mortibus persecutorum liber</i>	Viena, Praga e Leipzig	Áustria, República Tcheca e Alemanha	1890 a 1897	Latim
Gino Mazzoni (Tr.)	<i>Le divine istituzioni. Traduzione e note</i>	Siena	Itália	1936 a 1937	Italiano
C. Jordachescu e Th. Simenschy (Ed.)	<i>Institutiones divinae, liber VI: De vero cultu</i>	Quichinau	Moldávia	1938	Latim
William Thomas Radius (Tr.)	<i>Selections from Lactantius, Divinae Institutiones</i>	Michigan	Estados Unidos	1951	Inglês
Helmut Hross	<i>Lactantius, Divinae institutiones. Fünftes Buch</i>	Munique	Alemanha	1963	Alemão
Mary Francis McDonald (Tr.)	<i>Lactantius, The Divine Institutes, Books I-VII</i>	Washington	Estados Unidos	1964	Inglês

Umberto Boella (Ed.)	<i>Lactantius Divinae Institutiones, De opificio Dei, De ira Dei</i>	Florença	Itália	1973	Latim
Pierre Monat (Tr.)	<i>Lactance, Institutions divines, livre V</i>	Paris	França	1974	Francês
Pierre Monat (Tr.)	<i>Lactance, Institutions divines, livre I</i>	Paris	França	1986	Francês
Pierre Monat (Tr.)	<i>Lactance, Institutions divines, livre II</i>	Paris	França	1987	Francês
Eustaquio Sánchez Salor (Tr.)	<i>Instituciones Divinas Libros I–VII</i>	Madri	Espanha	1990	Espanhol
Pierre Monat (Tr.)	<i>Lactance, Institutions divines, livre IV</i>	Paris	França	1992	Francês
Anthony Bowen e Peter D. A. Garsney (Tr.)	<i>Lactantius: Divine Institutes</i>	Liverpool	Inglaterra	2003	Inglês
Eberhard Heck e Antonie Wlosok (Ed.)	<i>L. Caelius Firmianus Lactantius, Divinarum institutionum libri septem</i>	Munique e Leipzig	Alemanha	2005	Latim
Stefan Freund (Ed.)	<i>Wie hältst du's mit der Religion? Laktanz, Divinae Institutiones</i>	Bamberg	Alemanha	2006	Alemão
Stefan Freund (Ed.)	<i>Wie hältst du's mit der Religion? Laktanz, Divinae Institutiones: Lehrerkommentar</i>	Bamberg	Alemanha	2007	Alemão
Giuseppe Iseo [Isaeus] (Ed.)	<i>Notae in libros divinarum institutionum Lactantii Firmiani</i>	?	?	?	Latim

* Reimpressão da edição veneziana de 1502;

** Reimpressão da edição veneziana de 1509;

*** Reimpressão da edição veneziana de 1535;

**** Reproduz a edição de Lebrun e Lenglet-Dufresnoy de 1748.

